

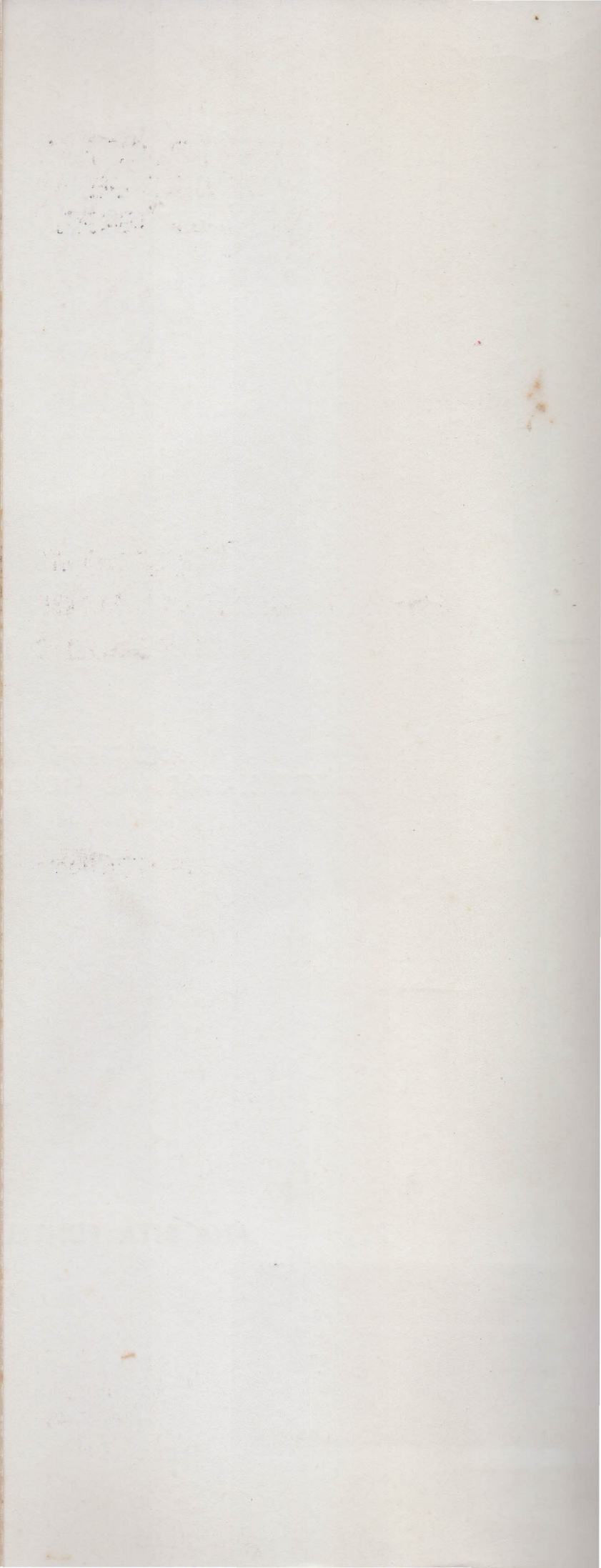
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA

CARMEN DA SILVA —
ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA, UMA FEMINISTA NA
IMPrensa BRASILEIRA

ANA RITA FONTELES DUARTE

DISSERTAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Carmen da Silva –
entre história e memória, uma feminista na
imprensa brasileira**

Ana Rita Fonteles Duarte

Ana Rita Fonteles Duarte

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal do Ceará, para a
obtenção do grau de mestre em História
Social.

Fortaleza,
junho de 2002

junho de 2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Carmen da Silva –
entre história e memória, uma feminista na
imprensa brasileira**

Ana Rita Fonteles Duarte

*Esta dissertação foi julgada e aprovada, em sua forma final, pelo Orientador e
Membros da Banca Examinadora, composta pelos professores:*

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal do Ceará, para a
obtenção do grau de mestre em História
Social.

Josana Maria Pedro
Profa. Josana Maria Pedro, Dra.

Adelaide Gonçalves Pereira
Profa. Adelaide Gonçalves Pereira, Dra.

Fortaleza,
junho de 2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Ficha catalográfica

0870

Carmen da Silva- entre história e memória, uma feminista na imprensa brasileira. - Fortaleza, 2002. p. 202.

Orientador: Gilmar de Carvalho

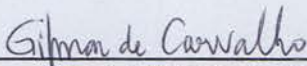
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará.

1. Feminismo 2. Memória 3. Jornalismo

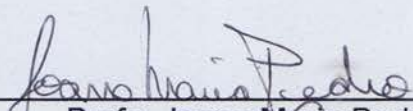
Carmen da Silva
– entre história e memória, uma feminista na
imprensa brasileira

Ana Rita Fonteles Duarte

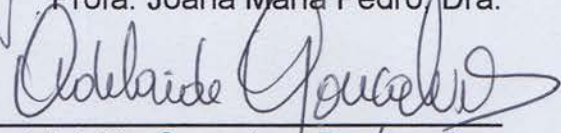
Esta dissertação foi julgada e aprovada, em sua forma final, pelo Orientador e
Membros da Banca Examinadora, composta pelos professores:



Prof. Gilmar de Carvalho, Dr.
Orientador



Profa. Joana Maria Pedro, Dra.



Profa. Adelaide Gonçalves Pereira, Dra.

Ficha catalográfica

D87c Duarte, Ana Rita Fonteles.

Carmen da Silva- entre história e memória, uma feminista na imprensa brasileira. - Fortaleza, 2002.

p. 202

Orientador: Gilmar de Carvalho

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará.

1. Feminismo 2. Memória 3. Jornalismo

Agradecimentos

Durante dois anos, pude perceber a construção de uma rede de solidariedade, em torno da minha pesquisa, formada por amigos, professores, parentes e profissionais, de muitos dos quais ainda continuo sem conhecer o rosto, mas que acabaram por se tornar amigos, confidentes, colaboradores fiéis. Seus esforços, incentivos e palavras de carinho alentaram a escrita de cada uma destas páginas. Com eles compartilho a alegria da conclusão. Registro aqui meus agradecimentos.

A Thomaz Souto Corrêa, vice-presidente do Grupo Abril, que, de pronto, aceitou o convite para ser entrevistado para a pesquisa e mostrou sua generosidade ao colocar, à disposição, os serviços do Departamento de Documentação da Editora Abril (Dedoc). Aos funcionários do Dedoc, José Carlos Ruy e Susana Camargo, pela gentileza demonstrada em todos os contatos e pelo empenho em fazer chegar, às minhas mãos, fontes imprescindíveis neste trabalho. A equipe do setor de periódicos da Biblioteca Municipal Mário de Andrade (SP), chefiada por Marcos Cláudio, que, solidário, ajudou-me a carregar pesados e empoeirados volumes da coleção de Cláudia, corredores afóra.

As feministas Moema Toscano e Rachel Gutiérrez, "senhoras de respeito", ainda dispostas à luta, por me receberem em suas casas, no Rio de Janeiro, e compartilharem lembranças de Carmen da Silva.

Aos amigos Agostinho Gósson e Raimundo Madeira, pelo empenho em conseguir o material de pesquisa. Aos colegas de mestrado, Régia Agostinho, Joel Andrade e Edmilson Júnior, por fazerem me sentir menos alianaqueira entre os historiadores. À minha avó Juacy Fonteles por me refugiar em seu apê, durante a escrita do trabalho.

Ao meu orientador Gilmer de Carvalho, pelo incentivo, desde sempre. Aos professoras do Programa de Pós-Graduação pelo apoio. Às professoras Suanita Vieira e Adalberto Gonçalves, pelas sugestões e críticas que muito enriqueceram meu trabalho.

Ao Paulo Mamede, meu amor, pela paciência, carinho, desprendimento e companheirismo com que **Para minha mãe, Maria Olinda Fonteles.** pesquisa. Guarde-a com você, ela também é sua.

Agradecimentos

Durante dois anos, pude perceber a construção de uma rede de solidariedade, em torno de minha pesquisa, formada por amigos, professores, parentes e profissionais, de muitos dos quais ainda continuo sem conhecer o rosto, mas que acabaram por se tornar amigos, confidentes, colaboradores fiéis. Seus esforços, incentivos e palavras de carinho alentaram a escrita de cada uma destas páginas. Com eles compartilho a alegria da conclusão. Registro aqui meus agradecimentos.

A Thomaz Souto Corrêa, vice-presidente do Grupo Abril, que, de pronto, aceitou o convite para ser entrevistado para a pesquisa e mostrou sua generosidade ao colocar, à disposição, os serviços do Departamento de Documentação da Editora Abril (Dedoc). Aos funcionários do Dedoc, José Carlos Ruy e Susana Camargo, pela gentileza demonstrada em todos os contatos e pelo empenho em fazer chegar, às minhas mãos, fontes imprescindíveis neste trabalho. À equipe do setor de periódicos da Biblioteca Municipal Mário de Andrade (SP), chefiada por Marcos Clésio, que, solidário, ajudou-me a carregar pesados e empoeirados volumes da coleção de Claudia, corredores afora.

Às feministas Moema Toscano e Rachel Gutiérrez, "senhoras de respeito", ainda dispostas à luta, por me receberem em suas casas, no Rio de Janeiro, e compartilharem lembranças de Carmen da Silva.

Aos amigos Agostinho Gósson e Raimundo Madeira, pelo empenho em conseguir o material de pesquisa. Aos colegas de mestrado, Régia Agostinho, Joel Andrade e Edmilson Júnior, por fazerem me sentir menos alienígena entre os historiadores. À minha avó Juracy Fonteles por me refugiar em seu apê, durante a escrita do trabalho.

Ao meu orientador Gilmar de Carvalho, pelo incentivo, desde sempre. Aos professores do Programa de Pós-Graduação pelo apoio. Às professoras Sulamita Vieira e Adelaide Gonçalves, pelas sugestões e críticas que muito enriqueceram meu trabalho.

Ao Paulo Mamede, meu amor, pela paciência, carinho, desprendimento e companheirismo com que assumiu, a meu lado, a construção desta pesquisa. Guarde-a com você, ela também é sua.

Resumo

Este trabalho procurou constituir o itinerário feminista da jornalista gaúcha Carmen da Silva, através da análise de seus escritos, situados entre os anos de 1963 a 1972 na revista feminina *Claudia*. Esse período se caracteriza pelo surgimento, no Brasil, de uma discussão sobre a condição da mulher e a posterior formação do movimento feminista brasileiro. Com o estudo da memória constituída em torno de Carmen da Silva e por ela mesma, através da análise de fontes como sua autobiografia, além de artigos, romances e entrevistas, procurou-se compreender as experiências e opções que levaram esta personagem a romper com a lógica legitimada pelas condições sociohistóricas do estado do Rio Grande do Sul, na década de 1930, constituindo-a como feminista e fornecendo elementos para a realização de sua obra durante o período em questão.

Palavras-chave: feminismo, memória, jornalismo.

"(...) As mulheres têm a obstinação heróica: enquanto puderem aferrar algo – um grão de areia, o eco duma promessa, um pedaço de vidro colorido, uma cintilação moribunda – não desistirão. Sob suas epidermes de cetim há um revestimento fibroso, espesso, resistente. Continuarão rindo, pintando os olhos com carvão, tramando, insistindo – guardiãs das lousas, anjos funerários".

Carmen da Silva,
(romance *Sangue sem dono*, 1970).

Resumo

Este trabalho procurou constituir o ideário feminista da jornalista gaúcha Carmen da Silva, através da análise de seus escritos, situados entre os anos de 1963 e 1979 na revista feminina *Claudia*. Esse período se caracteriza pelo surgimento, no Brasil, de uma discussão sobre a condição da mulher e a posterior formação do movimento feminista brasileiro. Com o estudo da memória constituída em torno de Carmen da Silva e por ela mesma, através da análise de fontes como sua autobiografia, além de artigos, romances e entrevistas, procurou-se compreender as experiências e opções que levaram esta personagem a romper com a lógica preconizada pelas condições sociohistóricas do estado do Rio Grande do Sul, na década de 1930, constituindo-a como feminista e fornecendo elementos para a realização de sua obra durante o período em questão.

Palavras-chave: feminismo, memória, jornalismo.

Abstract

INTRODUÇÃO 9

1. O ESPECÍFICO FEMININO NO BRASIL DOS ANOS 1960-1970..... 11

This work tried to constitute the feminist thoughts of the gaucha journalist Carmen da Silva, through the analysis of her writings, situated between the years of 1963 and 1979 in the feminine magazine Claudia. This period is characterized for the sprouting, in Brazil, of a discussion on the women's condition and the later formation of a brazilian feminist movement. Through the study of the memory built around Carmen da Silva and from herself, through the analysis of sources such as her autobiography, besides of articles, romances and interviews, this paper tried to understand the experiences and options that had taken this personage to breach with the logic praised for the social-historical conditions of the state of Rio Grande do Sul, in the decade of 1930, constituting it as feminist and supplying elements for the accomplishment of her work during the period in question.

3.2.1 - Contornos da geração 157

Keywords: feminism, memory, journalism.

3.4 - Feminizar o mundo 182

CONSIDERAÇÕES FINAIS 190

FONTES E BIBLIOGRAFIA 201

ANEXOS

INTRODUÇÃO-----	9
1 - O ESPECÍFICO FEMININO NO BRASIL DOS ANOS 1960-1970:	
UMA QUESTÃO EM REVISTA-----	17
<u>1.1- Revista com nome de mulher</u> -----	35
<u>1.2 - Transformando acrobacia em arte</u> -----	54
2 - ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA,	
OS CAMINHOS DE UMA FEMINISTA-----	71
<u>2.1 - Dos Pampas ao Plata: a fuga</u> -----	81
<u>2.2 - Adeus, Carmenzinha. ¡ Hola, Carmen da Silva !</u> -----	102
<u>2.3 - Descobrimo-se plural</u> -----	109
3 - PERCORRENDO TRILHAS-----	123
<u>3.1 - Os primeiros passos</u> -----	126
<u>3.2 - Metendo a colher</u> -----	141
3.2.1 - Conflitos de gerações-----	157
<u>3.3 - Feminista sim, e daí?</u> -----	164
<u>3.4 - Feminizar o mundo</u> -----	192
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	196
FONTES E BIBLIOGRAFIA-----	201
ANEXOS	

Carreguei comigo o hábito de ler revistas femininas. Uma leitura prazerosa, mas, por vezes, impaciente, discordante, chateada. A constituição de um questionamento, acerca do que me diziam as "amigas ilustradas", se fazia paralela à minha descoberta, já adolescente, das primeiras leituras de escritoras feministas: Simone de Beauvoir, Rose Marie Muraro, Collette Dowling.

Não entendia tantas ambiguidades dentro de um mesmo veículo. Ao mesmo tempo em que éramos chamadas a nos tornar mulheres íntias, independentes, competentes e realizadas, teríamos de continuar a esperar nossos príncipes encantados, aprender todos os truques de uma requilagem sexual, não abandonar os cabelos e estar sempre antenadas com a moda, vestindo as últimas tendências. Tudo feito de preferência, para agradar e seduzir os homens.

INTRODUÇÃO

O meu interesse por revistas femininas vem de longa data. Em menina, lembro de mim e minhas irmãs a fuçar os baús de mamãe, onde guardava suas coleções de revistas, “preciosidades” que tanto cobiçávamos, mas a que não podíamos ter acesso, afinal éramos muito pequenas e tínhamos que nos ocupar com coisas mais “instrutivas”, de preferência, os deveres escolares.

As incursões geralmente se davam em sua ausência quando, livres, espalhávamos, pelo chão, dezenas de exemplares. *Carícia*, *Sétimo Céu*, *Carinho*, *Nova*, *Claudia*. Não piscávamos diante de tantas páginas coloridas. Gostávamos de ler os contos de amor e fotonovelas que sempre acabavam em final feliz. Um detalhe, no entanto, sempre aguçou minha curiosidade.

A grande maioria das capas trazia um pequeno selo com a inscrição “proibido para menores de dezoito anos”. É que minha mãe não era apenas assídua leitora de revistas, mas zelosa colecionadora. A maior parte destes magazines datava do final da década de 70 e o controle da censura ainda se fazia presente com força sobre as publicações. Eram tempos de se zelar pela “moral e bons costumes”. Pensava como publicações com assuntos tão importantes, em nosso cotidiano, como sentimentos, relacionamento, felicidade, só poderiam ser lidos por gente grande, afinal esses temas tinham fundamental importância em nossas vidas.

Carreguei comigo o hábito de ler revistas femininas. Uma leitura prazerosa, mas, por vezes, implicante, discordante, chateada. A constituição de um questionamento, acerca do que me diziam as “amigas ilustradas”, se fazia paralela à minha descoberta, já adolescente, das primeiras leituras de escritoras feministas: Simone de Beauvoir, Rose Marie Muraro, Collete Dowling.

Não entendia tantas ambigüidades dentro de um mesmo veículo. Ao mesmo tempo em que éramos chamadas a nos tornar mulheres fortes, independentes, competentes e realizadas, tínhamos de continuar a esperar nossos príncipes encantados, aprender todos os truques de uma maquiagem sensual, não descuidar do cabelo e estar sempre antenadas com a moda, vestindo as últimas tendências. Tudo feito, de preferência, para agradar e seduzir os homens.

Durante a elaboração da monografia, de final do curso de Jornalismo, na Universidade Federal do Ceará, em 1998, descobri a figura de Carmen da Silva. Vez por outra, encontrava alguma menção de seu nome nos estudos sobre a imprensa feminina, no Brasil, ou na bibliografia sobre mudanças comportamentais, nas décadas de 1960 e 1970. Nada que trouxesse muitos detalhes, afinal a imprensa feminina ainda é tratada como tema menor pelos estudiosos do Jornalismo e os estudos específicos sobre o tema ainda são muito reduzidos e pouco divulgados. A sede por mais informações sobre as principais idéias e trajetória da jornalista começou aí.

Somada a essa descoberta, me acometeu a angústia de ver, nas revistas femininas e, em outros veículos da grande imprensa do final da década de 90, o retorno do elogio a idéias como a submissão feminina e a "constatação" mediante pesquisas de opinião pseudo-sociológicas, de que as mulheres trocariam todas as conquistas adquiridas, após a construção do feminismo, para cuidar de panelas e bebês, exclusivamente. Falava-se até mesmo num espúrio MVT (Movimento de Volta ao Tanque). Uma idéia não me saía da cabeça: o que uma jornalista como Carmen escreveria sobre essas idéias, se ainda estivesse entre nós?

Foi procurando conhecer mais sua abordagem do feminismo que resolvi mergulhar, já no mestrado em História da UFC, em seus escritos publicados, nas décadas de 1960 e 1970, na revista *Claudia*, na seção *A Arte de Ser Mulher*, onde ela escreveu, por 22 anos ininterruptos (1963-1985). Eu me deteria apenas no estudo de seus artigos.

A análise do feminismo, em sua obra jornalística, seria o objeto central de meu trabalho, sem mais delongas. O recorte temporal, primeiramente, adotado no projeto, preparado para a seleção no referido mestrado, considerava o período situado, entre os anos de 1964 e 1979, uma alusão aos limites entre o ano do Golpe Militar, no Brasil, e o início da abertura política com a Lei da Anistia.

Mas as coisas não ocorreriam exatamente da maneira planejada. Em meio à pesquisa, pela leitura preliminar de entrevistas concedidas por Carmen à imprensa, em diversos períodos, colhendo informações conseguidas com amigos e na leitura sistemática de, pelo menos, 100 artigos publicados por ela, em *Claudia*, descobri que minha personagem manteve uma preocupação

constante, ao longo do tempo, de registrar memória sobre seu trabalho. Ela fazia questão de arquivá-lo, livrando-o do esquecimento e da efemeridade, característicos dos produtos da grande imprensa. Isso foi feito de duas maneiras: através da edição de coletâneas de artigos e na utilização do espaço de sua própria seção.

Os artigos comemorativos da seção *A Arte de Ser Mulher* estiveram presentes, a partir do sexto aniversário de Carmen, em *Claudia*, repetindo-se ao longo dos dez, treze, dezesseis, dezoito, vinte anos. Nesses textos, Carmen geralmente reafirmava laços com suas leitoras, demarcava posições e recuperava as dificuldades encontradas, ao longo dos anos, em sua tarefa de comunicar. Comemorava também os resultados deduzidos das cartas enviadas à seção. Para além da comemoração, esses artigos acabavam por cumprir uma outra missão, a de tornar seu trabalho inteligível e, ao mesmo tempo, autorizar sentido para a leitura de sua obra.

Num artigo, em especial, publicado em dezembro de 1979, sob o título *O que seria do mundo sem nós, mulheres?*, Carmen acaba por nos fornecer uma organização "precisa" de sua obra na revista, dividindo seu trabalho em quatro fases distintas, embora não datadas, de acordo com os temas e ênfases adotados por ela. Resolvi seguir suas pistas e revi o recorte temporal que havia imaginado, adotando o período situado entre os anos de 1963 e 1979. Longe dos marcos institucionais que me haviam orientado na primeira versão do projeto de pesquisa, tomei a própria organização proposta por Carmen, para desenvolver minha análise. O ano de 1963 marcou o início de seu trabalho em *Claudia* e, 1979, o início da última fase de seus escritos.

Procurei, assim, estabelecer um diálogo entre a organização proposta por Carmen e a leitura de sua obra, percebendo as tensões entre seu pensamento e a linha editorial de *Claudia*, analisando as descontinuidades de seu discurso com relação a alguns temas, em momentos diversos, buscando perceber a circularidade entre suas idéias e os acontecimentos sociais relacionados, principalmente, à condição feminina. Busquei identificar os principais conceitos utilizados por ela, em seu trabalho, e de que forma eles se relacionavam com os discursos sobre gênero e comportamento presentes, naquele momento, dentro e fora da revista.

Essa tarefa demandou a leitura e releitura cuidadosa e crítica do material de pesquisa, na tentativa de perceber os diversos elos entre o pensamento de Carmen da Silva e a narrativa histórica sobre o período e, mais especificamente, sobre o feminismo. Este foi um dos momentos mais ricos do trabalho e a que atribuo meu aprimoramento como pesquisadora do campo da História. Pude exercitar, entre outras coisas, a leitura contextualizada, aprendendo a ler, nas entrelinhas, estabelecendo caminhos de pesquisa, a partir de pistas fornecidas pelas fontes. Foi assim que fiz algumas importantes descobertas.

Percebi que a preocupação de Carmen da Silva, com a preservação da memória que, num primeiro momento, julguei pertencer somente à esfera do trabalho jornalístico, se estendia também à sua própria vida. Durante a reorganização do recorte temporal da pesquisa, consegui, através de um sebo em Joinville (SC), a autobiografia *Histórias híbridas de uma senhora de respeito*, escrita por Carmen, em 1984, um ano antes de sua morte.

As descobertas trazidas pelas repetidas leituras que fiz de seus escritos memorialísticos não me deixaram dúvida. Não seria possível ler seus artigos sem ler a sua vida, reconstituir suas leituras, experiências, influências e escolhas, enfim, sem me apropriar de seu entorno. Principalmente depois de perceber a importância que a preservação da memória tinha para nossa personagem.

Partindo da justificativa de Carmen, segundo a qual ela havia escrito uma autobiografia para desmistificar a idéia de ser uma mulher perfeita, sem problemas, “dona da verdade”, resolvi buscar mais respostas e enveredei pelo caminho dos estudos biográficos, de que sempre tive bastante receio.

Tomar uma autobiografia como fonte é sempre arriscado, embora fascinante. As respostas se antecipam às perguntas que queremos formular. O canto da sereia é sempre ouvido em alto e bom som. No caso de Carmen, parecia-me quase impossível não sucumbir diante de uma narrativa aparentemente tão coerente e segura sobre a sua própria vida. Essa dificuldade se amplia quando a memória, nos dizeres de Pierre Nora, já se encontra sacralizada pelo tempo.

Resolvi, no entanto, deixar de lado meus receios e encarar a autobiografia, em todas as suas especificidades, procurando não me deixar

“enganar”, tampouco desprezando os relatos de minha personagem. Sua autobiografia passou a se constituir, então, como uma de minhas principais fontes de pesquisa.

Fui em busca de compreender a personagem de Carmen como um sujeito que rompeu com a lógica preconizada pelas condições sociohistóricas em que estava situada - mulher nascida na década de 20, no Rio Grande conservador, branca, filha da burguesia média, letrada, e de família repressora.

No trabalho com documentos compostos pela memória, por vezes idealizada e idealizadora, em torno de minha personagem, procurei cercar-me de trabalhos que trouxessem luzes sobre o processo de composição de reminiscências. Foram-me particularmente importantes os escritos de BOSI (1994), LEJEUNE (1998) e VIANA (1995). Inescapável me pareceu ainda buscar, nos relatos da vida de Carmen, as particularidades da memória feminina e feminista, em constituição. Por isso as interlocuções, com narrativas de outras mulheres, são uma constante neste trabalho.

O mapeamento de influências constituintes do pensamento de Carmen e a importância que livros e escritores ocupam, na formação da jornalista, acabaram também aproximando-me dos estudos mais recentes de história da leitura. Pude perceber a proximidade entre estes e os estudos de recepção, na área de Comunicação, o que, acredito, tenha enriquecido a análise.

No caminho dos estudos biográficos ampliei o corpus documental da pesquisa, a fim de escutar vozes diversas das autorizadas pela própria jornalista em suas memórias. Os relatos de colegas de trabalho e amigas que com ela militaram, no movimento de mulheres, no Rio de Janeiro, se constituíram assim em instrumentos suplementares, na construção de minha análise sobre a vida de Carmen da Silva, suas escolhas e experiências.

Sete entrevistas formam essa biblioteca paralela em que bebi, por diversas vezes, ao longo da escrita desta dissertação. A composição de minha lista de fontes orais nunca esteve fechada. Um contato acabava sempre levando a outro. As entrevistas, em sua maior parte, foram realizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, sede do Grupo Abril. Infelizmente não consegui entrevistar nenhum membro da família de Carmen, o que poderia ter ampliado alguns pontos de minhas análises.

Trabalhando com a memória, parti do pressuposto de que a composição de um perfil biográfico não precisa expressar necessariamente uma oposição entre indivíduo e realidade social, mas que, por meio da recuperação da tensão entre individual e coletivo, poderia melhor entender a natureza das suas inter-relações, compreendendo como se dá a mudança e a ruptura com aquilo que se constituiu como hegemônico. Essa compreensão ganha maior utilidade, segundo SCOTT(1991), quando trabalhamos com as categorias de gênero e comportamento.

O trabalho de Carmen, na revista *Claudia*, se inseriu no conjunto de atitudes de contestação à ordem estabelecida para as relações entre homens e mulheres, na sociedade brasileira das décadas de 1960 e 1970. O momento histórico, a partir do qual ela fala, foi marcado pela disputa entre ideais tradicionais e modernizantes, no que diz respeito ao amor, sexo, casamento, educação dos filhos.

Foi nesse contexto que surgiu o que chamamos de específico feminino, começou-se a problematizar a situação de opressão das mulheres na sociedade. Os discursos dissidentes à ordem moral, comportamental e política encontravam-se, em várias expressões de nossa cultura, através da música, cinema, teatro, artes plásticas, literatura.

O fenômeno também atingiu a imprensa brasileira, que, no embalo do desenvolvimento econômico e da industrialização, se inseriu na lógica mercadológica e reformulou suas estratégias na busca por seus leitores-consumidores. Abriu-se um leque de opções de publicações para os mais variados públicos. Divididas no dilema entre não burlar as regras sociais, mas temendo, ao mesmo tempo, perder suas leitoras, as revistas femininas tornaram-se um dos principais veículos da modernização de costumes, servindo como vitrina para os produtos da indústria nacional, em desenvolvimento e, também, para novos discursos e práticas de organização social.

Carmen da Silva pode ser situada ao lado de outros jornalistas *outsiders* que, mesmo enfrentando censura, repressão e preconceitos, por parte de setores tradicionais da sociedade, rompiam com a forma corrente de se fazer jornalismo, naquele período, trazendo um léxico absolutamente novo para a imprensa brasileira. Eram os responsáveis pela divulgação de novas

formas de comportamento e pela crítica de costumes, em trabalho, muitas vezes, marginal.

Embora tenha conseguido uma tribuna mais “liberal”, feito que muitos de seus colegas jornalistas dissidentes não conseguiram, sua trajetória é marcada pela negociação e utilização de estratégias para a conquista e manutenção de espaço junto às leitoras e à própria Editora Abril, à qual a revista *Claudia* pertencia.

Apresento trabalho situado sobre dois eixos básicos. Busco realizar a análise de ideário que, embora tenha sido produzido por um indivíduo particular, a jornalista gaúcha, Carmen da Silva, nos apresenta algumas faces do momento de mudanças aceleradas, nas representações sociais correntes sobre os papéis de gênero, em que as mulheres se movimentavam pela conquista de novos espaços sociais. Ao mesmo tempo, procurei situar, através da interrogação sobre múltiplas memórias, as experiências que marcaram a vida da personagem, Carmen da Silva, como forma de compreender as opções que a levaram a exercer o trabalho de militância feminista, em revista como *Claudia*.

Em sua redação final, o trabalho está organizado em três capítulos, desenvolvidos em torno dos dois eixos já explicitados.

O primeiro capítulo - *O específico feminino no Brasil dos anos 1960-1970. Uma questão em Revista* – busca discutir as mudanças na sociedade brasileira, nas décadas de 1960 e 1970, que propiciaram o surgimento de uma questão da mulher e da organização do movimento feminista no Brasil. O discurso de *Claudia*, criada em 1961, foi apontado como um dos indicadores da modernização conservadora que ocorria, naquele momento, nas relações de gênero. Os caminhos percorridos por Carmen, na conquista de sua tribuna, os primeiros momentos de seu trabalho e as relações que mantinha com a Editora Abril são tratados nesse capítulo.

No segundo capítulo – *Entre história e memória, os caminhos de uma feminista* – procura-se recompor a personagem Carmen da Silva, em suas múltiplas faces. Tomando como ponto de partida suas memórias, empreende-se, através de um estudo biográfico, a busca pelas experiências e opções que a constituíram como feminista, cruzando seus escritos com os discursos construídos em torno de sua pessoa.

1 - O E No terceiro, – *Percorrendo trilhas* – empreende-se análise detalhada do trabalho desenvolvido por Carmen da Silva, na seção *A Arte de Ser Mulher*, entre os anos de 1963 e 1979. A análise busca constituir o ideário feminista de Carmen, tomando, como ponto de partida, a organização proposta pela própria jornalista, explicitada em artigo de dezembro de 1979, quando comemorava dezesseis anos de trabalho.

A divisão do trabalho, desta forma, teve como objetivo melhor organizar narrativa sobre a construção da vida e da obra da jornalista Carmen da Silva, em que estão profundamente imbricados conceitos como história, memória, biografia, feminismo e estudos de gênero.

1 - O ESPECÍFICO FEMININO NO BRASIL DOS ANOS 1960-1970: UMA QUESTÃO EM REVISTA

“O feminismo assumiu a liderança na desmistificação das relações pessoais, exigindo enfaticamente que a experiência pessoal das mulheres fosse reconhecida como política em sua essência”.

Elizabeth Fox-Genovese (1992)

O processo de modernização da sociedade brasileira, intensificado nos anos 1960 e 1970, trouxe conseqüências diretas para a família tradicional, desestabilizada, nos vínculos entre seus integrantes e grupos de referência. A entrada maciça das mulheres de classe média, no mercado de trabalho, a disseminação da pílula anticoncepcional, as influências de modelos de comportamento vindos de fora e reforçados pelos meios de comunicação e pelos movimentos sociais de contestação, desestabilizaram as idéias correntes sobre feminilidade e masculinidade, possibilitando a revisão dos valores morais tradicionais e permitindo, aos sujeitos históricos, a construção de novas formas de sociabilidade e de comportamento.

Embora de maneira lenta, houve o avanço dos ideais de igualdade dentro do casamento burguês ou romântico, a valorização do prazer sexual e do amor-paixão. Neste contexto, a educação dos filhos tornou-se mais liberal, tendência articulada ao movimento da revolução sexual difundida por outros países, principalmente pelos Estados Unidos.

A partir de setores da classe média, esta nova onda foi chegando a outras classes sociais, mas esse não foi um processo tranqüilo, desprovido de conflitos e resistências. Moderno e arcaico travaram luta que resultou, no processo de mudança de costumes, uma realidade de continuidades e permanências. Assim, se as mulheres dos estratos médios - sujeitos fundamentais nessa mudança - ganhavam mais autonomia, com a entrada na universidade e com o acesso a empregos em empresas e em instituições públicas, elas ainda conviviam com o dilema de fazer ou não sexo antes do casamento, de freqüentar ou não certos lugares, de manter ou não um casamento falido.

“Em sociedades que se modernizaram rapidamente, como a brasileira, a formação, cristalização e o armazenamento de identidades, que se sucedem velozmente, dariam ao tempo biográfico uma importância mais crucial do que teria em sociedades que mudam mais lentamente. Nesse processo, o arcaico desapareceria apenas aparentemente, continuando presente de modo invisível, mais ou menos inconsciente, mas opondo-se de forma eficaz ao moderno, que seria o ‘núcleo daquilo que desejaríamos ser’. Este tipo de eu multifacetado, em que as ‘diferentes identidades se distinguem sincronicamente’, seria uma característica das sociedades modernas”.¹

O conflito entre concepções se instalou, sobretudo, na maneira de encarar novas possibilidades no campo do relacionamento e sexualidade. O flerte e o namoro ganharam maior liberdade. A perda da virgindade, em certos círculos sociais, principalmente universitários e artísticos – ganhou ar de rito de passagem para etapa superior, uma atitude de vanguarda que permitia às jovens ingressarem em novo grupo.

Longe desses círculos, as moças, educadas segundo padrões morais que associavam suas realizações pessoais à idéia do casamento, ainda encaravam, com receio, idéias como a liberdade sexual e o sexo antes ou fora do casamento. A gravidez indesejada era o grande fantasma.

A pílula anticoncepcional passou a ser comercializada no Brasil, em 1961, mas poucas mulheres solteiras tinham coragem de usá-la, por uma série de razões. As informações disponíveis sobre o tema eram escassas, muitos médicos ainda tinham visão moralista sobre o assunto, havia medo de que os pais descobrissem a utilização e o receio sobre como a sociedade reagiria àquela nova atitude, principalmente os homens (noivos, namorados).

O ingresso das mulheres, no ensino superior, também carregava uma série de ambigüidades. A opção por um curso não significava necessariamente a construção de uma carreira. Era freqüente que, no meio do caminho, o casamento, a gravidez, o parto e a educação dos filhos interrompessem, temporária ou definitivamente, seus estudos e qualificação.

Os cursos preferidos ainda se enquadravam na visão modernizada de feminilidade: Letras, Direito, Pedagogia, Psicologia, entre outros, formavam o

¹ BORGES, Dulcina Tereza Bonati. A sedução da psicanálise nas revistas femininas. In *Caderno Espaço Feminino – Revista do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher*. Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Uberlândia. Vol 6. Nº 6. Ano VI, 1999, p.22.

leque de opções. Havia quem os considerasse lugares de “espera-marido”, uma vez que estavam desvalorizados, no mercado de trabalho, mas contribuía, com seus conteúdos, para a formação da mulher mais culta, atualizada, apta a conversar sobre os mais diversos assuntos. É importante observar que esse “esforço” intelectual era dirigido à conquista ou manutenção de relações com os homens, fossem eles pretendentes ou maridos.

De qualquer forma, concluir um desses cursos e atuar na profissão já representava um passo à frente para essas mulheres, na medida em que estavam conseguindo se diferenciar de gerações anteriores, ampliando seu nível de instrução e autonomia. Elas almejavam algo mais que a realização amorosa e estavam buscando mais valorização e reconhecimento individual, o que pode ser reconhecido como estratégia de transgressão.

Outras foram mais longe e optaram por cursos como Ciências Sociais, movidas pela curiosidade, vontade de saber mais além, participar, ocupar lugar na sociedade como protagonistas. As discussões políticas, capitaneadas pela esquerda, no meio acadêmico, alimentaram esse imaginário. O ambiente propiciou a adoção de comportamentos femininos transgressores, aprovados pelo coletivo, e influenciado por idéias da contracultura e pelo movimento hippie. Rejeitava-se a virgindade, o casamento, a maternidade, vistos como ideais “pequeno-burgueses”.

Algumas dessas universitárias acabaram por se engajar na resistência à ditadura militar², entrando para grupos de esquerda, o que significou, muitas vezes, o rompimento com a família e suas expectativas em nome da causa social. Enfronharam-se no dia a dia de protestos, passeatas, reuniões e, mais tarde, na clandestinidade.

O debate sobre sexualidade ocupava espaço, incorporando idéias e conceitos dos movimentos de Maio de 1968. Uma de suas contribuições que

² COLLING (1997), que entrevistou mulheres militantes, nos chama a atenção para o fato de que, ao assumir a militância política nas organizações de esquerda, as mulheres expressavam a vontade radical de se tornarem protagonistas na história. A opção pelo engajamento se constituía em um ato de consciência que suplantava o simples posicionamento contra a ditadura. Isso não significa, no entanto, que essas mulheres tenham assumido a questão feminina como principal. Elas se ligavam às organizações, segundo a autora, mais por convicção política e não em nome da libertação de seu sexo. As organizações de esquerda, por sua vez, não distinguiam, pelo menos nos discursos, mulheres de homens, embora poucas militantes mulheres ocupassem postos de direção nessas entidades.

perduraria durante as décadas seguintes, e que será de suma importância para a compreensão deste trabalho, foi a afirmação da subjetividade, negada pelo advento e consolidação de uma sociedade urbano-industrial, baseada no avanço da tecnologia e da ciência, a serviço do mercado. Subjetividade também subtraída dos movimentos revolucionários de esquerda que não realizavam essa discussão ou simplesmente a subordinavam à resolução dos conflitos políticos e sociais, como analisam ALMEIDA E WEIS (1998), GOLDBERG (1987) e RIDENTI (2000).

O caráter inovador de 1968, sob esse aspecto, foi ter colocado, lado a lado, na mesma escala de importância para a vida humana, política e subjetividade. Eram exigidas mudanças nas relações econômicas e sociais, mas mudanças também nas relações sexuais. Escritos de Wilhelm Reich e Herbert Marcuse questionaram a normatização do sexo e do casamento, na sociedade ocidental, problematizando-a como formas de controle social.

Não se queria mais esperar que a infra-estrutura resolvesse o problema superestrutural. A mudança social teria de passar necessariamente por mudanças no plano individual e nas relações interpessoais. Deveriam se combater, ao mesmo tempo, as misérias social, moral e sexual.

“A liberdade (recusa) individual deve incorporar o universal no protesto particular e as imagens e valores de uma futura sociedade livre devem aparecer nas relações pessoais dentro de uma sociedade não livre”³.

Essas questões, independentemente do número de pessoas e partidos que tivessem aderido a elas, não poderiam mais simplesmente ser ignoradas, passando a ditar a pauta de muitas discussões. No bojo da efervescência política e comportamental, os jovens de grandes centros urbanos entraram em contato com uma cultura perpassada pela discussão sobre novos papéis para homens e mulheres.

O interesse pela sexualidade no Brasil, nesse momento, podia ser aferido pelos lançamentos de mais sucesso nas livrarias. “*Nossa revolução*

³ MARCUSE, Herbert. *Contra-revolução e revolta*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p-67.

sexual não começou na cama, mas nas prateleiras. Em cada três livros, garantia uma pesquisa, pelo menos um tratava de questões sexuais”⁴.

Lia-se Simone de Beauvoir (*O Segundo Sexo*), Margaret Mead (*Sexo e Temperamento e Macho e fêmea*), além de Jean-Paul Sartre (principalmente *O ser e o nada*). Romances como os da trilogia, “A Crucificação Encarnada”, formada por *Plexus*, *Nexus* e *Sexus*, de Henry Miller, que, há pouco, haviam sido traduzidos para o português, provocaram corrida ao mercado. Obras, como as de Virgínia Woolf (*Ms. Dalloway* e *Orlando*) e Lawrence Durrell (*O quarteto de Alexandria*, formada pelos livros *Justine*, *Balthazar*, *Mountolive* e *Cléa*), foram descobertas, ou mesmo relidas sob novos enfoques.

O cinema, em especial, a *nouvelle vague* francesa e neo-realismo italiano, representado por cineastas como Truffaut, Godard, Resnais, Antonioni, Fellini, Bellochio, estimulavam a identificação das mulheres com personagens femininos retratando as interrogações existenciais e a angústia de toda uma geração, sobre liberdade, amor e sexo.

Foi também, no campo cultural (teatro, cinema, música popular), que surgiram novos modelos de comportamento para as mulheres que contribuíram para a construção da imagem de mulher “liberada”, preocupada com a valorização das emoções e da sexualidade e disposta a enfrentar a censura de patrulhas ideológicas, fossem elas religiosas, políticas ou no plano dos costumes. Atrizes como Maria Lucia Dahl e Helena Ignez eram exemplos de musas transgressoras⁵.

⁴ VENTURA, Zuenir. 1968, o ano que não terminou. 25º ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988, p.33.

⁵ As duas atrizes eram consideradas musas do Cinema Novo, destacavam-se por sua beleza e comportamento liberal. A carioca Maria Lucia Dahl foi casada com o cineasta Gustavo Dahl com quem viveu em Paris, na década de 60. Mantinha com ele um relacionamento declaradamente “aberto”, apesar de casados, os dois se relacionavam com outras pessoas. Entre os filmes em que ela atuou nesse período estão *Mar Corrente* e *Cara a cara* (1967), *O Levante das Saias* (1968), *Pobre Príncipe Encantado* e *Macunaíma* (1969). Em 1983, publicou sua autobiografia intitulada *Quem não ouve seu pai, um dia ... balança e cai*, pela Editora Codecri. A baiana Helena Ignez também mantinha uma intensa vida amorosa, desvinculada do padrão esperado para uma moça de classe média alta como era. Aos 28 anos já estava casada pela terceira vez. Todos os seus companheiros eram cineastas: Glauber Rocha, Júlio Bressane e Rogério Sganzerla. Com este último filmou *A Mulher de Todos* (1969) em que vivia o papel de Ângela, uma jovem ninfomaniaca, cercada por marginais, que exercia forte fascínio sobre os homens. Em sua filmografia constam ainda, entre outros, *A Grande Feira* (1961), *O Padre e a Moça* (1966), *O Bandido da Luz Vermelha* (1968) e *Sem essa aranha* (1970). Ignez se caracterizava ainda por sua linguagem irreverente, à semelhança de Leila Diniz e por antipatizar com as feministas. Em entrevista ao *O Pasquim*, em 1970, declarou que adorava os homens, principalmente os mais dependentes das mulheres.

Mas nenhuma personagem foi tão representativa do comportamento transgressor, nesse período, como a atriz Leila Diniz. Ela se tornou paradigma da “nova mulher”, com suas atitudes inovadoras. Escandalizou a sociedade da época, quando, de forma pioneira, desfilou grávida, de biquíni, pelas areias de Ipanema, no Rio de Janeiro, subvertendo o estereótipo de mãe seduzida e abandonada.

Celebrou a alegria de carregar, no ventre, o filho do homem com o qual não era casada, em relação livre, provocando rupturas com o modelo tradicional de maternidade. Sua entrevista, no alternativo *O Pasquim*⁶, onde assumiu liberdade e iniciativa sexual, de maneira aberta, tornou-se símbolo de irreverência e despojamento no trato de questões subjetivas. A edição foi repleta de asteriscos que substituíram os “palavrões” usados por ela. O filme *Todas as Mulheres do Mundo (1967)*, protagonizado pela mesma no papel de uma jovem questionadora, também lançou polêmica no debate sobre sexualidade. Se, num primeiro momento, o comportamento de Leila foi percebido como desviante, mais tarde, passou a ser incorporado pelas mulheres de classe média urbana.

Mas essas questões que pontilhavam as discussões da jovem intelectualidade dos meios acadêmicos não apareceram, nos primeiros textos sobre a questão da mulher, publicados na segunda metade da década de 60⁷. Em 1965, Olga Werneck publicou *O Subdesenvolvimento e a Condição da Mulher*, em que defendia que as transformações, na situação das mulheres, aconteceriam na medida em que o desenvolvimento permitisse sua incorporação ao trabalho produtivo, em escala crescente.

Trabalhando com os conceitos de infra-estrutura e superestrutura, ela acreditava que as mudanças, no campo produtivo, se refletiriam nos aspectos

⁶ A entrevista de Leila Diniz foi publicada em *O Pasquim*, nº 22 (20 a 26 de novembro de 1969).

⁷ É importante registrar a ocorrência de alguns trabalhos anteriores a este, realizados ainda na primeira metade da década de 60. Não traziam um viés feminista e engajado, mas inauguravam, na Academia, a preocupação em torno de uma questão da mulher. Em 1963, Maria Antonieta Vilela Raymundo, defendia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da PUC-SP a tese de doutoramento *A adolescência feminina nos romances de Machado de Assis*. Em 1964, Manoel Tosta Berlink defendeu sua dissertação de mestrado *Algumas percepções sobre a mudança do papel ocupacional da mulher na cidade de São Paulo*, na Escola de Sociologia e Política em São Paulo. E, em 1965, na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, Marly Cardone defendeu sua tese de doutoramento *A influência da gravidez no contrato de trabalho da mulher*.

jurídicos dos costumes e da cultura. Seu texto foi publicado pela Revista *Civilização Brasileira*⁸, bastante lida pelos intelectuais de esquerda, na época.

Em 1967, a escritora Rose Marie Muraro publica *A Mulher na Construção do Mundo Futuro*, com 10 mil exemplares vendidos, apenas três meses após o lançamento, sendo quatro anos depois proibido pela Lei Falcão, acusado de pornográfico. O livro traz reflexão sobre a condição da mulher brasileira no contexto de rápida evolução da civilização, no século XX e de novos problemas a serem enfrentados por todos, como as desigualdades sociais, a falta de comunicação e despersonalização. Para Muraro, fortemente influenciada pelo pensamento católico de esquerda, a mulher representava uma força do lado da vida, possuidora de qualidades inerentes à sua condição de mãe, essenciais na transformação do mundo marcado pelas desigualdades sociais e manipulação do ser humano pela cultura de massa.

Em 1969, foi a vez de Helleieth Saffioti⁹ lançar o estudo *Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*, produto de sua tese de doutorado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de Araraquara. Permanece ainda hoje como referência obrigatória para os estudos sobre a mulher no Brasil. Sua importância diz respeito tanto à reunião de grande quantidade de dados e informações sobre a situação da mulher no Brasil (participação no mercado de trabalho, educação, estruturas familiares) que, até então, se encontravam dispersos, assim como à dimensão da análise que procura explicar a posição social da mulher, nas sociedades capitalistas.

Saffioti entrecruzou os conceitos de sexo e classe social, procurando desmistificar a exclusão feminina com base em características "naturais". Baseando-se na perspectiva da dialética marxista, ela tentou demonstrar que a

⁸ Criada em 1965, essa publicação foi de importância fundamental para agregar os intelectuais brasileiros mais significativos do período, que se posicionavam de maneira crítica contra a ditadura. Foram publicados 22 números da Revista até sua extinção pelo AI-5, em 1968. RIDENTI (2000) nos lembra que, apesar da proximidade da maioria dos colaboradores com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), muitos eram filiados, a Revista era independente do Partido e conseguia reunir nomes de intelectuais não militantes como o de Moacyr Felix, além de intelectuais da Universidade como Octávio Ianni e até inimigos históricos do PCB como Mário Pedrosa e o jornalista Paulo Francis. A posição de independência foi manifestada logo na criação da Revista pelo próprio editor, Ênio Silveira, que rechaçou a sugestão de Luiz Carlos Prestes para que a revista se vinculasse ao Partido.

⁹ Para GOLDBERG (1989) este trabalho de Saffioti pode ser classificado como uma teoria fundadora do paradigma estruturalista na maneira de pensar o feminismo no Brasil. Esse paradigma preconiza a importância da participação das mulheres no processo de transformação social e a importância do trabalho como força libertadora.

inferioridade social da mulher derivava da necessidade estrutural do sistema capitalista, concretizada pela formação de exército de reserva feminino.

Dedicou-se, ainda, a retrazar a condição feminina desde os tempos do Brasil Colônia, resgatando, pela primeira vez, o conjunto das manifestações feministas do início do século XX, analisando-as como tomadas de consciência da necessidade de participação, no processo de transformação da sociedade e do trabalho, como instrumento para a libertação, uma vez que ele poderia proporcionar a tomada de consciência e a organização das mulheres.

A eleição da mulher como objeto de estudo ganhou corpo, nas universidades brasileiras, e aconteceu num contexto de vertiginosa expansão dos cursos de pós-graduação, no final da década de 60. Essa expansão obedeceu a objetivos claros da política de educação do regime militar: formar professores para o ensino superior, preparar pessoal de alta qualificação para as empresas públicas e privadas e estimular estudos que pudessem contribuir para o desenvolvimento do País.

Se por um lado, o recrudescimento da repressão, no final da década de 60, abortou o debate sobre a emancipação feminina e o feminismo propriamente dito (no campo da participação social e da política), esse fator não foi capaz de impedir o surgimento e consolidação da questão da mulher dentro das Ciências Sociais. Algumas linhas temáticas recobriram a maioria das pesquisas: os estudos sobre a população feminina e sobre a força de trabalho das mulheres.

Essas escolhas se devem, em grande parte, ao incentivo recebido pelas agências financiadoras, como a Fundação Carlos Chagas e a Fundação Ford, para pesquisas nessas áreas, o que pode ser considerado positivo, na medida em que os resultados dos estudos contribuíram para dar visibilidade a um "fato feminino", na sociedade brasileira.

Os trabalhos traziam dados inéditos sobre formação profissional da mulher e mão-de-obra feminina no Brasil, além de começarem a manifestar tentativa de relacionar a questão do emprego feminino à vida familiar (esferas da produção e reprodução). Segundo LOBO (1991), o objetivo fundamental dessas pesquisas era indagar sobre o significado do trabalho feminino para a organização familiar, o que acabava por subsumir as mulheres como atores sociais, em detrimento da organização familiar. Só os estudos mais voltados

para o trabalho feminino vão se debruçar, mais detidamente sobre a relação sexo/mercado¹⁰.

É certo que não havia preocupação governamental em incentivar os cursos ligados à área de humanidades, como Ciências Sociais e História, mas eles acabaram contemplados na divisão de recursos e projetos específicos, ligados aos movimentos sociais. O comportamento, por parte do governo militar, parece um tanto contraditório se pensarmos a realidade de repressão que o regime submeteu a determinadas universidades e áreas de conhecimento, principalmente após decretar o AI-5. Professores, entre eles vários cientistas sociais, foram presos, exilados ou impedidos de ministrar cátedra.

Sob o signo do medo seria iniciada a década de 70, período de maior violência e repressão às forças oposicionistas no País. Intensificaram-se as perseguições, expurgos em órgãos políticos representativos. A repressão, antes localizada especificamente sobre políticos contrários ao regime e em líderes estudantis e sindicais, se generalizou e atingiu pessoas de todas as classes. Para muitos jovens que atuavam nas organizações de esquerda, a luta armada se colocou como única forma de reação possível diante do regime.

O governo ditatorial, durante o período de Garrastazu Médici, procurou encontrar legitimidade para seu autoritarismo, na mistificação dos resultados econômicos. Os benefícios, quando existiram, no chamado "milagre econômico", foram remetidos aos ricos e integrantes da classe média. Os pobres ficaram ainda mais pobres. Foi um dos períodos de intensificação da dependência ao capital externo, utilizado no financiamento da indústria,

¹⁰ Vários trabalhos situados na década de 70 vão procurar mostrar as evidências de um tratamento desigual por parte do mercado de trabalho às mulheres, oprimidas como mão-de-obra e como sexo. O tratamento é evidenciado nas formas de incorporação e expulsão feminina, na diferença salarial, na distribuição das trabalhadoras em postos considerados inferiores ou de menor qualificação. Entre esses trabalhos estão os de Paul Singer e Felícia Madeira, *Estrutura de Emprego e Trabalho Feminino no Brasil* (1975); Eva Alterman Blay, *Trabalho Domesticado – a mulher na indústria paulista* (1978) e Alice Paiva Abreu, *Mão-de-obra feminina e mercado de trabalho no Brasil* (1977). Outros trabalhos se preocuparam em interpretar a construção da identidade feminina a partir de sua condição de trabalhadoras, associando essa construção às peculiaridades de sua forma de inserção na esfera do trabalho coletivo. S. Rabello, M. Colier, M. Freitas e M. Albuquerque, constataram um movimento de resistência por parte de mulheres pernambucanas à incorporação ao mercado de trabalho na pesquisa *Participação da mulher no mercado de trabalho* (1969). Arakcy Martins Rodrigues em *Operário, operária* (1978) ilumina a questão de como a mulher trabalhadora vive sua identidade e lhe confere lógica. Em *O trabalho da mulher no Brasil*

especialmente de automóveis, bens manufaturados e extração mineral (DROSDOFF, 1986)

A impressão repassada através da propaganda oficial, nos meios de comunicação, era a de que aquele resultado não poderia ser conseguido de outra forma. Nesta fase, o ufanismo foi utilizado com maior intensidade pelo regime. Os slogans “Brasil, Ame-o ou Deixe-o”, “Brasil conte comigo” eram estampados nos carros e ônibus. As pesquisas de opinião apontavam níveis de aprovação, do então presidente, de até 70%.

Por parte da classe média intelectualizada, uma das protagonistas da resistência ao Golpe, a intensificação da repressão e o crescimento econômico dos tempos do “milagre” trouxeram o profundo dilema: o continuar resistindo, rejeitando a ordem ditatorial, mesmo correndo o risco de perder o emprego, sofrer torturas, ser exilado e até morto ou mudar de vida conseguindo melhor posição no mercado de trabalho, aproveitando as facilidades oferecidas pelo Governo e pelo crescimento da economia.

“De um lado, não perder um número dos jornais alternativos. De outro, para os novos aquinhoados, investir na bolsa. De um lado, comprar um televisor em cores, deixando o preto e branco para a empregada. De outro, torcer contra o Brasil no final da Copa. De um lado, ter dinheiro para fazer turismo na Europa. De outro, ter medo de não receber o visto de saída”¹¹.

Foi, nesse contexto de medo e repressão, que vem ao Brasil, em 1971, a feminista norte-americana Betty Friedan, a convite de Rose Marie Muraro e da Editora Vozes, para lançar seu livro *Mística Feminina*. A obra, que se tornou best-seller, nos Estados Unidos, discutia a crise de identidade feminina, analisando minuciosamente a construção da imagem da mulher como dona-de-casa perfeita, mãe e esposa. Friedan buscou as origens desta “mística”, analisando, ainda, a insatisfação das mulheres diante do que ela denominou de “mal sem nome”, que mereceria novo tratamento pela sociedade:

“(…) O problema não pode ser compreendido nos termos geralmente aceitos pelos cientistas ao estudarem a mulher, pelos médicos ao tratarem dela, pelos conselheiros que as orientam e os escritores que

(1977), Maria Luíza Carvalho mostra como a força de trabalho feminina não é intercambiável pela masculina e possui um sentido específico para o empregador.

¹¹ ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de e WEIS, Luiz. Carro-zero e pau de arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In Schwarcz, Lília Moritz (org). *História da Vida Privada no Brasil IV: contrastes da intimidade contemporânea*. P. 319 a 409. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p-332.

escrevem a seu respeito. A mulher que sofre deste mal, e em cujo íntimo fervilha a insatisfação, passou a vida inteira procurando realizar seu papel feminino. Não seguiu uma carreira (embora as que o façam talvez tenham outros problemas); sua maior ambição era casar e ter filhos. Para as mais velhas, produtos da classe média, nenhum outro sonho seria possível. As de quarenta ou cinquenta anos, que quando jovens haviam feito outros planos e a eles renunciado, atiraram-se alegremente na vida de donas-de-casa. Para as mais moças, que deixaram o ginásio ou a faculdade para casar, ou passar algum tempo num emprego sem interesse, este era o único caminho. Eram todas muito <<femininas>> na acepção comum da palavra, e ainda assim sofriam do mal¹².

Sua visita foi noticiada amplamente pela imprensa: *Jornal do Brasil*, *Manchete*, páginas amarelas em *Veja*. A cobertura, embora generosa em alguns veículos, não poupou críticas a sua figura, destacando seu aspecto físico, sua "feiúra"¹³ e truncando e distorcendo suas declarações. Nos veículos intelectualizados, ela também foi alvo de ironias e comentários mordazes.

Em *O Pasquim*, foi entrevistada por Millôr Fernandes, declaradamente antifeminista, e irritou-se com algumas de suas perguntas, chegando a jogar longe o gravador. Apesar de não ter vendido muito após o lançamento, o livro de Betty Friedan e sua vinda ao Brasil abriram espaço para a discussão sobre a condição da mulher e o movimento feminista.

Paralelos a esses eventos e/ou estimulados por eles, começavam a se constituir grupos organizados de mulheres brasileiras no País, e também fora dele. Uma das experiências mais significativas aconteceu com as mulheres exiladas pelo regime militar ou que saíram do País para se aperfeiçoar em cursos de pós-graduação, principalmente em países da Europa (França, Itália, Suíça, Inglaterra) e nos Estados Unidos.

Para muitas das mulheres, militantes de partidos e organizações de esquerda, o mergulho na realidade sem privilégios de classe, em que tiveram que encarar o trabalho e o contato com outras mulheres insatisfeitas e mobilizadas coletivamente, estimulou a busca pela identidade de gênero, a discussão dos problemas até então encarados de forma individual e a vontade de conhecer as idéias, em circulação, sobre o feminismo.

¹² FRIEDAN, Betty. *Mística feminina*. Petrópolis: Editora Vozes, 1971, p-27.

¹³ A tentativa de desqualificar as feministas taxando-as de mal amadas, feias e frustradas não ocorreu apenas na imprensa desse período. SOIHET (2001) mostra que essa também foi

Leituras dos livros de Simone de Beauvoir e Germaine Greer (*A Mulher Eunuco*), dentre outros, na década de 70, alimentavam as discussões em grupos de reflexão e de consciência, em que as mulheres trocavam impressões sobre suas vidas, desejos e angústias, discutindo repressão, sexualidade, maternidade. Obedeciam, assim, ao princípio feminista de que o privado é político. O depoimento de Branca Moreira Alves, feminista histórica brasileira, é ilustrativo do ambiente desses grupos:

"Nos dias de grupo de reflexão em que eu falava: "Eu nunca gozei", a outra também dizia que nunca tinha gozado e como era isso. E num grupo de reflexão, aqui no Rio, uma amiga minha me ensinou a tirar a cúpula do chuveiro e deixar a água cair no clitóris e aí foi meu primeiro orgasmo. Isso aos 35 anos (...) Foi uma revelação"¹⁴.

Foram essas mulheres que estabeleceram redes de correspondência entre grupos de vários países e começaram a editar os primeiros boletins sobre a questão, lidos por mulheres também no Brasil. Elas escreviam intensamente, a partir de 1973, para as seções de cartas de jornais como o alternativo *Opinião* (1972-1975), propondo a discussão do tema e polemizando o projeto feminista mais adequado à realidade brasileira.

Não se pode compreender o feminismo brasileiro como um movimento unificado e homogêneo. As disputas ideológicas e políticas marcaram a construção da luta das mulheres no Brasil, desde o início. As próprias condições históricas em que se deu a organização desse movimento, em momento de dificuldades para a participação política e enfrentamento do regime, contribuíram para que grande parte das mulheres que ingressaram no movimento fossem de organizações e partidos de esquerda.

Geralmente eram militantes de tendências mais ligadas ao marxismo ortodoxo feminista, que sobressaiu, na primeira fase do movimento no Brasil. Esse tipo de pensamento localizava a origem da opressão das mulheres, no sistema capitalista, e defendia seu ingresso na força de trabalho como forma de adesão à luta pelo socialismo, conduzida pelos proletários, em busca de um sistema que liberasse homens e mulheres.

uma estratégia amplamente usada por setores da imprensa na década de 20 para combater as manifestações feministas.

¹⁴ TOSCANO, Moema e GOLDEMBERG, Mirian. *A revolução das mulheres*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1992, p-55. Outros trabalhos ricos em depoimentos de mulheres em seus grupos de reflexão são os de GOLDBERG (1987) e o de MIGUEL (1988).

MIGUEL (1988) aponta até mesmo atitude de disfarce, por parte de algumas militantes que usavam o movimento, como forma de arregimentar mais simpatizantes para seus respectivos grupos, executando sua tarefa partidária. Isso não quer dizer que, posteriormente, elas não tenham se envolvido realmente com as discussões e bandeiras feministas.

O fato é que elas se diferenciaram claramente das correntes do feminismo radical, mais voltadas para a crítica ao patriarcalismo como causa da opressão feminina. Essa linha de pensamento enfatizava a questão das diferenças culturais, na formação de homens e mulheres e luta pela liberação da mulher, a partir da esfera do cotidiano até chegar ao nível social. Queria ainda a conquista da autonomia e defendia a livre disposição do corpo, ou seja, o controle sobre a sexualidade e a reprodução. Utilizava, como instrumentos de organização, os grupos de autoconsciência, em que se estabeleceriam laços de solidariedade, baseados em sua condição comum de opressão. Foi a tendência mais forte entre os grupos de mulheres exiladas.

Uma terceira tendência do feminismo brasileiro tinha inspiração liberal, acreditava que as diferenças entre homens e mulheres tinham razões culturais, enfatizava as iguais potencialidades entre os sexos, lutando pela conquista de direitos civis e se posicionando contra a discriminação sexual, em todos os níveis da sociedade. Foi a tendência conhecida como "feminismo da igualdade", uma vez que pregava o oposto do feminismo radical. Essas duas posições explicitaram a dualidade que, durante muito tempo, dividiria opiniões e ações do movimento, não só no Brasil, mas em outros países:

"Estas duas perspectivas representam os pólos do debate <<igualdade contra diferença>> sobre as causas e características das mobilizações femininas. Não se restringindo à etiologia do feminismo, cada lado deste debate implica uma compreensão do próprio feminismo. Para os <<igualitários>>, o feminismo tende a desestruturar o gênero e está geneticamente ligado à sua presença opressiva; para os defensores da <<diferença>>, o feminismo tende a valorizar o gênero e é provocado pela negação de identidade de que as mulheres sofrem"¹⁵.

No bojo das reivindicações do movimento feminista, em todo o mundo, e no início de sua organização no Brasil, a Organização das Nações

¹⁵ ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980. IN: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (orgs). *História das mulheres no ocidente - o século XX*. Vol 5. Porto: Edições Afrontamento, 1991, p. 591-592.

Unidas (ONU) coordenou a primeira conferência mundial da mulher, no México, e elege 1975 como o Ano Internacional da Mulher, o que algumas tendências do movimento feminista internacional identificaram como estratégia para neutralizar os conteúdos mais contestatórios.

O fato é que a chancela da ONU representou, para o movimento de mulheres no Brasil, a possibilidade de organização do movimento feminista de maneira mais segura, com relação ao enfrentamento do regime. Mulheres de diversos grupos de reflexão, militantes históricas e interessadas na temática, organizaram o primeiro encontro, no Rio de Janeiro, de onde surgiu uma das primeiras entidades feministas, o Centro da Mulher Brasileira (CMB).

A conjuntura política também favoreceu a emergência das mulheres como força organizada, o que não acontecia, desde as marchas "da Família com Deus e pela Liberdade", pouco antes do Golpe de 64. Através de setores progressistas da Igreja, cresciam clubes de mães, nas paróquias de São Paulo que impulsionariam o Movimento do Custo de Vida, organizado entre os anos de 1973 e 1979. Entre suas principais reivindicações, estavam a criação de creches e cooperativas nos bairros populares, abono salarial de emergência para todos os trabalhadores e o congelamento de preços para os produtos de primeira necessidade.

O descontentamento, com a política econômica, o fracasso do "milagre econômico" e o recrudescimento da repressão desgastaram politicamente o regime e propiciaram o fortalecimento de entidades da sociedade civil. Organizações como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e Associação Brasileira de Imprensa (ABI) passaram a atuar como acolhedoras dos desejos de mudança por parte da sociedade e como palco para debates, reivindicações e manifestações contra o Regime.

O ano de 1975 marcou também a organização do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), liderado por Terezinha Zerbini, mulher de militar deposto pelo regime. Foram criados núcleos do Movimento, em vários estados do Brasil que se mobilizaram pela libertação de presos políticos e a volta dos exilados, o que ocorreria apenas no ano de 1979.

As primeiras publicações produzidas pelo movimento de mulheres¹⁶ também datam da segunda metade da década de 70 e foram estimuladas diretamente pelos acontecimentos já analisados. Em 1975, foi fundado o jornal *Brasil Mulher*, sob influência direta do MFPA, dirigido por quatro jornalistas e impresso no Paraná. Identificava-se mais com as tendências do feminismo da igualdade, propondo a “equidade entre homens e mulheres de qualquer latitude”. Havia também prevalência das concepções clássicas de esquerda. Um racha entre as feministas e as representantes do MFPA culminaria com a fundação, em 1977, do *Maria Quitéria*¹⁷, que passou a ser porta-voz na luta pela anistia.

Em 1976, surge o jornal *Nós Mulheres*, com a proposta de denunciar a opressão específica contra as mulheres e a dupla moral sexual vigente para os dois sexos, na sociedade brasileira. Discutia os papéis sexuais e a redução “naturalista” da mulher às funções de mãe e esposa. Era feito por jornalistas e militantes, em colaboração direta com a revista *Versus*, com a utilização de seu espaço físico, e com o alternativo *Movimento*¹⁸, através do aproveitamento de material censurado.

Mas nem todos os jornais da chamada imprensa alternativa levaram, em consideração, o movimento de mulheres e a questão comportamental como elementos dignos de abordagem mais sistemática. As feministas eram tratadas como frustradas por órgãos como *O Pasquim*. Os jornais mais

¹⁶ Dois trabalhos de NEHRING se debruçam mais aprofundadamente sobre a produção jornalística feminista: *Família e feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres* (1981) e *A experiência feminista dos anos 70* (1990).

¹⁷ A criação deste minitablóide, em maio de 1977, ocorreu após um racha na equipe que fazia o jornal *Brasil Mulher*. As divergências diziam respeito, principalmente, à finalidade do periódico. Para as partidárias de Joana Lopes, ele deveria se engajar na causa das mulheres, denunciando seus problemas e a opressão. Já para Terezinha Zerbini, esposa de um general cassado pelo Regime, ele deveria se dedicar mais à luta pela Anistia. É sob esta segunda tendência que será criado o *Maria Quitéria*, que passou a ser o porta-voz do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA). Em seu conselho editorial estavam nomes tradicionais da esquerda nacionalista como Euzébio Rocha e Barbosa Lima Sobrinho (KUCINSKY, 1991: 80-81).

¹⁸ Por outro lado, os jornais alternativos como *Movimento* também abriam espaço para a divulgação das crescentes publicações sobre a mulher e o feminismo, o que se intensificou na década de 80. No exemplar datado de 19 a 25 de janeiro de 1981, Miriam Moreira Leite resenhava três recentes lançamentos na área: *Ideologia e Feminismo – A luta da mulher pelo voto no Brasil*, de Branca Moreira Alves; *Encontros com a Civilização Brasileira – Mulher Hoje e Vivência, História, Sexualidade e Imagens*, da Fundação Carlos Chagas. Já no exemplar, datado de 18 a 24 de maio do mesmo ano, encontramos a resenha do livro *Espelho de Vênus*, prefaciado por Carmen da Silva e resenhado também por Miriam Moreira Leite.

voltados para a esquerda, como *Opinião* e *Movimento*¹⁹, também ignoravam a questão por considerá-la menor diante das questões estruturais e adotavam postura moralista diante de temas como a sexualidade e o prazer.

Para se contrapor a essa visão, surgiram alguns “nânicos” pregadores da importância do prazer pessoal, corporal e sexual, situando-o no mesmo nível de importância da liberdade política e da necessidade de comer (KUCINSKY, 1991). Tinham, como público alvo, a juventude intelectualizada de classe média para quem a experiência política ganhava dimensão hedonista, de ludicidade e forte erotização, na busca por viver o “aqui e agora”.

O Beijo (1977) dedicou-se ao comportamento, sociologia e cultura e à discussão do prazer e sexualidade, sendo integrado pelos jornalistas Júlio César Montenegro, Genilson Cezar, Ronaldo Brito e Caio Túlio Costa. *Lampião da Esquina* (1978), lançado por Aguinaldo Silva, se propôs a lutar contra a discriminação e a defender os direitos dos homossexuais.

Mas não era apenas, nos meios alternativos, que se encontrava essa discussão sobre mudanças no comportamento e sexualidade de homens e mulheres. As décadas de 60 e 70 se caracterizaram como um período de consolidação de um mercado de bens culturais, com destaque para a concretização da televisão como veículo de massa que acabou adquirindo importância no papel de disseminadora de novos comportamentos. Destaque-se aqui o papel desempenhado pelas novelas.

Os veículos jornalísticos transformam-se, com o apoio do estado autoritário, em grandes organizações capitalistas²⁰. Este fato possibilitou uma

¹⁹ Opinião é considerado o jornal mais influente da imprensa alternativa dos anos 70, tendo surgido no apogeu do regime autoritário, em 1972. Financiado pelo empresário Fernando Gasparian, articulador e porta-voz da chamada burguesia nacional que apoiava Goulart, era produzido por jornalistas profissionais e, segundo KUCINSKY (1991), secretamente instruído pelo comitê central da Ação Popular. Combinou uma feição clássica com opinião crítica, funcionando como canal de comunicação entre jornalistas e intelectuais que escreviam grande parte dos artigos. Opinião, entre outras coisas, reabriu as discussões sobre o papel da oposição em condições de extremo autoritarismo. Sofreu controle da censura desde antes de seu lançamento. Os momentos de luta da equipe do jornal foram documentados por MACHADO (1978). Um racha entre a redação, liderada pelo jornalista Raimundo Pereira, editor de *Opinião* e o seu mantenedor resultou na criação de *Movimento*, em abril de 1975. Pereira queria um jornal similar a *Opinião*, em seus princípios, mas de alcance popular. Somou a defesa das liberdades democráticas, objetivo do antigo periódico, à defesa dos recursos e da cultura nacionais e da qualidade de vida do povo brasileiro, com a proposta de acompanhar sua realidade e suas lutas.

²⁰ A imprensa, como outras instituições e empreendimentos no Brasil, se desenvolveu à sombra do Estado. Uma relação baseada principalmente na concessão de subsídios econômicos como empréstimos e incentivos fiscais, essenciais para o desenvolvimento de

melhoria na qualidade dos produtos editoriais, além do acréscimo no volume de produção e a diversificação das publicações voltadas para públicos específicos, caso das revistas de esportes, navegação, motocicletas, automóveis, sexo e também das revistas femininas. A preocupação com a segmentação do público fez a Editora Abril aumentar o número de publicações de sete, no período de 1950 a 1959 para 27, entre os anos de 1960 a 1969²¹.

Foram lançadas revistas para jovens, "pessoas bem informadas", interessados em esportes, proprietários de veículos, homens de negócios e mulheres. Para esse último grupo, foi criada uma série de títulos voltados para as adolescentes, mulheres jovens, solteiras e mulheres casadas.

Indícios dos debates e tensões entre concepções tradicionais e mais modernizantes, nas relações entre homens e mulheres e seus papéis sexuais, podiam ser observados já em revistas femininas do final da década de 50. Nos anos posteriores, no entanto, as divergências apareceriam com mais força e a forma de encará-las sofreria pequenas, mas significativas modificações.

Entre os principais elementos diferenciadores do discurso das revistas, estava o aumento na pluralidade de vozes em seu interior, com a possibilidade da dissonância, ainda que tímida, entre as concepções e a introdução dos conceitos psicológicos, no cotidiano das matérias, a fim de explicar e interpretar as mudanças a que já nos referimos.

Autores como SANTOS (1982), FIGUEIRA (1986) e BORGES (1999) afirmam que esse movimento de disseminação da cultura psicanalítica, tanto na mídia como em outros setores sociais, era forma de reorientar os indivíduos

uma instituição de dupla face. O Estado autoritário no Brasil, aliás, foi o maior responsável pelos investimentos em infra-estrutura que possibilitaram o desenvolvimento de uma indústria cultural, gestando uma política para este setor configurada na criação de órgãos como a Funarte, Embratel, Embrafilme, Pró-Memória e o próprio Ministério das Comunicações, criado em 1967. Os pesados investimentos estatais no setor cultural e de comunicação atendiam a um duplo objetivo. Por um lado, havia a intenção de desenvolver uma cultura de massa necessária à ampliação do mercado interno e disseminação de novos costumes e hábitos de consumo para a população, garantindo a consolidação do parque industrial que se formava. Por outro lado, essa reorientação na esfera cultural, seguirá também as preconizações da Doutrina de Segurança Nacional e suas diretrizes para o Governo ditatorial. O desenvolvimento de uma indústria cultural, sob o ponto de vista governamental, estava inscrito na estratégia de garantir a segurança interna do País (ORTIZ, 1995) e (MELLO e NOVAIS, 1998).

²¹ O Grupo Abril é um dos representantes da nova forma de administrar os negócios na área da comunicação, a partir dos anos 60. Os capitães da indústria dos anos anteriores cedem lugar aos managers, que administram conglomerados, englobando diversos setores industriais. Entre os empreendimentos do grupo, além das publicações estavam hotéis, frigoríficos, empresas de turismo e de distribuição (ORTIZ, 1995).

"desmapeados" pelo processo de modernização, estimulando idéias como o igualitarismo, a diluição de fronteiras entre categorias dadas como intrinsecamente diferentes (homens/mulheres, jovens/velhos).

A difusão de conceitos psicanalíticos, no entanto, não servia, nesse momento, apenas para responder à curiosidade ou demanda por parte dos leitores, mas também para canalizar e estimular a demanda, uma vez que o conhecimento psicanalítico procura desestabilizar a organização que as pessoas conferem ao que vivem, transformando-o, dando-lhe novo significado. O poder de quem interpreta, o analista, gera o desejo generalizado de ter ou ser analista.

Assuntos como crescimento interior, a construção da vida de independência também psicológica, assim como o estímulo do reconhecimento das próprias emoções e a auto-estima tornaram-se recorrentes nas revistas femininas, o que não significaria abordagem revolucionária ou livre de qualquer preconceito ou permanência de tradições. Principalmente, se levarmos em consideração que, para muitas revistas, nessa época, o desafio era combinar a emergência de novas relações (independência da mulher) com perspectiva conciliadora em relação aos valores hegemônicos como família e casamento.

No período, situado entre os anos de 1960 e 1970, as revistas funcionavam como divulgadoras de uma indústria de bens de consumo, em desenvolvimento, voltada justamente para a venda de produtos para o lar e a beleza, sob forte influência dos patrocinadores. Mas é certo que seus conteúdos sofreram influências por parte dos movimentos sociais de mulheres e de suas própria leitoras. Existia forte circularidade entre público e editores e entre autores e leitoras, que se dava principalmente através de cartas.

Isso não significa que as revistas incorporassem todas as reivindicações e idéias de quem as lia, nem mesmo que, através de suas páginas, se revelasse o retrato fiel da condição feminina de uma época. Não podemos esquecer que as revistas, como representações do mundo social, correspondem a interesses dos grupos que as produzem e que as percepções sociais, trazidas por elas, não podem ser vistas como discursos neutros.

"Na verdade, as revistas femininas não são o espelho fiel (ou mesmo o distorcido) d'a Realidade, apenas contêm uma visão desta (ao mesmo tempo em que fazem parte da própria realidade social). Muitos dos aspectos e conflitos do contexto social podem ser

*abafados em função da manutenção da dinâmica das relações de poder existentes. Muitas vezes, as revistas podem ir, por algum tempo contra a corrente das transformações sociais*²².

Como produtos marcados pela história, as revistas femininas não surgem como artigos revolucionários, nem estão na vanguarda do movimento de mulheres. Tampouco elas podem ficar distantes demais dos problemas de suas leitoras, pois correm o risco de perdê-las. São capazes de formar gostos, opiniões e padrões de consumo e, ao mesmo tempo, se prestam como guias, amigas e conselheiras, como *Claudia*.

1.1 - Revista com nome de mulher

O lançamento da revista *Claudia* pelo Grupo Abril, em outubro de 1961, foi apontado por GOLDBERG (1987), ao lado do Novo Estatuto da Mulher Casada²³, como um dos indicadores da modernização dos costumes em relação às representações do sexo feminino e aos papéis atribuídos às mulheres na década de 60 no Brasil. A publicação foi a primeira realizada dentro da concepção diferenciada do que se escrevia para mulheres até aquele momento.

Claudia avançou com relação às predominantes fotonovelas publicadas pela própria Editora Abril, por ser uma revista²⁴, no estilo "magazine moderno", espécie de guia prático para todas as horas. Falava do cotidiano e dos assuntos considerados "femininos", dando caráter mais jornalístico a alguns temas tratados e trazendo matérias substantivas e reportagens voltadas para um público eminentemente brasileiro. Seu primeiro número, em outubro de 1961, teve tiragem de 150 mil exemplares.

²² BASSANEZI, Carla Beozzo. *Virando as páginas, revendo as mulheres*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p.17.

²³ Lei aprovada e incorporada ao Código Civil em 1962, elaborada pela jurista Romi Medeiros, propunha a plena igualdade entre os cônjuges, mas depois de dez anos de tramitação nos poderes legislativos foi aprovado um texto muito diferente do proposto que apenas distinguia a mulher casada dos indígenas, incapacitados e menores e lhe permitia o exercício de atividades remuneradas sem necessitar da permissão do marido. O homem continuava a ser o chefe da sociedade conjugal.

²⁴ O que caracteriza a publicação revista é a multiplicidade de assuntos tratados em um mesmo exemplar, o que permite ao leitor uma leitura fragmentada, não contínua e por muitas vezes seletiva, além do que, como lembra Clara Rocha, a revista é quase sempre criação de um grupo e não apenas de um autor (MARTINS, 2001:45-46).

A criação de Claudia se situa diante das possibilidades oferecidas por um país em franca urbanização e industrialização, no momento em que a expansão do capitalismo brasileiro, consolidada no governo JK, submetia novas atividades produtivas, inclusive a imprensa, à lógica do capital. As modificações mais substantivas se dariam principalmente no ritmo de produção dos jornais e revistas, com expansão e atualização do parque gráfico brasileiro, em grande parte, estimulado pelo Regime Militar, a partir de 1964 e solidificado no final da década de 60.

O desenvolvimento econômico e a industrialização ajudaram a redefinir estratégias por parte das empresas editoras para a conquista de novos leitores. A divisão social do trabalho e diversificação de novas atividades, voltadas ao comércio e ao setor de serviços, ampliou as possibilidades de emprego e diferenciação salarial entre os diversos níveis profissionais e de qualificação, criando e fortalecendo novos extratos da classe média²⁵.

Foi Perrot (1992) quem destacou a mudança provocada pelo desenvolvimento industrial e pela popularização dos eletrodomésticos, no século XX, na construção da figura da mulher, tanto a burguesa, como a operária. A dona-de-casa se tornou uma espécie de “engenheira”, que comandava as máquinas de sua cozinha-fábrica.

Foi a mulher quem passou a ser encarregada de fazer as compras e administrar o orçamento doméstico, difundindo o gosto, decidindo o sucesso da moda, “reinando” sobre o consumo. Foi para ela que se dirigiram as atenções da publicidade, estimulando este novo poder. Os anúncios publicitários disputavam sua atenção e as revistas, ou “magazines” tornaram-se os espaços prediletos para essa comunicação, lugares “femininos” por excelência, em que ela exercia seu “reinado”.

O Grupo Abril tinha consciência das possibilidades mercadológicas desse momento e representou, através da revista, o espírito da década com relação à mulher – a nova consumidora numa sociedade em processo de

²⁵ A onda de desenvolvimento, estimulada pelo Governo Militar, atravessaria a década de 60 e parte da década de 70, fazendo com que o otimismo tomasse conta, principalmente, dos setores médios da sociedade que assistiram à transformação da visão progressista do Brasil em uma crença na modernização, no “acesso iminente ao primeiro mundo” (MELLO e NOVAIS, 1998). Do início da década de 50 até o final dos anos 70, com maior ou menor intensidade, os brasileiros se viram incorporados a uma

modernização. Sua leitora típica era a jovem dona de casa das camadas médias urbanas, com poder aquisitivo suficiente para permitir que não trabalhasse fora e dispusesse de outras mulheres para executar as tarefas domésticas. Seu dinheiro, ou na maioria das vezes, o dinheiro de seu marido, possibilitaria a aquisição de novos produtos, desde moda e beleza, passando por eletrodomésticos até a alimentação.

O consumo desses produtos correspondia ao ideal da “vida moderna” à disposição da classe média. A conquista desta fatia de mercado norteou a produção da revista antes de sua chegada às bancas, servindo como atrativo para o iniciante mercado publicitário. Está presente, no editorial do projeto de Claudia, enviado aos anunciantes pouco tempo antes de seu lançamento:

“Por que Claudia?”

O Brasil está mudando rapidamente. A explosiva evolução da classe média torna necessária uma revista para orientar, informar e apoiar o crescente número de donas de casa que querem (e devem) adaptar-se ao ritmo da vida moderna.

*Claudia será dirigida a essas mulheres e dedicada a encontrar soluções para seus novos problemas. Claudia não esquecerá, porém, que a mulher tem mais interesse em polidores do que em política, mais em cozinha do que em contrabando, mais em seu próprio mundo do que em outros planetas. . . Claudia, enfim, entenderá que o eixo do universo da mulher é o seu lar*²⁶.

Tomando como base essa última assertiva, a Revista procuraria orientar as mulheres em “tudo”, compreendido aqui como a reunião de assuntos determinados como de interesse para uma mulher: elegância, beleza, criação dos filhos, além de “obrigações e direitos da mulher em seu mundo íntimo”. O editorial enviado aos anunciantes preconizava, ainda, o caráter nacional da Revista “em espírito e penetração geográfica”, uma vantagem a mais para os anunciantes que divulgariam seus produtos em todo o País.

*“Desde a esposa do médico sul-riograndense até a senhora do prefeito de Jacareanga, desde a mulher do engenheiro de Paulo Afonso à esposa do professor do Território do Acre – todas terão em Claudia uma companheira constante e inteligente. Claudia será a revista amiga-moderna e feminina - que fará parte da vida de 150.000 famílias brasileiras*²⁷.

economia moderna, adotando padrões de produção e consumo típicos de países desenvolvidos.

²⁶ Citado por NEHRING, Maria Lígia Quartim de Moraes. *Família e feminismo – reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres*. São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) USP, 1981, p. 104.

²⁷ Id. *Ibidem*, p. 104-105.

A estratégia comercial surtiu efeito transformando *Claudia*, de acordo com NEHRING (1981), na revista propaganda por excelência, feita para dar lucros certos. *Claudia* transformou-se, em pouco tempo, na segunda maior fonte de renda publicitária entre as revistas do Grupo Abril.

A propaganda ocupava, em média, metade da publicação, vendendo produtos como roupas, perfumes, artigos de beleza, absorventes higiênicos, eletrodomésticos e produtos alimentares. "*Claudia era impensável sem a presença (fortíssima, diga-se de passagem) dos anunciantes*".²⁸

Algumas empresas, com forte presença na publicidade da Revista, mantinham até mesmo consultores que escreviam artigos ou propunham testes em assuntos como beleza, decoração e educação dos filhos. A *Johnson & Johnson*, empresa especializada em produtos farmacêuticos e de higiene pessoal, por exemplo, mantinha uma seção, publicada algumas vezes em *Claudia*, sob o título de *Ser mulher... e ser feliz*, assinada pela consultora feminina da empresa, Anita Galvão.

Neste espaço, Anita propunha testes sobre "erros" e "acertos", na educação dos filhos, julgando, na contagem de pontos do teste, se os pais haviam agido como "modernos" ou não. Nos testes, eram introduzidas perguntas relacionadas aos produtos comercializados pela empresa. Uma mãe 'moderna', na concepção de Anita, segundo teste publicado em junho de 1964, não impediria a filha adolescente de ir a uma festa por estar menstruada. Mostraria que, ao invés das "antiquadas" toalhinhas, ela poderia se sentir segura usando o absorvente higiênico *Modess*, recém-lançado, aproveitando melhor os momentos de diversão.

Feita assim, a partir de uma linguagem eminentemente urbana, em tom coloquial, a Revista tinha 50 por cento de sua tiragem destinada aos estados do Rio de Janeiro (na época, estado da Guanabara) e São Paulo. *Claudia* destacou-se dentre as revistas femininas da época também por inaugurar novo estilo, na edição de matérias de beleza, moda, culinária e decoração. A novidade estava na formação de grandes equipes de produtoras de moda, no investimento em fotógrafos e manequins. Muitos dos ensaios de moda eram produzidos em outros países.

Até mesmo uma cozinha foi montada na redação da Revista para testar as receitas que seriam repassadas às leitoras. Esta preocupação com a identificação entre a leitora e a “revista amiga” se fez presente, desde o início, fazendo com que as mulheres desenhadas, para ilustrar as primeiras capas, fossem logo substituídas por fotografias de mulheres reais, mesmo sendo modelos.

No início, *Claudia* trazia profundas influências americanas, com muitas das matérias inteiramente compradas dos Estados Unidos. Perfis de atrizes como Audrey Hepburn, Elizabeth Taylor e Rachel Welch, reportagens e entrevistas com atores e cantores norte-americanos de sucesso, como Paul Newman, Robert de Niro e Frank Sinatra, ocupavam bom espaço na Revista, sem falar que muitos dos contos românticos também levavam a assinatura de escritores estadunidenses – Irwin Shaw e Ray Bradbury, por exemplo. Até mesmo, nas matérias de decoração, imperava o *american way of life*.

Um anúncio de *Claudia*, datado de setembro de 1964, ilustra bem a influência norte-americana, na indústria da publicidade, que se estabelecia naquele momento no Brasil. Ocupando página inteira, ele trazia a imagem colorida de uma mulher bem vestida, de *tailleur* e coque, caminhando sobre piso de madeira, o Paviflex, também colorido e bem lustrado. A frase principal do anúncio indagava ao leitor: “*Não parece anúncio de revista americana?*”. Mais adiante somos informados de que “lá, as donas de casa são “crazy” por Paviflex”, em referência explícita ao gosto norte-americano. Como arremate, somos lembrados que só podia ser assim mesmo, afinal “*o gosto pela beleza é universal*”.

Além de assuntos tradicionais, *Claudia* trazia variedade maior de seções. Reportagens sobre saúde e orçamento doméstico ladeavam contos de consagrados escritores brasileiros, como Paulo Mendes Campos, Carlos Drummond de Andrade e Fernando Sabino, presentes nas duas décadas em questão. No entanto, o grande filão da Revista era baseado mesmo na moda e no mundo doméstico.

Em geral, as matérias e artigos publicados em *Claudia* reafirmavam os papéis tradicionais destinados às mulheres, enfatizando a responsabilidade

²⁸ Id. *Ibidem*, p.106.

destas com seus lares, filhos e maridos, apesar de número crescente de mulheres trabalharem fora. A moral sexual de anos anteriores também prevalecia na primeira década de Claudia. Não era hábito criticar ou questionar idéias que se chocassem com o que era preconizado pela Família, Igreja e pela Lei.

As matérias se colocavam contra a prática do sexo antes do casamento e viam a “perda” da virgindade como erro ou fraqueza que deveriam ser evitados pelas moças. Os conselhos sobre como evitar noivados muito longos e, portanto, mais tentadores, além de muita liberdade nos namoros, eram temas de reportagens, artigos e contos.

O exemplo de como o homem era tido como juiz do comportamento feminino e definidor de regras de comportamento, no que toca às relações entre os sexos, era a abundância de seu ponto de vista em matérias sobre sexualidade. Em 1963, mil homens foram entrevistados pela Revista, sobre o tema, em cinco capitais brasileiras. A maioria (70,5%) reafirmou o posicionamento contrário em casarem-se com mulheres não virgens, exigindo, segundo Claudia, a “integridade física” de suas esposas, o que é comemorado pela matéria. “(...) percebemos - com enorme prazer - que (...) torna-se cada vez mais clara a maioria dos ‘sim’. E esses ‘sim’ significam (...) que a mulher ainda é a de sempre nas suas relações com o homem com quem deve casar”

²⁹ .

Pressionada pelas leitoras, a Revista decidiu fazer a mesma matéria, só que ouvindo as mulheres que respondiam à pergunta “*Como o homem e a mulher devem chegar ao matrimônio do ponto de vista das experiências sexuais?*”. O resultado diverge completamente da enquete masculina. Trinta e oito por cento das entrevistadas acreditavam que só homens deveriam possuir experiência sexual antes de se casarem, mas 33% afirmaram que os dois deveriam ter essa experiência, além do que 13% acreditavam que isso era indiferente, 11% acharam que os dois não deveriam ter experiências. Cinco por cento não souberam responder.

A pequena diferença entre os dois primeiros dados foi interpretada pela Revista como a permanência do ideal da virgindade por parte das

²⁹ Id, Ibdem, p. 155.

mulheres. Não se analisaram esses números como indícios de conflitos instalados entre homens e mulheres.

Não foi a única vez em que Claudia distorceu a interpretação de dados em pesquisas, em benefício da manutenção de velhas idéias. Por outro lado, a Revista optou por não se posicionar em relação ao assunto, incentivando mais discussão e menos preconceito com relação ao tema³⁰. Mas quem revirar a seção de cartas *Claudia Responde*, nesse período, vai poder encontrar, em meio a críticas, a abordagem do assunto, sinais de tensão estampados em manifestações contrárias ao tabu da virgindade:

*"moça paulista elogia as mulheres que sabem controlar os impulsos da paixão", mas acredita que a pureza vá além da castidade*³¹

*"leitora gaúcha acha "que todos nós devemos ter nossas experiências pré-conjugais para que se evite um acidente tão comum (...) que é o desajuste sexual"*³²

*"moça paulista elogia a revista por tratar do assunto e propõe soluções individuais para cada caso "enfrentando-se corajosamente os preconceitos".*³³

Apesar de acatar essas manifestações, publicando-as ainda que com filtros, Claudia era e continuaria a ser, por muito tempo, a revista voltada para a mulher casada que assim pretendesse se manter até que a morte a separasse de seu estimado marido.

Este, aliás, era figura central na Revista. Aquele que se buscava sempre agradar, seduzir, não chatear, surpreender positivamente a cada instante, preservando-o por toda a vida. A "esposa ideal" de Claudia era a mulher que nunca relaxava com a própria aparência, mantendo-se sempre atenta e solícita aos desejos e necessidades do marido, sendo, inclusive responsável direta por seu estado de saúde física e mental.

Eram comuns em Claudia, nesse período, artigos e reportagens orientando as esposas como melhorarem a qualidade de vida dos maridos e prevenindo ações e gestos capazes de desencadear males à saúde do chefe

³⁰ As matérias contendo pesquisas sobre comportamento sexual tinham bastante repercussão naquele momento, motivando as leitoras a escreverem sobre o assunto, o que pode ser depreendido da seção de cartas de Claudia. Tamanho interesse, segundo GUIDDENS (1992) pode ser explicado pelo fato de que, na área do discurso sexual, os textos informativos e analíticos terem muito mais impacto do que aqueles abertamente propagandistas, que recomendam a busca pelo prazer sexual, por exemplo.

³¹ Claudia, janeiro de 1963.

³² Claudia, fevereiro de 1964.

³³ Claudia, fevereiro de 1964.

da família. A matéria intitulada "O coração de seu marido está em suas mãos – cuide bem dele" fazia crítica à divisão tradicional de tarefas entre o casal, em que o homem entrava como o único provedor e a mulher como a responsável pelos cuidados com o lar e com os filhos.

Os argumentos utilizados para a construção da crítica, no entanto, não levavam, em consideração, melhorias nas condições econômicas e sociais das mulheres, como poderíamos esperar, no início da leitura. O que se levou em conta, exclusivamente, foi a situação de estresse, proporcionada ao homem, o que poderia possibilitar a aquisição de algum problema no coração masculino:

*"Na maioria dos lares brasileiros, ainda é o homem quem trabalha, cabendo à mulher as tarefas do lar e a educação dos filhos. Do ponto de vista cardíaco, essa divisão do trabalho é desvantajosa para o homem: ao trabalho propriamente dito (não importa se manual ou intelectual) se juntam todos os conhecidos fatores de esforço que a vida numa grande cidade produz. Basta lembrar o trânsito, dificuldades de comunicação, ruídos excessivos, etc, etc"*³⁴.

A matéria propõe assim uma série de comportamentos para a dona de casa, como forma de aliviar o sofrimento do homem. Entre eles, tornar a casa mais agradável para o "repouso do guerreiro", não exagerar na limpeza em sua presença, "esquecendo", um pouco, os cuidados com tapetes e até mesmo com aquelas cinzas de cigarro, jogadas displicentemente, no chão, pelo marido. Os desejos de ascensão social e cobranças por melhores posições no trabalho deveriam ser controlados pelas esposas, a fim de evitar maiores conseqüências.

*"Modere sua ambição. A mulher pode instigar o homem a galgar altos postos na sua carreira, mas pode, ao mesmo tempo, impedir o desenvolvimento da personalidade do marido. Cuidado: se você forçá-lo muito, suas artérias e seu coração poderão deixar apenas uma ambiciosa viuvinha"*³⁵.

O mesmo tom deu as coordenadas para matéria publicada, no ano seguinte, em maio de 1966. Dessa vez, não era o coração, mas o estômago do marido que necessitava ser poupado. Diante do crescimento registrado pelas estatísticas médicas da época, a reportagem trazia todas as dicas necessárias à mulher para tratar o problema da úlcera gástrica, de acordo com o texto, mais propensa a atacar os homens, pois esses estariam mais expostos à

³⁴ Claudia, novembro de 1965

³⁵ Idem.

agitação cotidiana – barulho, correria, estresse. Como se o trabalho doméstico também não proporcionasse tudo isso à mulher.

A matéria enfatizava que os tratamentos médico e psicológico, em muitos casos necessários, não eram tão importantes como o dispensado pela esposa do próprio paciente. A mulher-Claudia era o “apoio do marido” e, como tal, deveria prestar toda a assistência e dedicação ao homem, evitando que a doença se instalasse.

“(...) É bom conversar com ele não só sobre as contas do fim do mês, mas, trocar idéias, saber os seus problemas e ajudar a resolvê-los. Se você não deve seguir os passos de seu marido, como um Sherlock de saias, precisa conhecê-lo bem, naturalmente bem, assim como de modo geral a mãe “conhece os problemas do filho”. Isso não quer dizer que você deva ser maternal, que disso poucos maridos gostam: companheira já resolve”³⁶.

Se necessário, a mulher mudaria seus próprios hábitos e os da casa, a fim de não aborrecê-lo. Os filhos eram preteridos quando a questão era o bem estar do pai. A mulher transformava-se em enfermeira, cuidadosa, zelosa de seu paciente:

“Durante o tratamento da úlcera, você deve dedicar-se inteiramente ao objetivo maior de que seu marido fique curado. Se for possível, mande as crianças para fora. E, com ele dentro de casa, trate de não o aborrecer, nem mesmo com os mínimos problemas ou barulhos desnecessários. Ele precisa de repouso absoluto, silêncio, paz de espírito”³⁷.

A moral favorável ao homem estava presente em vários momentos da Revista, até mesmo quando ela se propunha a falar contra preconceitos. O sexo não era tratado de maneira aberta, nem problematizado em Claudia. Nas reportagens, contos e artigos, estava implícito, no entanto, que este só era admissível no casamento e nos limites da heterossexualidade. Até mesmo a quebra de tabus, nas relações sexuais, quando aparecia nas matérias, estava relacionada à vida do casal unido pela lei e, muitas vezes, pela Igreja.

Para Claudia, a realização do sexo obedecia a dois objetivos principais: em primeiro lugar, a reprodução da espécie ou procriação e, em segundo lugar, a “descarga” de tensões psicológicas que se acumulariam no organismo dos seres humanos. O prazer não era mencionado e realização sexual rimava com monogamia que, por sua vez, significava saúde mental e

³⁶“Você pode curar a úlcera de seu marido”, Claudia, maio de 1966.

prova de civilidade. Foi o que nos mostrou a matéria “O como e o quando do sexo”, de outubro de 1964:

“No ser civilizado, além de tender a um fim, o sexo igualmente tende a um objeto. Isto significa que o instinto sexual não é uma força indiscriminada e cega, mas sim um impulso seletivo, que se dirige a um indivíduo específico. No amor deseja-se só o amado”.

Claudia também não se abstinha de prescrever o conceito de amor, o “verdadeiro” amor, aquele possível, referendado pela moral e pelas mais recentes teorias científicas, na área do comportamento.

“(…) Na pessoa psiquicamente sadia que já fez uma escolha, o desejo sexual é um componente indivisível do amor. (...) Não se pode enquadrar numa categoria moral o amor espiritual, feito de carinho, afinidade, companheirismo, e noutra categoria diversa o amor sexual: são duas faces de uma coisa só”³⁷.

A revista incentivava, com esse discurso, a possibilidade e necessidade de as mulheres casadas se libertarem de “preconceitos” e da vergonha ainda relacionada à vida sexual com o marido. É para ele que a mulher deveria se despir de comportamentos repressivos. Transgressão sim, mas dentro dos limites permitidos pela instituição familiar:

“De tudo isso resulta óbvio que uma recém – casada apaixonada por seu marido não tem a mínima necessidade de cobrir com véus de recato e discrição seus sentimentos sexuais com relação a ele. Entrelaçar as mãos e entrelaçar os corpos constituem dois acordes da mesma sinfonia, ou melhor, o mesmo acorde tocado em dois tons”³⁸.

Apesar de abordar a questão da pílula anticoncepcional ainda na primeira metade da década de 60, o enfoque dado não era revolucionário, como a leitura do livro *A Revista no Brasil* (2000), lançado pelo Grupo Abril, pode transparecer. Segundo a publicação, logo após o lançamento, Claudia “começava a falar de pílulas anticoncepcionais, e a ensaiar a luta pela liberação sexual”⁴⁰.

É verdade que Claudia trazia matérias sobre a pílula, mas os textos, sobre o assunto, eram extremamente voltados para a preocupação com o

³⁷ Idem.

³⁸ Claudia, outubro de 1964.

³⁹ Idem.

⁴⁰ A publicação marca as comemorações dos 50 anos do Grupo Abril e pretende contar a história da Revista no Brasil em dois séculos. A citação em questão está presente na página 167.

controle da natalidade e planejamento familiar, assim como os efeitos dos hormônios sobre o corpo feminino. Esse tom foi mantido em matérias escritas, tanto no início dos anos 60 como na metade e final da década de 70.

“Por sua formação, muitas vezes baseada em preconceitos, há senhoras que se sujeitam a gravidezes sucessivas. Hoje, porém, diversas famílias, mesmo as de constituição mais sólida e rígidos princípios, acreditam que conforme a saúde e o equilíbrio sócio-econômico do casal – a planificação da natalidade seja realmente necessária”⁴¹

“A partir da pílula ficou bem claro que cada casal podia resolver se os filhos nasceriam de uma decisão tomada a dois ou se seriam fruto do acaso”⁴²

Não se discutiam as possibilidades de liberdade e autonomia sexual representada pelo novo produto na vida das mulheres. A pílula, para *Claudia*, era artigo voltado para casais que desejassem um maior controle sobre o número de filhos. A revista combatia inclusive o que seria o desvirtuamento da finalidade da pílula, isto é, seu uso por mulheres solteiras, uma verdadeira “ameaça aos bons costumes”⁴³.

As matérias sobre sexo, no início, eram escritas de maneira didática e insípida, como “conheça seu aparelho reprodutor”, ou ensinando a controlar a natalidade. A censura interna e governamental sobre esses assuntos, que imperou até meados da década de 70, impedia os jornalistas até de nomear as partes do aparelho genital feminino, mesmo pelos nomes científicos, estando os repórteres e editores limitados a descrevê-lo⁴⁴.

Existiam dificuldades também para a liberação de desenhos e as fotos eram praticamente proibidas. Só na década de 70, as revistas masculinas, como *Playboy*, começaram a romper com essas barreiras. Com relação à imprensa para mulheres, a iniciativa coube à *Nova* (1973) e *Carícia* (1975), ambas do Grupo Abril.

O interesse das leitoras sobre sexo, no entanto, se dava de maneira crescente, mesmo com a Revista tratando o assunto de maneira limitada. Nas seções de cartas, pedidos de dicas para incrementar a vida a dois e informações sobre livros que tratem da questão estavam sempre presentes. A

⁴¹ “Planejamento da natalidade”, *Claudia*, janeiro de 1964.

⁴² “Escolha melhor o seu anticoncepcional”, *Claudia*, abril de 1978

⁴³ Esses aspectos na leitura de *Claudia* também são analisados por BASSANEZI (1994)

⁴⁴ Para mais detalhes sobre esse aspecto, ver BUITONI (1986). Seu trabalho traz depoimentos de alguns repórteres e editores de revistas femininas nas décadas de 60 e 70.

Revista incentivava o debate, prestava informações sobre os livros, mas não aprofundava as questões. O incentivo ao debate promoveria Claudia à categoria de publicação, à frente de seu tempo?

Não é esse o caso. O que podemos depreender desse fato é que, se Claudia resolvia abordar tais assuntos, em suas páginas, é porque já existia a possibilidade histórica para que isso ocorresse. Há, nesse momento, o interesse pelo assunto, dúvidas latentes, a afinidade sexual entre homens e mulheres era vista como princípio para a felicidade no casamento. Claudia procurava acompanhar as inquietações de suas leitoras, interagindo com suas expectativas, quando abordava tais assuntos e, ao mesmo tempo, realimentava o interesse sobre o tema sexo.

Os pequenos avanços de Claudia também podiam ser percebidos nas matérias voltadas para a educação dos filhos e relacionamentos entre adultos e jovens. Diferenciando-se das publicações de até duas décadas atrás, que aconselhavam o controle irrestrito e a severidade como instrumentos disciplinares na educação, Claudia incorporou novos conceitos pedagógicos como o diálogo, a fim de resolver os impasses.

A rebeldia juvenil era vista como fase passageira que deveria ser encarada com paciência e muita conversa pelos pais. Os argumentos, para a disseminação desse tipo de idéias, eram, muitas vezes, acompanhados por palavras de educadores, psicólogos e pesquisadores.

No artigo *"Como julgar as crises de um adolescente"*, o psicólogo Alexandre Nucci propõe nova forma de encarar o comportamento dos jovens. Para melhor se relacionar com eles, os pais teriam de incorporar as visões de mundo de seus filhos, observar seus pontos de vista, uma atitude bastante avessa ao que família organizada de maneira hierárquica, com a autoridade paterna, mantida a toda prova, faria:

*"O grande segredo de entender os filhos está nisto: os pais precisam saber observá-los sob o mesmo ponto de vista dos jovens. Isto é, os jovens têm um determinado jeito de julgar e avaliar o comportamento de amigos e conhecidos. Pois é com esse "jeito" dos próprios jovens, que os pais precisam julgar e avaliar o comportamento dos filhos"*⁴⁵.

⁴⁵ Claudia, maio de 1972.

A ciência era um instrumento a mais nesse discurso modernizador, mas também foi utilizada para confirmar idéias como a “natural passividade feminina” e a “tendência masculina” ao descompromisso e à liberdade:

“(...) As normas e regras de comportamento vêm agora revestidas de cientificidade, legitimando os preconceitos em que são baseadas e a forma autoritária com que são impostas. Assim, segundo a ciência (quase sempre fundada na biologia) das revistas femininas, a contrapartida da biologicamente determinada passividade da mulher é a biologicamente determinada agressividade do homem”⁴⁶.

As inovações do discurso na Revista, no entanto, estiveram sempre marcadas por um contraponto que perpetuava a prática comportamental tradicional. *Claudia* recomendava que os pais acompanhassem os namoros e flertes das filhas, sem assustá-las com o discurso de que todos os homens são aproveitadores, sem caráter. No entanto, a intenção explícita era permitir às moças que não se confundissem na escolha do melhor parceiro, porque, para *Claudia*, o namoro nessa época era, inevitavelmente, direcionado ao casamento.

Os espaços de sociabilidade dos jovens se ampliaram nesse período, por meio dos bailes, festas, e da convivência, no efervescente circuito universitário. Suas opiniões passaram a ter mais importância dentro da publicação, o que se intensificaria na segunda metade da década, e pode ser compreendido como um resultado do espaço cada vez maior que os jovens ocupavam na sociedade, seja através da cultura, da arte ou da política. Havia, no entanto, preocupação de *Claudia* com que os relacionamentos desses jovens fossem acompanhados, de perto, pelos pais, a fim de que os flertes e namoros acontecessem dentro de determinadas prescrições morais.

Com relação aos papéis femininos, a revista já incorporava as mudanças refletidas pela maior participação da mulher, no mercado de trabalho e também na educação, tanto em nível médio como superior. Ter uma atividade extra-lar já era possível e até mesmo aconselhável, desde que a mulher não descuidasse de sua casa, filhos e marido. O homem ainda era o provedor e chefe da família.

⁴⁶ SARTI, Cynthia e MORAES, Maria Quartim de. Aí a porca torce o rabo. IN: BRUSCHINI, Cristina e ROSEMBERG, Fúlvvia (orgs). *Vivência - história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora Brasiliense, 1980, p.31.

Não era desejável para Claudia adquirir o rótulo de “feminista”, o que a tornaria antipática diante da sociedade conservadora como a brasileira, à época, e afastaria os anunciantes almejados. Afinal, como desfraldar bandeiras declaradamente feministas e, ao mesmo tempo, convencer a leitora de que ela não poderia deixar de comprar o último modelo de enceradeira lançado pela *Walita*?

A seção *Presença de Mulher*, criada em janeiro de 1963, em Claudia, para informar as “moças do norte e do sul” sobre as mais diversas profissões e aptidões necessárias para exercê-las, ilustra bem essa contradição da publicação que tentava acompanhar as mudanças sociais relacionadas à vida de suas leitoras e, ao mesmo tempo, não podia abrir mão de ideais que definiam sua razão de existir:

“Artigo primeiro: Claudia é feminina, não é feminista. Revogam-se todas as disposições de provar a superioridade de um sexo sobre outro. Artigo segundo: Claudia não é feminista, mas feminina. Revogam-se todas as disposições de registrar o que não diga respeito à mulher. Abrindo parágrafo, esta seção: Presença da mulher. Nas artes, nas ciências, na política, na indústria, no comércio. O registro da atuação feminina e da necessidade cada vez maior de sua atuação lado a lado com o homem na luta pela sobrevivência.

Nesse sentido, a seção preconizava não a reorganização de papéis e responsabilidades entre o casal, mas assumia, como natural, a acumulação de funções para a mulher que, apesar de estar conquistando o mercado de trabalho, não poderia descuidar também do espaço doméstico. Era a legitimação da dupla jornada feminina.

A função exclusiva da mulher no lar ou a de puro e simples ornamento está cada vez mais na saudade, embora não se dispense e mesmo não se perdoe nenhuma desatenção sua com qualquer desses aspectos. Daí é fácil depreender o aumento de responsabilidades da mulher moderna, devendo conjugar aquelas funções – as únicas que lhe eram atribuídas – com novos conhecimentos que permitam o exercício das atividades que os homens sempre exerceram em horário integral...(...) O campo é vasto para a mulher, no Brasil de hoje, e esta seção promete vida longa. Em outros tempos só saíria duas vezes – “Todas as informações sobre como ingressar na vida matrimonial” e “Idem ... na vida monástica” – sem mais alternativas. Até a próxima”⁴⁷.

⁴⁷ Claudia, janeiro de 1963.

A década de 70 animou, um pouco mais, os debates em *Claudia*, principalmente por conta das discussões trazidas pelo movimento feminista. Haveria, ainda, o surgimento de outras revistas que trariam o debate sobre novos padrões de comportamento. Publicações femininas, mais voltadas para a mulher solteira e com atividade própria, como *Nova* (1973), surgiam com a idéia de “liberação sexual” da mulher, em que esta era convocada a reivindicar prazer, utilizando o sexo como instrumento de afirmação e a sedução como arma na conquista do homem.

Claudia, por sua vez, continuaria se dirigindo à mulher dona de casa que, assim como ela, envelheceu e viu suas ilusões sobre o casamento perfeito desmoronarem, sentindo-se insegura pelo desprestígio de suas funções. Teria de enfrentar a ameaça representada pelas mulheres mais jovens que poderiam lhe “roubar o marido” e não sabia como lidar com os questionamentos, cada vez mais incisivos dos filhos agora crescidos.

Para apaziguar as angústias, *Claudia* se transformaria na amiga conselheira, fornecendo pequenas dicas sobre a vida cotidiana, a educação dos filhos e, principalmente, conselhos “para estreitar o relacionamento com seu marido” e para alcançar “um casamento feliz”. Uma matéria publicada pela Revista, em janeiro de 1979, ilustraria bem o espírito da publicação com relação à manutenção do casamento, durante esse período⁴⁸.

Ressalte-se que a responsabilidade de manter a relação era delegada estritamente à esposa que deveria fazer tudo para agradar o marido, centro de seu pequeno mundo. *Claudia* publicou as descobertas da leitora Cristina Cotosk, uma espécie da tábua dos mandamentos⁴⁹ para a esposa angustiada,

⁴⁸ Embora tenha se optado por trabalhar com um texto, do último ano analisado pela pesquisa, é importante ressaltar que matérias como essa, cheias de dicas sobre como enfrentar a crise no casamento são bastante comuns durante a década de 70 em *Claudia*. Em março de 1975, uma matéria intitulada “Como superar as crises do casamento”, por exemplo, afirma que a mulher que tem problemas com o marido, não deve pensar em separação, mas analisar seu modo de agir, corrigindo “algumas falhas” em seu comportamento. A responsabilidade pela “salvação” do matrimônio é sempre da esposa.

⁴⁹ Imagens e prescrições de modelos para as mulheres podem ser verificadas na imprensa em diversos momentos históricos. A pesquisa de PEDRO (1998) sobre as representações femininas na imprensa de Florianópolis, no final do século XIX, nos traz um dos modelos de esposa ideal, através de “Os dez mandamentos da mulher”, publicado pelo Jornal do Comércio, em 1888: 1º Amai a vosso marido sobre todas as coisas; 2º Não lhes jureis falso; 3º Preparai-lhe dias de festa; 4º Amai-o mais do que a vosso pai e vossa mãe; 5º Não o atormenteis com exigências, caprichos e amuos; 6º Não o enganeis; 7º Não lhe subtraiais dinheiro, nem gasteis este com futilidades; 8º Não resmungueis, nem finjais ataques

que ensinava "truques" para que a mulher parecesse mais bonita e sensual aos olhos de seu marido:

" 1 – A mulher deve procurar, sempre que possível, não se despir na frente do marido, pois se o fizer com muita freqüência ele se acostumará com sua nudez e passará a não valorizar o seu corpo. Contudo, se não tiver alternativa, ela deve estar preparada, vestindo, por exemplo, um belo conjunto íntimo, com uma tanga bem insinuante. Neste caso, em se tratando de uma peça-nova, precisa fazer tudo para chamar-lhe a atenção.

2 – Procure sempre ter em casa várias colônias pós-banho para usá-las alternadamente. A maioria das mulheres usa apenas uma fragrância, a qual, com o tempo, o marido deixa de perceber. Você vai ver que ele começará a notar quando você variar suas colônias. Uma sugestão: nas casas especializadas em essências você vai encontrar fragrâncias deliciosas por um preço convidativo.

3 – Sempre que puder, vista uma camisola nova com decotes insinuantes. Mas faça uma surpresa: prepare-se no banheiro e apresente-se a ele somente quando estiver pronta. O resultado será muito positivo, pois geralmente o homem gosta desse tipo de surpresa.

4 – Jamais deite ao lado do seu marido com o rosto emplastado de cremes ou pomadas para a pele. Use apenas um leite de rosas, algo que não engordure a pele, deixando-a, porém, limpa e cheirosa. O homem, ao ver a mulher toda melada tem vontade de dormir na sala.

5 – Ao sair para um jantar, ou mesmo numa reunião entre amigos, procure estrear uma roupa nova, sem que ele saiba. Faça também uma maquiagem diferente da habitual. Certamente ele ficará deslumbrado e orgulhoso de sua mulher. Naturalmente, se tais práticas forem contrárias ao temperamento do marido, você não deve executá-las. Há homens que não gostam de roupas decotadas ou de maquiagens que fujam do convencional

6 – Procure estar sempre bela perto dos seus amigos, pois elogios feitos por terceiros ficarão gravados nas lembranças dele. Você será a melhor mulher do mundo".

O incentivo para que a mulher conquistasse um lugar, na esfera pública, e se mantivesse informada sobre o que acontecia para além dos limites de seu "doce lar", neste caso, era utilizado pela Revista não como forma de mostrar novas alternativas de realização pessoal para a leitora, de fazer com que ela construísse sua própria carreira profissional, mas como estratégia para essa mulher tornar-se mais interessante aos olhos de seu companheiro, conseguindo mostrar que era mais do que aquela que "simplesmente" fazia sua comida, lavava suas camisas:

“ 7 - Tenha sempre um hobby, uma ocupação além dos serviços caseiros, se você não trabalha fora. Pode ser pintura, ginástica, leitura, jardinagem, etc. A mulher que fica somente cuidando da casa corre o risco de se tornar bitolada, solitária e indiferente à sua aparência. Ao passo que uma mulher com atividade externa tem a oportunidade de conhecer novas pessoas, tem contato com o mundo e, sobretudo, tem oportunidade de saber das novidades para conversar com o marido.

8 – A mulher deve ler jornais, revistas e livros para se inteirar dos acontecimentos do mundo. Isso facilitará o diálogo com o marido.

9 – Jamais discuta assuntos pessoais na frente de terceiros. É uma atitude indelicada, que cria um ambiente constrangedor para o casal e para quem está ouvindo. Caso o marido tome a iniciativa, cabe à mulher, diplomaticamente, desviar o assunto ou então fazer com que ele a acompanhe para preveni-lo de que está sendo inconveniente, pedindo-lhe para mudar de assunto”.

A companheira ideal, de acordo com o que era aconselhado pela Revista, deveria evitar assuntos que provocassem discussões ou favorecessem o mau humor ou a decepção do marido, fazendo de tudo para não contrariá-lo, mesmo quando ela tivesse razão sobre determinada questão:

“10 – Jamais deixe seu marido inferiorizado diante de terceiros, mesmo quando estiverem discutindo um assunto que você domine melhor. Você pode expressar suas opiniões sem desmerecê-lo.

11 – A mulher deve ter sensibilidade para escolher o melhor momento a fim de comentar certos tipos de assuntos com seu marido, tentando compreendê-lo nos seus dias de mau humor.

12 – A casa precisa ser o ambiente favorito do seu marido. Mude de vez em quando a disposição dos móveis, dos objetos. Mantenha a casa limpa e organizada. Muitas vezes, o marido, ao encontrar a casa desarrumada, tem vontade de voltar para a rua .

13 – Procure você também estar sempre arrumada para aguardar a chegada do seu marido. Quando encontram mulheres cheirando a cozinha ou com panos na cabeça, os homens geralmente procuram se distrair com outras coisas”.

A mulher-Claudia que foi, durante muito tempo, estimulada a se comportar como companheira ideal, o que a circunscrevia à rotina de dona de casa, mãe e esposa submissa e recatada, se via às voltas com a exigência de ter também desempenho sexual exemplar, dentro, obviamente, dos limites de seu casamento. O sexo era introduzido em Claudia como um elemento a mais na legitimação do universo familiar. A harmonia sexual era peça-chave na

tarefa de “como salvar meu casamento”⁵⁰. Claudia continuou cumprindo seu papel de modernização conservadora da família.

Alguns ecos do movimento feminista, no entanto, conseguiram penetrar, ainda que timidamente, no conteúdo da Revista. Assuntos como maternidade ganharam enfoque menos tradicional, embora a imagem da mãe ainda seja tida como a da plena realização da mulher. Até mesmo nos perfis de mulheres que se destacavam, por exercerem atividade profissional, era realçado o apelo à maternidade.

Era possível, no entanto, observar o tom que já distinguia a predestinação da escolha quando o assunto era ser mãe. O tema aborto, no entanto, estava excluído da discussão. Criticava-se o excesso de zelo e abnegação com os filhos, falava-se indiretamente da possibilidade de outras pessoas dispensarem os mesmos cuidados “maternos” às crianças.

“Criança precisa de cuidados maternos. Mas cuidados maternos não precisam ser dispensados, o tempo todo, obrigatoriamente pela própria mãe”.

“... escolhendo adequadamente as pessoas que formam o universo da criança, ela se desenvolve perfeitamente. Com muitas ‘mães’⁵¹.”

A presença maior do pai era defendida por artigos e reportagens, mas se referia muito mais à sua posição como referência para a afirmação das diferenças sexuais entre os filhos do que propriamente à divisão de tarefas e responsabilização do homem pelos cuidados domésticos. Era o pai, por exemplo, quem deveria incentivar a filha a cultivar traços “naturais” de sua personalidade, reproduzindo os conceitos esperados para uma mulher:

“Para as mesmas, a presença do pai representa, além do objeto de sua afeição, um modelo de conduta dos homens em geral. É através dessas aprovações do pai que a menina começa a cultivar alguns traços de sua personalidade, como a doçura, a delicadeza, a vaidade. O pai deve aprovar, desde cedo, as manifestações da feminilidade, acentuar a diferença do sexo nos filhos e desaprovar sem agressividade, os modos pouco delicados com que, às vezes, as meninas tratam a mãe, outras pessoas da família e mesmo os amigos”⁵².

A preocupação, em informar as leitoras sobre as mudanças na legislação que interferissem em sua condição, também podia ser vista como

⁵⁰ Nome de seção criada por Cláudia, para divulgar depoimentos de leitoras com suas receitas de felicidade.

⁵¹ Claudia, outubro de 1978.

⁵² “A descoberta do papai”, Claudia, agosto de 1974.

sinal de incorporação das reivindicações dos movimentos de mulheres e das próprias mudanças que ocorriam, na sociedade brasileira. Em agosto de 1979, a revista publicaria "Um guia para você saber quais são seus direitos". Em onze páginas, a reportagem esmiuçava as dúvidas mais freqüentes no que dizia respeito aos direitos da mulher solteira, casada, viúva e separada. Ressalte-se que, dois anos antes, havia sido aprovada, no País, a Lei do Divórcio.

O texto já incorporava o ponto de vista da mulher, uma vez que esta teria de aprender a viver com mais autonomia e a tomar decisões para as quais não foi preparada. Questões como: *Em que casos a mulher perde o direito de ficar com os filhos? Depois de divorciada a mulher é obrigada a voltar ao sobrenome de solteira? Mulher solteira pode adotar? E Em que caso a mulher pode anular o casamento?* - que pareceriam estapafúrdias para a linha editorial da Revista, em seus primeiros tempos, eram respondidas em detalhes por jornalistas e advogadas, no fim dos anos 70.

"O que o marido pode proibir legalmente a mulher de fazer?

Legalmente, o marido nada pode proibir a mulher, além do que a lei já proíbe, tais como: alienar (vender) bens imóveis, prestar finanças, fazer doações com os bens ou rendimentos comuns, etc. Legalmente o marido não pode proibir a mulher de trabalhar ou viajar, mas na vida prática ele pode, por meio de pressões afetivas ou morais"⁵³.

Claudia trazia claramente outro diferencial, em relação a publicações femininas produzidas até então: a possibilidade de vozes dissonantes dentro de uma mesma revista. A presença de articulistas proporcionava variedade de idéias e pontos de vista. Através da seção de cartas, também era possível medir a repercussão de alguns temas e polêmicas suscitados.

Introduziu-se, aos poucos, o debate, retirando-se a responsabilidade da palavra final da revista, deixando essa tarefa mais a cargo das leitoras. Isso acontecia tanto para que a Revista evitasse o autoritarismo da verdade absoluta, como também para que a equipe produtora evitasse tomada de posição, o que agradaria a uns, mas desagradaria a outros leitores. Essa atitude estaria situada como estratégia de tentar criar um vínculo aparente com o público leitor. Esse é, no entanto, o diferencial que não se pode descartar, pois representa a alternativa mais liberal, adotada por Claudia. É nesse

⁵³ Claudia, agosto de 1979.

contexto que podemos compreender a presença de Carmen da Silva e sua seção *A Arte de Ser Mulher*, a partir de setembro de 1963.

1.2 - Transformando acrobacia em arte

Foi através da sugestão do poeta panamenho Homero Icaza Sánchez, seu amigo pessoal, que Carmen da Silva resolveu enviar uma carta se apresentando à chefia de redação de Claudia, em 1963. Endereçada ao diretor da revista, Luís Carta, a correspondência manifestava o seu desejo de escrever sobre a condição da mulher brasileira, mostrando, para as leitoras, a necessidade de se prepararem para assumir novos papéis na sociedade.

O currículo anexado, assim como cópias de artigos, contos e crônicas, publicados por ela na Argentina, tentavam facilitar o acesso à redação. Era pouco freqüente a presença de mulheres trabalhando em jornais e revistas, naquele período. Havia ainda discriminação por parte dos donos de algumas empresas e até mesmo entre professores dos primeiros cursos de jornalismo⁵⁴.

No momento, Carmen começava a estabelecer a série de contatos entre escritores e editores. Conseguira a aprovação para a publicação de seu romance *Sangue sem dono*⁵⁵, que seria lançado, no ano seguinte (1964), pela Editora Civilização Brasileira, marcando seu reencontro com a língua portuguesa e com o País do qual esteve, cerca de 20 anos, afastada.

Tudo isso contribuiu para que Carmen fosse convidada a visitar a redação de Claudia para conversa com seus editores. O redator-chefe, à

⁵⁴ Alice Mitika Koshiyama em sua comunicação "Mulheres jornalistas na imprensa brasileira" (2001) afirma que o trabalho de mulheres nas redações, no início da década de 60, era restrito a alguns suplementos femininos. Ela cita palestra de professor da ECA-USP, em 1968, que afirmou que a redação de um jornal era lugar impróprio para mulheres.

⁵⁵ O romance é escrito em tom autobiográfico, embora a própria autora não assuma e o fato seja negado pelo apresentador da obra em segunda edição, Mariano Torres. Há inúmeras semelhanças entre a personagem do livro, não nomeada por Carmen e a história pessoal da jornalista. O romance relata as peripécias de uma mulher gaúcha, nascida em ambiente burguês em sua busca pela liberdade. Animada pela rebeldia, de início descrita como um sentimento romântico, assim como Carmen, ela passa por três países (Brasil, Uruguai e Argentina), onde vive a experiência do amor, do sexo, da amizade e de um cotidiano para o qual não estava preparada e acaba descobrindo sua vocação literária. Mas é no regresso a seu país de origem, o Brasil, que ela, por fim, encontra na participação social, sua realização.

época, era Thomaz Souto Corrêa⁵⁶. Foi ele quem descreveu o encontro em texto publicado em *Claudia*, por ocasião da morte de Carmen da Silva:

*"(...) a conversa com Luís e comigo que começou num fim de tarde e se estendeu pela noite, regada a vinho tinto que ela tanto amava, revelou uma personalidade rara de mulher, escritora e jornalista, psicóloga de formação psicanalítica, afinada profundamente com os problemas da mulher brasileira; com brilho na inteligência e no texto, preocupada em se fazer entender pela leitora, contundente na idéia, precisa nas palavras"*⁵⁷.

A conversa fluente e a personalidade expansiva de Carmen da Silva, no entanto, não foram as razões para sua contratação pelo Grupo Abril. Havia algum tempo, os editores buscavam um nome feminino que pudesse ocupar espaço na Revista falando para as mulheres de maneira distinta do que até então era praticado na imprensa. O momento exigia da revista poder de argumentação e conhecimento maior para abordar assuntos relativos à mudança de comportamento. O senso comum já não dava conta da rapidez dos processos desencadeados por mudanças, na área das relações de gênero. A direção da revista sabia desse fato. O que se queria, segundo Corrêa, era alguém que mostrasse que:

*"A mulher precisava se preparar para uma nova posição na vida, que os costumes estavam mudando, e que a mulher tinha que se conscientizar de que sua situação era igual à do homem, ao lado do homem, fosse ela uma dona-de-casa, ou uma profissional em qualquer atividade"*⁵⁸.

Carmen da Silva carregava consigo dois elementos importantes para o exercício desta tarefa: a experiência de vida diversa do que se esperava de uma mulher de seu tempo, um texto leve, embora trabalhado, sem rugas de autoritarismo e moralismo e baseado fortemente no instrumental da psicanálise. Nesse último fator, residiria o principal diferencial da linguagem de Carmen, uma vez que ela procurava centrar sua análise em crítica aprofundada, situando a responsabilidade individual dentro dos limites da trama social. Exercitava, aos poucos, o que SANTOS (1982) chamou de feminismo de fundamentação psicanalítica.

⁵⁶ Atualmente ocupa o cargo de vice-presidente do Grupo Abril.

⁵⁷ *Claudia*, junho de 1985.

⁵⁸ *Ibid.*

(...) Antes de mais nada uma espécie de sistema de atribuição diferencial de responsabilidade, que distribui críticas às mulheres e à sociedade. Trata-se de uma complicada tarefa, que como no consultório, procede a um exaustivo exame de queixas. Objetiva encontrar em cada uma delas a "falta" que as constitui, o fundo de preguiça, dependência, vontade de não mudar (ainda que desconhecida do sujeito). Ao mesmo tempo quer verificar "o que" na sociedade pode engendrar as situações de que se queixam os indivíduos. Evita desse modo, depositar sobre os indivíduos um excesso de responsabilidade paralisante, sem por outro lado isentá-los de culpa. Dessa posição advém sua pretensão de neutralidade⁵⁹.

Carmen, contratada pelo Grupo Abril, passou a publicar artigos, a partir de setembro de 1963, ocupando, na verdade, o espaço que já existia, denominado de *A Arte de Ser Mulher*, título que, aliás, nunca lhe agradou. *"Eu briguei com o nome, porque achava horrorosamente piegas. Era uma coisa reacionária, boba. Mas eles me mandavam uma tribuna, não importava o nome⁶⁰*. Pouco tempo antes, os textos publicados eram assinados pela desconhecida Dona Letícia, sobre quem a revista não fornecia referências.

Tudo leva a crer que os textos dessa "articulista" fossem feitos por redatores homens, uma vez que só estes formavam a redação de Claudia, antes de Carmen da Silva. A participação feminina se dava através de colaborações "adaptadas" ao estilo Claudia, como nos conta Thomaz Souto Corrêa, em seu depoimento:

"Se você exclui o departamento de arte que era todo masculino, quando eu cheguei na Claudia tinha a secretária da redação que era a Micheline, um redator principal que era o Fortuna, o caricaturista. Eu ganhei o cargo de redator-chefe e, a gente brincava, eu e ele, que ele era o principal dele mesmo e eu era o chefe de mim mesmo. E nós fazíamos a Revista quase que inteira. A grande maioria de colaboradores era mulher. Eu dizia que nós éramos os transformadores do material. Transformávamos aquela enorme produção em jornalismo. E tinha o Luís Carta que era uma sensibilidade para o assunto, conhecia a imprensa italiana e a americana também. Tínhamos ali um guia de revista tecnicamente falando. Mas a produção vinha de mulher e nós transformávamos⁶¹.

⁵⁹ SANTOS, Tânia Coelho dos. *A difusão da psicanálise na família: um estudo de seus efeitos sobre a mulher*. Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado. Departamento de Psicologia:, PUC-Rio, 1982, p. 127-128.

⁶⁰ Depoimento extraído de entrevista presente em NEHRING, Maria Lígia Quartim de Moraes. *Família e feminismo – reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres*. São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) USP, 1981, p.134-135.

⁶¹ Entrevista realizada para essa pesquisa, em 26.01.01, na sede do Grupo Abril, em São Paulo. Arquivo pessoal.

As idéias de Dona Letícia trabalhavam em torno da manutenção de comportamentos mais tradicionais. Para as dúvidas sobre casamento em crise e a insatisfação da mulher, quanto à sua condição e vontade de mudar, são usadas fórmulas “simpáticas”, porém conformistas, como “*entre nos trilhos, minha filha*”, “*deixe de bobagem, renuncie a puerilidades*”⁶². Aconselhava as mulheres a não “ceder, na esperança de encontrar alguma coisa nova”, o que seria “erro gravíssimo”. Refere-se, obviamente, ao adultério feminino.

Entre as suas idéias, está a tentativa de demonstrar que o amor fora do casamento não satisfazia e que a infidelidade pode conduzir à promiscuidade. A “modernidade” proposta às leitoras por Dona Letícia significava a mulher renunciar às suas queixas de abandono e desatenção por parte dos maridos e acomodar-se como esposa dedicada que acompanha, interessada, as atividades do homem como estratégia de manutenção do casamento:

*“(...) Uma mulher moderna deve superar essa posição centralizadora e mesquinha. E deve-se reconhecer que muitíssimas conseguiram superá-la brilhantemente. É uma política sábia. Tendo compreendido a impossibilidade de reduzir o homem ao restrito horizonte doméstico contornaram o obstáculo seguindo-os nos seus itinerários. Em outras palavras, a Penélope moderna não fica esperando em casa o retorno de Ulisses, mas acompanha-o, ainda que as viagens sejam incômodas e não lhe agradem. Aliás, é a única maneira de não o perder”*⁶³.

O texto revela ainda a manutenção explícita da divisão entre o mundo das mulheres e o dos homens, por que não dizer, da clara distinção entre espaço privado como lugar de mulheres-esposas e do espaço público como habitat natural dos homens-maridos. Este último, logicamente, é tomado como espaço privilegiado e o mais importante: “*A dignidade de um homem é o impulso a realizar-se num mundo de homens. Por isso, ele somente poderá amar de verdade aquela que não porá obstáculos à sua sede de conhecimento e de ação*”⁶⁴.

⁶² Ver SANTOS, Tânia Coelho dos. De Dona Letícia a Carmen da Silva: as revistas femininas e a modificação do comportamento da mulher. IN: FIGUEIRA, Sérvulo (org). *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

⁶³ Trecho extraído do artigo “Um amor e uma cabana” (Claudia, abril de 1963)

⁶⁴ Ibid.

Os discursos, em que se faz presente a metáfora das “esferas separadas”⁶⁵ para homens e mulheres, são amplamente utilizados, na década de 60, tanto para combater os ideais feministas que incentivavam o trabalho fora de casa, como pelo próprio movimento de mulheres para demonstrar e combater a exclusão da participação e cidadania. A metáfora sustentava teorias psicológicas e educacionais como as divulgadas por Claudia.

Estava presente, nas opiniões de médicos que tentavam desqualificar a atividade externa da mulher. O artigo do médico Cláudio Araújo Lima, por exemplo, afirmou ser a vontade da mulher de trabalhar fora de casa um caminho gerado pela “angústia feminina”. Este sentimento mal definido seria o mesmo que levaria as mulheres à infidelidade. Note-se que o trabalho feminino era colocado sob o mesmo patamar da traição ao homem.

“A angústia leva a mulher ao bovarismo sistemático, que acaba por conduzi-la ao trabalho fora do lar, mesmo que o marido possa prover as necessidades domésticas, e que mal chega a ganhar o quantum necessário para pagar uma doméstica que a livre de suas responsabilidades de criar os filhos e de zelar pelo seu lar”⁶⁶.

Carmen da Silva trazia proposta nova em relação a esse tipo de discurso, na medida em que incentivava a independência feminina e pautava suas discussões tomando como base as angústias de suas leitoras, tratando-as como indícios de questões que deveriam ser abordadas em seu espaço. E as leitoras a escreviam num ritmo acelerado, sôfregas por opinião para as mais diversas indagações.

Ela chegou a receber de 400 a 500 cartas por mês, tendo esse número se estabelecido, em torno de 150, na fase final de seu trabalho, em Claudia. Estava em seu contrato que teria de responder às cartas, pessoalmente para as leitoras, ou através das páginas da própria revista. Além de escrever os artigos de *A Arte de Ser Mulher*, ganhou espaço próprio da seção *Claudia responde*, intitulado *Carmen Responde*.

⁶⁵ A metáfora, resgatada após a Segunda Guerra Mundial, utiliza-se de observações feitas pelo crítico social Alexis de Tocqueville, no clássico texto *Democracy in América*, publicado em 1840. O autor se referia à separação de esferas masculinas e femininas no decorrer de seus retratos das mulheres da jovem classe média americana. Comparava estas mulheres às européias que, segundo ele, desejavam apagar as fronteiras entre as esferas de mulheres e de homens, “degradando” assim a ambas. Ver KERBER (1988) e MITCHELL (1967).

⁶⁶ Claudia, agosto de 1963.

Responder às cartas constituía-se, para Carmen, em trabalho com dupla função: primeiramente, tomar conhecimento dos problemas e angústias que afligiam as mulheres brasileiras em sua época, a fim de direcionar os artigos de forma mais eficiente. Em segundo lugar, construir concepção diferenciada para os espaços destinados, nas publicações femininas, à troca de idéias com as leitoras. A mudança consistia, segundo ela própria, em transformar o consultório sentimental em consultório de orientação psicológica.

Para a jornalista, o que caracterizava a maioria dos consultórios das revistas femininas e periódicos de sua época era o “otimismo cego e o mais rançoso convencionalismo”, como ela faz questão de mostrar, em artigo publicado, em janeiro de 1967, pela revista *Realidade*⁶⁷. Para Carmen, receitas prontas de felicidade, “o tapinha amável no ombro” não modificariam a realidade de ninguém, uma vez que alegria e tristeza eram sentimentos que obedeceriam a causas reais e a mudanças concretas na vida das pessoas.

O consultório sentimental seria ineficiente, segundo Carmen da Silva, justamente por desprezar a subjetividade das consulentes, tratando-as como seres iguais para as quais uma receita só basta para resolver todos os problemas: “ser boazinha”. Diz ela:

“Esse desdém pela subjetividade decorre da idéia tradicional de que a mulher, sendo objeto, deve calar os sentimentos e limitar-se às atitudes ditadas pelas exigências do homem a fim de conservá-lo. Homem não gosta de cara amarrada; portanto, é preciso ignorar as mágoas, passar por alto os conflitos e impulsos íntimos, substituindo a autenticidade por uma duvidosa habilidade”⁶⁸.

Sua crítica a esse aspecto, em muito, se aproximava da feita por BARTHES (1972) à imprensa feminina, quando ele diz que os consultórios sentimentais trabalham, em seus textos, a idéia do feminino como essência. A mulher era sempre a que estava ameaçada pelo abandono do homem (pai ou marido), era aquela para quem a preocupação máxima de toda a vida era, justamente, evitar, de todas as formas, que isso ocorresse.

⁶⁷ Essa edição especial de *Realidade* tratava da situação da mulher brasileira, naquele momento, trazendo uma pesquisa fruto de três meses de investigação e de mais de 1.200 entrevistas. Assuntos como liberação sexual, frustração no casamento e sonhos de independência eram tratados de maneira desinibida. A Revista teve parte de sua edição apreendida sob a alegação de atentar contra a moral e os bons costumes.

⁶⁸ *Realidade*, janeiro de 1967, p.84.

Os correios não admitiriam para a mulher nenhuma outra possibilidade fora do casamento, única condição em que lhe seria conferida a existência.

“Em qualquer dos casos, o casamento jurídico constitui a salvação, a solução da crise; que o homem seja adúltero, ou sedutor (ameaça, aliás, ambígua) ou refratário, o casamento como contrato social de apropriação é a panacéia adequada”⁶⁹.

As críticas de Carmen, construídas em torno dos consultórios sentimentais, fundamentavam-se na observação sistemática que a jornalista fazia, no sentido de conhecer as mulheres para quem escreveria e também como forma de construir um trabalho diferenciado em Claudia. Chegou a analisar cerca de 15 mil cartas dirigidas a três revistas femininas.

Descobriu que geralmente a coluna dos consultores era feita por uma equipe de redatores, não especializada e não contratada especificamente para esse trabalho, que se revezava de acordo com a disponibilidade na redação. *“Tereza está farta de fazer receitas de cozinha, vamos pô-la para responder cartas no consultório”* ou *“Ei, você já acabou seu trabalho? Então ajude no consultório, que está atrasado”⁷⁰*. Carmen percebeu, ainda, que as leitoras recorriam às consultoras sentimentais principalmente por três motivos: dificuldades de comunicação, inatividade e exibicionismo.

As leitoras teriam, na figura do consultor, a possibilidade de falarem sobre seus problemas sem se sentirem ameaçadas, embora, na maioria das vezes, os conselhos, em nada, as ajudassem realmente. A mediação da carta despessoalizaria o contato, tornando-o menos perigoso.

Mas nem por isso esse relacionamento consultor-consultente se tornaria menos mágico ou idealizado. As mulheres costumavam jogar sobre os ombros dos consultores, a responsabilidade de encontrar saída para seus problemas, exigindo até mesmo exercícios de previsão do futuro, quando pediam a aprovação do consultor para casamentos e namoros, fornecendo dados como características emocionais do casal ou, até mesmo, seus signos zodiacais.

Em seu trabalho em Claudia, Carmen observou, de perto, a realidade e constatou o comportamento passivo das mulheres brasileiras de classe média que lhe escreviam. Em média, estavam situadas na faixa dos 18 aos 24 anos,

⁶⁹ BARTHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972, p.76-77.

e eram casadas ou desejavam estar casadas, muitas vezes, "aceitando, com masoquismo, uniões claramente destinadas ao fracasso total".

A diferença entre o consultório tradicional e o que começou a ser trabalhado por ela, não dizia respeito ao teor dos questionamentos e desabafos feitos pelas leitoras, mas à própria forma de respondê-los. Ao invés de fornecer receitas prontas de felicidade às leitoras, Carmen optou por questionar os problemas e conflitos vividos pelas mulheres. Não tinha uma preocupação em trazer alívio imediato, mas queria, através de suas intervenções, reconstruir os ideais de mulher presentes na sociedade, desconstruindo convicções enraizadas e questionando as atitudes mais típicas do gênero feminino.

*"Não fujo de dizer a uma ingênua que a lábia de seu sedutor é antiga como andar a pé, mas o que devo descobrir e mostrar-lhe também são seus próprios impulsos psíquicos que a levaram a inclinar-se pelo galanteador. Não cometo a tolice de recomendar: "Abandone este homem casado", pois isso é a solução que a interessada poderia achar sozinha, se quisesse; examino os antecedentes e pormenores do caso para ver que vestígios de infância, que fixações, que mecanismos profundos estão em jogo nesse vínculo que ela não se anima a desatar, nem a atar de todo"*⁷¹.

A substituição de Dona Leticia por Carmen da Silva provocou mudança substancial na forma e no conteúdo do que se escrevia até então, sobre relacionamentos entre homens e mulheres em Cláudia. Na função de redatora de assuntos femininos, ela reinaugurou *A Arte de Ser Mulher*, segundo escreveu na autobiografia, para mostrar a divisão explícita entre um mundo de homens e outro de mulheres. O objetivo de sua seção estava bem definido e a resposta das leitoras viria rápida:

*"Proposta auto-assumida: mexer em abelheiro: no meu e nos alheios. Mexi. Meus artigos caíram como UFOs incandescentes no marasmo em que dormitava a mulher brasileira naquela época. Logo comecei a receber uma avalanche de cartas em todos os tons: desesperados apelos, xingamentos, pedidos de clemência, deixem-nos em paz, preferimos não saber!"*⁷².

⁷⁰ Extraídos do artigo de Carmen da Silva na revista Realidade, janeiro de 1967.

⁷¹ Realidade, janeiro de 1967, p.86.

⁷² SILVA, Carmen da. *Histórias híbridas de uma senhora de respeito*. 2º ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p.119-120.

A principal mudança, no que se referia aos artigos, dizia respeito à forma de encarar ou diagnosticar os problemas femininos. Carmen procurava reforçar a tomada de atitude individual por parte das mulheres, na mudança de suas situações. Suas intervenções, embora comprometidas com a causa feminista, no entanto, evitavam o aconselhamento direto, não configuravam o quadro claro de atitudes a serem adotadas pelas leitoras.

A postura demonstrava profunda fidelidade de Carmen ao estilo psicanalítico por acreditar que, diante da angústia, seria necessário fazer questionamento mais aprofundado. As intervenções de Carmen pretendiam mais que consolar as leitoras angustiadas, queria “desestabilizá-las”, fazer com que elas mesmas revissem suas posições e buscassem seus próprios caminhos.

Os artigos da fase inicial do trabalho de Carmen tratavam principalmente de temas como razões para a independência feminina e a questão do trabalho. Enfatizavam a atividade profissional como necessidade vital de todo ser humano, sem a qual ele não seria capaz de realizar-se plenamente. Lembrava às leitoras, no entanto, que independência não queria dizer auto-suficiência e que, para assumir essa nova atividade, a mulher deveria estar preparada, não podendo abandonar outras responsabilidades que lhe caberiam, como o cuidado e a educação dos filhos.

No tocante aos relacionamentos, ela procurava desconstruir mitos, como o da submissão feminina e desnaturalizar comportamentos como o da inevitável infidelidade masculina, justificados, à época, até mesmo por discursos científicos. Procurava mostrar a possibilidade da dissociação entre amor e sexo, como forma de alertar as leitoras de que sentir prazer não seria vergonhoso. Manifestava-se a favor da Lei do Divórcio, que só seria promulgada em 1977, mostrando as dificuldades impostas, principalmente à mulher, por conta do desquite.

Teria, ainda, entre seus principais temas, as angústias das mulheres mais jovens na sociedade em transformação. Discutia diretamente problemas de conflitos de gerações e tabus sexuais. Às mulheres mais velhas, ela dirigia textos sobre a perda da auto-estima e o preconceito enfrentado, na sociedade em que, cada vez mais, se valorizava a juventude, a beleza, o corpo perfeito. Chegava a se posicionar diretamente contra a campanha permanente,

empreendida pelas indústrias da moda e dos cosméticos, que procuravam atingir, em cheio, as mulheres nessa faixa etária, afirmando que “os anos são o pior inimigo da mulher”, mas que, com astúcia e alguns potes de creme seria possível vencer a batalha.

Em vários momentos, a escrita de Carmen da Silva se chocava diretamente com outros discursos presentes em Claudia, seja nas matérias jornalísticas, nos editoriais ou nos próprios anúncios publicitários veiculados. Isso nos faz pensar que sua permanência, durante 22 anos, escrevendo na mesma seção, tenha demandado momentos de negociação constante de Carmen com a direção da Revista e certa cautela na escolha e no tratamento das temáticas e dos termos a serem utilizados, embora saibamos que Claudia já abria espaço para o discurso mais liberalizante.

O fato é que Carmen começou o trabalho que, aos poucos, foi questionando normas, estruturas e valores. Além do que, sua relação profissional se dava, prioritariamente, num mundo dominado, até então, por jornalistas e editores homens.

Publicamente, seu relacionamento, com a editora e com a própria Revista, parecia correr de maneira harmoniosa e sem maiores interferências. Carmen tinha liberdade para escolher as temáticas, trabalhava em casa, no Rio de Janeiro, indo poucas vezes à redação. Era convocada para realizar matérias mais amplas como reportagens e entrevistas, além de ter tido a oportunidade de viajar por vários países, como Rússia, Inglaterra, França, Portugal, a fim de conhecer e escrever sobre a realidade de outras mulheres, a serviço de Claudia.

Na autobiografia, ela nos contou o bom relacionamento, mencionando apenas a ocorrência de “pequenos inconvenientes” não detalhados. Mas sua fala revelou, ainda, algumas experiências de esquivança diante de sugestões do chefe que ela prefere não nomear.

“Com a editora tudo ocorria em boa harmonia, exceto alguns inconvenientes menores. Um dos maiores entre esses inconvenientes menores era o ‘abraço do marido’. Ou melhor, a falta dele. Não se assustem, nada de pessoal. Durante alguns anos tive um chefe que se apaixonou por um tema e me cobrava mês a mês sua abordagem: “Como é, quando é que sai?” Tinha o título pronto na cabeça: “Meu marido não me abraça mais” e discorria com entusiasmo sobre a idéia: dirigir-se à mulher que, mergulhada na monotonia de um longo casamento, esquece as artes da sedução, a

*camisola de rendas pretas (supõe-se que ela é branca e loura, senão fica um negrume só), o perfume no colo e atrás das orelhas, os gestos convidativos que transformam um marido apático num amante apaixonado. Só faltava o pó de cantárida dissolvido no vinho*⁷³.

Não se encontraram indícios de conflito aberto instalado entre ela e seus superiores, pelo menos que Carmen tenha tido a possibilidade de revelar. As sugestões contrárias aos princípios da articulista eram repelidas pela argumentação ou postergação, como ocorreu no caso mencionado:

*“Tentei explicar-lhe o caráter machista dessa noção da onipotência feminina: “se seu marido não quer trepar mais é porque você não sabe fazê-lo querer”: ser onipotente é arcar com todas as responsabilidades, todas as culpas. Palavras ao vento, mais uma vez eu estava gastando saliva à toa. Não é de surpreender que ele não compreendesse: muita gente até hoje não compreendeu. Seja como for, só de pensar nas rendas pretas, eu sentia as vísceras contraídas: achava que elas ameaçavam aumentar assustadoramente o número de uxoricídios. (...) Passei dois anos esquivando o corpo como bem podia ao não-abraço conjugal, honny soit qui mai y pense. Depois, o senhor diretor bateu as asas em outra direção e as rendas pretas ficaram como mera lembrança de um pesadelo antigo e ligeiramente hitchcockiano*⁷⁴.

Depoimentos colhidos para esta pesquisa, no entanto, revelaram que a relação entre Carmen da Silva e a revista Claudia era mais tensa do que se pôde depreender de suas próprias memórias. A escritora feminista e amiga de Carmen, Raquel Gutiérrez, conviveu com a jornalista em seus últimos anos, chegando a substituí-la, depois de sua morte, a convite de Claudia. Ela contou que a Revista costumava “pasteurizar” ou mesmo “deturpar” seus artigos e que o mesmo acontecia com Carmen:

*“Encontrei inúmeros bilhetes da Carmen depois que ela morreu para a Revista Claudia dizendo: “Não me reconheço nos artigos que vocês publicaram. Não era bem isso que eu tinha dito. Vocês transformaram, vocês modificaram”. Comigo acontecia a mesma coisa. Mas comigo eles falavam por telefone: “Vamos modificar aqui, vamos modificar ali”. E depois eles davam um jeitinho. Eles têm essa mania de transformar tudo em “como uma mulher vai agradar mais seu homem”. Não é o que a gente queria. A gente queria “como a mulher vai se libertar da opressão da mentalidade machista”. Não é do homem que a gente quer se libertar, mas é dessa ideologia machista, mas como eles têm muito medo disso e supõem que a mulher que faz isso não gosta de homem, então eles modificam. Eles dão um jeitinho de dizer como elas vão agradar melhor o seu marido e tal. E sempre distorcem o que a gente diz*⁷⁵.

⁷³ SILVA, Carmen da. Op. Cit, p. 123.

⁷⁴ Id. Ibidem, p. 124.

⁷⁵ Entrevista realizada para essa pesquisa em 02.02.01, no Rio de Janeiro. Arquivo pessoal.

Gutiérrez contou ainda que, apesar de não ter sabido de conflitos mais graves com a direção da Revista, o incômodo, com modificações feitas durante a edição, à revelia de Carmen, estava presente em seus comentários: *“Ela dizia que nem sempre estava satisfeita com o que saía, porque não era bem aquilo que ela tinha escrito”*⁷⁶.

É mais plausível acreditar que esse tipo de interferência, no trabalho de Carmen, tenha se dado mais em razão do impacto que a crítica feminista trazia à sociedade brasileira, nos campos da política, cultura e comportamento, naquele momento, do que por conta de vigilância cerrada da censura do Regime Militar. É certo que havia o acompanhamento dos conteúdos que pudessem representar ameaça à “moral e aos bons costumes” e que revistas de comportamento como *Inéditos* (Porto Alegre), *Status*, *Homem* (atual *Playboy*), *Ele Ela* e *Pais e Filhos*, sofreram censura prévia, durante alguns períodos, o que não foi o caso de Carmen da Silva, tampouco da Revista *Claudia*, como reconhece o próprio editor à época:

*“Eu acho que a censura não se preocupou com a Carmen. Nós nunca tivemos problema. Eu acho que a censura estava achando que aquilo era uma revista feminina. Estão falando de mulheres, então deixa eles lá. A censura estava preocupada com a Revista Realidade, com o Estado de São Paulo, com a Veja. Acho que a Carmen passou à margem da censura naquele momento. Nunca tivemos problemas”*⁷⁷.

Apesar de negar qualquer tipo de interferência no trabalho de Carmen da Silva, a Revista acabava por utilizar artifícios os mais diversos para filtrar as idéias feministas ou diminuir o impacto das propostas presentes em artigos e reportagens, sobre a expansão do movimento. Existia, por exemplo, a preocupação em destacar que o feminismo não era a luta de mulheres feias e mal amadas, que existiam sim, no movimento; mulheres que se destacavam por sua beleza. Esse tipo de matérias está presente principalmente, em 1975, escolhido como o Ano Internacional da Mulher pela ONU.

Numa reportagem sobre a atuação da feminista francesa, Simone Weil, em sua luta no parlamento, em prol da legalização do aborto, a Revista acaba destacando sua beleza, em detrimento de suas idéias:

⁷⁶ Ibid.

⁷⁷ Entrevista realizada para essa pesquisa, em 26.01.01, em São Paulo. Arquivo pessoal.

"Linha por linha, Madame Weil expôs seu ponto de vista, respondendo aos apertes, muitos deles agressivos e desagradáveis, com uma frieza de quem sabe lutar de armas limpas. Quando terminou o debate, os quatrocentos olhares se curvaram: aquela mulher bonita, de olhos cinza e muita discrição, tinha conseguido convencê-los"⁷⁸.

Num artigo da própria Carmen da Silva, que comentava o documento básico da ONU sobre a condição das mulheres no mundo (*Este é o ano da mulher*, mar/1975, pág. 85-91), vários países mencionados vinham representados pela foto de modelos, vestidas com trajes típicos de vários países, devidamente maquiadas e penteadas. Era assim que poderia ser divulgado o feminismo na revista *Claudia*.

A estratégia era utilizada também por outras revistas femininas brasileiras como *Nova* e *Mais*⁷⁹, além de ser correntemente empregada por veículos da grande imprensa americana como *Esquire*, *Comentary*, *The New York Times* e *Washington Star*, onde a feiúra e frustração sexual também são atribuídas às feministas, como forma de desqualificá-las. No Brasil, essa estigmatização era encontrada até mesmo entre veículos da chamada imprensa alternativa como *O Pasquim*.

WOLF(1992) analisou detidamente essa abordagem, nos meios de comunicação americanos, e chegou à conclusão de que, ao chamar a atenção para as características físicas das líderes feministas, os meios de comunicação estavam tentando fazer com que as mulheres não se identificassem com elas. Se essas mesmas líderes fossem consideradas "bonitas", poderiam ser encaradas pelas leitoras como possíveis rivais ou pessoas de pouca seriedade. Já se fossem consideradas "feias", repeliriam a identificação, uma vez que o ideal para a mulher, nas revistas femininas nesse período, era alcançar a beleza.

A imagem das mulheres também era a preocupação das jornalistas feministas, como Carmen da Silva. Havia o cuidado, por sua parte, em dar relevância a características como a inteligência, a independência e a maturidade das militantes feministas, sobre as quais falava. Mas isso ocorria já

⁷⁸ *Claudia*, julho de 1975.

⁷⁹ Ver CASTRO, Mayra Corrêa e. Feminismo prêt-à-porter – significação da aparência na imprensa feminina e feminista no Brasil. IN: *Mulher, História e Feminismo* – Cadernos Arquivo Edgar Leuenroth. n.º 3 e 4. Campinas (1995-1996).

na década de 70, quando Carmen abordava mais claramente o movimento e suas conquistas, como veremos no capítulo III.

É que, além de lidar com as limitações da própria Editora, à época, Carmen tinha consciência das limitações que enfrentaria em sua relação com as leitoras, filhas de classe média, educadas dentro de padrões morais que definiam rigidamente os papéis sexuais, mas que, ao mesmo tempo, viviam um momento de transição, divididas entre serem donas de casa ou acumularem a dupla jornada de trabalho, tornando-se mais liberais em termos de comportamento. Eram essas as mulheres que faziam parte do público alvo de Carmen da Silva:

“Comecei a escrever pensando no tipo de mulher que eu tinha encontrado aqui. A mulher que trabalha ou dona de casa que está completamente amarrada pelas limitaçõezinhas burguesas; seu papel feminino. A mulher que tem a família no Norte ou Nordeste e está no Rio trabalhando, morando sozinha ou com uma colega, mas com toda aquela carga de preconceitos na cabeça. Agindo como livre porque mora só, não tem controle direto, mas se sentindo horrorosamente culpada e sonhando com a saída tradicional: o casamento. Comecei a escrever para abrir uma brechazinha nesse tipo de mulher”⁸⁰.

Como muitas jornalistas da imprensa feminina, Carmen se envolveu com as propostas do movimento feminista. Utilizou a seção de Claudia como a tribuna, onde desenvolveu um trabalho lento e gradual de conscientização das mulheres, transformando, nos dizeres de Morin (1986), “temas eufóricos da feminilidade em temas problemáticos do novo feminismo”.

Optou pelo papel “intermediário”, o que equivale a dizer que, muitas vezes as idéias e abordagens presentes em seus artigos estavam aquém do que realmente escreveria se o veículo e as leitoras fossem mulheres já iniciadas no movimento feminista.

A escritora feminista Rose Marie Muraro, por exemplo, afirmou que embora reconhecesse a importância do papel exercido por Carmen, junto às donas de casa de classe média, não tinha “paciência” para ler os artigos da jornalista, achava-os muito “chatos”. Já era feminista quando Carmen iniciou sua militância e gostava de ler teorias mais aprofundadas sobre o tema. É ela quem explica a posição adotada pela jornalista:

⁸⁰ Trecho de entrevista de Carmen da Silva extraído de NEHRING, Maria Lígia Quartim de Moraes. Op.Cit., p. 134.

"(...) Tinha a Carmen da Silva, média, e tinha aqui a porra-louca que era eu. Ela dizia isso mesmo: que eu estava na ponta e que ela não podia. (...) Sabia (de seu papel de intermediária) e era isso que ela queria fazer, porque se não ela perdia o emprego. Tanto que ela ficou no emprego dela até a época em que ela morreu. (...) Ela mexia com o inconsciente das pessoas, por isso que as pessoas aceitavam e davam a resposta. (...) A porra-louquice afasta as pessoas. Eu sou muito porra-louca. Eu só pego certas camadas da sociedade. As camadas mais conservadoras têm pânico de mim até hoje, mas não tinham dela não. (...) A Carmen da Silva era uma pessoa para a classe média, não era para as feministas, embora as feministas tivessem consciência que a Carmen da Silva era um elemento fundamental para o feminismo do futuro"⁸¹.

Carmen da Silva trabalhava com a perspectiva de mudanças, a longo prazo, no comportamento de suas leitoras. Não queria assustá-las, muito menos perdê-las, mesmo contrariando-as e utilizando seus protestos como motivações para novos artigos como fez muitas vezes. Tinha, no entanto, a consciência de que deveria conduzir o processo que teria de avançar, pouco a pouco:

"Naturalmente eu tinha muita preocupação, no princípio, de não ir longe demais. Minha tática era a seguinte: se eu vou um quilômetro adiante das leitoras elas não me seguem, porque não me vêem, me perdem na primeira esquina. Se eu vou junto com elas não estou adiantando nada, não estou conduzindo nada. Se eu vou 50 metros adiante, elas vêm atrás. Então eu ia 50 metros adiante. De repente eu tentava ir 51"⁸².

Apesar de ir com cautela, pelo menos no início de seu trabalho, a recepção ao que escrevia se deu de maneira rápida e intensa. As leitoras manifestavam suas opiniões através de cartas, lidas por Carmen e, algumas vezes, acompanhadas pela chefia de redação. Entre os temas que rendiam mais polêmica, de acordo com Thomaz Souto Corrêa, estavam os primeiros artigos sobre a importância do trabalho para a mulher e em momento posterior, a questão da maternidade como opção e a problematização do aborto. A abordagem psicanalítica também provocava respostas diferenciadas por parte das leitoras:

"O mais interessante é que a Carmen entrava com a teoria e elas voltavam com a prática: "Meu problema é esse. O que eu faço?". Você via que ela tinha batido bem o texto na cabeça daquela mulher.

⁸¹ Entrevista realizada para esta pesquisa em 21.10.2000, em Fortaleza. Arquivo Pessoal. Grifos meus.

⁸² Trecho extraído de entrevista realizada com Carmen da Silva por NEHRING, Maria Lígia Quartim de Moraes. Op. cit, p.134-135.

*Quando ele voltava, ela já tinha transformado uma posição teórica no problema dela. Ela dizia: "O que eu faço com meu marido, o que eu faço com meus filhos?". É esse tom que me lembro*⁸³.

As respostas, até mesmo as que vinham em tom agressivo, eram tomadas pela jornalista e psicanalista como forma de aferir os resultados do trabalho. Ela tinha a certeza de que estava atingindo seus objetivos, mesmo que estivesse incomodando as leitoras⁸⁴:

*"Eu recebi cartas horrosas de protestos, cartas indignadas. Mas isso nunca me incomodou. Ao contrário, eu achava um sintoma positivo. As cartas indignadas não me preocupavam pelo seguinte: eu pensava: evidentemente, se eu leio uma besteira, eu posso dizer na hora: vou desmascarar, mas depois se eu tenho, mas depois se eu tenho mais o que fazer eu digo: não vou perder tempo. Essas reações indignadas mostram que essa gente está se sentindo muito tocada, muito agredida em uma coisa muito íntima. Então quer dizer que está tendo resultado*⁸⁵.

Havia outras formas de aferir a recepção desse trabalho: os convites para palestras em universidades, centros estudantis, entidades culturais e, mais tarde, entidades femininas e feministas. Apesar de ser difícil saber o quanto o trabalho de Carmen da Silva influenciou diretamente as mulheres leitoras e em que intensidade, era comum encontrar, nas entrevistas realizadas para esse trabalho com as militantes feministas, referências ao fato de que muitas das primeiras mulheres que participaram de eventos e da organização do movimento no Brasil, o faziam por terem lido os artigos de Carmen da Silva.

O nome da feminista também era citado em pesquisas de aferição de mercado do Grupo Abril. Mulheres jovens que, muitas vezes, não liam *Claudia*, diziam ser leitoras de Carmen da Silva como forma de mostrar que estavam

⁸³ Entrevista realizada para essa pesquisa em 26.01.01, em São Paulo. Arquivo pessoal.

⁸⁴ O fato de Carmen da Silva se utilizar de instrumentos da psicanálise em seus artigos, com fins de desestabilização de conceitos e atitudes por parte das mulheres, e de afirmar que agia com cautela em seu trabalho para não assustar as leitoras, não quer dizer que ela tenha tido controle absoluto sobre a recepção do que escrevia. Essa reflexão parte do princípio de que todo discurso é sempre susceptível de múltiplas leituras e de que o sujeito da recepção não é passivo, uma "caixa vazia" onde as intenções do produtor são facilmente depositadas. Entre leitor e produtor se estabelece, no dizer de FAUSTO NETO (1995), um contrato de leitura em que o receptor se utiliza de outras "gramáticas" e "saberes", investindo à sua maneira no discurso que lhe é apresentado. A produção de sentido, segundo PARK (1999) é dispersa, astuta, insinuante, não podendo ser avaliada em produtos próprios, mas na forma de empregar os produtos que a ele são impostos.

⁸⁵ Trecho extraído de entrevista realizada com Carmen da Silva por NEHRING, Maria Lígia Quartim de Moraes, Op. Cit, p. 135.

“antenas” com as novas discussões sobre comportamento e se afirmarem como “mulheres modernas”.

Se essas mesmas mulheres tivessem nascido na década de 20, como Carmen, provavelmente usariam outros artifícios como forma de se diferenciarem dos comportamentos mais tradicionais. Para Carmen, a diferenciação implicou não só a opção por um caminho de aparências, mas de luta pela transformação da própria vida.

Jean Scott (1991)

Carmen da Silva não quis seguir a trajetória da maioria das moças da pequena e úmida Rio Grande (RS), nascidas e criadas durante as décadas de 20 e 30. Obstinada por construir uma vida desvinculada da realidade de dona de casa, mãe e esposa, preferiu sair em busca de novas experiências, quando se viu toralmente livre da autoridade dos pais, aos 24 anos, logo após a morte de sua mãe, em 1944. O pai já havia falecido, anos antes. Viveu quase 20 anos fora do Brasil, entre o Uruguai e a Argentina, onde tomou contato, de forma mais intensa, com a literatura e descobriu sua «condição plural», percebendo que havia algo de errado nas relações entre homens e mulheres.

De volta ao Brasil, em 1962, quis fazer algo que ajudasse a modificar o comportamento da mulher de classe média. Aceita pela Editora Abril, escreveu, durante 22 anos ininterruptos (1963 a 1985), nas páginas da revista *Cleúdia*. Popularizou-se conquistando, mais tarde, o título de «mulheróloga», tornando-se a «grande dama do feminismo brasileiro», referencial para as mais diversas correntes do movimento de mulheres no País.

Em 1982, já consagrada por seu trabalho em *Cleúdia* e contabilizando a autoria de dois romances e duas coleções de artigos, além de uma novela, resolveu registrar sua história de vida em autobiografia¹⁰ que seria publicada, dois anos mais tarde, pela Editora Brasiliense, com o título de *Histórias Hibridas de uma Senhora de Respeito*. Estilo bem-humorado e descontraído, largamente experimentado na escrita de livros e artigos, tentou sempre,

¹⁰ LEJEUNE (1980) define a autobiografia como a narrativa retrospectiva em primeira pessoa por qualquer um sobre a sua própria existência, enfatizando sua vida individual e a busca de sua personalidade. Nela o autor é ao mesmo tempo narrador e personagem.

2 - ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA, OS CAMINHOS DE UMA FEMINISTA

décadas.

“Para fazer surgir o sentido temos que tratar do sujeito individual tanto quanto da organização social e articular a natureza das suas inter-relações, pois ambos têm uma importância crucial para compreender como funciona o gênero e como se dá a mudança”

Joan Scott (1991)

Carmen da Silva não quis seguir a trajetória da maioria das moças da pequena e úmida Rio Grande (RS), nascidas e criadas durante as décadas de 20 e 30. Obstinação por construir uma vida desvinculada da realidade de dona de casa, mãe e esposa, preferiu sair em busca de novas experiências, quando se viu totalmente livre da autoridade dos pais, aos 24 anos, logo após a morte de sua mãe, em 1944. O pai já havia falecido, anos antes. Viveu quase 20 anos fora do Brasil, entre o Uruguai e a Argentina, onde tomou contato, de forma mais intensa, com a literatura e descobriu sua <<condição plural>>, percebendo que havia algo de errado nas relações entre homens e mulheres.

De volta ao Brasil, em 1962, quis fazer algo que ajudasse a modificar o comportamento da mulher de classe média. Aceita pela Editora Abril, escreveu, durante 22 anos ininterruptos (1963 a 1985), nas páginas da revista *Claudia*. Popularizou-se, conquistando, mais tarde, o título de <<mulheróloga>>, tornando-se a <<grande dama do feminismo brasileiro>>, referencial para as mais diversas correntes do movimento de mulheres no País.

Em 1982, já consagrada por seu trabalho em *Claudia* e contabilizando a autoria de dois romances e duas coletâneas de artigos, além de uma novela, resolveu registrar sua história de vida em autobiografia⁸⁶ que seria publicada, dois anos mais tarde, pela Editora Brasiliense, com o título de *Histórias Híbridas de uma Senhora de Respeito*. Estilo bem-humorado e irônico, largamente experimentado na escrita de livros e artigos, tentou compor,

⁸⁶ LEJEUNE (1998) define a autobiografia como a narrativa retrospectiva em prosa, feita por qualquer um sobre a sua própria existência, enfatizando sua vida individual e a história de sua personalidade. Nela o autor é ao mesmo tempo narrador e personagem.

através de sua memória, o painel da condição feminina, em pelo menos, seis décadas.

Mas quem escreve autobiografia e nela se inscreve em pretende mais que relatar testemunhos sobre fatos ocorridos, em uma determinada época. Para que a escrita, em questão, seja considerada realmente como autobiográfica, é necessário que o autor se comporte não apenas como testemunha ocular da história. O objeto de discurso é ele próprio e não a história de sua época. Os fatos narrados não podem ofuscar o projeto inicial, que é a construção da história pessoal do próprio autor. Os acontecimentos só adquirem sentido, na medida em que foram observados e experimentados por aquele autor-personagem.

A intenção de quem registra sua história é revelar-se, compartilhar, através da cumplicidade do leitor, sua vida, suas reflexões e experiências. A intenção de publicar ou ser publicado está intrinsecamente ligada a este gênero e, por isso, a autobiografia se diferencia dos diários íntimos, livros de memórias e outras formas de escrita pessoal.

Carmen da Silva, ao escrever a própria vida, parece ter tido a mesma vontade, aliada à necessidade de desmistificar a imagem construída, em torno de si, por conta de seu trabalho em Claudia - mulher perfeita, desde sempre consciente e iluminada, apta a resolver qualquer situação. Seu texto, embora tenha revelado vida diversa da convencional, tentou estabelecer, principalmente com as leitoras, uma relação de proximidade. Carmen não quis que suas escolhas diferentes fossem vistas como caminhos impossíveis de serem trilhados por outras mulheres, mas, ao mesmo tempo, não abdicou da possibilidade de oferecer sua vida como exemplo.

O leitor é sempre pensado pelo autor, afirmou CHARTIER (1988). E embora a leitura, uma vez apropriada, desperte sentidos os mais singulares entre aqueles que lêem, autores e editores buscam um sentido único, autorizado para o que escrevem. Carmen da Silva também explicitou suas motivações:

"(...) Para aquelas mulheres que me idealizam, que acham que eu tenho a resposta para todos os problemas, que eu sou a dona da verdade, ele ajuda muito a pôr as coisas no lugar. A compreender que nós somos todos seres humanos com as fraquezas humanas,

Entrevista a *Carta* (1984)

Entrevista ao jornal *Correio Brasileiro* (02/07/84)

Entrevista ao *Jornal de Brasília* (11/05/84)

*com as claudicações humanas, que estamos todos no mesmo barco. Enfim, que eu sou exatamente uma mulher como as outras*⁸⁷.

Essa preocupação deu, no presente momento da escrita, a tônica para que Carmen organizasse suas memórias. O esforço de síntese da própria existência foi balizado pelo contexto sóciohistórico da época em que foi feita a escrita, assim como pelo olhar, histórica e socialmente, modificado daquele que narrou. Já não seria possível a uma pessoa idosa contar fatos de sua infância como se fosse uma criança.

Carmen da Silva tinha 63 anos quando resolveu escrever a própria história de vida. Teve de fazê-lo sem poder dedicar exclusividade ao projeto. Além do livro, Carmen escrevia artigos para a publicação em Claudia e respondia às cartas das leitoras que recebia todos os meses. Escreveu também, no mesmo período, um roteiro cinematográfico. *"Escrever sempre foi o meu ganha-pão. Mês a mês trabalhando, não se tem tempo para se concentrar em um livro, que absorve demais. Se você interrompe, tem de voltar, reaquecer o motor. É complicado"*⁸⁸

Apesar de escrever nos intervalos permitidos pela rotina incansável de escritora e jornalista, ela atentou para o cuidado com a elaboração do texto, construído em pouco mais de um ano. Já havia 15 anos desde a publicação de seu último livro. Apaixonada pela "mágica das palavras", admiradora de Shakeaspeare e Corneille, ela imprimiu, pela elaboração, ritmo ágil e leve ao que escreveu. *"Quando um texto parece espontâneo, é porque foi muito elaborado. Não sou destas que consegue escrever de um jato. E, além disso, fazia anos que não publicava um livro"*⁸⁹.

Em meio à <<tenda de trabalho>>, no vasto apartamento que ocupava, em Copacabana, dividia-se entre livros e gatos, suas duas paixões. Apesar da idade e de preferir às multidões o ofício solitário da escrita, Carmen não se afastou na época, das lutas sociais e políticas, das quais sempre foi participante das mais empolgadas. Eleitora do PT, admiradora do socialismo democrático, ela ainda tinha fôlego para participar das passeatas do movimento de mulheres. Em oito de março de 1984, poucos dias antes do

⁸⁷ Entrevista a Claudia (julho de 1984)

⁸⁸ Entrevista ao jornal Correio Braziliense (02/07/84).

⁸⁹ Entrevista ao Jornal do Brasil (11/05/84)

lançamento de seu livro, comemorou o Dia Internacional da Mulher, desfilando, no Rio de Janeiro, com a fantasia de estátua da liberdade. Tábua de carne numa mão e tocha na outra. Um ano antes, havia desfilado como rainha do lar⁹⁰.

O broche, no vestido, usado no período de lançamento do livro, denunciava a participação no movimento Diretas Já, pela redemocratização do País. Apesar de ter vivido a experiência de outros regimes ditatoriais, no Uruguai e na Argentina, não se acostumava à rotina de repressão e desconfiança, embora, em 1984, a abertura política estivesse em vias de concretizar-se no Brasil. "*A ditadura estraga os relacionamentos, acaba com a cordialidade e a serenidade das pessoas*"⁹¹, declarou à época.

Mas foi, principalmente, a partir de sua vivência como feminista atuante, seja no movimento organizado de mulheres, seja através da tribuna em Claudia, que Carmen da Silva tomou a descoberta de sua condição de mulher para selecionar aquilo que gostaria de contar a seu público leitor.

*"La construcción de una historia de vida es el modo mediante el cual el individuo representa aquellos aspectos del pasado que son relevantes para la situación presente. (...) Las historias de vida no son, portanto, una colección de todos los acontecimientos del curso de la vida individual, sino más bien <<autoimágenes estructurales>>"*⁹².

O trabalho com reminiscências é uma tarefa complexa. Na autobiografia, nada é simplesmente esquecido ou lembrado. O trabalho com a memória é a recriação, no presente, do passado, ou uma reinvenção do passado pelo presente BOSI (1994). A memória do passado é trabalhada de forma a se adequar às necessidades e desejos atuais daquele que lembra, em movimento contínuo e dialeticamente relacionado e condicionado pelo pensamento histórico.

⁹⁰ Há uma sintonia facilmente perceptível entre os escritos de Carmen, suas lembranças e ênfases em determinados assuntos com a realidade que ela viveu durante o período da escrita da autobiografia. Ela faz questão, inclusive de demonstrar sua preocupação com a realidade brasileira na última parte de seu livro quando aborda justamente sua condição atual e temas como velhice e morte. "Toda palavra reflete uma perspectiva particular esculpida por fatores socioculturais, políticos e pessoais. Certeau escreveu "meu dialeto demonstra minha ligação com um certo lugar". MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995. p.34.

⁹¹ Entrevista ao jornal Correio Brasiliense (02/07/84).

⁹² KOHLI, Martin. Biografía: relato, texto, método. IN: MARINAS, José Miguel e SANTAMARINA, Cristina (orgs). *La historia oral: métodos y experiencias*. Madri: Editora Debate, 1993, p.17.

É necessário, no entanto, não confundir as duas instâncias: memória e história. Ao contrário, estes conceitos constituem quase que total oposição, embora um se alimente do outro e vice-versa. O primeiro é nutrido e carregado pelos grupos vivos, estando sempre aberto a incorporar novos motivos para lembrar e esquecer, estando, por isso, susceptível de ser constantemente deformado e manipulado, de acordo com a correlação de forças entre os grupos e ideologias. A memória é sensível a censuras, transferências, projeções, fantasias. É afetiva e mágica.

A história é a reconstrução problemática e incompleta do passado irrecuperável. Por ser operação intelectual, demanda discurso crítico e método de investigação analítico.

"A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal"⁹³.

Acomodando a memória, através das ações de lembrar e esquecer, está-se também construindo um sentido para sua identidade individual e de grupo. Este aspecto é amplamente utilizado pela escrita de Carmen que tem, como principal característica, a exemplo de outras memorialistas feministas, a tentativa constante de demonstrar a articulação de sua história pessoal com a história social e política. Não se trata simplesmente de um estilo adotado, mas do fato de esta ter sido sua concepção sobre a forma possível e válida para contar a história de vida.

Fruto da geração que entendeu a politização dos problemas privados e pessoais, como primeiro passo para a mudança nas relações entre os sexos, seu pacto autobiográfico⁹⁴, explicitado em pequena nota de apresentação, em

⁹³ NORA, Pierre. *Entre memória e história – a problemática dos lugares*. IN: Projeto História, nº. 10. São Paulo. PUC-SP. Dezembro de 1993, p.9.

⁹⁴ O pacto autobiográfico é componente obrigatório e necessário em uma autobiografia. <<L'autobiographe est un genre fondé sur la confiance, un genre "fiduciaire", si l'ont peut dire>>. É através dele que o autor se compromete em ser mais sincero possível no que está escrevendo. É no pacto que ele explicita a coincidência entre o personagem da obra escrita e ele mesmo, assumindo as experiências e reflexões relatadas como suas. O pacto pode ser manifesto através de notas iniciais, explicações, declarações de intenção contidos no próprio livro ou manuscrito, ou até mesmo em entrevistas por ocasião do lançamento da obra. LEJEUNE, Philippe. *L'autobiographie en France*. 10^o édition. Paris: Armand Colin, 1998, p.17.

seu livro *Histórias Híbridas de uma Senhora de Respeito*, demonstra claramente essa noção:

"*"Histórias" porque recuso o anglicismo "estórias", com sua intenção marota de traçar uma linha divisória entre o pessoal e o coletivo, desvinculando os sucessos individuais do curso da História. A grafia com agá-i enfatiza a minha convicção de que o privado é político*⁹⁵".

O compromisso da escritora foi, em grande parte, cumprido e reafirmado em cada parágrafo das 189 páginas do livro. Foi a percepção neofeminista⁹⁶ sobre as convenções sociais e estereótipos construídos em torno das mulheres que pautaram as memórias de nossa autora-personagem. Momentos narrativos presentes, em grande parte das autobiografias, como relatos pessoais sobre a infância, a adolescência, a descoberta da sexualidade, o trabalho, a diversão, a velhice, foram utilizados por Carmen como pontos de partida para a reflexão sobre a opressão feminina e as relações de poder entre os sexos.

Sob esse aspecto, Carmen não inovou, mas mostrou, com contundência, sua filiação ao pensamento iniciado por outras escritoras, como Simone de Beauvoir. A feminista francesa justificou, dessa forma, a escrita de seu mais famoso livro *O Segundo Sexo*: "*Querendo falar de mim, descobri que era preciso falar da condição feminina*". Através dessa escolha, as duas escritoras promoveram o encontro consciente entre vida, obra e história.

Autoras como Isabelle Bertaux-Wiame, Luisa Paserini e Anna Bravo⁹⁷, que desenvolveram estudos sobre memórias femininas, a partir do método de histórias de vida, tendem a considerar a autobiografia como o suporte para a memória mais útil, no estudo do processo de formação da identidade feminina. Nas autobiografias, as autoras-personagens costumam trabalhar a figura de si, levando em consideração, de forma consciente ou semiconsciente, os papéis

⁹⁵ SILVA, Carmen da. *Histórias híbridas de uma senhora de respeito*. 2º ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p-7.

⁹⁶ O neofeminismo é a face do movimento feminista ressurgido nos anos 60, primeiro na Europa, depois nos Estados Unidos e que viria a expandir-se posteriormente em todo o mundo. Profundamente marcado pelas idéias de escritoras como Simone de Beauvoir (*O Segundo Sexo*) e Betty Friedan (*Mística Feminina*), entre as suas principais preocupações está a desnaturalização e problematização dos padrões femininos responsáveis pela opressão das mulheres. A reivindicação do direito à diferença e a percepção das relações sexuais como relações de força, vieram somar-se depois lutas mais específicas como o direito ao aborto e ao divórcio.

sexuais e de gênero⁹⁸. Principalmente pelo caráter ativo que o narrador assume na realização desse tipo de escrita⁹⁹.

Isso não significa, necessariamente, que esses aspectos sejam tratados de maneira semelhante, por todas as mulheres, nos momentos mais diversos. De maneira geral, os primeiros registros da escrita memorialista feminina, no Brasil, datados do final do século XIX, pretendem disseminar exemplos de moral e virtude da <<boa mulher>>¹⁰⁰. Muitas memorialistas, contrariando o princípio da escrita autobiográfica, estruturavam suas lembranças, não com base em suas próprias experiências, como personagens centrais, mas como testemunhas oculares da história.

Impulsionada pelas transformações aceleradas, em nível de comportamento e política na década de 60, a escrita memorialista feminina ganhou o sentido de recuperação e reconstrução de uma identidade que, aos poucos, estava sendo esfacelada. A contracultura, as lutas das minorias étnicas, as revoluções socialistas e as guerrilhas latino-americanas, a popularização das obras de filósofos ligados à Escola de Frankfurt, assim como a disseminação da psicanálise trouxeram, à tona, novos problemas e novas formas de questionamento de antigas relações. No centro do debate, o

⁹⁷ Para mais detalhes sobre suas idéias, ver FENTRESS, James e CHRIS, Wicklan. *Memória social – novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa, Editora Teorema, 1992.

⁹⁸ O conceito de gênero tem sido utilizado desde a década de 70 para teorizar sobre a questão da diferença entre os sexos. Foi utilizado inicialmente pelas feministas americanas na tentativa de desnaturalizar a questão da opressão feminina, reafirmando o caráter social da discriminação. Sob a perspectiva de gênero, procura-se enfatizar o aspecto do estudo relacional entre as mulheres e os homens. "(...) Nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir por meio de um estudo que os considere totalmente em separado" (SOIHET, 1997:63). Neste trabalho, gênero é encarado como um elemento constitutivo das relações sociais, baseado na percepção das diferenças entre os sexos e considerado, como na aceção de SCOTT (1991), uma forma primeira de significar as relações de poder.

⁹⁹ Estas mesmas autoras apontam algumas considerações básicas para quem pretende trabalhar com memórias de mulheres. A principal delas é a necessidade de levar em consideração que, para perceber uma visão nitidamente feminina do passado, tem de se analisar o problema da hegemonia que hierarquiza as narrativas, estabelecendo uma relação de dominação entre os sexos. É essa relação que define os narradores "dignos" de organizar e contar as lembranças do grupo. FENTRESS (1992).

¹⁰⁰ A primeira publicação, assumidamente em forma de narrativa memorialista, escrita e assinada por uma mulher no Brasil, tem o título de *Reminiscências* e foi escrito em 1893. A autora, Maria Eugênio Ribeiro de Castro, paulista de Piracicaba, deixa a apresentação de seu livro a cargo de seu filho. Este trata de esclarecer que a obra foi levada ao prelo para "oferecer aos estudiosos das coisas de nossa terra um documentário de inestimável sentido histórico-pátrio, além de fornecer exemplos da severa moral que rege a família, e de fidelidade, temura e autenticidade da autora". IN: VIANA, Maria José Motta. *Do sótão à vitrine – memórias de mulheres*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995, p-27.

resgate de uma subjetividade há muito perdida ou sufocada pelas ideologias massificantes.

A relação entre indivíduo e sociedade foi repensada e, com ela, os papéis tradicionais destinados às mulheres - os de mãe, esposa e dona de casa- foram fortemente questionados. Conceitos como Deus, Família, Verdade, já não eram mais suficientes para explicar o mundo e suas contradições.

"Na barafunda que se tornou o Brasil do decênio 60-70, as mulheres puseram olhos gulosos em tudo que lhes pudesse servir de referência. Buscavam enxergar todos os horizontes, cada vez mais largos e distantes no desejo de se localizarem"¹⁰¹.

O boom de publicações de autobiografias femininas, nas décadas de 70 e 80, pode ser explicado pela busca de preencher o vazio cultural e também existencial e discutir a própria condição feminina, à luz dos questionamentos próprios do momento. Muitas mulheres, conscientemente ou não, decidiram compartilhar suas vidas, falar de suas experiências.

Aliado a essa vontade, o campo para a publicação desse tipo de escrita foi favorecido pela censura imposta pelo regime militar, uma vez que, em momento de radicalismos políticos e ideológicos, memórias de mulheres não pareciam ameaçar a ordem vigente e tampouco a segurança nacional. Os censores não as vetavam, nem mesmo as cortavam.

Nesse momento, a tônica das narrativas tem menos preocupação de criar uma literatura feminina e mais a tentativa de recompor o mosaico de vidas expostas agora a uma sociedade mutante. Os estilos de escrita são os mais variados possíveis. O que interessava é se apossar da palavra, tomar o discurso nas mãos, utilizar a liberdade, pouco a pouco, conquistada, marcar presença no mundo em transformação.

Os relatos, em forma de livro, vinham desde catadoras de lixo a empresárias, professoras, artistas, estudantes, religiosas e marginais. Muitas rompiam a barreira das editoras, utilizando o prestígio e credibilidade, conseguidos com o trabalho ativo e corajoso, em esferas como a comunicação de massa (rádio, tv, imprensa). Foi o caso de memorialistas como Helena

¹⁰¹VIANA, Maria José Motta. Op. Cit, p.42.

Silveira, Ruth Escobar, Odete Lara, Lúcia Rito, Maria Nilce e Tônia Carrero¹⁰². Carmen da Silva também percorreu este caminho.

Seu perfil não correspondia ao comportamento padrão de mulher nascida em sua época e lugar e orientada dentro das normas da família de classe média, branca e católica. Nem por isso o processo de formação de sua identidade, como de muitas outras mulheres, pode ser considerado inútil ou descartável como objeto de pesquisa.

O estudo de comportamentos diferenciados se faz tão ou mais necessário que o estudo dos comportamentos e personalidades-padrões, uma vez que os indivíduos rebeldes, embora carreguem consigo características e recursos que os destacam dentre a maioria, correspondem, em sua forma de atuar, a necessidades históricas dessa maioria ou daqueles que detêm o poder em determinada sociedade.

*"Dada a variabilidade de cada universo social, não é representativo apenas o indivíduo conformado, que recebeu, aceitou e desempenhou bem ou mal o seu papel social, reprimindo seu potencial renovador, mas também os rebeldes, em diferentes graus, que receberam atribuições sociais e culturais, refletiram ou não sobre elas e as recusaram parcial ou totalmente, carregando consigo frações maiores ou menores de participantes"*¹⁰³.

É sob essa perspectiva que se pode tentar compreender o processo de vida que desencadeou a construção da obra de Carmen da Silva. Conhecer as experiências que tornaram nossa personagem singular, mas sem perder os elos existentes entre a construção de sua personalidade e as diversas situações sociohistóricas em que viveu.

*"Assim como as peculiaridades pessoais são inegáveis, elas só poderiam ocorrer em determinadas condições sociais. (...) Os próprios traços intelectuais e morais do biografado seriam produtos de uma interação contínua entre capacidades inatas e condições sociais, no dizer de Trotsky"*¹⁰⁴.

A ação social desenvolvida por ela nos mostra em que medida se opôs ou incorporou as normas dos espaços público e privado, em sua época, e, em que medida, ela se aproximou ou se afastou de suas origens, assim como nos

¹⁰² Em VIANA (1995) é possível encontrar o resumo das autobiografias e livros de memórias dessas mulheres.

¹⁰³ LEITE, Míriam Lifchitz Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo, Editora Ática, 1984, p.12-13.

¹⁰⁴ Id. Ibidem, p.13.

faz perceber as relações entre os universos onde atuou o sujeito histórico e as decisões ou opções tomadas por esse mesmo sujeito.

Memórias que relatam trajetórias de sujeitos precisos também se constituem em pontos de partida para pensar o papel do gênero como operador de diferenças, na organização das relações sociais, marcando experiências desses mesmos sujeitos. A experiência, assim como a entende Bruner¹⁰⁵, se refere ao sujeito em ação, que se engaja nesta ação, dela participando, sentindo-a, pensando-a e reformulando-a.

Desta maneira, pode-se enriquecer o estudo sobre a memória incorporando, nestas narrativas, as interpretações e reflexões dos sujeitos sobre suas próprias experiências, além das junções e disjunções temporais, mudanças e continuidades, tradições e rupturas. *"Las autobiografías pueden considerarse (...) como expresión de la experiencia social de quienes las escriben, testimonio de su praxis social"*¹⁰⁶.

Este aspecto pode tornar a análise mais instigante, na medida em que a riqueza das memórias e sua forma de organização superpõem-se à necessidade positivista de algumas pesquisas, no campo da história, em reconstruir o "passado verdadeiro", tal e qual tenha acontecido. Para o trabalho com memórias, talvez seja mais importante a observação dos movimentos de idas e vindas, entre o passado e o presente, da narração e a percepção de como o indivíduo que narra se percebe e se conta em meio à trama histórica e social.

Concepções como as de A.J.P Taylor¹⁰⁷ de que "as memórias escritas são uma fonte de história oral feita para enganar os historiadores", "inúteis", uma vez que o conteúdo seria "positivamente ajustado aos gostos do público leitor", não podem fazer com que descartemos tão facilmente esse tipo de fonte. Faz-se necessário, no entanto, o historiador procurar não perder o diálogo entre o material autobiográfico e outras fontes e relatos do período que se pretende conhecer.

¹⁰⁵Citado por KOFES, Suely e PISCITELLI, Adriana. *Memória de "histórias femininas, memórias e experiências"*. Cadernos Pagu. Campinas. nº 8/9, 1997, p.345.

¹⁰⁶BURGOS, Martine. *Historias de vida. Narrativa y la búsqueda del yo*. IN: LOZANO, Jorge Aceves. *Historia oral*. Mexico: Instituto Mora – Universidad Autonoma Metropolitana: 1993,p.177.

¹⁰⁷Citado por THOMPSON, Paul. *A voz do passado – história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p-142.

Deve-se procurar, porém, não subaproveitar a dimensão dessa narrativa e suas especificidades, dentre outros tipos de relato. Uma das coisas a se ter em mente, ao trabalhar com tão fascinantes narrativas, é considerar as autobiografias como meio de interpretação, mais que uma declaração auto-suficiente de verdade.

2.1. Dos Pampas ao Plata: a fuga

Como a maioria das pessoas que se inscrevem em autobiografias, Carmen da Silva optou por registrar, em primeiro lugar, para seus leitores, as memórias da infância e vida em família, em Rio Grande, cidade portuária, situada no extremo do Rio Grande do Sul. Dois capítulos foram destinados aos relatos sobre experiências de sua infância e adolescência, o que não a impediu de retomar aspectos de seus primeiros anos, em outros momentos, em constante movimento de idas e vindas.

Ela mesma parecia ter muita consciência sobre o movimento dialético que toma a memória em narrativa:

"(...) eu pretendia contar uma história arrumadinha e correta, mas é a tal coisa: Deus dispõe. Aliás, segundo Semprun, nada mais ilusório que a ordem cronológica. E já muito antes de Semprun, Ionesco recomendou cuidado com ela, advertindo que a ordem cronológica leva ao crime"¹⁰⁸.

Ela procurou dar conotação diferenciada a suas lembranças, investindo na politização do que narra, tentando, desde o início de seu livro, evidenciar as diferenças e conflitos presentes nas relações homem-mulher. Essa opção é explicitada, antes mesmo do início da narrativa, pela escolha da epígrafe, presente nas primeiras páginas de seus escritos publicados. *"On ne nâit femme, on le devient"*. A famosa máxima de Simone de Beauvoir, popularizada pelo movimento feminista europeu e americano, anunciava a visão que Carmen tinha em mente, ao trabalhar a reconstrução de sua vida.

A própria escolha por iniciar sua narrativa, com o relato do nascimento, em 31 de dezembro de 1919, algo praticamente impossível de ser disponibilizado pela memória de qualquer pessoa comum demonstra a tentativa de fazer refletir sobre a condição feminina nessa época. A linguagem

psicanalítica e a abordagem científica dada a alguns temas tratados, marca registrada do trabalho da jornalista, em Claudia, também aqui se fizeram presentes:

"Como todo mundo, nasci encarquilhada e roxa. Fui recolhida por mãos capazes, pendurada de cabeça para baixo e levei a clássica palmada que, segundo a ciência já provou, não traz nenhum benefício ao bebê. Serve, isto sim, para que um homem despeitado desabafe agressão contra o fruto que não é de seu ventre. Serve, para quem em nome da solidariedade masculina, um homem castigue um alguenzinho que virá a usurpar a outro homem - o pai oficial - uma parte do tempo, do afeto e do interesse da mulher que ele considera como sua propriedade exclusiva. Um bebê recém-nascido e um adulto disputando a supremacia dentro de casa, ambos querendo mamar da mesma mãe, costumam dar muita alteração"¹⁰⁹.

Filha mais ou menos temporã de família de cinco irmãos, a quarta mulher, Carmen define a situação de quem nascia sem a "petite différence" nesse período. *"Ser mulher nunca foi fácil para ninguém em nenhum lugar. Ser mulher numa cidade pequena nas décadas dos 30 e 40 era mais do que difícil, era dramático: havia que escolher entre a fuga, o martírio e o heroísmo"¹¹⁰.* Mas o que levaria a nossa autora-personagem a tal conclusão?

As dificuldades para as mulheres nascidas, nessa época, referem-se às próprias possibilidades oferecidas a elas pela sociedade brasileira, que pouco se diferenciavam, nos vários pontos do País. O "destino" das mulheres ainda era, por excelência, o lar. Atividade primeira para uma mulher era a maternidade abençoada, obviamente, pelo casamento. Aos poucos, se começava a permitir que as mulheres que "precisassem" trabalhar pudessem realizar algum trabalho fora de casa. Foi quando ganhou realce o magistério primário, principalmente entre as mulheres de classe média.

É importante salientar que a década de 20 assistiu à organização e disseminação do movimento feminista no Brasil. Influenciado pelo movimento sufragista europeu e americano, as mulheres brasileiras escreviam, nos jornais da época, reivindicando não só o direito ao voto, mas à educação, a remuneração equivalente para os mesmos trabalhos realizados por homens e mulheres e a elaboração de políticas de saúde específicas.

¹⁰⁸ SILVA, Carmen da. Op. Cit, p. 60.

¹⁰⁹ Id. Ibidem, p.9

¹¹⁰ Id. Ibidem, pág 11.

Algumas mulheres, no entanto, radicalizaram posições estendendo suas críticas à Igreja Católica, ao capitalismo e ao militarismo, como a educadora e escritora anarquista mineira Maria Lacerda de Moura¹¹¹, que rompeu com o movimento por considerá-lo elitista. Quanto à entrada no mercado de trabalho da época, apesar de estar ainda muito restrito à participação de mulheres de camadas médias, já era possível registrar ações de rompimento com essa lógica.

Em 1919, a bióloga Bertha Lutz, formada pela Sorbonne, e que, mais tarde, viria a se tornar líder do movimento sufragista brasileiro, conquistava alta colocação no Museu Nacional do Rio de Janeiro, abrindo caminho para outras mulheres que se tornaram inspetoras escolares e membros de tribunais.

Se, por um lado, a elitização encobriu ou deixou, à margem, a discussão dos problemas de mulheres de camadas inferiores, por outro, ajudou a ampliar a consciência sobre a condição das mulheres e a legitimar o exercício de atividades desenvolvidas fora de casa.

*"No Brasil, talvez mais do que em algumas outras nações latino-americanas, vários membros da elite, especialmente no Rio e em São Paulo, enviaram suas filhas para a Universidade e para profissões, e muitas dessas mulheres tornaram-se sufragistas"*¹¹².

No Rio Grande do Sul, as coisas não eram diferentes. Embora o Estado se consolidasse como o terceiro centro industrial do país, atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro (Guanabara à época) e o primeiro Estado com relação à alfabetização de seus habitantes¹¹³, significativo exemplo dos processos de modernização e urbanização porque passava o país naquele momento, havia o rígido controle sobre os papéis sexuais estabelecidos, para o que se concebia como sendo feminino.

¹¹¹ Nascida em 1887, em Manhuaçu, então província de Minas Gerais, Maria Lacerda de Moura manifestou desde cedo sua preocupação com a questão feminina. Atuou como educadora, ligando-se, na década de 20, aos movimentos associativos femininos, divulgando as reivindicações das mulheres através da imprensa da época. Entre outros livros, escreveu "A mulher é uma degenerada?", em 1924. Nesse período já havia se afastado do movimento sufragista. Acreditava que o voto um processo inadequado de luta pelo poder, que só iria beneficiar poucas mulheres em detrimento da maioria, vítima de uma organização social injusta. Para conhecer melhor a vida e as idéias desta feminista consultar a biografia Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura, escrita por LEITE, Míriam Lifchitz Moreira.

¹¹² HAHNER, June E. A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850-1937). São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p.110.

¹¹³ Dados extraídos de TORRESINI, Elisabeth Rochadel. *Editora Globo – uma aventura editorial nos anos 30 e 40*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999, p.40-41.

A situação se intensificava em cidade pequena como a de Carmen, embora, naquela altura, Rio Grande também se destacasse como pólo industrial, abrigando indústrias de grande porte e a segunda maior concentração de operários do Estado¹¹⁴. Entre lembranças de conhecidas, amigas e parentes e dela mesma, Carmen recompõe os modos de ser mulher na sua cidade natal, onde se morria "de tédio provinciano, de falta de perspectivas, dos eternos passeios em torno da praça depois da missa". As mulheres podiam ser "assassinadas pelos preconceitos: ficavam faladas, eram empurradas ao ostracismo, à aridez e à solidão".

As moças de classe média, como Carmen, eram preparadas para o casamento desde cedo, devendo-se manter "respeitáveis" até lá, o que incluía não apenas a virgindade, mas o comportamento acima de qualquer suspeita, já que a família, principalmente a da moça, exercia cerrada vigilância sobre os relacionamentos.

"Namorar, no Rio Grande daquela época, era uma operação complicadíssima. As moças casavam, sim: aliás, era o único que tinham a fazer. Mas as etapas prévias - conhecer-se, simpatizar, conversar em qualquer lado fora dos raríssimos bailes nos pouquíssimos clubes, trocar alguns carinhos - não estavam previstas no programa. Em todas as fases que normalmente precedem o casamento, mesmo nas atitudes mais inocentes, as famílias farejavam sem-vergonhice, dificultando ao máximo, quando não proibindo taxativamente, o encontro, o colóquio, a matinée no Carlos Gomes de mãozinhas dadas. Uma geração empanturrada de romantismo cinematográfico, nutrida de "Stardust", "Violinos ciganos" e mocinho-e-mocinha-dançando-cheek-to-cheek-num-terraço-enluarado, na prática era condenada à mais árida privação sentimental"¹¹⁵

Aos namorados, pouco espaço era permitido e a circulação ficava restrita aos passeios na praça e às visitas domiciliares, sob os olhares atentos de pais, mães ou quaisquer outros membros da família, dispostos a colaborar para "derrotar a astúcia dos jovens". Nos passeios, em torno da Praça Marechal Floriano, aos domingos, a menor demonstração de carinho, através de contato físico, poderia ser encarada como ousadia ou como indício de que o casal já havia "avançado o sinal".

Só aos noivos era permitido andar de braços dados. Isso, se já tivessem trocado alianças. Os olhos vigilantes da cidade eram a extensão da

¹¹⁴ Id. Ibidem, p.40.

família e podiam desencadear onda de boatos e definir o destino de moças e rapazes. O casamento, desta forma, não selava afinidade entre pessoas que se desejassem.

O sexo era a certeza reservada pelo casamento oficializado. A realização sexual nem sempre, um problema que não se poderia resolver facilmente, uma vez que não havia o divórcio nessa época e o desquite era opção muito difícil para o casal, principalmente para as mulheres. Mas havia transgressão, sim. A desobediência dos casais, embora difícil de se concretizar, exigia dose extra de coragem e era, muitas vezes, utilizada como a única forma de fazer com que a família aceitasse as uniões consideradas proibidas.

"Tantas restrições obrigavam os namorados a verdadeiras acrobacias para conseguirem alguns minutos de intimidade; tanto mais que, como se o controle familiar não bastasse, a cidade inteira era um imenso olho fiscalizador: todo mundo conhecia todo o mundo, todo o mundo era aliado das famílias, todo o mundo dedo-durava as moças. E isso, às vezes, provocava situações um pouco sórdidas: as escapadas, os encontros furtivos em lugares suspeitos, a alcovitagem"¹¹⁶

As moças que ousassem desafiar essa lógica eram duramente punidas pela cidade. Punição diferenciada para as diferentes classes sociais, obviamente. As moças pobres que se envolviam com homens solteiros, em condição social e econômica superior, com os quais não mantivessem compromisso, tornavam-se "faladas". Seus nomes viravam temas de cochichos, nas esquinas, eram hostilizadas pelas famílias, perdiam, segundo Carmen, o direito de cumprimentar outras moças solteiras e até mulheres casadas, além dos "senhores de respeito".

Já as "moças de família, filhas da classe média, tinham seus "passos em falso" reparados por um casamento forçado e feito às pressas. Qualquer comentário sobre as atitudes dos casais, mesmo que sem comprovação, poderia levar a família a tomar atitudes mais drásticas.

Entre a queda e a ascensão, o caminho mais comum para as mulheres era o casamento, feito pelas vias formais e respeitando o ritual que incluía o *debut* e os discretos flertes, nos bailes dos clubes da cidade. Estes eram

¹¹⁵ SILVA, Carmen da. Op. Cit, p.16.

¹¹⁶ Id. Ibidem, p.17.

freqüentados pelas famílias da burguesia média, chefiadas, principalmente por profissionais liberais e por funcionários públicos que ocupassem cargos mais altos na burocracia.

Mas o poder aquisitivo não era o único critério para o estabelecimento das relações entre os membros da classe média rio-grandense. Examinar as "origens" e a situação civil de desconhecidos, mesmo que estes tivessem posse, era um procedimento comum, naquela época, e bem marcado pela memória de Carmen da Silva.

"Eram tempos de andar com a certidão de casamento no bolso. Não porque abundassem as transgressões: ao contrário, eram raríssimas e arriscadas. Mas o Rio Grande zelava pelos mores, fiscalizava as origens, o curriculum e a legitimidade das pessoas que acolhia ou deixava de acolher em seu seio"¹¹⁷.

Ela concentra a narrativa na adolescência, dando prioridade a alguns eventos marcantes, na vida das mulheres rio-grandenses, em sua época. O primeiro baile é uma delas. Ela fez, da experiência individual, um momento de reflexão sobre a situação coletiva. Durante a narrativa, o uso do pronome "nós" se fez constante. Através desses relatos, é possível perceber a divisão dos papéis sexuais, no que concerne, principalmente, à conquista do sexo oposto.

Para as moças, a experiência do primeiro baile representava a possibilidade de conhecer o futuro marido ou de alavancar relacionamentos "promissores". As moças se preparavam ansiosamente para a estréia, com seus vestidos pregueados, geralmente nas cores branca ou rosa, luvas até os cotovelos e cabelos penteados em cachos. A elas cabia a espera, discreta, silenciosa e vigiada, travestida de indiferença.

"Sentadinha ao lado de papai e mamãe, as mãos crispadas sobre os joelhos, o corpo duro de tensão e espera, ela mal se animava a olhar em torno, o olho vago evitando fixar-se em qualquer figura masculina mais corpórea que o retrato do presidente do clube pendurado na parede"¹¹⁸.

Os rapazes, descritos por Carmen como os "Invisíveis", os "Transparentes" ou "Suas Altezas Reais", possuíam o poder da conquista e da escolha. A opção sobre que moça tirar para dançar poderia mudar não só a diversão, naquela noite, mas o conceito da própria moça diante da sociedade.

¹¹⁷ Id. Ibidem, p. 11- 12.

¹¹⁸ Id. Ibidem, p. 25.

"De sua vontade soberana e caprichosa dependia que nos divertíssemos ou que sofrêssemos a mortificação de tomar chá-de-cadeira ante a sociedade em peso que, no dia seguinte, comentaria com uma bisbilhotice feliz: "Fulana, coitada, fez crochê todo o baile". A decisão de qualquer um deles, mesmo o mais feio, o mais desenxabido, o bailarino mais perna-de-pau, baseada em obscuros critérios - que moça podia adivinhar o que se passava numa cabeça masculina, que moça podia influir sobre os misteriosos processos mentais?- ia determinar se seríamos escolhidas ou descartadas, rotuladas como "pequenas de sucesso" ¹¹⁹.

O sucesso ou não das moças, nesses bailes, podia adiantar ou mesmo anular as possibilidades de futuro casamento. E as moças, de acordo com os costumes da cidade, deveriam se casar cedo. Mulheres de 30 anos ou próximas a essa idade, que ainda não houvessem casado, eram condenadas ao ostracismo. Com ironia, Carmen criticou o comportamento da cidade para com essas mulheres.

"Com a umidade do Rio Grande, coisas e pessoas, que não fossem usadas e arejadas constantemente, mofavam rápido: assim, moça que chegasse solteira aos vinte e oito, trinta anos, supunha-se que criava bolor, e a cidade passava a esperar que ela entrasse em recesso afetivo e social: daí para diante, era dedicar-se a sobrinhos, pais anciãos, novenas e chás de caridade ¹²⁰".

As reflexões de Carmen sobre a exclusão das mulheres de mais idade, na sociedade, fundamentam-se sobre a emergência de novos padrões de beleza, originados ainda na década de 20, no Brasil, e que alcançarão seu apogeu, na década de 30. Influenciada pelas novas imagens femininas, presentes nos filmes hollywoodianos, e referendados por revistas como Cinearte, a sociedade brasileira celebrava os rostos jovens, maliciosos e sensuais. Segundo Priore, data dessa época o banimento de cena da mulher mais velha. *"Envelhecer começa a ser associado à perda de prestígio e ao afastamento do convívio social" ¹²¹.*

Os relatos sobre a infância, em autobiografia, seguem dois caminhos possíveis: a identificação ou o distanciamento (LEJEUNE, 1998). No primeiro caso, o autor-personagem busca identificar traços da infância que deram origem à sua personalidade, analisando momentos decisivos, nesse processo, reafirmando os traços psicológicos que perduram no momento da escrita. No

¹¹⁹ Id. Ibidem, p. 26.

¹²⁰ Id. Ibidem, p.22.

¹²¹ Em PRIORE, Mary Del. *Corpo a corpo com a mulher*. São Paulo: Editora Senac, 2000, p-75.

segundo caso, o autor mostra a dificuldade em compreender como pôde pensar ou se comportar de tal maneira, algum dia, reafirmando a diferença entre a pessoa que se inscreve e aquilo que, um dia, ela foi. Ainda neste caso, os momentos da infância podem ser observados com nostalgia ou simplesmente repúdio.

Carmen da Silva buscou, no passado de menina, os momentos decisivos ou atitudes que não a permitiram seguir o destino da maioria das moças nascidas, em Rio Grande, naquela época. Ela procurou estabelecer claramente, para seu leitor, episódios ou ações que permitiram que ela se juntasse a outras mulheres, no questionamento às estruturas tradicionais de poder entre homens e mulheres. O comportamento "rebelde", desde a infância, foi destacado em vários episódios, como o primeiro baile e a primeira menstruação.

Em relatos, Carmen mostrou o despreparo das moças de sua época para lidar com a sexualidade e com o desenvolvimento do próprio corpo. As poucas informações circulavam entre as moças, por meio de conversas entre amigas e primas, como aconteceu com ela própria. As mães não se sentiam à vontade para conversar sobre "estes assuntos", com suas filhas, mantidas em completa ignorância.

Ela marcou, neste ponto da autobiografia, o comportamento de resistência e inconformismo diante do "não saber", do "não se conhecer", imposto pela família e pela sociedade de sua época.

"(...) Meu corpo sofrera uma drástica mudança e alguém deveria explicar-me qual, como, em que sentido, com que conseqüências. Pouco me importava que aquilo acontecesse todos os meses com homens, mulheres, dromedários ou colibris: quem estava em causa era eu, o importante era saber o que estava ocorrendo comigo. Não me passou pela cabeça a idéia de consultar minha priminha: era por mãos de minha mãe que eu tinha de entrar naquela comarca desconhecida, era dela que eu precisava receber uma confirmação qualquer, um sinal, um apoio. Seu silêncio me parecia uma recusa ativa, uma forma particularmente maligna de obstinação"¹²².

A recusa impaciente deu lugar à insistência, ao colocar a mãe em maus lençóis, revelando a menstruação a vizinhas, falando abertamente sobre o assunto, pedindo toalhinhas à mãe diante de visitas. Nessa época, não

¹²² SILVA, Carmen da. Op. Cit, p-22.

existiam absorventes industrializados. Por fim, Carmen quis chocar a família, provocando conversa com a mãe, quando resolveu tornar pública sua situação. Deixou escapar, por entre as pernas, a toalhinha usada durante a procissão organizada pelo seu colégio, o católico Sainte Jeanne D'Arc, diante de centenas de pais e alunos. A tentativa foi frustrada, uma vez que as pessoas não perceberam a travessura, mas a iniciativa mostra a resistência a determinadas regras e situações.

Mas afinal, o que possibilitaria comportamentos e reações tão inesperados para a moça rio-grandense da década de 30? É possível pontuar alguns fatores, entre eles, a própria formação intelectual de Carmen. Educada em escola católica, tornou-se normalista, no final dos anos 30. Para as moças de camadas médias, a escola normal significava a possibilidade de estudo e opção profissional.

Muitas procuravam, nessas escolas, a oportunidade de terem uma formação mais ampla, ou de conseguir a preparação necessária e aceita para realizar alguma atividade remunerada, o que acontecia, pouco a pouco.

As alunas ainda eram preparadas para desempenhar bem os papéis desejados para uma mulher gaúcha: submissa, obediente, recatada, prendada. A formação das professoras confundia os papéis de profissional e mãe. A profissão tomava ares de vocação e reforçava-se a idéia de que as mulheres eram as mestras ideais para empreenderem a educação primária.

Mas o conflito entre concepções diferenciadas instalava-se e começava a mudar a forma de ensino. Nessa época, a educação, para a formação de professoras, sofria uma série de mudanças. Solidificava-se, nas escolas normais, recente tendência pedagógica: a Escola Nova. Currículos e métodos de ensino foram reformados, reforçou-se a qualificação técnica dos professores. As escolas foram modernizadas, com novos laboratórios e equipamentos, assim como foram introduzidas novas disciplinas e novos saberes científicos, inspirados pela psicologia, biologia e higiene.

A mudança principal, no entanto, estava centrada no aluno e em sua participação. O ensino seria voltado para ele e os métodos e técnicas seriam mais valorizados que os conteúdos a transmitir. A simples e pura memorização e as sabatinas davam lugar ao modelo de solução de problemas, no mundo

em rápida transformação. Esse conflito abria "brechas" para a atuação de novas formas de comportamento:

"(...) essa escola provocava ela mesma (ainda que provavelmente não o desejasse), contraditoriamente, outros comportamentos: o desejo de saber mais, a curiosidade, a aspiração profissional, a preocupação com os problemas sociais, a liderança. Mesmo que não fosse o objetivo procurado, a escola também ajudava algumas mulheres a serem "metidas" "¹²³.

Carmen da Silva pode ser localizada neste quadro, como uma antiprenda¹²⁴ em formação, em busca de novos caminhos e novas respostas aos anseios femininos. Embora não tecesse muitos comentários sobre a vida escolar, na autobiografia, esta provavelmente teve importância em sua formação, seja pelas mudanças no modelo pedagógico que possibilitava às moças buscarem caminhos diferenciados, apesar da forte tradição, seja pelo ideal burguês de mulher "cultura" que direcionava a formação das moças nas escolas.

A boa mulher deveria dominar prendas domésticas, o que era almejado pelas aulas de habilidades manuais e etiqueta, mas também deveria ser "ilustrada", libertando-se pelos livros e pensamentos, sem, no entanto, ir à luta ou participar ativamente do mundo produtivo, o qual deveria encarar de maneira transitória. Carmen confirma a formação comum às moças de seu nível social:

"Éramos meninas ingênuas, inexperientes, mas não propriamente analfabetas, vazias ou mais complexadas que o resto das pessoas. Tínhamos uma sólida saúde, boas famílias, instrução secundária, algumas entre nós se preparavam para cursar uma faculdade em Pelotas ou Porto Alegre. Em nossas cabeças buliam as perguntas clássicas dos dezoito anos, discutíamos com paixão os problemas do universo e do ser"¹²⁵.

¹²³ LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e antiprendas*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1987, p.32. A autora estudou as mudanças introduzidas pela Escola Nova no tradicional Instituto de Educação de Porto Alegre, no período de 1930 a 1970. Esta escola desempenhou importante papel como difusora das tendências e teorias educacionais experimentadas no centro do País e no exterior. Grande parte das lideranças femininas do magistério gaúcho foi formada lá. As outras escolas do Estado seguiam as experiências adotadas lá e tinham seus métodos e teorias como referências na formação das professoras.

¹²⁴ Expressão "raptada" de escritos de Luis Fernando Veríssimo e utilizada por LOURO (1987) em seu livro para nomear as moças gaúchas que começavam a romper com um modelo de mulher submissa e obediente, forjado nas condições históricas e socioculturais do estado do Rio Grande do Sul. Estas, as prendas, carregam consigo a tradição de mães e avós, educadas para as lides domésticas e o casamento.

¹²⁵ SILVA, Carmen da. Op. Cit., p.27-28.

Autores e leituras deixariam marcas profundas na personalidade de Carmen da Silva. O relato é repleto de citações, característica presente em grande parte de escritos pessoais como as autobiografias, livros de memórias e diários íntimos. A citação estabelece a conexão entre o presente e o passado, evidenciando como o autor se posiciona com relação a esse passado, através do que é citado ou incorporado ao texto.

Citar outros autores, incorporando trechos aprendidos de cor, é comum a autobiografias de pessoas íntimas da leitura e da escrita, como Carmen. O saber de cor compõe a experiência com a escrita e com a leitura, que se manifesta através de diferentes formas de sociabilidade e que, sem dúvida, participa e elabora a atividade da escrita autobiográfica. O blefe, comum a quem cita para parecer erudito, pode ser considerado como hipótese longínqua pela análise do próprio conjunto de sua obra, seja na literatura ou no jornalismo.

Os livros para a jovem Carmen, ao que parece, lhe chegavam, em parte, através da biblioteca da família. É o que se depreende de suas reminiscências, embora ela não deixe claro como se deu a incursão no mundo da leitura, não enumerando livros infantis e detendo-se apenas em autores a que teve acesso, já no final da adolescência e na vida adulta. A omissão sobre a iniciação literária, no entanto, não é privilégio de Carmen da Silva.

Segundo POMPOUGNAC (1997), esse é o traço típico nos relatos de infâncias burguesas e também de alguns autores de origem modesta que se revelam em autobiografias. As tentativas para explicar a elipse, no relato sobre a aquisição da leitura, estão relacionadas aos processos psicológicos acionados pela criança, a fim de esquecer o processo de aprendizagem que possa ter sido doloroso ou mesmo decepcionante.

Não há elementos para proceder a essa análise, no caso de Carmen. É necessário, no entanto, perceber os sentidos guardados, nos autores e livros recordados em sua biblioteca de referência, construída pela memória. Nela, estão presentes preferências compartilhadas por seu círculo de leitores, além das opções individuais.

(...) Algumas vinham de casas onde havia excelentes bibliotecas e, pelo menos as garotas do meu grupo eram sôfregas leitoras: Stendhal, Flaubert, Machado de Assis, Eça, Thomas Mann, Knut Hamsun. Hans Fallada acabava de se perfilar no campo editorial,

Huxley se tomara moda e passávamos horas a fio debatendo Point Counterpoint. Sozinha em meu quarto, eu me escabelava recitando Shakeaspeare e Corneille no original - aliás foi assim que consegui curar uma leve gagueira de timidez que me afetara em meu primeiro ano de escola normal. Entupia-me de Nietzsche, Ingenieros, Krishna Murti, Ortega y Gasset - uma salada, um emaranhado difícil de destrinchar, mas algo estimulante que subia à cabeça como um vinho¹²⁶.

A “salada” descrita por Carmen era realmente eclética, mas nada desconexa, se o que levamos em consideração aqui é o uso que as leituras possam ter tido para a jovem ansiosa por trilhar novos e diferentes caminhos. Não há maiores detalhes sobre as impressões e formas de apreensão das leituras de Carmen. Suas memórias não se detiveram sobre esse aspecto e se, como Chartier¹²⁷, acreditarmos que os leitores não são moldados pelos livros, como se fossem feitos de cera, as experiências de nossa leitora com os livros podem assumir variedades infinitas e as mais surpreendentes. Ou seja, não é possível querer depreender, dos textos, as leituras que dele são apropriadas.

Apesar de apenas algumas obras serem apontadas com precisão e de não haver muitos relatos de impressões sobre livros específicos, é possível empreender o exercício de inferência e tentar encontrar certa unidade dentro da diversidade literária e ideológica em que se enfronhava Carmen, através de seus livros. Em outras palavras, é possível compor as obras que possivelmente formarão a biblioteca de nossa personagem.

Aldous Huxley era um de seus romancistas prediletos. Também poeta e ensaísta tinha, como marca, a erudição e inconformismo presentes em todos os seus livros. Carmen parece ter sido particularmente marcada pelo romance *Contraponto (Point Counterpoint)*, escrito em 1928 e publicado pela Editora Globo, em 1933.

Nele, Huxley colocou as agonias mais intensas da mente que tentou organizar o mundo ao redor e, ao mesmo tempo, sabia que nunca poderia fazê-lo totalmente. O protagonista, Philip Quarles, se aproximava do misticismo, em seu mergulho na própria individualidade, ao perceber que

¹²⁶ Id. Ibidem., p. 27-28.

¹²⁷ Citado por DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p-201.

ninguém é auto-suficiente e, no entanto, só restaria, ao indivíduo, esse esforço de ordem e autonomia.

De Stendhal, também romancista e ensaísta francês, de cunho marcadamente anticlerical, é possível que Carmen tenha lido, entre outros livros, *Sobre o amor*. A obra discutia o matrimônio sob o aspecto da moral estabelecida para a mulher, relacionando-a à política. Ele escreveu ainda *O vermelho e o negro*, onde também analisa a sociedade da época.

Dois obras-primas do escritor realista Gustave Flaubert, em especial, retratam a condição feminina e do amor em sua época: *Educação Sentimental* e *Madame Bovary*. Esta última relata a trajetória de uma mulher adúltera e carregou, durante muitos anos, a imagem da imoralidade e do escândalo.

Outros autores citados por Carmen da Silva destacam-se por sua preocupação com a questão social e pela denúncia dos conflitos entre classes presentes em suas obras. Thomas Mann, escritor alemão, é um deles. Em seus romances os protagonistas eram, freqüentemente, burgueses que carregavam o conflito espiritual. Ridicularizou a alta burguesia de sua cidade, tematizando a decadência e submetendo, à análise, a sociedade européia nos dois principais livros: *Os Buddenbrook* (1901) e *A Montanha Mágica* (1924). Carmen leu essas duas obras. Mencionou-as nos relatos. Ela mesma os adquiriu através de lançamento da Editora Globo, na livraria da cidade.

O sentimento de insatisfação com a ordem estabelecida, um dos traços da personalidade de Carmen da Silva, encontrava alimento em obras como a de Knutt Hamsun, escritor norueguês, que se tornou famoso com a publicação do romance *Fome* (1890), no qual descreveu os efeitos psicológicos da falta de comida no ser humano. Outros romances são *Pão* (1894) e *Sob a estrela de outono* (1906).

Os personagens eram seres impulsivos que odiavam a sociedade organizada e escapavam de suas responsabilidades. Em outros romances, Hamsun revela a preocupação social. Em *O país dos contos* (1913) e *Benção da terra* (1917), defendeu o camponês e criticou o capitalismo. Em *Vagabundos* (1927) retornou ao tema do indivíduo, sem raízes na sociedade contemporânea.

A sátira e ironia presentes, nos escritos de Carmen, podem ter sido influenciadas pelas peças escritas por Pierre Corneille, dramaturgo francês, considerado o mestre da comédia francesa. Escreveu, entre outras peças, *Horácio* (1640), *Cinna* (1641) e *Poliuto* (1642), todas ambientadas na antiga Roma. Uma das expressões de seu pensamento era a máxima: “Conquistar sem risco é triunfar sem glória”. Carmen da Silva admirava seu ritmo e agilidade na construção das frases.

Entre os filósofos mais representativos para Carmen, estava o espanhol José Ortega y Gasset. Seus artigos, conferências e ensaios sobre temas filosóficos e políticos contribuíram para o renascimento intelectual espanhol nas primeiras décadas do século XX. Sua preocupação, nos anos 20, se orientava à análise dos comportamentos sociais das massas. Era contrário à idéia de que os cidadãos deveriam ser dirigidos pela minoria intelectual e moralmente superior. Foi um duro crítico da ascensão do autoritarismo.

Carmen citava ainda o pensamento de José Ingenieros. Filósofo argentino, representante do positivismo em seu país, acabou tornando-se membro do Partido Socialista. Dedicou-se a estudos de psicologia social. Afirmava que a luta de classes era uma das manifestações da luta pela vida. Escreveu *A simulação na luta pela vida* (1903), *Psicologia genética* (1911) e *O homem medíocre* (1913).

Por fim, podemos citar a predileção da jornalista pela obra instigante do filósofo alemão, Friederich Nietzsche. Um de seus temas fundamentais era a perda de poder dos valores tradicionais na vida das pessoas de seu tempo, o que chamava de niilismo passivo. Expressou essa crença na proclamação de que Deus está morto. Convencido de que os valores tradicionais representavam a moralidade escrava. Moralidade criada por pessoas débeis e ressentidas que fomentavam comportamentos como a submissão e o conformismo porque os valores implícitos, em tais condutas, serviam a seus interesses.

Nietzsche proclamou o imperativo ético de criar valores novos que deviam substituir os tradicionais. A discussão sobre esta possibilidade evoluiu até configurar o retrato do homem ainda por ser construído, o super-homem.

Em linhas gerais, pode-se observar traço comum entre essas leituras: a preocupação dos autores em mostrar, de diversas formas, o conflito

instaurado entre classes, valores, ideologias e entre os sexos. São leituras eruditas, marcadas pelos componentes da insatisfação, do desafio e a ruptura com normas preestabelecidas. Inauguram, nesse momento, para Carmen, nova fase em seu processo de tornar-se leitora, quando o ato de ler passa de fenômeno de reconhecimento e de confirmação cultural e torna-se o esforço de separação do universo cultural de sua comunidade. Fase esta que coincide com a revisão de valores que lhe foram inculcados e que precede a decisão de deixar sua cidade. Os livros, mesmo que relidos mais tarde, no momento, possibilitaram a Carmen distanciar-se desses valores e compreender melhor os conflitos existentes em sua família, na comunidade, na cidade.

Pelo que relata, em alguns momentos da autobiografia, essa fase é marcada justamente pela procura por livros. É Carmen quem compra as obras e não seus pais. Elas não estavam simplesmente à disposição, na biblioteca da família, o que supõe aprendizado, no sentido mais profundo, a formação de si mesma como leitora autêntica. Os autores citados mostram ainda profunda sintonia de nossa leitora com os lançamentos e traduções disponíveis, à época.

Mas, apesar de ter lido clássicos da literatura contemporânea e até mesmo títulos filosóficos, antes dos dezoito anos, ela não escapou do crivo superior. As leituras eram acompanhadas e fiscalizadas, de perto, pelos familiares. *"Tinha já 21 anos quando se reuniu um verdadeiro conselho de família para deliberar se eu podia ou não ler Eça de Queiroz"*¹²⁸.

A referência a esse autor, em particular, não é mera coincidência. A crítica e o temor que acompanharam a obra de Eça de Queiroz, durante muitos anos, está inscrita em longa tradição de policiamento exercido pela família, educadores e Igreja, sobre os efeitos formadores e deformadores da leitura literária, sobretudo a feminina. Até os anos 30, o romance *O primo Basílio* é apresentado, no mais popular manual de ensino de literatura no Brasil, como a obra onde o naturalismo não recuou diante da torpeza¹²⁹.

¹²⁸ Id. *Ibidem*, p.137.

¹²⁹ O manual mencionado data de 1913, trata-se de *Antologia Nacional*, de Fausto Barreto e Carlos de Laet. Citado por LAJOLO, Marisa. *Eça de Queiroz e suas leitoras mal comportadas*. São Paulo: Anais do III Encontro Internacional Queiroziano, 1995, p.3. Ver também sobre o assunto PAIVA (2000).

Outros autores sofreram o mesmo tipo de censura, durante longos, períodos. Foi o caso de Flaubert (*Madame Bovary*), Júlio Ribeiro (*A Carne*), Adolfo Caminho (*A Normalista*), Aluísio Azevedo (*O Cortiço e Casa de pensão*). “*Temem todos que o leitor de saias encontre, na leitura romanesca, contra-exemplos da conduta social pretendida para mulheres*”¹³⁰.

Ao mencionar a vigilância e direcionamento dado a algumas de suas leituras, Carmen da Silva segue, mesmo sem saber, o caminho de outras memorialistas, principalmente escritoras, quando mencionam a formação literária. A escritora cearense Rachel de Queiroz, que viveu a adolescência entre o final dos anos 20 e início da década de 30, contou, em *Tantos Anos*, que os pais faziam sessões de leitura, lendo, em voz alta, livros escolhidos por eles. No caso de Eça de Queiroz e outros autores, os pedaços considerados “escabrosos”, eram disfarçadamente omitidos na narrativa. “(...) *Naquele tempo uma moça não podia ler cena de sexo. Não se usava, era um escândalo dos diabos*”¹³¹.

A gaúcha Cecília de Assis Brasil¹³² registrou, em 1918, no seu diário, a proibição dos pais religiosos que não permitiram que ela lesse *Esaú e Jacó*, de Machado de Assis. Simone de Beauvoir, em *Memórias de uma moça bem comportada* (1958), recordou que a mãe costumava lhe entregar os volumes com várias páginas “condenadas”, presas por alfinetes que ela nunca retirara. Mais tarde, no entanto, não resistiria à curiosidade e se aventuraria por leituras proibidas, escondendo os livros sob o colchão e lendo durante a madrugada.

Carmen não comentou o hábito de ler escondida de seus pais, mas os relatos autobiográficos nos dão conta de leitora sôfrega que esperava ansiosa pelos lançamentos da Editora Globo¹³³, que, a partir de 1930, passou a

¹³¹ QUEIROZ, Rachel de. *Tantos anos*. São Paulo: Siciliano, 1998, p.30.

¹³² BRASIL, Cecília de Assis. *Diário de Cecília Assis Brasil – período 1916-1928*, org. por Carlos Reverbel. Porto Alegre, L&PM, 1983. As práticas de leitura de Cecília Assis Brasil são analisadas por Maria Helena Câmara Bastos em *Refúgios do eu – educação, história, escrita autobiográfica*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.

¹³³ A Editora Globo é uma das pioneiras na história da expansão editorial brasileira, originada de seção especial da Livraria do Globo, fundada em 1883, na Rua da Praia, em Porto Alegre. No período situado entre os anos de 1930 e 1940, quando estiveram à frente da Editora, Henrique Bertaso e Érico Veríssimo, tornou-se pioneira em esmeradas traduções de obras internacionais, sem perder de vista a valorização da literatura nacional e local. Esse momento histórico é considerado o de viabilização de uma indústria editorial brasileira. Para se ter uma idéia da produção editorial da Editora Globo, basta observarmos os seguintes números: de 1931 a 1937, São Paulo, com cerca de 31 editoras, lançou 1.724

privilegiar autores estrangeiros, abrindo-se o campo da tradução literária no País.

Entre 1931 e 1933, são lançadas a Coleção Espionagem, a Coleção Verde, com romances para senhoras e senhoritas; a Coleção Nobel, com obras de autores consagrados da literatura universal e a Coleção Universo. As duas últimas, às quais pertenciam obras de autores como Thomas Mann (*A Montanha Mágica* e *Os Bunddenbrooks*), William Somerset Maugham (*Servidão Humana*) e Aldous Huxley (*Admirável Mundo Novo*) eram as preferidas da irrequieta jovem.

Carmen comprava os livros na papelaria que também fazia vezes de livraria, em Rio Grande. O contato precoce com escritores também possibilitou o acesso à literatura latino-americana.

"Numa viagem ao Uruguai, eu conhecera Carlos Sabat Ercastry que, alma generosa, me mandava todos seus livros; deslumbrava-me ainda com algumas esplêndidas mulheres: Juana de Ibarburu, Alfonsina Storni, Gilka Machado, Cecília que eu apenas começava a descobrir"¹³⁴.

A influência de pessoas da família em sua formação intelectual, não foi salientada em nenhum momento das memórias. Ela mencionou, poucas vezes, o pai, renomado médico da cidade, apesar de reconhecer o orgulho por ele. A mãe era filha de franceses que emigraram para o Brasil em 1871. Definiu-a como pessoa pouco dotada para expressar-se verbalmente ou emocionalmente, embora a considerasse <<especial>>.

"Uma das pessoas mais reprimidas do mundo - e pode botar repressão aí. Ou talvez ela fosse a única pessoa de sua geração da qual eu estivesse próxima, o que me permitia ver nela o que não via em suas contemporâneas. (...) Enviuvara aos 36 anos e desde então se fechara em casa, vestida de luto, cultivando uma anorexia nervosa: alimentava-se apenas de gemas de ovo cru e pedacinhos de chocolate da marca "Dessert". Quando algum conhecido a via na rua, perguntava logo quem estava doente na família, pois só a doença de parentes a arrancava de seu confinamento"¹³⁵.

livros e o Rio de Janeiro, de 1920 a 1937, lançou 782. Enquanto isso, somente a Editora Globo lançaria de 1931 a 1937, 840 títulos no mercado. No campo das traduções a expansão também é notável. De 1925 a 1930, 48 obras de ficção são traduzidas pela Editora Globo, enquanto no período de 1931 a 1937 esse número salta para 213. Para outros detalhes sobre a história da Editora Globo, ver TORRESINI (1999), HALLEWELL (1985) e AMORIM (1999).

¹³⁴ SILVA, Carmen da. Op. Cit., p.28.

¹³⁵ Id. Ibidem, p. 21

Dos irmãos, a única presente, em seus escritos, é a irmã mais velha, Maria Pía, talvez pela cumplicidade que mantinha com Carmen, quando hostilizada pela mãe, séria e de poucas palavras. Era ela que, embora "com seus modos secos", facilitava a vida da inquieta adolescente, negociando saídas, cozendo os vestidos de baile. O dom para as prendas domésticas, característica da irmã, não era desprezado por Carmen e inspiraria o seguinte comentário:

"As mulheres são criaturas extraordinárias: como os artistas, como os operários: pegam as coisas mais díspares e aparentemente inexpressivas - trapos, novelos de lã, fios coloridos, xícaras de farinha, pitadas de orégano ou de canela -, e a gente fica estarecida com o resultado"¹³⁶.

A vontade de romper com o que se colocava como destino de mulher, aliada à sua situação de órfã, fez Carmen optar pela saída, ou como ela preferiu, "a fuga", para Montevideu, aos 23 anos. A ruptura foi apresentada por ela como necessidade, a fim de aperfeiçoar-se, de crescer como pessoa. *"O Rio Grande ficava estrieto demais, eu o sentia apertando-me, estalando em todas as costuras. Um, dois, três, fechei os olhos, tapei o nariz e mergulhei no mundo"*¹³⁷.

Considerado mais familiar que outros lugares no Brasil (ela já o havia visitado antes, além de possuir familiares por lá), o Uruguai representava, para Carmen, a possibilidade de viver em país mais democrático e de vida cultural mais ativa, uma de suas queixas enquanto habitava a cidade do Rio Grande.

Lá, onde ficaria por seis anos, inaugurou a condição de mulher livre. Morava sozinha em pequeno apartamento, e tinha de prover o sustento, sem contar com o apoio da família ou de marido, sem o controle do que ela chama de <<poderes moderadores>>. *"Independência, (...) se não se assenta em uma base sólida não é independência"*¹³⁸. Pela manhã, trabalhava no Comitê para a Defesa Política do Continente e, à tarde, no Escritório Comercial do Brasil. Pouco tempo depois, passou a fazer traduções. A situação, ao mesmo tempo que exigia mais responsabilidades e esforços de Carmen, parecia-lhe encantar pela novidade da experiência.

¹³⁶ Id. Ibidem, p. 30.

¹³⁷ Id. Ibidem, p.43.

¹³⁸ Entrevista a Claudia (julho de 1984)

Mais que pagar as próprias contas, ela parecia querer se diferenciar do comportamento feminino convencional, o que, mais tarde, reconheceria como atitude machista, já que o alvo, para suas ações, estava bem determinado: os homens.

"Não me deu por exagerar para o lado que, na época, seria o mais previsível: a feminilidade equívoca, os requebros e trejeitos, os decotes, a maquiagem excessiva. Meu número era outro, eu queria chamar a atenção mas com honra, se é que me faço entender: nada de desprezíveis recursos inerentes à minha desvalorizada condição feminina - ah, que mulher não teve sua fase de machismo? E muitas nunca saíram dela"¹³⁹.

Na luta para afirmar-se na nova condição, a constante apropriação de comportamentos culturalmente relacionados ao masculino e a construção e reconstrução da identidade de gênero¹⁴⁰ foram para Carmen, muitas vezes, artifício de sedução e de sobrevivência no trabalho, nos relacionamentos amorosos e relações interpessoais.

Foi por isso que decidiu usar monóculos e fumar charutos no restaurante da Bolsa de Comércio, em Montevidéu, e por que segundo ela, tornou-se "homem de negócios" para ser aceita e respeitada na firma e comércio exterior, em que trabalhou, por alguns anos, como secretária, em Montevidéu. Precisou, para isso, conhecer, com eficiência, legislação de comércio internacional em vários países, acompanhar freqüentemente cotações de câmbio e exercitar o faro para boas transações comerciais.

Esta função proporcionou, a Carmen, situações que lhe marcaram a memória pelo inusitado e provocador:

"Eu tinha trinta anos e, a julgar pelo olhar dos homens na rua e por algumas fotos e testemunhos da época, não era nada de se jogar fora. Agora, imaginem a onda: eu sentada no restaurante do hotel - vigésimo andar, vista panorâmica, senhores muito engravatados, empresários ou executivos como eu - hum, hum, hum (tosse de modéstia). Naquele tempo, só a presença de uma mulher desacompanhada já bastava para chamar a atenção - mas eu não me contentava com tão pouco: mal pusera a primeira garfada na boca, o alto-falante me convocava: Mme.da Silva (que desgraça semelhante sobrenome, só mesmo acrescentando um madame ele ganha certa credibilidade, como se costuma dizer) - Mme. Da Silva,

¹³⁹ Id. Ibidem, p.46.

¹⁴⁰ Adoto aqui a proposição de MATOS (2000) para quem a construção identitária de gênero é sempre produzida e reproduzida no contato, na interação e "transperformance" com o outro e com a cultura. Essa interação comporta aspectos que vão da linguagem, à manifestação do afeto e à dimensão do corpo, considerando como esse se expressa, se apresenta, se conecta com outros corpos e com o meio.

*telefone de Paris. Não bem eu voltava da cabine, vinha um chamado de Bruxelas, depois era Buenos Aires, eu invariavelmente comia frio mas que fazia sucesso, ah lá isso eu fazia*¹⁴¹.

Mas tamanho empenho em tornar-se executiva, ela reconhece ter sido consequência de grande amor: o francês René, seu chefe, casado, com quem Carmen manteve relacionamento instável, mas profundo, por mais de quatro anos. Dos amantes que possuiu, foi a quem mais dedicou espaço nas memórias. Foi ele seu grande amor.

*"Íamos juntos para o trabalho, trocávamos beijos furtivos no gabinete dele ou no meu, almoçávamos juntos no Odeon, no London Grill, ou comíamos sanduíches de curry no bar escandinavo, à noite íamos ouvir chansonniers franceses em salinhas minúsculas, escuras e afelpadas, Nila Cara levava a mão à garganta como se o colar a sufocasse e cantava: C'est mon homme", dançávamos no Hironnelle ou no Reviens, ríamos, fazíamos amor – gloriosamente juntos, o ar embriagava de perfumes, a lua espalhava paetês no lombo oleoso do Prata, as estrelas explodiam no céu, era o bonheur total*¹⁴².

Foi por causa de René que Carmen mudou-se para Buenos Aires, a fim de ficar mais próxima dele. Ela definiu a dedicação aos negócios da firma de René, como forma de substituir determinadas "habilidades femininas" que ela não possuiria:

*"(...) eu virara homem porque era o de mais "feminino", no sentido piegas e tradicional, eu podia fazer por amor a ele. (...) Ter a mente voltada para as operações triangulares e a cotação dos pesos uruguaios era o ersatz dos pratinhos gostosos que eu não sabia preparar para ele, equivalia a costurar os botões nas camisas dele, cuidar da casa para ele, servir-lhe cafezinho, fazer cafuné*¹⁴³.

Apesar de dedicar algumas páginas ao relato do relacionamento com René, Carmen não o fez de maneira a expor-se demasiadamente. Optou pela forma diferenciada de narrativa. Os relacionamentos, a observação sobre o casamento de amigas próximas e a própria descoberta do corpo foram tratados dentro da dimensão política, que privilegiou as relações de poder entre os sexos, deixando, de lado, detalhes sobre experiências sexuais ou revelações indiscretas que recheiam grande parte das autobiografias atuais.

Os amantes foram designados por abreviaturas (Mr. F) ou chamados apenas pelo primeiro nome (como René ou Alex). Não se encontram registros

¹⁴¹ SILVA, Carmen da. Op. Cit., p.56-57.

¹⁴² Id. Ibidem, p. 50.

¹⁴³ Id. Ibidem, p. 59.

sobre as primeiras experiências sexuais ou situações detalhadas. Segundo LACERDA (2000), a sexualidade feminina é um dos temas mais dissimulados em autobiografias, seja através do silêncio ou do silenciamento imposto pela cultura. É certo que Carmen, mesmo acreditando que o privado é político, se resguardava ao tratar de assuntos pessoais. " (...) *Ela tinha um certo pudor de sua intimidade*", confirma em depoimento oral¹⁴⁴ a socióloga Moema Toscano¹⁴⁵, amiga pessoal.

A opção de Carmen por resguardar alguns assuntos relacionados à sexualidade e à subjetividade desafiou a própria lógica, concebida pelo movimento feminista, ou setores dele, sobre o que deveria ser a autobiografia da feminista. A escritora Rose Marie Muraro, amiga de Carmen, sofreu, na pele, a omissão de algumas experiências, tendo que voltar atrás na concepção de *Memórias de uma mulher impossível* (1999):

*"Eu quase morri porque eu tinha feito memórias. Aí as feministas disseram: nós não aceitamos isso. Ou você fala da sua subjetividade ou isso aí é uma coisa de macho. Uma coisa é autobiografia, quando você fala de sua subjetividade. Outra coisa é memória"*¹⁴⁶.

Carmen assume algumas lacunas, explicitamente, ao final de seu texto:

*"Contei com orgulho e alegria algumas de minhas estréias. Não todas porque não pertencço à geração da nudez total, das minunciosas crônicas de alcova e dos caudalosos relatórios horizontais tão do gosto de nossas logorréicas vedetinhas: na minha opinião, catarse tem hora e lugar"*¹⁴⁷.

Opção semelhante foi adotada por Simone de Beauvoir, na autobiografia *Memórias de uma moça bem comportada*(1958). Ela preferiu não expor sua sexualidade, contando os pormenores de sua vida íntima. Optou

¹⁴⁴ O depoimento oral diferencia-se de outras formas de fontes orais por buscar dados informativos e factuais. Objetiva-se, através da entrevista, o testemunho de uma pessoa sobre sua vivência em determinadas situações, ou sobre a participação em determinadas instituições que se quer estudar. Através do depoimento, o pesquisador pretende obter referências mais diretas aos acontecimentos em estudo, ao contrário da história oral onde o importante é o relato de um narrador sobre sua própria existência. Ver mais detalhes sobre tipologias de fontes orais em (LANG,1996:35). Todas as entrevistas realizadas para essa pesquisa se enquadram na definição de depoimentos orais.

¹⁴⁵ Entrevista realizada para essa dissertação em 01.02.01, em Copacabana, no Rio de Janeiro (Arquivo pessoal).

¹⁴⁶ Entrevista realizada para essa dissertação no dia 21/10/00, em Fortaleza (Arquivo pessoal).

¹⁴⁷ SILVA, Carmen da. Op. Cit., p.173.

pelo relato dos fatos <<como eles aconteceram>>. Cabe ao leitor decidir se esse "drible" foi inspirado pela descrição ou pela habilidade.

2.2 - Adeus, Carmenzinha. ¡Hola, Carmen da Silva!

Carmen da Silva viveu, durante doze anos e meio, em Buenos Aires, entre 1950 e 1962. Esta pode ser considerada a fase mais rica em sua formação intelectual e que desencadearia, algum tempo depois, o engajamento na discussão sobre a condição feminina e no movimento de mulheres.

A experiência de viver, em país que não era o seu, dominado por regime populista e autoritário, não a fazia indiferente. Carmen presenciou o segundo período da presidência de Perón (1951-1955), caracterizado pela crise econômica e endurecimento da repressão frente à oposição formada pela aliança entre setores de classe média e adversários tradicionais do regime, como a oligarquia rural, fração da alta burguesia industrial e do capital externo.

Apesar de ter vivido no Brasil durante o Estado Novo, era muito jovem para lidar com os melindres do regime autoritário, além do que seu círculo familiar não lhe permitia temer a repressão, executada em sua cidade de maneira restrita. A adaptação à nova situação não pareceu ter sido fácil:

"(...) não estava habituada a ter medo, a cochichar e olhar em torno, a suspender as conversas quando aparecia alguém que não fosse inteiramente conhecido e de confiança, a calar os comentários, a fugir das multidões, a passar de largo e fingir que não era comigo quando testemunhava cenas de violência ou arbítrio nas ruas"¹⁴⁸.

Por outro lado, foi nesse mesmo período, que Carmen viveu experiências de sentir-se parte da coletividade social, que aguçou as convicções políticas - ela, até então uma "liberal convicta". O movimento de oposição contra o regime peronista foi acompanhado, de perto, por Carmen. As notícias mais recentes sobre as atitudes antigovernistas lhe vinham do calor dos bares, principalmente do Astro's Club, freqüentado por artistas de teatro, "central de boatos e comentários", aonde ela, muitas vezes, ia sozinha, para beber, comer ou simplesmente fazer anotações de exercícios literários. Lá se

¹⁴⁸ Id. Ibidem, p.74.

ouviam rádios proibidas de outros países latino-americanos e ficava-se sabendo de tudo que acontecia na política argentina.

As lutas pela deposição de Perón, o que aconteceria em 16 de setembro de 1955, causaram profunda impressão em Carmen, que observou o desenrolar dos acontecimentos, nas ruas de Buenos Aires, a festa das multidões, a comemoração do que se acreditava ser novo tempo.

"Eu passava por um período meio depressivo, problemas pessoais, fase analítica difícil e aquilo foi uma tremenda e fecunda sacudida, tirando meu euzinho de seu nicho de absoluta importância e feroz singularidade: meu primeiro vislumbre de consciência coletiva, o sentimento de ser plural. Dezesseis de setembro ficou trabalhando-me a cabeça, como uma data decisiva, um marco"¹⁴⁹.

Os acontecimentos lhe inspirariam a construção do primeiro romance, escrito a lápis, em borrão, em poucas semanas. *Setiembre*, publicado no Brasil, como *Fuga em Setembro*, lhe traria o prêmio "Faixa de Ouro", o mais importante da Sociedade Argentina de Escritores. Ela o dividiria com o renomado escritor Alejo Carpentier.

O fato rendeu-lhe entrevistas, fotos, debates, mesas redondas, homenagens. Aos poucos, Carmen da Silva construía nome e autonomia. Era solicitada para dar opiniões a jornais e revistas literárias. Chegou a escrever contos e artigos, a pedido de veículos argentinos, como *Atlántida* e *El Hogar*, alguns dedicados às mulheres, incitando-as ao trabalho, à realização pessoal. A motivação para tais escritos, como veremos adiante, estava ainda muito distante daquela que a levaria às páginas de Claudia, no Brasil.

Escrever para Carmen era desejo de infância, a única grande certeza e parte significativa, em seu trabalho, de diferenciar-se das outras mulheres, construindo o caminho para sua autonomia. Este ultrapassava os limites da existência anônima. Carmen queria ser vista, lida e reconhecida. A convicção a fez trocar pedido de casamento pela busca desse ideal. Sabia que, uma vez casada, veria o sonho distanciar-se.

A trajetória, em busca da publicação e o conseqüente reconhecimento de Carmen pela qualidade literária, a introduziram em círculos sociais freqüentados basicamente por escritores, artistas, poetas e jornalistas. Aproximou-se, principalmente, daqueles que, de alguma forma, utilizavam seu

¹⁴⁹ Id.Ibidem, ,p.82

trabalho para se contrapor ao regime de Perón e faziam de, seus escritos, armas de resistência, no contexto em que a produção cultural se inseria em vasto campo de disputas políticas e ideológicas, muito exaltadas. O governo peronista tornou-se proprietário de todas as rádios, das principais revistas e jornais, além de dominar a indústria cinematográfica e teatral. Os espaços de manifestação livre eram muito reduzidos para as artes, a ciência e as letras¹⁵⁰.

Muitos foram os amigos escritores com os quais Carmen compartilhava idéias, livros, sonhos e sua casa tornou-se ponto de encontro. As reuniões noturnas, regadas a vinho, e acaloradas discussões sobre política, arte e estética, chegavam à reunir facilmente trinta pessoas das mais diversas faixas etárias. Muitos desses amigos, escritores e jornalistas foram perseguidos pelo regime peronista e, mais tarde, pela ditadura, chegando a desaparecer.

Para Carmen, as reuniões cumpriam o papel, ao mesmo tempo, de catarse e de gratificação, por sentir-se participando, ao lado dos amigos, da resistência à repressão, primeiro, ao governo Perón e, mais tarde, ao regime militar, uma vez que seu cargo, na Embaixada Brasileira, como secretária do adido militar, a tolhia de expressar-se sobre assuntos da política argentina e a levavam a agir, com prudência, nos escritos. Outro campo considerado livre por ela eram as reuniões realizadas na Sociedade Argentina de Escritores (SADE).

"A SADE era minha pátria, aí eu me esbaldava à vontade, soltava o verbo inflamado nas reuniões, congressos, simpósios e assembléias, votava e varava a noite esperando o resultado do escrutínio enquanto conversávamos, bebíamos vinho e comíamos "empanadas criollas" quentinhas e picantes, que a servente ia fazendo na hora para o que ela chamava, talvez com propriedade, "esse bando de loucos"¹⁵¹.

Foi também, em Buenos Aires, que Carmen adquiriu outro importante instrumento de trabalho para suas atividades em Claudia: o conhecimento sobre psicanálise. As sessões de análise que se lhe apresentaram como caminho para superar a dor do fim de um relacionamento, revelaram-lhe a possibilidade de conhecer melhor o ser humano. A sobrinha de Carmen, Alice Barreto, recorda seu esforço para aperfeiçoar-se nessa área:

¹⁵⁰ Para aprofundar esse assunto ver CAPELATO (1998).

¹⁵¹ SILVA, Carmen da. Op. Cit., p.108.

"Carmenzinha trabalhou na revista da Associação Psicanalítica Argentina. Nessa época estudava muito, lia muito e fez um curso de psicodiagnóstico. E, para pagar seu tratamento psicanalítico era secretária da Associação"¹⁵².

Carmen chegou a clinicar, mas por pouco tempo. Segundo a amiga Mariska Ribeiro¹⁵³, não podia fazê-lo por sofrer do problema de surdez em um ouvido. Mas a jornalista tem explicação diferente para essa opção:

"Um consultório psicológico particular serviria para quebrar o galho de um pequeno número de pessoas, ao longo de muitos anos. Acredito que os psicanalistas ainda são indispensáveis, mas eu pessoalmente não tenho vocação para as soluções exclusivistas, destinadas às elites. Prefiro sacrificar um pouco a profundidade a favor da extensão: dar ao maior número possível de pessoas uma primeira noção de que existem, contam, são responsáveis. Sacudir as falsas seguranças. Conscientizar. É o que venho tentando fazer"¹⁵⁴.

Essa atitude está perfeitamente inscrita na lógica do movimento feminista que o percebia como movimento de massas que deveria chegar ao maior número de pessoas e às militantes caberia a ampliação. Isso explicaria a procura, no Brasil, pela tribuna, onde pudesse disseminar os conceitos apreendidos. Ela utilizou largamente a psicanálise e seus métodos, em artigos, a fim de fazer as leitoras pensarem, refletirem sobre suas condições.

A questão feminina para ela, no entanto, ainda se colocava de maneira não transparente. O que ela chama de "processo de consciência"¹⁵⁵ aconteceu, aos poucos, sem que se desse conta. A opressão das mulheres até então lhe parecia questão de opção pessoal destas. Embora já tivesse lido o *Segundo Sexo* (1949), de Beauvoir, presente de um dos amantes, não foi tocada, de imediato, pela mensagem da feminista francesa. Faltava-lhe o que GOULEMOT (1996) chama de "fora-do-texto", experiências ou suportes que operam, dando ao leitor um sentido às palavras e frases.

"Alienação pouca é bobagem: de machismo, feminismo, patriarcalismo, eu nunca ouvira falar. Ou, se ouvira, não entendera nem o bê-a-bá: aquilo nada tinha a ver comigo, entrava por um

¹⁵² Entrevista a Claudia (maio de 1987)

¹⁵³ Entrevista realizada em setembro de 1998 (Arquivo pessoal).

¹⁵⁴ Entrevista ao Correio da Manhã (5 de maio de 1968).

¹⁵⁵ Outras feministas que entrevistei para realizar essa dissertação, como Rachel Gutiérrez e Moema Toscano, mencionam o processo de tomada de consciência, quando se referem às suas militâncias e vivências individuais. O feminismo é apontado por elas como um movimento de busca de si mesmas. Essa questão é observada com mais profundidade em outros trabalhos. Ver MIGUEL (1988).

ouvido e saía pelo outro. Principalmente depois de descobrir que críticos e leitores me atribuíam uma cabeça "de homem" - supremo elogio!"¹⁵⁶.

Em alguns artigos escritos de maneira esparsa na imprensa argentina, como na revista *Damas y Damitas*, Carmen exortava as mulheres ao trabalho, a construírem vida própria e de independência, acreditando que era a mudança que dependia apenas da vontade de cada mulher. Essa visão pode ser atribuída, em grande parte, à própria rede de relações estabelecida por ela e pelos caminhos que traçou. As mulheres, com quem Carmen se relacionava em seu círculo de amigos, pertenciam à intelectualidade argentina, sendo, em grande parte, solteiras ou divorciadas. "*Achava que as mulheres normais eram aquelas, que as outras não tinham chegado a esse padrão por vontade própria ou por preguiça*"¹⁵⁷.

Mas afinal, onde podemos encontrar nos relatos de Carmen da Silva, indícios da tomada de consciência?

Foi justamente no mundo intelectualizado que ela começou a observar, mais de perto, as diferenças estabelecidas, no tratamento entre homens e mulheres. Seus artigos eram atribuídos pela crítica Argentina, ao homem que assina com pseudônimo de Carmen da Silva. Tudo, segundo ela, pelo estilo não ser tomado por "rebuscações", "pieguices", "sentimentalismos".

Foi no contato mais direto com amigos homens que o tratamento diferenciado, dado às mulheres, começou a ser percebido, ainda que de maneira muito tênue. Nas reuniões realizadas em seu apartamento os escritores e artistas iam, quase sempre, desacompanhados das esposas e companheiras. Diziam que elas não se interessavam por assuntos de literatura. As escritoras, mesmo as premiadas, quando não eram divorciadas, tinham comportamento submisso diante dos maridos.

Carmen percebia que, muitas vezes, as mulheres "lidas", inclusive ela mesma, adotavam o discurso totalmente novo, sobre as relações entre homens e mulheres, mas não conseguiam fugir da educação e do condicionamento em que foram forjadas boas mães de família e donas de casa exemplares. Essa situação era reforçada pelo movimento de descrédito às

¹⁵⁶ SILVA, Carmen da. Op. Cit., p. 92.

¹⁵⁷ Entrevista a Claudia (julho de 1984)

ações e realizações de autoria das mulheres que se diferenciavam do tradicional. Nos jornais de Buenos Aires, eram comuns críticas descredenciando a literatura feita por mulheres.

Outras experiências pessoais, relatadas por ela como constantes assédios sexuais de que foi vítima por morar sozinha e freqüentar lugares tradicionalmente masculinos, além da vivência de relacionamentos em que era tolhida do contato com amigos, por ciúmes dos companheiros, faziam-na refletir sobre as diferenças estabelecidas para homens e mulheres. Durante todo o período em que morou, fora do Brasil, ela nunca se casou, embora tenha estado próximo de fazê-lo. Viveu grandes amores, mas algumas decepções amorosas e a observação sobre a vida de algumas amigas casadas deixaram-na reticente com a vida a dois:

"Não duvido de que haja, sim, homens maravilhosos, mas quando se convertem em maridos acabou-se a maravilha: as exigências do papel reduzem todos eles a um denominador comum - e desconfio muito de que eles encontram certa volúpia no desempenho. Os bons maridos são o prêmio para mulheres certinhas, que têm a cabeça no lugar. Isto é, ao nível do tanque e do fogão. Ser marido é uma função didática: marido está aí é para mulher aprender com quantos paus se faz uma canoa"¹⁵⁸.

A descoberta paulatina da condição feminina, feita a partir do plano individual para chegar ao coletivo, aconteceu no mesmo passo da transformação política e aproximação de Carmen com os problemas sociais. A "liberal convicta" dava lugar à mulher de esquerda.

"Politicamente, esses amigos, os próprios acontecimentos cotidianos e, sobretudo a psicanálise iam fazendo minha cabeça, arrancando-me dos olhos as teias de aranha, levando-me aos poucos a admitir que o "mundo, mundo, vasto mundo" lá fora não obedecia às mesmas leis que haviam regido o cálido ninho de minha infância"¹⁵⁹.

Mais tarde, essas duas vertentes se cruzariam em seu pensamento, aproximando-a, já na década de 60, no Brasil, do chamado feminismo socialista¹⁶⁰. De acordo com MIGUEL (1988), essa corrente do movimento feminista queria superar a debilidade da análise marxista em relação à

¹⁵⁸ SILVA, Carmen da. Op. Cit., p.142.

¹⁵⁹ Id. Ibidem, p.106.

¹⁶⁰ Para algumas feministas marxistas, o movimento de mulheres veio para mostrar o subdesenvolvimento do marxismo no tocante às relações entre os sexos e a posição subordinada das mulheres dentro da esquerda. Para ROWBOTAM (1981) os imperativos do feminismo exigiriam que vários aspectos do marxismo fossem renovados. O socialismo até aquele momento não teria dado a devida atenção às relações de sexo/gênero.

opressão feminina. Acreditava que era preciso empreender duas lutas simultâneas: a transformação do sistema capitalista e a do sistema patriarcal. Observe como Carmen se inseriu nessa linha de pensamento:

*"Eu acho que a mulher não está à margem da situação geral. Num país desenvolvido, a situação do povo em geral é melhor, e a mulher é parte do povo. Quanto mais subdesenvolvido o país, quanto mais atrasado, sobretudo economicamente maior é a opressão de um grupo por outro. Existe a opressão dentro da sociedade, assim como a opressão paternalista do homem sobre a mulher. (...) eu não acredito na emancipação da mulher se não há emancipação econômica do povo em geral"*¹⁶¹.

De acordo com as entrevistas realizadas com militantes feministas que conviveram com Carmen da Silva, a luta pela causa feminista sempre suplantou outras causas apoiadas por ela. Rachel Gutiérrez, em depoimento, nos falou da forma pessoal de encarar a transformação social:

*"O marxismo de Carmen era um humanismo. Ela era uma humanista, uma pessoa a favor do humano. Ser a favor do humano é ser a favor da criança, do velho, a favor de todo mundo. E claro, que da mulher também, porque sendo mulher, como ela diz, da burguesia, branca, isso a tocava mais de perto. Ela sofreu na carne quando começou a trabalhar em Buenos Aires, em Montevideu, o machismo latino-americano que é maior do que em qualquer outro lugar, ela percebeu que precisava fazer alguma coisa por isso"*¹⁶².

Jaqueline Pitanguy ressaltou a diferenciação de seu pensamento com relação a setores de esquerda, nas décadas de 60 e 70:

*"O que acho que caracterizava a Carmen era esse compromisso em melhorar a situação da mulher no Brasil. (...) Acho que ela não via como os marxistas tradicionais vêem ou achasse que uma vez tendo sido feita a revolução as coisas estariam resolvidas. Absolutamente. Ela achava que tinha uma coisa específica aí que é a situação da mulher no mundo, a mulher com ela mesma"*¹⁶³.

Nesse quadro, a luta para mudar a condição feminina era encarada como a contribuição pessoal possível, no mundo onde havia muito a transformar.

"Escolhi o feminismo como forma específica de luta porque é o terreno onde piso com mais segurança, maior conhecimento de causa: branca, alfabetizada, originária da burguesia média - no tempo em que isso ainda existia no Brasil - a opressão sexista é a

¹⁶¹ Entrevista ao Correio da Manhã (18.01.68)

¹⁶² Entrevista realizada para essa dissertação em 02/02/01, no Leme, Rio de Janeiro (Arquivo pessoal).

¹⁶³ Entrevista realizada para essa dissertação em 31/01/01, na Glória, Rio de Janeiro (Arquivo pessoal).

*que mais intensa e diretamente senti na própria carne. Meus calos mais vulneráveis eram os de mulher. Mas não seja por isso: se me solicitarem outras empresas em que me possa desempenhar mais ou menos bem, estamos aí. Modestamente*¹⁶⁴.

Mas foi a preocupação em participar das lutas mais gerais que a trouxe de volta ao Brasil. O engajamento e preocupação, com a situação política da Argentina, esbarravam na condição de estrangeira e de funcionária da Embaixada Brasileira. Podia participar de discussões, reuniões, convencer amigos, em épocas eleitorais, mas não podia votar, assinar manifestos, participar de passeatas.

Quando Jânio Quadros renunciou à presidência, em 1961, os amigos, profundamente envolvidos na vida política argentina, a pressionaram para tomar uma atitude, cobrando dela informações sobre a situação do Brasil e o envolvimento na questão política de seu país. Carmen sentia-se politicamente marginal. Não sabia muito sobre seu país, a não ser o que os jornais brasileiros noticiavam. Decidiu voltar ao Brasil, queria sentir-se completamente cidadã.

2.3 - Descobrimo-se plural

A chegada ao Brasil ocorreu em meados de 1962. Mais uma vez, a escolha pelo local de desembarque para começar vida nova, obedeceu a critérios de proximidade com as pretensões de atuação intelectual e cultural. Com toda a bagagem acumulada, ao longo de, pelo menos, 20 anos no exterior, seria difícil adaptar-se novamente à rotina e ao provincianismo da pequena Rio Grande. Carmen escolheu o Rio de Janeiro para morar e trabalhar.

O momento da volta coincidiu com o período de acelerada modernização do País, que passava pelo processo crescente de industrialização e urbanização. O leque de ocupações no mercado de trabalho crescia, consideravelmente, e incorporava a classe média como peça-chave do consumo dos novos bens e serviços.

¹⁶⁴ SILVA, Carmen da. Op. Cit., p.189.

Houve o aumento da demanda por trabalho considerado feminino, embora, nessa época, as mulheres representassem apenas 17,5% da população economicamente ativa¹⁶⁵. A escolaridade entre as mulheres também cresceu, embora ainda estivesse ligada à formação de professoras. O trabalho da mulher ainda era considerado subsidiário em relação ao do homem.

Carmen sentiu na pele a diferenciação. A busca por emprego foi um dos primeiros entraves na construção de sua vida, no Brasil. A carreira de escritora, os vários idiomas que dominava fluentemente, a experiência na Embaixada Brasileira e em firmas comerciais, não lhe permitiram mais que o emprego como secretária, em um pequeno escritório. Experiência que lhe valeria, no entanto, contato com outras mulheres de classe média e lhe permitiria observar, de perto, aquelas que mais tarde formariam o contingente de leitoras e lhe inspirariam a maioria dos artigos, uma vez que seu convívio na Argentina, deu-se basicamente com mulheres da elite letrada.

O senso crítico mais apurado, forjado em experiências e leituras acumuladas, faria com que percebesse as contradições presentes, momento entre mulheres que viviam o período de transição histórica, marcada por conflitos, na passagem da concepção tradicional do "ser mulher" para a concepção modernizada, ainda que de maneira conservadora. Apesar das novas possibilidades à disposição das mulheres, ainda se esperava que elas seguissem o modelo tradicional de esposas perfeitas, voltadas para o marido e responsáveis pela "harmonia do lar".

*"Essas mulheres tinham crescido e evoluído no esquema de uma "modernização conservadora" onde as mudanças não afetavam as estruturas. Socializadas segundo padrões culturais nos quais a idéia de realização pessoal estava, para o sexo feminino, associada ao casamento, à maternidade, ao "viver para o outro", elas tinham se defrontado, no final da adolescência e/ou no começo da vida adulta, com uma nova representação da feminilidade que começava a tomar corpo nos grandes centros urbanos"*¹⁶⁶.

A ambigüidade nos comportamentos e aspirações, podia ser observada até mesmo entre as moças afastadas das famílias que viviam do

¹⁶⁵ Dados extraídos de Claudia (outubro de 1994)

¹⁶⁶ GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (mestrado), p-28.

dinheiro do próprio trabalho. Foram essas com quem Carmen conviveu mais de perto, no Brasil, antes do ingresso na revista Claudia e as que chamaram sua atenção para a existência da questão especificamente feminina.

Ela registrou, em autobiografia, as impressões sobre as colegas de trabalho, que a ajudariam a descortinar, com mais força, a questão feminina. Eram moças que trabalhavam oito horas diárias ou até mais, desdobrando-se para atender, com presteza, às tarefas do emprego, muitas moravam sozinhas ou dividiam o apartamento com amigas, esfalfando-se para conseguir manter em ordem, suas casas. Com o pouco dinheiro que ganhavam, esforçavam-se para manter apresentáveis à espera de namorado ou marido, dificultada pelo fato de serem mulheres "independentes" e "sozinhas".

A convivência com essas mulheres forneceria a Carmen o suporte para a compreensão de leituras mal assimiladas no passado, o "fora do texto". As reflexões, a partir de então, deslocavam-se para a construção da mulher, no nível da cultura. Carmen triturava e remoia os estereótipos sobre a condição feminina mais presentes no discurso social, realizando o exercício constante de (des)construção da mulher, aperfeiçoado, em seu trabalho, ao longo do tempo, com a ajuda da psicanálise.

Nesse exercício, ela analisava não só as outras mulheres, mas ela própria, repensando sua condição, percebendo a individualidade no emaranhado da rede social e histórica em que estava inserida. Estudou, pesquisou, interrogou mulheres¹⁶⁷.

"Entre num frenesi de curiosidade, abordava-as a toda hora com as perguntas mais indiscretas: que é que você faz à noite? E nos fins de semana? Tem quem cozinhe para você? Como se decidiu a morar longe da família? Que é que espera da vida? A certa altura elas já iam das minhas indagações: "Aí vem a grande inquisidora!". Ao

¹⁶⁷ Carmen entrevistou várias mulheres antes e depois de iniciar seu trabalho em Claudia, a fim de conhecer melhor sua condição e seus problemas. Um de seus exercícios foi publicado em 1966, pela Editora Civilização Brasileira. No artigo *O mundo de Luísa*, Carmen faz uma análise psicosocial da prostituição, tendo como ponto de partida a conversa com uma prostituta. O artigo é recheado de provocações à sociedade, não poupando homens nem mulheres. "(...) Nem toda a mulher miserável e oprimida cai no meretrício; a grande maioria suporta a degradação social sem incorrer também na degradação sexual. Aliás, certas senhoras protegidas e bem instaladas na vida acreditam que prostituição é sem-vergonhice e maus instintos, perguntando cheias de santimônia: "Por que elas não trabalham? Vinda de pessoa ociosa, a solução implica no reconhecimento da dignidade do trabalho – uma espécie de cuspir para o ar". SILVA, Carmen da. *O mundo de Luísa*. IN: *A prostituição é necessária?* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966, p.56.

mesmo tempo, eu também vasculhava em meu próprio passado, revendo sob uma luz nova cada episódio, cada atitude, cada reação. Eu era relativamente senhora de meus atos, não estando preocupada demais com que os homens gostam – talvez porque freqüentava homens de um grupo um tanto especial – escrevia, publicava, fizera um nomezinho para mim na Argentina, tinha uma cabeça “arejada” – e, no entanto, quantos milhares de vezes aceitara, conciliara, claudicara, engolira, quantas culpas alheias assumira como se fossem minhas, quantos segundos planos ocupara por achar que o primeiro não era o meu lugar. Sim, estávamos todas no mesmo barco¹⁶⁸.

O desejo de compartilhar esse exercício com outras mulheres fê-la tentar um lugar em Claudiã. O ano era 1963 e ela havia acabado de lançar mais um romance - *Sangue sem dono*, editado pela Civilização Brasileira. A seção *A Arte de Ser Mulher* lhe proporcionara essa possibilidade, além de lhe dar a oportunidade de se aprofundar na questão.

O trabalho lhe permitiu também estreitar na vida pública brasileira. Tornou-se referência na questão da mulher, foi convidada para participar de programas de televisão e começou a saga de mulher itinerante, viajando pelo Brasil para esmiuçar as idéias transmitidas, mês a mês, em seus artigos. Falava em universidades, associações de moradores, clubes de mães. Chegou a ser ameaçada por um grupo de maridos em 1967, em Goiânia, onde foi falar para mulheres.

A participação de Carmen, na vida política da época, se deu de maneira cautelosa. Apesar de ser considerada "mulher de esquerda" e de ter se engajado na oposição a regimes autoritários fora do país, sua atuação foi discreta. Ela não se incorporou a correntes revolucionárias, não se filiou a partidos políticos, não caiu na clandestinidade. Antes do Golpe de 64, o apartamento, no Posto 6, em Copacabana era ponto de encontro para a discussão do modelo político brasileiro.

Depois do Golpe, continuou promovendo encontros, mas o tom das discussões já não era o mesmo. A popularidade adquirida pelo trabalho em Claudiã, as idéias questionadoras sobre comportamento feminino, trabalho, independência e principalmente sobre a questão sexual, atraíam pessoas das mais diferentes idades e das mais diversas ocupações: estudantes, artistas,

¹⁶⁸ SILVA, Carmen da. Op. Cit., p.119.

jornalistas, escritores, o pessoal da esquerda festiva¹⁶⁹ que Carmen parecia não compreender muito bem, achando-os confusos e alienados.

Ela sentia falta de opiniões mais embasadas e de comportamento mais comprometido com a realidade social. Sentia a ausência dos amigos argentinos. Não conseguia, no início, aprofundar laços de amizade, nem os debates de que estava acostumada a participar. Algumas vezes, em entrevistas à imprensa, chegou a criticar a superficialidade e o nível de intelectuais e escritores brasileiros. Comparava o debate intelectual, no Brasil, à Argentina:

"Em geral os autores de um certo nível só escreviam um livro muito maduro - e se expressavam muito na conversa, no "bate-papo" - de modo que uma reunião entre intelectuais argentinos em geral é de alto nível. A tensão intelectual, a preocupação por colocar os problemas - de literatura, de estética, da realidade nacional - é enorme. Ao passo que no Brasil, quando se encontra um autor brasileiro para um "bate-papo", ele fala de futebol, de praia ou de carnaval, porque ele se expressa através de seus livros e sabe que tem a facilidade de editar na medida em que for produzindo"¹⁷⁰.

A dificuldade de relacionar-se mais profundamente com pessoas, a desilusão com o clima político, a repetir cenas que ela já havia vivido antes, a repressão aos movimentos sociais, a violência contra conhecidos, aliaram-se, fazendo com que Carmen optasse por sair do Rio de Janeiro. Foi morar em Niterói, onde permaneceu por, pelo menos, dez anos.

Mas não foi sozinha. Pela primeira vez, ela, que, havia resistido e desistido em várias oportunidades, resolveu casar-se, aos 43 anos, com advogado mineiro, negro, que conheceu em 1963 e com quem permaneceu até 1978. Conhecido pelas amigas de Carmen apenas como Cláudio, era, poucos anos mais jovem que ela. Não se têm muitos detalhes da relação, uma vez que o casamento passou-se, grande parte, em Niterói. Nessa época, Carmen não tinha vida social muito ativa. Preferia o recolhimento em casa. Tinha poucos contatos. Dedicou-se ao trabalho na revista e fez várias viagens

¹⁶⁹ A esquerda festiva, segundo GOLDBERG (1987) surgiu no Rio de Janeiro, entre os anos de 1966 e 1967. Era um grupo de jovens, basicamente estudantes secundaristas, que haviam tomado contato com a política somente após o Golpe de 64. Opunham-se aos discursos nacionalistas e reformistas do Partido Comunista pró-soviético e ao stalinismo dos grupos pró-chineses. Por um lado admiravam o processo revolucionário nos outros países latino-americanos. Liam Che Guevara e Régis Debray. Por outro tinham como referências comportamentais de sua geração o movimento hippie e a ideologia dos movimentos de contracultura norte-americanos.

ao exterior, na companhia do marido, patrocinada por Claudia, a fim de conhecer a realidade de mulheres de outros países.

Ao tratar do casamento nas memórias, agiu como em outros momentos em que recordou questões ligadas à sua sexualidade e afetividade, preservando-se ao máximo. Cláudio vira "Mr. F" ("falante e folgado"). As lembranças de sua companhia foram contadas de maneira ácida, recheadas de destilada ironia, revelando a mágoa presente ainda no momento da escrita quando nos dá pistas sobre a formação do companheiro:

"Com um orgulho da boca para fora sobre sua origem humilde, contava que começara a trabalhar aos treze anos, carregando malas na estação de sua cidadezinha natal. Deve ter-se aposentado aos quatorze por estafa e ficou até hoje tratando de recuperar-se"¹⁷¹.

Ou quando descrevia as opiniões dissonantes entre os dois, politizando o dia-a-dia cheio de desencontros:

"(...) os espetáculos tinham participação importante no joguinho de poder. Minha tentativa de interpretação de qualquer película ou peça teatral, por mais que fosse uma dessas obras cuja riqueza permite vários níveis de leitura, nunca era uma das interpretações possíveis: simplesmente não era válida"¹⁷².

"Levava pontapés debaixo da mesa por exprimir opiniões políticas onde, a juízo de Mr.F, que tinha temores paranóicos de sua própria sombra, era imprudente manifestá-las. Se soltasse uma gargalhada na rua, era imediatamente reprimida"¹⁷³.

As agruras e desilusões do relacionamento deram o tom das recordações. Carmen optou pelo não esquecimento e parece querer utilizar-se de escritos para aliviar dores, numa ação em que o recriar momentos já vividos, revelou-se experiência purificadora e libertadora. No dizer de Davi Arrigucci Jr., através "da mágica da memória" pode-se ter a sensação catártica de botar para fora tanta coisa guardada, de exorcizar fantasmas do passado, matando-os de novo bem mortos no papel"¹⁷⁴.

Carmen quis purgar as dores. Escreveu e falou sobre o assunto, como de costume, evitando detalhes. Em entrevista, em 1984, evitou falar de paixão, mesmo admitindo ter-se sentido, um dia, apaixonada. Cogitou a possibilidade

¹⁷⁰ Entrevista ao Correio da Manhã (18.01.68)

¹⁷¹ SILVA, Carmen da. Op. Cit., p.138.

¹⁷² Id. Ibidem, p.139.

¹⁷³ Id. Ibidem, p.140

¹⁷⁴ MALUF, Marina. Op. Cit., p.32.

de haver-se casado por conta da perspectiva de velhice e por motivos que nem ela conhecia.

A socióloga Moema Toscano revelou outra faceta que poderia ter contribuído para a união de Carmen: o caráter eminentemente provocativo, desafiador:

"A família de Carmen era absolutamente conservadora. A irmã e o cunhado, com quem ela tinha uma relação muito boa, tinham aquele espanto dessa coisa da linguagem desbocada da Carmen, dessa relação de casamento com este negro, embora fosse um advogado, não era um negro desqualificado socialmente, mas era uma pessoa muito aquém intelectualmente daquela Carmen aventureira, progressista, para frente. Para mim havia, nesse comportamento, muito de protesto. Era uma forma de agredir o senso comum, os costumes daquela sociedade de classe média, conservadora. Quando ela podia agredir, ela agredia. (...) Ela tinha essa faceta de escandalizar. Ela estava num grupo de pessoas que ela nem conhecia muito bem. De repente, soltava um palavrão, dizia uma barbaridade, nem sempre exprimindo as crenças dela, mas gostava de escandalizar. Quando a pessoa ficava escandalizada, a Carmen se sentia realizada. Me achei."¹⁷⁵

Se examinarmos, no entanto, uma passagem de *Sangue Sem Dono* (1964), tomando o caráter de romance autobiográfico, ainda que não assumido por Carmen, poderemos perceber o tom de homenagem ao amado com quem ela vivia, há pouco tempo. A porção provocadora da personalidade de Carmen, ressaltada pela amiga Moema, sucumbiria ao fascínio erótico exercido pelo tipo étnico do futuro marido: "*(...) A presença constante dos negros tinha sabor de novidade para mim. Não podia deixar de olhá-los e os achava maravilhosos: carregando caixotes, levantando pesos, limpando as ruas ou jogando pelada na praia*".

A homenagem é finalizada em tom de crítica social contra o preconceito racial. Mas podemos também lê-lo, admitindo-o inspirado pela necessidade de desabafo, em defesa do homem amado, dos olhares enviesados da sociedade, do espanto da família e dos amigos?

"Incidentalmente nunca os vi nos restaurantes caros, nas boates, nos bons hotéis – a não ser como porteiros ou serventes. Menos mal que não somos racistas, até que somos bons e generosos e permitimos que eles andem pela mesma calçada, viajem nos mesmos ônibus e, inclusive nos mesmos automóveis – como chaffeurs, naturalmente. Viva a igualdade, a fraternidade, a liberdade de ser servo, de morrer

¹⁷⁵ Entrevista realizada para essa dissertação em 01.02.01, em Copacabana, Rio de Janeiro (Arquivo pessoal).

*de fome e de lustrar as botas do senhor branco, grande honra para o pobre Chico-rei, viva o 13 de maio e a princesa Isabel de alabastrina cútis*¹⁷⁶.

A construção das memórias das feministas, amigas de Carmen, coincide no aspecto básico, com a narrativa presente, na autobiografia da jornalista: a solidariedade com outras mulheres. A metáfora da irmandade reivindicada pelo movimento feminista, nos anos 60 e 70, foi ampliada e é utilizada até hoje sob os mais variados enfoques.

Assim foi constante encontrar nos discursos das feministas entrevistadas para esta pesquisa a declaração enfática da superioridade intelectual de Carmen em relação ao seu companheiro, a idéia de que ela não teria sofrido, nem demonstrado rancor após a separação (*"Ela enfrentou a separação do companheiro sem demonstrar sofrimento"*¹⁷⁷), a personalidade simpática e não competitiva de Carmen, evitando disputas ideológicas dentro do movimento feminista (*"Na personalidade de Carmen não tinha lugar para esses sentimentos mais mesquinhos"*¹⁷⁸) ou (*"Carmen era uma pessoa de extraordinária coragem para viver, uma mulher muito livre, muito consciente e uma extraordinária democrata"*¹⁷⁹) e o bom humor sempre presente (*"(...) apesar de ser mais velha, ela era super disposta, estava sempre rindo e com um humor muito para cima"*¹⁸⁰).

A solidariedade de Carmen, com outras mulheres, era também o traço de sua personalidade, obviamente alimentado pelo seu engajamento na causa feminista. Apesar de os artigos em *Claudia*, muitas vezes, enfatizarem a necessidade de equilíbrio entre homens e mulheres, havia tendência, no plano pessoal e privado, em tomar a defesa das mulheres, de tê-las como mais inteligentes, preparadas, sensíveis.

Essa atitude aliava-se a outros componentes na construção de Carmen e outras mulheres como feministas. As identidades foram formadas em movimento ambíguo de incorporação e, ao mesmo tempo, negação de

¹⁷⁶ SILVA, Carmen da. *Sangue sem dono*. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970, p.13.

¹⁷⁷ Declaração presente em artigo de Rachel Gutiérrez, em *Claudia* (maio de 1987)

¹⁷⁸ Entrevista Moema Toscano, realizada para essa dissertação em 01.02.01, no Rio de Janeiro (Arquivo pessoal).

¹⁷⁹ Entrevista com Rachel Gutiérrez, realizada para essa dissertação em 02/02/01, no Leme, Rio de Janeiro (Arquivo pessoal).

características consideradas tipicamente femininas. Assim, a sensibilidade e o cuidado maternal eram enaltecidos, enquanto aspectos, como a domesticidade, o excesso de cuidados com o corpo, além da própria gravidez, eram evitados ou mesmo descartados de suas vidas.

Carmen optou por não ter filhos e era declaradamente pró-aborto, chegando a escrever artigos sobre o assunto, já na segunda metade da década de 70. Ela, no entanto, não fazia alusões ao aspecto biográfico, se havia ou não praticado abortos, nem entre as amigas mais próximas. Há uma passagem, no romance autobiográfico *Sangue sem Dono* (1964), que muito se assemelha à narrativa da autobiografia de Carmen, quando ela faz o relato do relacionamento com o francês René, com quem viveu um triângulo amoroso, em Buenos Aires.

No romance, é mencionada claramente a realização de um aborto, após a separação do amante, o que não é feito na autobiografia propriamente dita. É possível pensar que Carmen tenha se utilizado da literatura e da ambigüidade de gêneros de escrita para, mais uma vez, preservar sua intimidade, sem perder, no entanto, a possibilidade de purgar as dores, através das palavras.

"(...) Fui preterida pelo esteio do lar e pensei morrer. Sozinha no apartamento urrava, uivava de dor, contorcendo-me porque a tortura era inclusive física: o abandono me doía nos músculos, nos ossos, na garganta; uma bola de neve que se agigantava em mim, comprimindo as vísceras, fazendo estalar o esqueleto, crestando, devastando-me por dentro. (...) Transida de sofrimento, clamava ao tempo, suplicando-lhe que transcorresse rápido: sabia que era a única redenção possível, já fizera a amarga aprendizagem do valor do tempo. Para pior, descobri que estava grávida: os êxtases dão é nisso. Fui ao matadouro. Creio que aí me extraíram todo o sangue: voltei transformada em estátua de sal"¹⁸¹.

Na autobiografia, Carmen critica a visão social que concentra, na maternidade, a única opção viável para a realização das mulheres:

"Mulher foi feita para quê? Para casar e ter filhos. O que é que toda mulher quer da vida? Casar e ter filhos. De que modo uma mulher se sente realizada? Casada e com filhos. Dogma: fora do casamento não há salvação. Falou, tá falado".

¹⁸⁰ Entrevista com Jaqueline Pitanguy, realizada em 31/01/01, na Glória, Rio de Janeiro (Arquivo pessoal).

¹⁸¹ SILVA, Carmen da. *Sangue sem dono*. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970, p.25.

*Ninguém pergunta o que ela realmente é, ninguém quer saber de seus sonhos, suas fantasias, suas ambições, ninguém lhe dá a mínima chance de olhar em torno e vislumbrar outras possibilidades, outros caminhos. Ela pode carregar em si o potencial de um Shakespeare, um Michelangelo, um Einstein, um Beethoven, um Stanislavsky, ninguém está querendo saber nada, não interessa o que a mulher possa ter na cabeça e sim o que ela tem ou terá no ventre*¹⁸².

Tratou a maternidade com ironia, desmistificando seu aspecto romântico e idealizado, inserindo Carmen, no grupo, que compreendia o feminismo como movimento de desobediência, questionador das relações de poder "naturalmente" estabelecidas :

*" (...) A maternidade com que nos acenam vem cuidadosamente expurgada de seus aspectos prosaicos, o que nos mostram é puro Fra Angelico, a Madonna com o bambino aureolado nos braços desdobrando fibra por fibra o coração, rodeada por uma guirlanda de louros querubins, sem jamais perder o ar de êxtase. Seria impensável a Madonna arregaçada, agachada no tanque. Ou o bambino com a boca aberta num desses homéricos berreiros que não acabam nunca e enlouquecem qualquer mãe*¹⁸³.

A própria relação com o corpo foi tratada de maneira diferenciada pelas feministas. À idéia do corpo liberado, mas, na verdade, moldado e padronizado pela ginástica, dieta e cosméticos, o *body business* - difundido pelo marketing e publicidade nos anos 70 no Brasil -, elas contrapõem o corpo livre, sem condicionamentos e ajustado ao próprio ritmo e forma.

Carmen foi uma das primeiras a usar as chamadas roupas feministas - leves, não marcavam as formas e possuíam bolsos. Aboliu o sutiã e não possuía muitas preocupações com a alimentação, alternando períodos de excessiva magreza e obesidade. Recusava-se a fazer serviços domésticos e realçava a falta de habilidade para trabalhos manuais. Moema Toscano forneceu depoimento significativo sobre esse aspecto:

"A cozinha dela era uma cozinha morta. Não tinha nada, nada, nada. Era uma cozinha deserta, uma geladeira deserta. Ela ia tomar cafezinho na rua, esse que a gente faz em casa para os amigos. Uma vez encontrei com ela de manhã cedo na rua. Disse: -Carmen, onde tu vais tão cedo? E ela: -Vou tomar um cafezinho ali no botequim da esquina. - Mas você tem coragem de tomar café?. E ela: - Eu não tenho café em casa, eu não tenho açúcar. Como vou tomar café? Isso faz parte do comportamento da nossa geração, da qual

¹⁸² SILVA, Carmen da. *Histórias híbridas de uma senhora de respeito*. 2º ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p. 64.

¹⁸³Id. *Ibidem*, p.66

*me excludo porque não entrei nessa de renegar o espaço doméstico. Eu ia renegar? Não sei fazer café, não sei fazer uma sopa... Elas todas se orgulhavam de não ter nenhuma intimidade com o espaço doméstico. Faz parte daquela contestação. Mulher é doméstica? Então não sou doméstica, mas sou mulher. Essa é uma faceta dela*¹⁸⁴.

Embora já viesse escrevendo para mulheres de classe média, desde 1963, e tivesse incorporado idéias presentes nas manifestações políticas de 1968, marco simbólico para o surgimento do novo feminismo, difundindo-as em seus artigos, entrevistas e palestras, a militância de Carmen, em consonância com outras mulheres e grupos, seria fortalecida a partir de 1975.

O primeiro encontro, eminentemente organizado por feministas, denominado "Semana de Pesquisas sobre o Papel e o Comportamento da Mulher", ocorreu, no Rio de Janeiro, de 30 de junho a 6 de julho, na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), reunindo várias mulheres que depois viriam a formar os principais grupos feministas brasileiros.

Carmen, às vésperas de completar 56 anos, já transformada em figura de referência no assunto, foi procurada pela organização do evento para compor a mesa "Situação da Mulher no Brasil", recebendo o convite com entusiasmo como nos conta a psicóloga e amiga Mariska Ribeiro:

*"Conheci primeiro, em 1964, a articulista de Claudia. Lia praticamente tudo o que ela publicava e levava para a escola em que lecionava para discutir com as colegas, tão revolucionárias suas idéias me pareciam. E, em 1975, quando estava organizando o seminário sobre papel e comportamento da mulher na realidade brasileira, patrocinado pela ONU e pela ABI - evento que marcou o reinício do Movimento Feminista no Brasil - marquei uma entrevista e fui à casa dela em Niterói. Ela nos (nós éramos três) recebeu à porta, reclamando de que estávamos atrasadas, de que ela esperara muito por nós. Tentei me desculpar com o trânsito e ouvi, então, dela: "- Não são dez minutos de atraso. São 10 anos. Há 10 anos que espero vocês. Afinal, para que escrevo naquela revista?"*¹⁸⁵.

De fato, os relatos dão conta do papel desempenhado por Carmen na divulgação da agenda feminista no país, a partir da seção *A Arte de Ser Mulher*, em Claudia. Muitas das que participaram da semana da ABI eram leitoras de Carmen, universitárias ou simplesmente curiosas, mobilizadas por seus escritos.

¹⁸⁴ Entrevista realizada para essa dissertação em 01.02.01, em Copacabana, Rio de Janeiro (Arquivo pessoal)

¹⁸⁵ Entrevista realizada em 1998.

A partir do encontro na ABI, o movimento de mulheres tomou impulso, mesmo não tendo havido correspondência por parte do Governo brasileiro, na elaboração da política global de atendimento aos objetivos preconizados pela ONU. Mesmo assim, algumas ações, tomadas a partir de 1975, mostrariam a influência das discussões desencadeadas pelas feministas, mesmo que justificadas pela modernização dos costumes, como acredita GOLDBERG (1987).

Entre as principais, podemos citar o projeto do novo Código Civil, apresentado ainda em 1975, ao Congresso Nacional. Mantinha a direção da sociedade conjugal com o marido, mas já apresentava avanços a fim de diminuir a inferioridade da mulher casada. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a situação da mulher também seria instaurada em 1977. Nesse ano, seria promulgada a Lei do Divórcio e seria encaminhado, ao Congresso, o projeto de Reforma da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) que previa a manutenção do protecionismo da legislação às mães e liberava a presença de mulheres em determinados ramos considerados perigosos ou insalubres, além de propor a anulação de contratos de trabalho, considerados discriminatórios contra as mulheres.

Carmen chegou a tratar, várias vezes, desses assuntos em artigos. Após a reunião da ABI, ela se inseriu no dia-a-dia dos grupos, da militância propriamente dita, e empreendeu, em Claudia, a mudança na abordagem da questão feminina, influenciada pelas discussões e respaldada por elas.

Ela foi uma das fundadoras do Centro da Mulher Brasileira, participava e era convidada para falar às mais diversas correntes do movimento. Estava presente em passeatas e manifestações, mas apesar de ser tida, ainda hoje, como a rainha das feministas, não costumava ser a organizadora desses eventos, servindo mais como figura de referência e respaldo do movimento. Assumia essa postura mais cômoda e a justificava por conta da idade. Já não carregava consigo a mesma disposição de quando jovem. Moema Toscano confirmou essa faceta:

"Assinava abaixo-assinados, dava declarações aos jornais. Isso ela fazia sempre, mas não que ela assumisse essas iniciativas. Não era desse tipo. Procurar a Carmen para ela dar declarações defendendo uma mulher que foi assassinada, isso ela fazia sempre, todas nós fazíamos com a maior tranquilidade. Ela não era de tomar iniciativas, até porque era muito ocupada, lia muito. Passava a manhã toda

*trabalhando e o resto do dia era leitura, contato com os amigos. Não tinha essa disponibilidade. Até porque isso era das gerações mais jovens. Já entramos no movimento feminista mais maduras. Quem fazia isso era a turma que estava na faixa dos 20, 30 anos*¹⁸⁶.

Carmen também procurava manter-se afastada dos embates e conflitos ideológicos presentes no dia-a-dia do movimento e de suas organizações. As divergências diziam respeito, principalmente, à estrutura, forma de organização, atuação e denominação que o movimento teria de assumir, fazendo com que se polarizasse em torno de linhas mais liberais ou de esquerda¹⁸⁷.

*"Ela perpassava todos os grupos. (...)Desde o Centro da Mulher Brasileira, do qual era sua fundadora, até os grupos Mulherando, Maria Maria, e outros que não me ocorre agora, que tinha vários, dúzias de grupos de mulheres, de reflexão, ela perpassava todos. Atuava um pouco aqui, um pouco ali. Mas sua principal atuação era na coluna dela na revista Claudia"*¹⁸⁸.

Carmen não aceitava o aparelhamento do movimento. *"O feminismo é em si uma revolução, um instrumento para o verdadeiro humanismo, não pode ser instrumentalizado pela luta de classes, por partidos políticos, como se fosse um trampolim"*¹⁸⁹. Sua postura parecia ter o respeito dos membros dos mais diversos grupos. Era colocada à frente das passeatas organizadas em conjunto.

Nos últimos tempos de vida, dedicava-se a leituras e ao encontro com outras feministas para conversar sobre o movimento, discutir literatura, acompanhada por generosas doses de whisky, ou ir ao cinema. Era admiradora, entre outros, de François Truffaut. Encarava a velhice de forma bem-humorada, mas irônica. Preferia a juventude e sabia das dificuldades e preconceitos enfrentados por uma mulher idosa, apesar de reconhecer a sabedoria trazida com o passar do tempo.

A velhice, no entanto, parece não ter lhe tirado a vontade de transformar a ordem "natural" das coisas. Ela preferiu que esse sentimento suplantasse a consciência da morte, um dos pontos sempre lembrados, por

¹⁸⁶ Entrevista com Moema Toscano

¹⁸⁷ Para examinar com profundidade os debates ideológicos no interior do Centro da Mulher Brasileira ao longo de pelo menos uma década (1975-1985) ver Goldberg (1987)

¹⁸⁸ Entrevista de Heloneida Studart, realizada para esta dissertação, em 29.01.01, no Centro, Rio de Janeiro (Arquivo pessoal).

¹⁸⁹ Entrevista ao Jornal do Brasil (11/05/84).

idosos ao escreverem suas autobiografias. Queria preservar sua imagem contestadora e irreverente, a mesma que construiu sobre si mesma durante toda a narrativa sobre sua vida. Numa das últimas páginas de seu livro ela escreveu:

"(...) Faço absoluta questão de não compactuar, de preservar intacta a capacidade de escândalo e indignação dos meus dezoito anos, obrigo diariamente a consciência fazer seu Cooper para mantê-la ágil e afiada: para mim, a verdadeira "noite negra da alma" é o conformismo. O dia em que alguém me ouvi dizer, com um encolhimento de ombros e um tom de resignação fácil, que a humanidade é assim mesmo e nunca vai mudar, que corrupção e safadeza existem em todos os lados e-que-é-que-se-vai-fazer, já sabem: estou de miolo frouxo. Podem internar-me no gerontocômio mais próximo ou mais sinistro hospício da nossa (im)previdência social. Ou, então, dar-me um cargo de Ministra, que estarei madura para assumí-lo"¹⁹⁰.

Ela cumpriu o que planejara até o fim. Estava participando de conferência, em Resende (RJ), quando se sentiu mal, com fortes dores abdominais. A caminho do hospital, ainda teve ânimo para brincar: *"Acho que grávida não estou"*. Internada e operada de um aneurisma abdominal, morreu aos 65 anos, em 29 de abril de 1985.

O enterro, no cemitério São João Batista (RJ), foi acompanhado por amigos e mulheres de diversos grupos feministas. O caixão, carregado por elas, foi coberto pela bandeira cor de rosa. Segundo os jornais da época e relatos de amigas, tudo sem muito choro, respeitando uma das observações sempre repetidas por Carmen quando queria se contrapor às acusações de raivosas e mal-amadas usadas contra as militantes do movimento de mulheres: *"O feminismo é uma festa"*.

¹⁹⁰ SILVA, Carmen da. *Histórias híbridas de uma senhora de respeito*. 2º ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p.181.

3 – PERCORRENDO TRILHAS

“Em resumo, faço o trabalho da formiga – mas a formiga, enquanto arrasta o peso da folha, não tem visão integral da árvore, da floresta. E eu tenho. Este é meu orgulho e meu drama”.

Carmen da Silva (1969)

A tarefa de reconstrução da própria vida, através da memória, por Carmen da Silva, ultrapassou a organização das reminiscências na escrita da autobiografia e do romance autobiográfico. Tornou-se a preocupação constante também na forma de dar sentido à sua obra como jornalista. Uma das formas que encontrou para executar esse projeto foi pela organização de coletâneas de artigos, o que fez por duas vezes¹⁹¹.

Utilizou-se também de segundo instrumento, de maneira mais freqüente, espaço privilegiado para a avaliação e recuperação de momentos vividos em seu trabalho: a seção *A Arte de Ser Mulher*, da revista *Claudia*. Os artigos comemorativos estiveram presentes desde os seis primeiros anos da coluna, repetindo-se ao longo dos dez, treze, dezesseis, dezoito, vinte anos.

Nos textos, Carmen costumava reafirmar laços com as leitoras, recuperando as dificuldades encontradas no momento da estréia, na Revista. Demarcava posições, afirmando não recuar ou abrir mão da objetividade no trato das questões femininas, e assumia o papel de responsável por mostrar, às leitoras, uma “visão nítida, muitas vezes cruel, de si mesmas”.

Aproveitava esses momentos especiais para documentar mudanças na sociedade e no comportamento e para fazer o balanço do próprio trabalho, a cada período. Ao fazer isso, Carmen da Silva demonstrava ter a noção do que representava o espaço que ocupara por todo aquele tempo. Comemorava a

¹⁹¹ A primeira coletânea *A Arte de Ser Mulher* foi publicada em 1966 e a segunda, *O Homem e a Mulher no Mundo Moderno*, em 1969, ambas pela Editora Civilização Brasileira. Os dois livros encontram-se esgotados, embora tenham atingido pelo menos três edições. Podem ser encontrados, com muito esforço, hoje, apenas em sebos e bibliotecas. Uma terceira coletânea, organizada por Laura Civita e sua filha Júlia Tavares, intitulada *O Melhor de Carmen da Silva*, foi publicada, em 1994, pela Editora Rosa dos Tempos. As três são organizadas por temáticas como casamento, sexo, maternidade, mas trazem uma grande falha em sua composição: os artigos não são datados, o que dificulta uma leitura contextualizada do material.

existência da seção como uma vitória na batalha pelo poder dizer, pelo estar autorizada a discursar.

Segundo FOUCAULT (1996), falar do discurso não é, simplesmente, falar daquilo que manifesta ou oculta o desejo, mas também daquilo que é o objeto do próprio desejo, aquilo pelo que se luta, do que queremos nos apoderar. Carmen havia conquistado sua tribuna e comemorava o significado dessa conquista.

Em artigo, em especial, publicado em dezembro de 1979, sob o título "*O que seria do mundo sem nós, mulheres?*"¹⁹², ela não só avaliou essas questões, mas acabou também por nos fornecer a maneira de ler o seu trabalho que acabara de completar dezesseis anos. Carmen da Silva lançava, ali, um olhar panorâmico sobre o passado e resolvia dividir seus escritos em fases distintas, recuperando-os para os leitores no presente e no futuro.

Segundo Carmen, a organização feita, naquele momento, não corresponderia à formulação feita antes da estréia em Claudia. Teria acontecido "sem nenhuma deliberação, seguindo apenas o roteiro que as circunstâncias traçavam", disse, referindo-se ao processo histórico.

Em certo sentido, esse roteiro pode ser considerado, a exemplo dos livros, também como forma de arquivamento do próprio eu. Ao dividir o trabalho em fases, Carmen nos indica caminhos, mostra percursos e desvios de trajetória e, principalmente, autoriza o sentido para a leitura. Ao fazer isso, ela não só expõe, mas também esconde aquilo que não é interessante ressaltar, fazendo a triagem da própria obra.

É o projeto de resistência por parte do indivíduo. Arquiva-se a própria vida para se ter a identidade reconhecida, controlar os acontecimentos, recordar e retirar lições do passado. Nesse caso em particular, pretende-se também preparar o futuro, inscrevendo a própria existência de forma didática, como fez a jornalista em artigo.

"O arquivamento do eu não é uma prática neutra; é, muitas vezes, a única ocasião de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto. Arquivar a própria vida é simbolicamente preparar o próprio processo, reunir as peças necessárias para a própria defesa, organizá-las para refutar a

¹⁹² Presente na coletânea CIVITA, Laura (org). *O Melhor de Carmen da Silva*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994, p-44-50.

representação que os outros têm de nós. Arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo"¹⁹³.

Carmen deu ao trabalho a dimensão de processo, registrando evoluções, avanços, mas também recuos. Nesse "diário de bordo", estão presentes as primeiras incertezas diante do público para quem iria escrever:

*"Iniciei esta seção com certa angústia: era minha primeira tentativa de contato com uma entidade abstrata chamada "público feminino". Mais especificamente, "público feminino da classe média brasileira do início da década de 60". Um longo rótulo que, entretanto, não definia o rosto do fantasma – e eu o imaginava ora desafiante, talvez até hostil, ora cético e desdenhoso, ora simplesmente ignorando-me com olímpica indiferença"*¹⁹⁴.

Estão também as primeiras impressões sobre a recepção do trabalho junto às mulheres, a descrição do ambiente formado por ela no momento da escrita, e sua aproximação, passo a passo, com as leitoras:

*"Alguns meses e alguns artigos mais tarde, já não era assim. Ao sentar-me ante a máquina eu sentia como presenças vivas em torno, ouvia respirações, adivinhava vozes, vislumbrava traços. Escrevia para mulheres reais, de carne e osso, que desabafam suas aflições comigo, confiavam-me dúvidas e perplexidades, pediam ajuda, ora apoiavam e incentivavam, ora protestavam e brigavam – mas cada vez mais próximas, personalizando o vínculo, mandando retratos, chamando-me para encontros ao vivo, palestras, reuniões, debates. Não mais abstrações: gente, gente comigo, centenas de milhares de rostos, debruçando-se dia a dia, em estímulo e desafio, sobre minha mesa de trabalho"*¹⁹⁵.

O trabalho de 22 anos é dividido por Carmen em quatro fases, definidas pela jornalista de acordo com as temáticas recorrentes em artigos, os objetivos que queria alcançar, observando as necessidades manifestadas pelas cartas das leitoras. Há o relato sobre os principais problemas das mulheres em cada momento e breve documentário sobre a recepção gerada pelos artigos.

A divisão do trabalho, em fases, no entanto, não pode ser encarada de maneira rígida, com contornos bem delimitados. Muitas vezes, as fases se interpenetram se configurando mais como linhas de atuação dentro do mesmo trabalho.

¹⁹³ ARTIÈRES, Philippe. *Arquivar a própria vida*. Estudos Históricos, v.11, nº 21, Rio de Janeiro, 1998, p.31.

¹⁹⁴ *O que seria do mundo sem nós, mulheres?*, em Claudia, dezembro de 1979.

¹⁹⁵ Id. *Ibidem*.

A orientação é muito mais didática, como veremos, e não significa que ela tenha tratado de determinados temas somente uma vez, circunscrita a determinada fase. O que havia, na realidade, era a predominância de determinados assuntos e abordagens, em momentos específicos.

O tratamento dos temas tampouco seguia curva evolutiva onde, a cada vez, eram vistos sob novos ângulos, dentro do que poderíamos considerar fase distinta. Muitas vezes, Carmen sentia necessidade de retomar temas e apresentava abordagens muito semelhantes a outras, já utilizadas.

Ela assim fazia, segundo declarou, porque percebia que, ao longo do caminho, não conseguia sucesso na mudança de concepção entre leitores, mulheres e homens. Por isso seria necessário insistir até que a mudança se instalasse verdadeiramente. A recepção manifestada, através das cartas, era seu principal indicador para a repetição e abordagem de um tema.

"Sempre acontece assim: há muita gente disposta a concordar... mas só em nome dos outros, e é por isso que os temas têm de ser tantas vezes repisados, abordados sob diversos ângulos até que, numa dessas, se produza o clic e os aludidos descubram que aquilo também é com eles"¹⁹⁶.

É seguindo os passos traçados pela vontade da própria Carmen que vamos percorrer os caminhos de sua escrita e a relação com as leitoras, em cenário de mudanças para as mulheres e para a própria imprensa feminina no Brasil.

3.1. Os primeiros passos

A primeira fase, chamada por Carmen da Silva de "fase do despertador, ou fase de Lázaro", foi iniciada com a seção, em 1963. Esse momento foi descrito como aquele em que ela chamava a atenção das mulheres para a necessidade de se perceberem como seres individuais com consciência sobre si e sobre os desejos e sonhos, desvinculando-se da vida em função da família:

"(...) A idéia dominante era: "Acorda Bela Adormecida, levanta-te e anda". Tratava-se de sacudir as mulheres que ainda viviam mergulhadas numa espécie de sonho vegetal: deitavam raízes, estendiam ramos, frutificavam, obedeciam à natureza mas sem

¹⁹⁶ Do artigo *Qual é a sua posição dentro do casamento?*, em *Claudia*, julho de 1970.

*imprimir-lhe a marca que é privilégio humano: a consciência de si, o pensamento crítico. Elas se definiam a partir de suas funções corporais e suas relações familiares: eram filhas, esposas, mães, apêndice, costela, cara-metade, ventre reprodutor – e fora disso, a nebulosa, o limbo*¹⁹⁷.

Esta foi a fase caracterizada pelos artigos de incentivo ao trabalho, à realização da atividade que garantisse à mulher a independência econômica. O tratamento da temática ocorreu no momento em que a proporção de mulheres, no mercado de trabalho, atingia apenas 17,9%. O trabalho feminino era visto como secundário e o salário pago às trabalhadoras era subsidiário em relação ao dos homens¹⁹⁸.

No seu primeiro artigo, *A Protagonista*¹⁹⁹ (setembro de 1963), Carmen fez uma espécie de preparação para introduzir o tema nos escritos. A questão da atividade feminina era tratada de maneira sutil pela articulista. No texto, ela diagnosticou o mal-estar vivido por mulheres brasileiras de todas as idades e níveis sociais, causado pela insatisfação com a própria vida e pelo desejo de existência diferenciada.

O mal-estar diria respeito ao despreparo de muitas mulheres para enfrentar os desafios do mundo que evoluía e que exigiria a participação dos dois sexos em sua construção.

A educação restritiva, fornecida durante séculos, baseada no que Carmen chamou de “conceitos falsos”, seria a grande responsável por ter transmitido à mulher uma carga de inibições, receios e comportamento dependente. Esses conceitos já começavam a ser mudados por algumas mulheres que apresentavam “coragem” e “firmeza” para enfrentar as situações, mas isso não ocorria de maneira generalizada.

“Algumas se refugiam na própria fraqueza e, como arbustos frágeis, tratam de se amparar em alguém, em alguma coisa. O marido, o lar,

¹⁹⁷ “O que seria do mundo sem nós, mulheres?”, em Claudia, dezembro de 1979.

¹⁹⁸ O trabalho feminino e as manifestações das mulheres sobre esse tema passam a fazer parte das pautas de alguns meios de comunicação nos anos 60. Em janeiro de 1967, a revista Realidade publicou pesquisa feita com 1.200 mulheres de várias capitais brasileiras. Entre as perguntas estava *A mulher, mesmo que não precise, deve trabalhar?* Somente 32% à época responderam que sim, segundo a revista demonstrando que a independência econômica ainda não era uma preocupação muito forte entre as mulheres com nível de instrução mais baixo. Esse número, no entanto, chegou a 57% entre as mulheres com nível universitário. Ao questionamento “Para que a mulher se realize completamente, basta ser esposa, mãe e dona de casa?”, 81% responderam que sim, sendo que o maior percentual de positividade ficou entre as mulheres mais pobres (83% com relação aos 65% das mais ricas) e analfabetas (75% contra 54% das universitárias).

¹⁹⁹ Em CIVITA, Laura (org). Op. Cit., p.17-23.

os filhos, o trabalho, a vida social; em suma, tudo o que deveria constituir motivo de auto-realização e prazer transforma-se em tábua de salvação. Em vez de desfrutar de seus bens e possibilidades, apegam-se a eles com uma dependência angustiada. Outras tomam uma atitude oposta e igualmente exagerada e malsã: inventam uma energia de que realmente não dispõem, forçam-se a agir como se devessem dominar o mundo – com temor de que o mundo as domine e vença. Atribuem à mínima decisão – mudar de casa, despedir a empregada, escolher o colégio para os filhos ou o lugar de veraneio – uma importância desmedida, criam problemas só com o fito de enfrentá-los, enganando-se, assim, a si mesmas sobre a extensão de suas forças”.

A análise do problema, baseada em fatores psicológicos, incentivava a tomada de posição individual, antes de tudo fundamentada no desejo de cada mulher de mudar a própria vida, a partir de atitude concreta, desencadeada por elas próprias. Não haveria fórmula mágica, nem truques utilizados por algumas mulheres para terem mudado a situação de independência e insegurança:

“Sejamos realistas e não procuremos explicações sobrenaturais para fatos naturais. Essa paz interior que lograram – uma paz animada e vibrante – só se consegue ao preço de ser protagonista e não espectador da própria existência”.

O traço do pensamento de Carmen da Silva mostrava colaboração para a construção de paradigma modernizante²⁰⁰ que preconizava a realização pessoal e a participação social como caminhos para a emancipação feminina. Segundo GOLDBERG (1989), o movimento feminista brasileiro, emergido em 1975, receberia fortes influências dessa linha de pensamento.

Quando chama as mulheres a protagonizarem a própria vida, Carmen da Silva está não apenas se referindo à necessidade de independência econômica, mas também à necessidade de independência psicológica que faz com que muitas deleguem a felicidade e realização pessoal a outras pessoas ou a acontecimentos não subordinados à sua vontade.

“Muitas mulheres se casam esperando que o amor lhes dê felicidade; trabalham pensando que um emprego lhes dará independência, ou

²⁰⁰ Colaboraram para a gestação desse paradigma a própria evolução do ideário corrente sobre a mulher naquele momento, até mesmo por parte de instituições conservadoras, com relação ao tema, como a Igreja Católica. No mesmo ano em que Carmen inaugurava sua seção em Claudia, seria lançado pelo papa João XXIII a encíclica *Pacem in Terris*, considerado um texto inspirador e legitimador, onde ele discorre sobre as transformações sociais e econômicas nas sociedades modernas, referindo-se à entrada da mulher na vida pública e à sua tomada de consciência sobre a necessidade de não ser tratada como objeto e sua reivindicação pelo estabelecimento de direitos e deveres “consentâneos com sua dignidade de pessoa, tanto na vida familiar como na vida social”. GOLDBERG (1989) e SAFFIOTI (1976).

estudam com o objetivo de que uma carreira lhes dê prestígio. Nos três casos, partem de premissas errôneas: a felicidade, a independência, o prestígio e os demais bens da vida não são outorgados a ninguém em bandeja de prata. O amor de outrem, o trabalho e a carreira em si não dão nada; constituem apenas instrumentos que nos ajudam a construir o que desejamos. A palavra construir sugere a idéia de tarefa, de esforço consciente e intencional, nada mais oposto à atitude passiva e estéril de esperar que as coisas fundamentais nos chovam do céu”.

Como primeiro artigo, o texto trazia a marca da moderação por parte da jornalista, possível estratégia para evitar futuros ataques das leitoras e a forma de preservar-se diante da revista onde acabava de estrear. Carmen sugeria às leitoras que tomassem a direção de suas vidas, respeitando, no entanto, os limites das realidades vividas por elas, no círculo social e econômico.

“(...) Não é necessário sair à rua desfraldando bandeiras; não se trata de heroísmo nem de grandes façanhas. Cada mulher pode e deve protagonizar sua vida dentro do âmbito que escolheu, seja ele vasto ou reduzido, seguindo suas inclinações, acatando os ditames de seu temperamento e, em certa medida, do círculo social, econômico e cultural a que pertence. O problema não consiste em fazer coisas particulares, mas sim em tomar consciência dos seus objetivos e aceitar a tarefa que sua consecução impõe”.

Como em vários outros momentos, ela contrariou a lógica de funcionamento do veículo em que trabalhava, advertindo as mulheres para que não se deixassem levar pelos modelos criados pelos meios de comunicação de massa e pela publicidade que punham glamour em determinadas atividades e realizações, influenciando muitas mulheres na hora da escolha da atividade extra-lar.

Diante dos modelos apresentados, muitas mulheres poderiam se sentir frustradas por não os terem alcançado. Ela se referia nominalmente a atrizes famosas como Brigitte Bardot, ícone da beleza, ou de mulheres que teriam conseguido se diferenciar e marcar presença na esfera pública, como a escritora francesa Simone de Beauvoir. Naquele ano, a soviética Valentina Terskova se tornaria a primeira mulher a participar de viagem espacial.

Para Carmen, a mulher, verdadeiramente interessada em exercer uma atividade, não desistiria facilmente de seu desejo e não abandonaria a carreira

profissional porque também desejasse se casar e constituir uma família²⁰¹, sentindo-se frustrada por isso.

“Uma genuína vocação sobrepuja as circunstâncias adversas, não se deixa desviar por tentações ou engodos, supera os demais desejos ou encontra modos de conciliar-se com ele. É duvidoso que o casamento e a maternidade sejam responsáveis por uma carreira artística frustrada. O mais provável é que no momento da opção, a mulher de nosso exemplo, tenha preferido ser esposa e mãe. Isto não significa que deva fechar o piano; o que deve é reconhecer que sua escolha foi a mais condizente com suas verdadeiras tendências e aptidões”.

A solução sugerida por Carmen, para resolver o problema do mal-estar feminino, diante da necessidade de dirigir a própria vida, não seguia modelo pronto, mas se mantinha coerente ao seu estilo psicanalítico, em comentário mais aprofundado, desestabilizador diante da angústia:

“A protagonista de sua própria vida opta, resolve a conquista a partir de si mesma, isto é, conta com um centro de gravidade interno, um eixo em redor do qual giram suas decisões e seus atos. Este eixo é o eu. Não um eu miragem, um eu-fantasia arbitrariamente inventado à medida dos nossos devaneios, mas um eu real, isto é, um conjunto de necessidades, aspirações, possibilidades e limitações, avaliadas com a máxima honestidade e aceitas com o máximo realismo”.

A necessidade do exercício da atividade extra-lar e a possibilidade de conciliar a profissão com o casamento e a maternidade tornaram-se temas de vários artigos de Carmen, a partir do primeiro texto, em debate constante estimulado pelas cartas das leitoras. Muitas manifestavam descontentamento e discordância com as idéias pregadas por Carmen.

Exatamente dois anos depois de iniciar a campanha pelo trabalho feminino, ela continuava a escrever sobre o assunto. Em *Resposta a um mito* (setembro de 1965), sustentou a posição, afirmando que seu papel era o de “destruir mitos aos quais muitas mulheres ainda se apegam por insegurança, por temor”.

O mito, a que Carmen se referia, dizia respeito à justificativa utilizada pelas leitoras de que seria impossível conciliar as obrigações domésticas com o trabalho fora de casa. As missivistas escreviam desafiando-a, pedindo que

²⁰¹ Os Censos de 1950 e 1970 revelam que a participação feminina, no mercado de trabalho, nas faixas etárias acima dos 29 anos, sofria um decréscimo. O casamento e a maternidade são apontados pelas pesquisas como os principais fatores para explicar esse fenômeno, uma vez que as mulheres casadas e mães eram discriminadas pelo próprio mercado e não

apresentasse soluções concretas para os casos, ao que Carmen reagia, afirmando que elas estavam querendo jogar, sobre seus ombros, a responsabilidade que a elas competiria.

“É óbvio que não posso, nem acho necessário – dar uma fórmula prática aplicável a todas por igual. A solução tem de levar em conta muitos fatores pessoais: idade, saúde, grau de instrução, temperamento, inclinações, situação econômica, número de filhos, idade dos filhos, disponibilidade ou não de empregadas, etc”.

Carmen afirmava conhecer muitos casos de mulheres que, mesmo casadas, mantinham a atividade profissional e ainda encontravam tempo para se dedicar a estudos com finalidade prática. Ela criticou aquelas que, além de não trabalharem, se dedicavam a estudos voltados apenas para si mesmas, a fim de preencher o tempo ocioso, sem dar retorno à sociedade. Essas, segundo ela, por não terem de enfrentar concorrentes ou prestar exames para concursos acabam por desistir, no meio do caminho.

Analisando outra justificativa, bastante usada como impedimento ao trabalho pelas leitoras que a contestavam - a criação dos filhos - Carmen mostrava concordância com a nova maneira de encarar a educação das crianças. O novo modelo, influenciado pela Psicologia, era baseado na maior independência dos filhos, mesmo daqueles que ainda eram crianças, e na delegação de cuidados a outras pessoas, no caso, as empregadas.

“Será que os simpáticos bumbuns infantis justificam dez, quinze, vinte anos – toda uma existência, enfim – dedicados exclusivamente a eles? “Cada um dos garotos tem um horário de escola diferente, tenho de servir-lhes café, passo a manhã ocupada nisso”. Será que um menino de sete anos não pode se servir sozinho dum lanche que ficaria preparado de véspera na geladeira? Afinal se ele tiver uns cobres na mão, bem que saberá ir comprar seu sorvete sem auxílio nem companhia. E as donas de casa que têm empregadas?”.

Nesse artigo, especificamente, Carmeñ não propôs a divisão de tarefas entre mães e pais. O esforço ainda era todo da mulher. Embora tenha avançado, na questão do trabalho fora de casa, a jornalista não rompia com a concepção corrente sobre o processo de formação de crianças e adolescentes, nos anos 60. Essa era tarefa prioritariamente feminina, tanto no lar como na escola.

havia uma estrutura de creches que possibilitasse que essas mulheres exercessem uma atividade remunerada enquanto seus filhos fossem pequenos. Ver CARDOSO (1980).

Mas é importante destacar que, naquele momento, começava a se discutir os limites na educação infantil. Os jargões da época dividiam os pais entre “quadrados” e “pra frente”, demonstrando a instalação do confronto entre duas gerações divididas entre dar ou não mais liberdade aos filhos, em reconhecer-lhes direitos. Essa passagem do velho para o novo, segundo FARIA (1997), não será fácil para a mulher que passa a sofrer uma série de exigências, ocasionadas por novos papéis sociais.

As duas principais instituições, nas quais a mulher se movimentava com certa segurança – a escola e a família – apresentavam sinais claros de mudança perdendo espaço para outras referências, na educação dos jovens e crianças, como os meios de comunicação de massa, por exemplo, que passaram a ocupar papel, cada vez maior, na formação de comportamentos e imaginários.

Nesse contexto, não trabalhar era considerado privilégio a que só poderiam aspirar as mulheres de classes mais abastadas. A questão para as mulheres que formavam seu público leitor, segundo Carmen da Silva, era muito mais de comodidade do que de dificuldade:

“É curioso que precisamente nas classes pobres as famílias costumem ser muito mais numerosas que nos grupos economicamente mais favorecidos. As famílias operárias em geral tem seis, oito, dez filhos. Mas essas mães trabalham. Trabalham porque não têm mais remédio, não podem se dar ao luxo de esgrimir escusas. Convém que as “rainhas tristes” reexaminem seus pretextos com o intuito de ver se eles não se destinam apenas a convalidar privilégios”.

A mulher que não trabalhasse, se dedicando exclusivamente aos cuidados com o lar, os filhos e o marido, se desligaria do mundo, tornando-se limitada e empobrecida, além de incapaz de amar em sua plenitude, uma vez que teria muito pouco a oferecer ao amado e muito a lhe exigir. Essas mulheres se tornariam também educadoras deficientes, pois não possuíam segurança suficiente para transmitir valores firmes a seus filhos. No artigo *Mais trabalho e menos conversa*²⁰², publicado em março de 1966, para reforçar e rebater as críticas ao artigo analisado anteriormente, Carmen da Silva foi mais incisiva em sua argumentação:

²⁰² Presente na coletânea *O Homem e a mulher no mundo moderno*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1969, p-249-261.

"(...) Salta à vista que a missão educativa não pode ser cumprida de modo satisfatório por essas mulheres. Educar é muito mais do que ensinar normas de conduta: é transmitir valores morais, é dar segurança afetiva. Segurança afetiva só a dá quem a possui – e ela é privilégio exclusivo do eu que está plena e totalmente integrado no nós. Por sua vez os valores morais são o resultado de uma escolha que só pode ser feita a partir de uma visão global do mundo – e como vai tê-la quem está à margem do mundo?"

A redução da mulher às suas funções biológicas foi combatida por Carmen que defendia a realização de atividade social com o mesmo empenho e amor empregado nas funções "afetivo-biológicas". Para ela, o trabalho encarado dessa forma colaboraria para a aquisição da dimensão social para as atividades de mãe, esposa e dona de casa. A noção de família, como célula da sociedade, defendida pelo próprio Regime Militar²⁰³, só ganharia sentido, segundo Carmen, se estivesse integrada ao âmbito mais vasto que ela própria. Ela se referia à participação ativa de seus membros na vida social.

Preocupava-se com a integração da mulher na sociedade, atuando como artífice de sua construção, através da ação coletiva em função do bem-estar da maioria. Reforçava o argumento da responsabilidade social das mulheres:

"O que me chama a atenção, entretanto, é o fato de que as leitoras colocam a questão em termos puramente individuais: não querem saber se a sociedade necessita de contribuição que elas possam dar, não dedicam um só pensamento ao bem-estar coletivo: limitam-se a perguntar se o trabalho as fará mais ou menos felizes".

Ela servia-se de argumentos utilizados pelas próprias leitoras para desconstruir as representações referentes à dona de casa. O cuidado e a dedicação ao marido, utilizados como justificativas para não trabalhar, eram

²⁰³ A elite orgânica, responsável pela elaboração do Golpe de 64, recorreu à imagem da mãe para legitimar a movimentação política que resultou na tomada do poder pelos militares. As "Marchas da Família com Deus pela Liberdade" são a expressão máxima dessa arregimentação. Para participar desse momento político, as mulheres não tiveram que romper com o estereótipo feminino, ao contrário, recorriam a ele para explicar sua ação no combate aos supostos interesses comunistas. Além do que seu envolvimento na política não significaria uma liberação das tarefas domésticas, nem implicava numa emancipação política que lhes abrisse novas áreas de atuação na sociedade e lhes possibilitasse a ampliação de seus direitos de cidadania. No lar, a mãe cuidava de seus filhos e da família. Em sua função de militante deveria zelar pelo cidadão e pela grande família que era a pátria. Mais tarde, essa concepção da mulher como esteio do lar e da família como lugar onde se aprende a amar e defender a pátria estaria presente nos livros de Moral e Cívica,

desqualificados, com base na solidariedade que deveria existir entre o casal, na construção do orçamento doméstico.

“Não parece um pouquinho egoísta achar intolerável para nós o que é bom para ele – e para tantíssimas pessoas mais? Não há certo desamor em fazer pesar integralmente sobre os ombros de um só a carga que, dividida entre dois, seria mais leve para ambos?”

O peso da responsabilidade destinada aos homens, na manutenção da família, foi analisada por Carmen. Para ela, mesmo para as famílias em que o salário do homem fosse suficiente para cobrir todas as despesas, sempre haveria um componente de insegurança econômica que deveria ser levado em consideração pela esposa, como motivo a mais para encarar o trabalho como necessidade.

“(...) O quinhão masculino é de todos os modos, a insegurança: que será dos seus se ele adoecer, se sofrer um acidente, se morrer, se perder o emprego? Qualquer imprevisto deixaria sua família em total desamparo. Essa preocupação se reduziria consideravelmente se o homem soubesse que a esposa é igualmente capaz de garantir a subsistência própria e dos filhos”.

O ócio era criticado como privilégio do grupo social minoritário e contrário à própria necessidade econômica, admitida pelas leitoras em suas cartas. Carmen utilizava exemplos de mulheres que viviam em países desenvolvidos e que, apesar de não terem necessidade econômica, não abriam mão de trabalhar fora de casa, por questão de dignidade pessoal. O desconforto manifestado por algumas leitoras, com relação ao trabalho, era tratado por ela com ironia e crítica aos hábitos das mulheres com maior poder aquisitivo:

“Se só suportássemos o desconforto quando premidos por absoluta necessidade vital, quem passaria uma hora sob o secador no cabeleireiro? Quem se submeteria às tinturas que deixam o couro cabeludo em fogo? Quem agüentaria uma depilação à cera, uma operação plástica? Nunca observei que as mulheres protestassem com demasiada energia contra esses inconvenientes”.

A jornalista afirmava que o trabalho poderia ser realizado dentro da própria casa, mas para que adquirisse validade, teria de ultrapassar o âmbito doméstico. Citou exemplos de mulheres que davam aulas particulares, faziam

disciplina instituída pelos militares nas escolas. Para mais detalhes sobre o papel das mulheres no Golpe de 64 ver SIMÕES (1985).

traduções, corrigiam provas, se dedicavam ao artesanato e à moda, fazendo-os, no entanto, com o intuito de serem remuneradas por isso.

Ela criticou, nesse momento, o comportamento muito comum entre as mulheres de classe média que era o de abandonarem as carreiras para as quais foram preparadas, em nível superior, dedicando-se a outras tarefas, como se não houvesse alternativa: "(...) *Quem estudou biologia, letras, odontologia ou direito deveria, logicamente, pensar em exercer a profissão para a qual se preparou – e não outras*".

A advertência de Carmen da Silva mostra que a escolha vocacional, nos anos 60, ainda era marcada pela condição de "masculinidade" e "feminilidade". A ideologia da discriminação sexual das tarefas restringia a liberdade de opção profissional para a mulher, através de duas concepções básicas: a conservadora, para a qual a mulher, se pudesse evitar, não deveria trabalhar e uma outra discriminadora, segundo a qual, não podendo evitar o trabalho, a mulher teria, pelo menos, de escolher a ocupação considerada "feminina"²⁰⁴.

Há empenho, nos artigos dessa fase, em mostrar a possibilidade da construção da figura de uma nova mãe, a "boa mãe", a "mãe moderna", em contraposição ao modelo baseado na abnegação e no sacrifício das mulheres, em relação aos filhos e anulação de sua individualidade. A serviço dessa nova construção, estavam a Psicologia e a educação "moderna":

"(...) A boa mãe é insubstituível junto aos filhos. Mas nem nós, nem qualquer educador moderno e apoiado em princípios científicos, afirmaria que a presença da mãe deve ser constante. Gradualmente, toda criança deve aprender duas lições indispensáveis para sua formação moral e seu equilíbrio psíquico: 1) a existência de um fator chamado "realidade", que impõe certos limites às suas exigências afetivas, inicialmente desmedidas; 2) que, além da presença física há outro tipo de presença imaterial, configurada pela segurança íntima do carinho e da solicitude materna".

²⁰⁴ O Censo de 1970 revela uma verdadeira segregação em guetos ocupacionais. A maioria das ocupações são exclusivamente masculinas e mais de 80% das mulheres que trabalhavam se concentravam em apenas dez ocupações: empregadas domésticas, trabalhadoras rurais, professoras primárias, enfermeiras não diplomadas e tecelãs. Não estão incluídas as prostitutas, não registradas pelo Censo (CARDOSO, 1980). Trabalhos realizados sobre o imaginário em torno do trabalho feminino fora do lar mostram que ainda havia uma associação dessa atividade com um comportamento leviano. A mulher deveria trabalhar fora desde que fosse para contribuir com a família e não como uma mostra de leviandade (FARIA, 1997).

Nesse sentido, a educação materna deveria evitar a dependência extrema dos filhos, os caprichos, os mimos. A presença da mãe deveria ser dosada. Esta deveria agir não só com sensibilidade, mas com razão, afinal era com ela que deveria estar o controle do processo educacional e não com as crianças.

“Boa mãe não é a que segue cegamente seus impulsos amorosos, mas sim a que se impõe o sacrifício das expansões prejudiciais à disciplina, à educação, à adaptação, ao equilíbrio psíquico dos filhos. Uma razoável alternância entre a presença e a ausência materna é indispensável para o desenvolvimento normal da criança como ser independente e seguro de si”.

Na nova forma de encarar a educação infantil, a fim de permitir o trabalho feminino, a figura paterna também ganhou importância. Note-se que, mais uma vez, Carmen não estava tratando de divisão de tarefas domésticas, mas da necessidade da presença paterna no ambiente familiar, o que era dificultado pela rotina.

“Carregando sozinho o ônus da manutenção dos seus, com tudo o que isso implica quanto a dispêndio de tempo e energia, o homem participa cada vez menos da vida familiar. Para um imenso número de crianças, o pai é apenas um estranho, uma presença um tanto constrangedora que surge em casa nos domingos. A um “excesso de mãe” corresponde uma “carência de pai”. Não insistamos na injustiça – aliás, evidente que se faz ao homem. Vejamos apenas as aparências dessa situação sobre os filhos”.

Era salientada a importância do pai, não só como provedor, mas como partícipe no processo educacional dos filhos, referência para a formação de meninos e meninas.

“É na relação com o pai que a menina aprende a amar um homem; é na relação com o pai que o menino aprende a ser um homem; é vendo a intimidade, a harmonia, a cooperação entre os pais que meninos e meninas recebem uma lição viva, eficaz e direta sobre as funções e finalidades do par humano”.

A convivência assimétrica entre mães, pais e filhos foi apontada por Carmen como causa de “distúrbios”, no processo educacional e no comportamento sexual das crianças. Até mesmo o homossexualismo²⁰⁵ seria o produto dessa relação mais intensa de crianças, no caso meninos, com as

²⁰⁵ Tanto em Claudia, como em revistas consideradas mais “liberadas”, à época, como *Ele Ela*, o homossexualismo ainda era tratado como doença ou distúrbio psicológico. A própria Carmen da Silva compartilhava dessa opinião.

mães. Os argumentos ganhavam matiz de discurso científico, embora não estivessem baseados em dados concretos, exibidos pela autora:

“Faltando qualquer desses elementos, o esforço educativo, mesmo o melhor intencionado, corre o risco de frustrar-se. Não é por mero acaso que a homossexualidade é muito mais freqüente nos meios burgueses do que nos ambientes operários, onde as crianças dificilmente dispõem da presença e dos mimos constantes da mãe”.

Os desentendimentos entre os casais e o crescente número de desquites também, segundo ela, teriam relação direta com a presença constante da mulher, no lar, e a ausência prolongada do marido, por conta do trabalho.

Outro recorrente argumento utilizado pelas mulheres para justificar a ausência, no mercado de trabalho, era a responsabilidade na realização do serviço doméstico, tradicionalmente deixado a seu cargo. Para Carmen, o problema poderia ser resolvido, se a mulher conseguisse encontrar a justa medida para sua relação com as tarefas do lar. Foi o que explicitou, com o artigo *O Complexo de Dona de Casa*²⁰⁶ (junho de 1968).

Ela questionou a importância que as tarefas domésticas tomavam na vida das mulheres de classe média e mesmo nas de classes mais abastadas. O comportamento das donas de casa, com relação ao assunto, assumiria duas posições: o repúdio total ou adesão absorvente, quase maníaca.

Tamanha importância, mesmo na vida daquelas que dispunham de empregadas e governantas para limpar a casa e organizá-la, se originaria basicamente de três fatores. Em primeiro lugar, da imagem positiva associada à mulher que cuida pessoalmente da própria casa, pela sociedade:

“Diga-se o que se disser sobre a mentalidade da mulher moderna, ainda há uma ideologia doméstica, uma noção de moral associada às tarefas do lar. Quem as realiza pessoalmente reveste-se de um ar de santimônia, exhibe seus dedos maltratados como se fossem outras tantas medalhas conquistadas no heroísmo da luta cotidiana: suas lamúrias se repassam de um matiz de vindicativo orgulho, de rezinguenta auto-satisfação como se dissessem: “Vejam que duro tributo tenho de pagar por minha tranqüilidade de consciência” “.

Em segundo lugar, o uso de truques e estratégias por parte da mulher para preservar a relação conjugal, através da demonstração do cuidado com o

²⁰⁶ Presente em SILVA, Carmen da. *O homem e a mulher no mundo moderno*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1969, p.275-287.

lar. O imaginário tradicional, em torno da dona de casa, a prescrevia como caprichosa, a que zela pelo patrimônio e pela limpeza, a que torna o ambiente doméstico agradável para receber o marido.

“Ante sintomas de arrefecimento nas relações conjugais, muitas mulheres ainda recorrem esperançosas à velha receita: redobrar os cuidados domésticos, ocupar-se de pratinhos gostosos, das flores nos vasos, da disposição dos bibelôs, sob pretexto de criar um ambiente agradável para reter o marido. Ora, todos sabem que o fator decisivo na formação de um ambiente são as pessoas e não os objetos”.

O terceiro fator apontado por Carmen introduziu o elemento psicanalítico na análise do problema. A dedicação integral aos trabalhos domésticos era vista como componente neurótico da personalidade que não conseguiu superar fantasias do inconsciente infantil feminino. Carmen propôs ponto de vista original para o comportamento até então pouco problematizado, ao relacionar a casa ao próprio corpo:

“(...) Começamos a compreender o sentido da domesticidade obsessiva e a índole “moral” atribuída às tarefas do lar: a sujeira, o pó, a desordem são o “mal” porque representam os despojos resultantes da destruição do ventre materno; a limpeza e a ordem são o “bem” porque implicam num intento de reparar o que nossa agressão danificou. Quando problemas neuróticos impedem a restauração definitiva, não há alívio psicológico, a culpa não dá folga; “a gente ainda não acabou de limpar e já está tudo sujo outra vez” equivale a: “a gente repara, mas tudo continua destruído”.

O outro aspecto da análise de Carmen sobre o trabalho doméstico diz respeito à discussão sobre seu valor simbólico e produtivo. Para ela, tarefas como limpar, cozinhar, lavar e varrer, não apresentavam sentido maior, sendo vazias em sua função criativa e produtiva, uma vez que não transformariam nem acrescentariam nada à sociedade, necessitando ser constantemente refeitas.

“Ela renuncia à atividade criadora que transforma o mundo e modifica o futuro: a labuta caseira não tem objetivos mais vastos do que preservar o já criado: não produz, não acrescenta. Ao levantar uma casa, o operário faz brotar algo que antes não existia; ao limpá-la, a dona de casa está apenas tratando de manter as coisas sempre iguais a si mesmas – ou seja, lutando contra a desintegração e a morte em vez de afirmar positivamente a vida”.

No seu texto, ela mostra nítida afinidade com o pensamento marxista, presente em trabalhos de pesquisadoras e escritoras brasileiras, publicados na

época, como WERNECK (1965), MURARO(1967) SAFFIOTI e STUDART(1969). Para essas autoras, o maior problema da condição feminina, no Brasil, era a pouca integração das mulheres no desenvolvimento econômico e no processo de mudança social.

Algumas dessas autoras acreditavam que essas dificuldades impediriam a passagem da tradição à modernidade. Outras não viam, no advento da industrialização, sinal de melhora nas relações das mulheres com o mercado de trabalho. Defendiam, no entanto, a concepção de que a liberação das mulheres passaria por sua integração na força de trabalho, lugar de tomada de consciência e organização. Não havia ainda, de maneira mais sistemática, a discussão sobre as funções e significados do trabalho doméstico dentro do sistema capitalista²⁰⁷. Carmen da Silva apresentava a visão semelhante com relação ao tema:

“Só o trabalho produtivo outorga transcendência²⁰⁸, expansão, projeção no tempo e no espaço. Nas tarefas domésticas, repetem-se hoje os gestos de ontem e sabe-se que eles serão repetidos amanhã, com uma finalidade invariável e de pouco alcance, quer como duração, quer como significado”.

A transcendência, valorizada pelo discurso, em torno da maternidade, não era rejeitada por Carmen, tampouco assumida como o sentido maior para

²⁰⁷ É na primeira metade da década de 70, no contexto do movimento feminista europeu e norte-americano, que começarão a ser produzidos os primeiros estudos sobre a questão do trabalho doméstico dentro do pensamento marxista. A família, sob essa nova ótica, passa a ser encarada como um grupo social voltado para a reprodução da força de trabalho no qual as mulheres se encarregam da produção de valores de uso na esfera privada, cabendo aos homens a produção de valores de troca, através da venda de sua força de trabalho. Entre os principais estudos nessa linha está o de MEILLASSOUX, Claude. *Femmes, greniers & capitaux*. Paris, Maspero, 1975. É nesse momento também que se inicia uma acirrada controvérsia sobre a produtividade ou não do trabalho doméstico. BENSTON, Margaret. *The political economy of women's liberation*. *Mthly Review*, 21 (4), Sept., 1969 argumentava que as mulheres estabeleciam uma relação diferente com o sistema capitalista, na medida em que produziam valores de uso em casa. DALLA COSTA, Mariarosa & JAMES, Selma. *The power of women and the subversion of the community*. England, Falling Wall, Press, 1972, consideravam o trabalho doméstico produtivo e defendiam o pagamento de salários às donas de casa, uma vez que o trabalho fora do lar não lhes desobrigaria da realização do trabalho doméstico em uma dupla jornada que mereceria ser remunerada. IN BRUSCHINI (1990).

²⁰⁸ A questão da transcendência possibilitada pelo trabalho também é defendida por SAFFIOTI (1976). Para ela, o ser humano não trabalha apenas para sobreviver fisicamente e para a mulher o trabalho remunerado teria um significado mais amplo que o simples recebimento de um salário. *“Ter um emprego significa participar da vida comum, ser capaz de construí-la, sair da natureza para fazer a cultura, sentir-se menos insegura na vida. Uma atividade ocupacional constitui, portanto, uma fonte de equilíbrio”.* SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes – mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976, p.58.

a vida da mulher. Ela afirmava também que não se poderia colocar, no mesmo plano cuidados com a casa e criação dos filhos.

A recusa comum por parte da jornalista de fornecer soluções, em nível prático, foi deixada de lado diante das cobranças das leitoras, previstas por ela a partir daquela discussão. A justa medida buscada, no plano do trabalho doméstico, foi fornecida por ela, em recomendações de ordem concreta:

"O que fazer é muito simples: dar às coisas sua verdadeira importância, nem mais nem menos. Limpar, arrumar, varrer, lavar, quando for necessário, sem perder de vista o fato de que a casa foi feita para nós e não nós para a casa. Fiscalizar as empregadas, se a temos, na medida em que sua inexperiência exige fiscalização; e tratá-las humanamente, sem fazer delas o centro de nosso panorama mental. Usar as mãos e a inteligência para realizar a lida, mas não permitir que a inteligência se amesquinhe e se circunscreva ao âmbito da lida".

A mudança, nas relações de gênero na sociedade, era considerada por Carmen como responsabilidade de todas as mulheres, uma tarefa na qual elas teriam de se engajar a partir do plano individual, dentro de cada família.

"Começemos a banir de nossa casa o sistema patriarcal nos aspectos que está em nossas mãos modificar de imediato: a servidão da mulher no lar, sua exclusão da participação ativa no mundo. A partir daí – quem sabe? – irão desaparecendo por si só outras facetas do patriarcalismo que nos são decididamente ingratas: o autoritarismo do marido, os direitos abusivos que ele se arroga (dominação, infidelidade), a noção da superioridade masculina e da subalternidade feminina que ainda permeiam nossos valores".

Assim seria possível, no final dos anos 60, para a mulher, cobrar novos papéis dos homens e filhos. Carmen ensaiaria a campanha pela divisão de tarefas dentro do lar, como forma de reeducar as novas gerações, dentro de concepções mais igualitárias, no que dizia respeito aos papéis sexuais. Ela defendia, no entanto, que a mulher teria também de se conscientizar da importância de desempenhar atividade fora de casa:

"Solicitar a colaboração do marido e dos filhos que já estão em idade adequada; ela nos será dada de boa vontade e talvez até espontaneamente, se a merecermos. Mas se deixamos ao homem todo o ônus do trabalho externo e da manutenção do lar, não seria equitativo pedir-lhe auxílio também nas tarefas domésticas; e se nossa atitude faz sentir às meninas que a casa é um martírio e aos meninos que domesticidade é "coisa de mulher", elas e eles se resistirão a ajudar-nos".

3.2 – Metendo a colher

O segundo momento do trabalho, iniciado, aproximadamente na segunda metade da década de 60, foi considerado por Carmen da Silva como a “fase absolutamente institucional”, decorrência “natural” de seus primeiros escritos, em que as mulheres eram chamadas a assumir a existência como seres individuais e autônomos.

Passada a fase da descoberta de si, *A Arte de Ser Mulher* teria então se voltado para responder às inquietações manifestadas pelas leitoras, agora em fase de “descoisificação” e “desalienação”, que, dentro do processo evolutivo concebido por Carmen, haviam tomado consciência de si e percebido que os papéis sociais a que estavam submetidas, dedicando todas as suas atenções e energias, não as satisfaziam e nem as realizavam como seres humanos. A descoberta as teria deixado atônitas, desestabilizadas.

“Foi aí que eu resolvi meter minha colher torta nas relações familiares. Procurei vias de entendimento, caminhos possíveis de conciliação, pontos onde a concessão era necessária e pontos onde a dignidade não permitia concessão nenhuma”²⁰⁹.

Os temas tratados, nesse período, se concentraram em dois eixos básicos: a crise no casamento e os conflitos dentro da família. É válido salientar que as observações e as análises desenvolvidas por Carmen tentaram sempre levar em consideração a mulher como sujeito que está vivendo esses conflitos e enfatizavam o peso de sua responsabilidade em superá-los. Isso não quer dizer que ela tenha se esquivado de tratar da problemática masculina. Ela o fez, mas com menos intensidade, se observamos a abordagem em momentos posteriores de seu trabalho.

Os principais fatores de descontentamento das mulheres verificados por Carmen, no que se referia ao casamento, diziam respeito, principalmente, à dupla moral sexual²¹⁰, responsável pela situação de opressão da mulher pelo

²⁰⁹ Trecho extraído do artigo síntese “O que seria do mundo sem nós, mulheres?”, Claudia, dezembro de 1979.

²¹⁰ A dupla moral sexual significa a exigência de uma fidelidade estrita por parte da mulher e a aceitação de uma fidelidade relativa por parte do homem. Segundo BÉJIN (1987), a dupla moral hoje bastante atacada, se adaptava à cultura e às técnicas das sociedades anteriores à era industrial. Estava ligada ao fato da maternidade ser considerada uma certeza e a paternidade uma crença.

marido, além da falta de companheirismo por parte do homem, com quem a mulher não mantinha relação de real intimidade.

As dificuldades proporcionadas por esse último fator iam da relação sexual sem prazer à impossibilidade de manutenção de elementar diálogo. As queixas de solidão, segundo a jornalista, eram bastante comuns entre as mulheres casadas que lhe escreviam.

Carmen iniciou a discussão mais específica sobre o casamento, na seção, por um tema delicado e particularmente incômodo para as mulheres: a infidelidade conjugal. O primeiro artigo viria ainda em meio ao que ela denominou primeira fase, mas o tema seria desenvolvido com mais profundidade, posteriormente, em outros artigos.

Em *Infidelidade*²¹¹ (junho de 1964), Carmen afirmou, com base na observação e experiência, que a infidelidade masculina era o comportamento disseminado entre ampla maioria dos homens brasileiros casados. As atitudes que, para os beneficiados diretos, eram justificadas como brincadeiras, passatempos ou necessidades “naturais” foram encaradas pela jornalista como problema dentro do relacionamento, em que as mulheres se tornaram as mais prejudicadas.

Carmen salientava que, mesmo sendo considerado crime pelo Código Penal brasileiro, o adultério era tratado de maneira diferenciada para os dois sexos. Enquanto, no homem, a poligamia era vista como coisa natural, necessidade instintiva, até mesmo incentivada socialmente, nas mulheres, era tratada como falta gravíssima, passível das mais severas punições:

“(...) No caso de infidelidade da esposa, cai sobre ela o peso implacável da lei e de repúdio social; muita gente chega até a achar ridículo o marido que se limita a levar o assunto aos tribunais, em vez de lavar a sua honra com sangue, como nos romances de capa e espada. Aliás, os homicídios dessa índole costumam ser julgados com grande benevolência. A sociedade aponta um dedo acusador para a esposa infiel, muitas famílias fecham-lhe as portas; os homens não as respeitam e cada um deles está à espreita da oportunidade de também tirar sua “casquinha”, como se a mulher que uma vez enganou seu marido, levada por razões ou impulsos que os outros desconhecem, tivesse, de certa forma, caído no domínio público”.

²¹¹ Presente na coletânea CIVITA, Laura (org). Op. Cit., p. 161-168.

Carmen utilizava o discurso, nesse momento, como forma de desconstruir a idéia de naturalidade relacionada à poligamia masculina e à monogamia feminina. A força do instinto era considerada fraca justificativa em benefício masculino. No discurso “modernizante” de Carmen, a educação era apontada como a solução para a mudança no tratamento diferenciado, dado à questão da infidelidade masculina, símbolo da desigualdade entre os sexos. Era a educação que modificava o instinto, civilizando as pessoas, tornando-as melhores:

“O instinto é como Jano, a deusa de duas caras: nele se origina o que o homem tem de pior, mas também o que ele tem de melhor; o altruísmo, a nobreza, a solidariedade não são inventos, fabricações da mente, mas sim a expressão da face positiva dos instintos, forçada pela educação. A civilização fundamenta-se justamente nesse processo”.

A condição subordinada da mulher, nessa relação desigual com o homem, ao invés de ser reafirmada como comportamento inerente ao sexo feminino, era situada historicamente por Carmen. Ela associava a resignação feminina à infidelidade ao fato de as mulheres serem educadas para direcionar suas vidas inteiramente ao casamento, sem o desenvolvimento de nenhuma atividade. Vivendo à sombra do amparo masculino, essas mulheres – consciente ou inconscientemente – acreditavam ter de fazer concessões aos maridos como forma de compensá-los pela tarefa de provedores delas, dos filhos e da casa.

No discurso de Carmen, a mulher não era liberada da responsabilidade na perpetuação de tais comportamentos, sendo simplesmente encarada como vítima das circunstâncias. Ao contrário, Carmen as responsabilizava diretamente pela manutenção da dupla moral sexual, pois, além de não questionarem o comportamento masculino, reproduziam os preconceitos na educação dos filhos, uma de suas incumbências, segundo aquela ordem social:

“As mães tão severas com suas filhas mulheres, acham natural que os rapazes “proveitem a vida ao máximo”; as jovens são encorajadas a procurar marido enquanto os moços ouvem sempre o conselho de não se amarrarem tão cedo; as castas noivinhas acreditam-se muito compreensivas e evoluídas quando admitem que seus noivos tenham seus “desabafos por aí. (...) E a própria mulher lesada aceita a falsa tese da poligamia masculina. Ante o fato consumado – que, de resto, sempre julgou inevitável – não percebe nada (Isto é, reprime a percepção) e deixam que as coisas sigam seu

rumo ao deus-dará, agravando-se, provavelmente, dia a dia, graças a sua passividade”.

Como principais “culpadas” pela situação, era das mulheres que se deveria esperar atitude de mudança. Era a elas que caberia empreender a luta pela devolução dos conceitos e comportamentos tratados como naturais ou imutáveis. Aos homens, não interessaria mudar o estado de coisas que só os beneficiava.

É importante ressaltar que, tanto na primeira como na segunda etapas do trabalho de Carmen, o estímulo às mudanças dado às mulheres se situava em nível individual. Seria preciso, primeiro, que a mulher se conscientizasse de que a situação a que estava submetida – no caso a infidelidade – representava para ela um problema, a experiência opressiva, afinal, “(...) *ninguém combate com verdadeiro fervor sem estar convencido da causa pela qual luta*”. A partir desse trabalho de reflexão e conscientização era que a mulher poderia engajar-se na *superação da situação*.

Este era um dos vários pontos em que se podia perceber o movimento de tensão entre as propostas apresentadas por Carmen e as atitudes preconizadas pela revista *Claudia*, como já vimos, em suas reportagens, artigos e seções, no que se referia ao relacionamento entre marido e mulher. Se, em outros espaços de *Claudia*, durante a década de 60, o marido era aquele, em torno do qual, girava todo o universo feminino, o que sempre deveria ser agradado, seduzido, paparicado, jamais aborrecido, em *A Arte de Ser Mulher*, essa imagem sofreria ruptura.

Isso não significa que Carmen da Silva propusesse o fim do casamento, guerra aberta entre os cônjuges, mas tão somente que acreditava não se poder mais sustentar a situação de desigualdade entre os sexos, em que a mulher entraria sempre em desvantagem. Nesse sentido, a leitora era incentivada a questionar as atitudes masculinas, utilizando, para isso, o conceito que passaria a ser identificado, pelo discurso psicológico, como a própria essência do casamento: o diálogo.

Era através da comunicação que maridos e mulheres seriam capazes de conhecer, em profundidade, sentimentos, necessidades subjetivas e características psicológicas, “afinando-se” como instrumentos que deveriam se

harmonizar dentro de uma orquestra. A máxima “é conversando que a gente se entende” poderia ser tomada como chave desse discurso. Antes de encarar o diálogo como a melhor alternativa, a mulher teria, primeiro, de admitir não calar diante do primeiro sinal de “desafinação” dentro do casamento:

“É no momento de observar esses indícios imateriais que a esposa deve interpelar o marido; não em tom de censura, posto que ainda não há nada a censurar, mas sim com o intuito de ajudá-lo a superar o processo. “Você anda sentindo coisas estranhas, sente aqui e vamos ver o que está acontecendo com você”. Esse diálogo não há de se desenrolar no clima de “não pense que sou boba, nem cega”, mas sim no espírito de “se há uma crise, vamos tratar de resolvê-la entre nós dois, sem chegar a atos que comprometam nossa felicidade” “.

A recepção a temáticas como a infidelidade masculina era sempre polêmica, despertando reações de incômodo, tanto em mulheres como nos homens que escreviam a Carmen, acusando-a de interferir em “seus assuntos”, lesando seus “legítimos” direitos. Carmen reagia afirmando que o tratamento da questão se fazia necessário porque a infidelidade masculina, de acordo com as evidências estatísticas, se constituía em problema social digno de ser abordado. O mesmo não aconteceria com as mulheres, embora ela não negasse as “traições” femininas.

As reações dos leitores eram registradas por ela, que procurava insistir no assunto, escrevendo novos artigos, aprofundando as temáticas e, geralmente, reforçando argumentos. *O eterno triângulo*²¹² (março de 1965) era um desses exemplos.

Estimulada pelas reações de leitores, em virtude do artigo anteriormente analisado, a jornalista combateu a argumentação dos missivistas que procuraram estabelecer, nas diferenças biológicas, a justificativa para a diferenciação nos comportamentos de homens e mulheres. A idéia de que as coisas “sempre foram assim”, entre homens e mulheres, era combatida, pois não caberia dentro do contexto de mudança veloz das estruturas sociais e comportamentais, no qual Carmen e seu trabalho, em Claudia estavam situados:

“(...)Essa frase, além de não provar nada é a inimiga número um do progresso, da evolução, da ciência. Se resolvêssemos nos escudar no “sempre foi assim”, a humanidade se deteria exatamente onde

²¹² Presente na coletânea CIVITA, Laura (org). Op. Cit., p. 168-176.

está, sem dar nem mais um passo adiante – o que seria uma catástrofe absoluta. Por sorte, a própria dinâmica da natureza se opõe a tão desoladora perspectiva”.

E foi utilizando a ciência, mais uma vez, que Carmen argumentou contra a idéia leiga de naturalidade, que faria com que, nas mulheres, sexo e amor fossem conceitos inseparáveis, ao contrário do que aconteceria com os homens. Contra o costume e a tradição se esgrimiu a psicologia. Nesse sentido, a infidelidade deixou de ser simplesmente falha de caráter, instinto incontrolável, crime previsto no Código Penal Brasileiro, para adquirir o *status* de problema psicológico, *néurose*.

De acordo com a argumentação da jornalista-psicanalista, o indivíduo “psiquicamente sadio” não dissociaria amor e sexo, ele os viveria em intensidade como faces da mesma moeda, fosse homem ou mulher:

“A infidelidade é, pois, o resultado de um mecanismo de dissociação psicológica. O indivíduo psiquicamente sadio coloca num mesmo objeto seu amor, seu desejo sexual, seu respeito, sua ternura. Sua aprendizagem erótica foi exitosa, ele pôde aceitar a sexualidade dos pais e, em conseqüência, a sua própria; superou a rivalidade com o pai e finalmente identificou-se com ele, isto é: escolheu uma mulher para amá-la, possui-la e ter com ela relações sexuais”.

Já o homem neurótico, preso a conflitos psicológicos, que não teria conseguido superar a fase infantil, adotaria comportamentos como a dissociação entre as figuras da mulher amada e a das outras com as quais ele poderia ter sexo, sem traumas. Não conseguiria imaginar prazer e amor, interligados na figura de uma mesma mulher.

“(...) O neurótico passa a vida inteira tentando armar um quebra-cabeça de duas peças; se abandona uma, sente que não obtém uma totalidade; ao juntá-las, angustia-se porque isso equivale a unir o bem e o mal (segundo conceito infantil); torna então a separá-las – e recai num círculo vicioso”.

A conclusão de Carmen sobre o assunto ganhou ares de diagnóstico. Os indivíduos infieis (maridos ou mulheres) não amariam bem, pois o amor, nessa visão, embora não fosse eterno, nem romântico, estaria passível de acabar, mas enquanto durasse, deveria ter como, características, a solidez, a exclusividade e a totalidade.

O combate de Carmen da Silva à naturalidade ou essencialidade de comportamentos femininos e masculinos usou discurso eminentemente

psicanalítico, mas podemos situar essa “desnaturalização”, sob o ponto de vista também histórico e social. Foi GIDDENS (1993) quem apontou a pressão exercida pelos movimentos de emancipação feminina, no século XX, como um dos fatores de fragmentação dos ideais do amor romântico, caracterizado, entre outras coisas, pela idealização do ser amado.

No ideal de amor romântico, que começou a marcar forte presença na cultura ocidental, a partir do final do século XVIII, o elemento do amor sublime tende a predominar sobre o desejo sexual. Na verdade, embora o amor romântico também abarque a sexualidade, ele rompe com ela, não somente porque há a idealização sobre quem se ama, mas porque, nesse tipo de amor, presume-se a comunicação psíquica, o encontro de almas entre os dois amantes.

As virtudes, compreendidas não só como inocência sexual, mas também como qualidades de caráter que tornam a figura amada distinta das demais, são valorizadas para ambos os sexos, principalmente para as mulheres, responsáveis diretas pelos cuidados com o lar e com a educação dos filhos. No casamento, baseado no amor romântico, o relacionamento derivaria muito mais do envolvimento emocional entre homens e mulheres que de critérios sociais externos.

Assim, a discussão trazida pelo feminismo, na década de 60, atuou no questionamento e transformação desse ideal. Na medida em que mostrou a necessidade de as mulheres se integrarem socialmente, assumindo novos papéis, encarando a realização sexual como condição básica para o relacionamento pleno, reivindicando os mesmos direitos e deveres masculinos, estava-se reforçando a idéia de que apenas a afinidade ou entrega emocional já não seria o único caminho a ser seguido no amor.

O novo ideal desse sentimento, surgido a partir do momento de conflitos, era o de um amor contingente, que entrava em conflitos com idéias como “o para sempre” e “único”, presentes no amor romântico. GIDDENS (1993) o chamou de amor confluyente, cujo efeito e não causa seria a sociedade divorciada ou separada de nossos dias. Nesse tipo de amor, valorizavam-se possibilidades de convivência reais e não mais a busca de pessoas “especiais” ou “certas”.

A possibilidade de finitude do amor, no casamento, já era reconhecida por Carmen, que, ao contrário da revista *Claudia*, não preconizava a preservação da relação matrimonial a qualquer custo. A partir do ano seguinte, 1966, ela começaria a difícil campanha pela regulamentação do divórcio no Brasil, onde, até então, só existia o desquite como saída para os casamentos sem sucesso. Foi sobre a situação dos desquitados e, principalmente, das desquitadas que ela escreveu, em maio de 1966, em *Divórcio: antes da lei, a responsabilidade*²¹³.

O artigo foi balizado por um aspecto principal: a marginalização social de homens e mulheres que optaram por desfazer os casamentos. A situação do desquite impunha a impossibilidade de novo casamento oficial, o que, para as mulheres, representaria a necessidade de ter de lidar com a série de preconceitos sociais e sexuais para viver novo relacionamento ou, como explicita Carmen, estariam condenadas ao “árido celibato vitalício”.

O fim do casamento apresentou impacto maior sobre a vida das mulheres tradicionais, porque toda sua formação e educação foram voltadas para inseri-las no mercado matrimonial. Em outras palavras, felicidade para a mulher passaria necessariamente pelo casamento. A realização feminina, nesse caso, deveria estar situada somente em um setor de sua vida: o biológico.

“O casamento, em vez de ser considerado um entre vários objetivos existenciais, passa a ser sua finalidade exclusiva. A mulher, entre nós é formada, educada e condicionada para conseguir marido. Não lhe inculcem uma moral destinada a harmonizá-la consigo mesma e com o mundo, mas sim uma pseudomoral visando a agradar e atrair os homens. Daí a extrema valorização da virgindade, em detrimento das qualidades de caráter: a moça sexualmente intacta pode ser mentirosa, veleidosa, pueril, instável, leviana – mas, pelo visto, isso não conta”.

Entre os principais problemas enfrentados pela mulher desquitada, estaria o imperativo de lidar com a situação de independência para a qual não foi preparada, uma vez que, da tutela paterna, havia passado à do marido. O preconceito com as mulheres “não virgens” e sozinhas, consideradas desprovidas de moral, partia tanto de homens como de mulheres.

²¹³ Presente também na coletânea SILVA, Carmen da. *O Homem e a mulher no mundo moderno*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1969, p. 127-137.

Os homens as veriam como presas fáceis, mais abertas às conquistas sem compromissos. Já as mulheres casadas, encarariam como possíveis rivais a ameaçar casamentos. Para se defender, segundo Carmen, a mulher desquitada teria sempre de policiar-se, apresentando conduta inatacável, para que não fosse alvo de comentários maliciosos, não visse seu nome na “boca do povo”. Carmen lembrou que o preconceito e a pressão social em torno das desquitadas, muitas vezes, era o responsável por condutas “levianas”.

Em seu discurso, a jornalista tentou demover o estigma social contra a mulher desquitada. Ela reconhecia o traço traumatizante, em qualquer processo de separação matrimonial, mas enfatizava, para os leitores, traços positivos na atitude de quem decidia romper com o casamento fracassado.

“Talvez a desquitada seja uma mulher perfeitamente correta que, no momento da crise matrimonial, recusou-se a pôr na balança as vantagens – manutenção, proteção, segurança – e pensou apenas em termos de sentimentos e dignidade. Talvez ela tenha feito o amargo sacrifício de renunciar ao homem que amava para não o reter a seu lado apenas por obrigação. Enfim, ela pode ter se separado por circunstâncias que, embora infortunadas, só lhe fazem honra”.

A condenação e preconceito contra a mulher desquitada teriam raízes mais profundas ainda que os motivos já expostos, com relação a homens e mulheres. Para Carmen, a iniciativa da mulher que resolvia enfrentar as convenções sociais, em torno do casamento, rompendo com a relação que ela não queria mais, era muito mais ameaçadora para a estrutura social, naquele momento, que os possíveis estragos que ela causaria aos casamentos de outras mulheres. Fez de sua constatação a crítica às mulheres que se acomodavam em casamentos convenientes:

“A mulher que se desquita, de algum modo põe em questão todo o esquema das relações entre os sexos. Ela não se conformou com ficar no seu canto, calada e infeliz, agüentando tudo; não admitiu que a segurança fosse mais importante que o amor, a comunicação, a harmonia; não quis amarrar o homem contra a vontade dele; não fechou os olhos e engoliu sapos para deixar as coisas como estavam. Preferiu perder tudo a contentar-se com uma contrafação”.

A iniciativa do desquite, por parte da mulher casada, se apresentava como desafio às que, mesmo insatisfeitas com sua relação, preferiam continuar com ela. Para os “maus maridos”, representaria o sinal de que a resignação ao sofrimento e à opressão poderia ter fim, algum dia. A mulher desquitada, dentro

desse ideal, valorizaria o casamento como instituição mais que aquelas que preferiam mantê-lo, a qualquer custo.

Note-se que Carmen desenvolveu suas idéias, no sentido de preservação do casamento, não como relação individual indissolúvel, mas como instituição que precisaria manter-se, passando, no entanto, por transformações para ser melhorado:

"A mulher abandonada pelo marido goza da simpatia e da compaixão de todos: não tem culpa, a desgraça abateu-se sobre ela. Mas a desquitada recusa curvar-se à desgraça: ela quer uma felicidade genuína e não transige com meras aparências. Ao romper uma união infeliz, está afirmando o matrimônio como algo mais importante que uma convenção social: se as bases afetivas falharam, o vínculo já não tem razão de ser. Essa é, também, a mensagem implícita num casamento completamente feliz: os extremos se tocam".

A cautela, na abordagem do assunto, era explícita. Carmen temia ser identificada com a partidária do desquite e, por isso, defendia, em seus artigos, que a separação deveria ser a saída para relacionamentos irremediavelmente fracassados, pelos quais já se havia tentado todas as possibilidades, através da "boa vontade" do casal.

A argumentação, em defesa do divórcio, nesse momento, se voltava mais para a solução de problema jurídico que estava prejudicando homens e mulheres desquitados: a impossibilidade de casarem-se novamente, em união reconhecida e protegida pela lei.

Os mais intensos preconceitos diziam respeito ao estímulo que a lei poderia representar para a dissolução dos casamentos. Era essa a maior preocupação por parte de algumas mulheres casadas, segundo Carmen. Para ela, o temor advinha do fato de que a maioria das mulheres teriam sido preparadas para encarar o casamento como a única forma de realização, não desenvolvendo responsabilidades, não se integrando à sociedade através de atividade profissional, vivendo como "apêndices" do marido. Para essas mulheres, o divórcio representaria verdadeira desintegração.

Mas como seria essa mulher contrária ao divórcio, de acordo com Carmen da Silva? Qual sua relação concreta com o casamento? Seria ela realmente feliz em seu relacionamento com o marido?

"É a que não tem identidade própria, uma personalidade: limita-se a encarnar a Esposa; e tampouco vê no marido o homem Fulano de Tal, com suas características e peculiaridades, mas sim O Marido,

símbolo e representante de uma "classe". É fácil reconhecê-la: fica indignada se chega a saber que algum homem – não o seu – teve um deslize extraconjugal; assume, por delegação, o ciúme de todas as demais mulheres e tem uma feroz acrimônia contra as jovens bonitas e provocantes, contra as possíveis "destruidoras de lares" – mesmo que o seu não esteja em perigo; sente-se pessoalmente lesada quando outro homem se separa da esposa. (...) Essas mulheres que constituem legião como qualquer observador pode notar, não assumiram seu eu: só existem através do casamento".

Carmen da Silva não defendia o divórcio como solução, na promoção da mudança radical, nas estruturas organizadoras do casamento. Acreditava que as transformações ainda demorariam em chegar e que, antes de encampar a luta pela conquista da lei, a mulher brasileira deveria empreender a série de outras lutas pela conquista de sua própria realização e construção da identidade pessoal. As idéias de sua primeira fase são reafirmadas na segunda etapa, a institucional da seção, demonstrando a interpenetração de temas, a unidade da argumentação:

"(...) A mulher brasileira, antes de pôs-se a lutar pela conquista do divórcio, deve realizar urgentemente as etapas prévias, isto é, lutar para conquistar-se a si mesma como ser humano integral, para atingir sua plena maturidade psicológica e social, superando seu indiscriminado apego à tradição, seu conformismo, seu amor à comodidade e à rotina, sua marginalidade com relação ao mundo".

Analisados os primeiros aspectos sobre o casamento, podemos inferir que Carmen não se posicionava contra a instituição, nem exigia a supressão como forma de as mulheres derrotarem a opressão patriarcal. A jornalista defendia a manutenção do casamento, mas o queria situado sobre novas bases.

A psicanálise, um dos principais instrumentos utilizados pela articulista, em suas análises, não se limitaria a produzir maneiras para conservar o casamento a qualquer custo. Na verdade, essa conservação se daria às custas de transformações radicais na relação entre os cônjuges, responsáveis pelo estado permanente de "crise", no casamento e na família. O casamento redesenhado pela sociedade da época não comportaria papéis fixos para homens e mulheres, pais e mães.

O casamento e a família não poderiam mais subsumir a personalidade dos cônjuges e dos filhos. O relacionamento não poderia mais ser baseado em

respeito a diferenças hierarquicamente estabelecidas, mas em semelhanças, possibilidades de partilha entre os membros da família.

No movimento de transformações de papéis e de renovação do casamento, as mulheres, principalmente as mais jovens, eram chamadas a se integrarem como protagonistas, na luta pelo relacionamento a dois, sob novos moldes. Em *Claustrofobia ao casamento* (fevereiro de 1968), Carmen da Silva registraria o movimento de insatisfação com o casamento tradicional por parte das “moças modernas”. Muitas, nos grandes centros urbanos, estariam optando por adiar o casamento ou só fazê-lo com a possibilidade de resguardarem a personalidade e independência.

Para essas, o casamento era identificado com idéias, como as de “prisão perpétua”, “círculo estreito”, “asfixiante enxovia” que muito poderiam se assemelhar a sensações relacionadas a algum distúrbio neurótico. No entanto, de acordo com a argumentação de Carmen, as sensações de mal-estar encontrariam total razão de existir, seriam reais. Basear-se-iam na realidade de opressão e cerceamento da personalidade feminina, contrária às promessas de felicidade e realização, difundidas em torno do matrimônio pela sociedade:

“(...) A realidade que o casamento oferece é bem outra: a mulher quase sempre acaba sacrificando sua personalidade, delegando sua razão de viver, renunciando a objetivos pessoais e realizações próprias, afundando-se no marasmo da rotina doméstica ou social – estafante a primeira, brilhante a segunda, mas ambas igualmente vazias; sua vida vai pouco a pouco perdendo o sentido e o conteúdo, suas aspirações se limitam ao campo do material, do intranscendente, do miúdo, enquanto suas fantasias voam alto, nebulosas, diluídas, meros sonhos de sonhar acordada para compensar a mesquinhez do dia a dia”.

Nesse sentido, seria necessário empreender a renovação das estruturas e valores do casamento. E seriam as mulheres que não se ajustariam aos “falsos” padrões que deveriam empreender, com mais força. Não se trataria, no entanto, de se posicionar à margem do problema, simplesmente rejeitando a idéia de casar ou agredindo os homens, em dispendiosa guerra entre os sexos. Fugir do casamento equivaleria a fugir da batalha, incorrer na passividade e irrealização, o mesmo comportamento de esposas convencionais. Carmen alimentava o conflito e explicitava suas razões.

Caberia às jovens a tarefa de construir as novas bases do casamento. Em primeiro lugar, porque as novas gerações de homens e mulheres precisariam ser reeducadas dentro de novos conceitos. A renovação pela educação era a idéia trabalhada por Carmen, em vários momentos de sua obra e forneceria corpo à estratégia de luta:

"(...) Se deixamos o casamento e a maternidade só para "as outras" – as convencionais, as atrasadas, as submissas – quem vai educar a próxima geração? Elas. E educar em que princípios? No convencionalismo, no atraso, na submissão. Não vejo a mínima possibilidade de uma autêntica reeducação masculina se a mulher permanece à margem do programa: não se consegue modificar meia humanidade sem que a outra metade também sofra modificações".

A educação se faria necessária para que as mulheres mudassem de comportamento, com relação ao casamento. Em primeiro lugar, para que elas pudessem se convencer da importância daquilo pelo qual estariam lutando. Em segundo lugar, porque, enquanto continuassem reproduzindo as idéias e modelos adotados por suas mães e avós, não conseguiriam modificar também o comportamento masculino, através da educação das novas gerações:

"(...) O sistema patriarcal vigente, além de estar profundamente enquistado em sua mentalidade, permite a eles uma ilimitada realização como seres humanos pensantes e atuantes; não serão eles, pois, os principais interessados em alterar a atual ordem das coisas – a menos que sejam fortemente incentivados e espicaçados nesse sentido".

Carmen enfatizava que a luta era pela mudança das bases tradicionais do casamento e não a batalha contra o sexo masculino. Não se deveria, assim, agredi-lo, mas mostrar-lhe a possibilidade do relacionamento livre, digno, em nível de igualdade entre homens e mulheres. Ir com cautela era uma das recomendações às leitoras, provável reflexo da forma como ela própria tratava a condução de seu trabalho, a fim de não perder as interlocutoras:

"(...) Nossa campanha, temos de recordar a todo momento, não é contra o homem, não é contra as demais mulheres: é contra o preconceito encampado por homens e mulheres, de que a união conjugal possa ser satisfatória para ambos enquanto um dos dois for apenas meia pessoa, marginal e subalterna. É essa a tecla sobre a qual devemos bater, incansavelmente. Como em qualquer outra batalha, os requisitos da vitória são: uma insubornável convicção na causa pela qual se luta, um perfeito discernimento de quais são os verdadeiros inimigos a combater – e cabeça fria".

O segundo elemento, na batalha pela transformação do casamento, era a conquista do trabalho, considerada condição fundamental. Seria o trabalho que daria suporte e peso aos argumentos, na exigência pela nova relação. O momento de discussão da possibilidade ou não do trabalho feminino, dentro do casal, era considerado por Carmen, de vital importância para o futuro da relação. A mulher não deveria ceder, nesse primeiro momento, sob pena de não poder manifestar a vontade em fase posterior.

“Sem o exercício consciente e sério – não diletante – de uma atividade, uma profissão, uma carreira, nenhuma mulher pode esperar do casamento mais do que dependência. Talvez, muito agradavelmente enfeitada com rococós de gentileza e carinho, mas sempre dependência. Dependência econômica, com todas as demais que dela decorrem”.

O registro das mudanças, no casamento, seguia, passo a passo, com a necessidade de continuidade da luta. Assim, se em 1968, a maior preocupação era convencer as mulheres da importância de reverem suas posturas, dentro do casamento, conquistando mais independência e realização, em 1973, Carmen constataria que a luta não estava sendo em vão. Em *O casamento não é mais aquela festa* (fevereiro de 1973), ela fez o registro das principais mudanças presentes, principalmente, nas atitudes das mulheres mais jovens, um dos principais segmentos do público leitor²¹⁴.

As mudanças registradas por Carmen em seu “artigo-crônica” referiam-se tanto aos elementos rituais visíveis como aos aspectos psicológicos, culturais e sociológicos, envolvidos na vivência dos casamentos, naquele período. O formalismo, a ostentação e o grande tempo e preocupação dispensados na preparação de enxovais, ritos religiosos e recepções, estavam dando lugar ao despojamento, informalidade e descontração na forma de encarar os ritos matrimoniais. Tanto que Carmen da Silva chegou a registrar

²¹⁴ Importante registrar que, embora Carmen da Silva se refira às mudanças empreendidas pelas mulheres jovens, no ano de 1973, não se pode tomar o comportamento de ruptura como generalizado. Certamente muitas moças reproduziram os papéis esperados dentro de um casamento tradicional e ainda mantinham os rituais e expectativas em torno da solenidade e do compromisso propriamente dito. O que aconteceu, naquele momento, é que um grupo significativo de mulheres e homens oriundos das classes médias, dentro de um contexto histórico de expansão e diversificação das atividades culturais e ocupacionais, ampliou seu leque de possibilidades pessoais e profissionais, adotando comportamentos cada vez menos estigmatizados e de ruptura. Essa geração de jovens está situada num momento de transição e rearticulação das relações de gênero e nos comportamentos no casamento e na família.

que: *“Algumas noivas 1973 simplificam ao máximo a parte cerimonial, limitando-se a ir ao juiz com um grupinho de amigos mais chegados, vestidos de qualquer maneira: e depois vão todos festivamente “curtir uma” por aí”*.

O ciclo-típico-ideal que levava ao casamento, até a década de 60, se caracterizava basicamente pelo namoro, sob as vistas da família da moça, prosseguia com o noivado, sob esse mesmo controle, e resultava no casamento civil e religioso. Do ritual faziam parte elementos como o véu, a grinalda, a festa e convidados. Tudo isso era feito, tomando-se como pressuposto a virgindade da noiva, mantida até a lua de mel. A geração jovem, da década de 60, iniciou o processo de ruptura, com duas normas: a virgindade feminina e o ritual religioso/civil do casamento²¹⁵.

Apesar de adotarem a nova maneira de encarar os rituais, ao contrário do que se poderia deduzir, as noivas da década de 70 mantinham o compromisso fortalecido com o casamento. Estariam mais preparadas, psicológica e intelectualmente, para conseguir sucesso nas uniões. Haviam aceitado o desafio de se integrarem à sociedade como seres independentes, capazes, apesar de ainda enfrentarem resistências:

“A mulher verdadeiramente atual – isto é, não é a que por acaso vive nesta época, mas sim a que vive situada em seu momento histórico e à altura dos desafios que ele apresenta – já deixou de ser aquele ente passivo, infantil e dependente, e passou a assumir-se como pessoa por direito próprio, como ser autônomo no mundo, com as decorrentes prerrogativas e responsabilidades. E isso é um fato irreversível, por mais que os elementos conservadores esbravejem, resmunguem ou ridicularizem-se – e eles não se acanham de fazê-lo; por mais que muitíssimos homens e mulheres ainda continuem cultivando com afã saudosista a velha imagem da “feminilidade””.

As mudanças, no relacionamento com os homens – namorados, noivos e maridos - segundo Carmen, eram decorrentes da nova forma de as moças representarem a si mesmas diante do mundo. Ao invés de apêndices dos homens, sempre prontas a realizarem todos os seus desejos, vendo, no casamento, a única motivação para suas existências, elas, agora, preocupavam-se com a construção do próprio destino.

²¹⁵ Segundo VAITSMAN (1994) o rompimento com o tabu da virgindade ocorre de maneira paralela à entrada das mulheres no espaço público. A questão sexual, no entanto, apresentou muito mais resistência que, por exemplo, a quebra de barreiras no mercado profissional, o que representou, para muitas mulheres de classe média, a possibilidade de ir além da escola normal e dos cursos de Pedagogia.

O casamento era encarado como possibilidade a mais, produto de decisão consciente da mulher que escolhe o quando, com quem e por que casar. Ela esperaria da união com o marido que escolheu a satisfação de suas necessidades emocionais e sexuais e queria “desenvolver-se como pessoa”. A “jovem mulher 1973” não temia o celibato, nem esperaria encontrar o par perfeito.

O príncipe encantado, representação dominante do marido ideal, daria lugar ao “companheiro”. O relacionamento não seria mais baseado em valores como abnegação, obediência, tolerância e trabalhos domésticos, mas em amor mútuo, atração, afinidades, entendimento. MELLO e NOVAIS (1998) observam que esse tipo de tendência estava articulada com a “revolução sexual”, vivida nos países desenvolvidos, nos anos 60, e que a modernização da família e da moral sexual se expandiria desses setores sociais “superiores” para o restante da base social.

A relação com o sexo também mudava nesse contexto. Houve a valorização do prazer sexual e do amor-paixão. Para a mulher, o sexo não era mais encarado como artifício para manter um casamento fracassado, tampouco menosprezado ou visto como algo complicado ou do qual se deveria sentir vergonha.

“No clima de naturalidade que preside as relações entre os jovens, já não cabem os temores, os receios, as angústias do passado; e muito menos ainda cabe a utilização deliberada e astuciosa do sexo como armadilha para conduzir um homem, de boa ou de má vontade, pela trilha matrimonial. Para os noivos 1973, o sexo é um aspecto do relacionamento, talvez o mais gratificante, mas está bastante desmistificado, despojado da velha retórica que o rodeava de solenidade e malícia e até sordidez”.

As mudanças nas relações de gênero, também se refletiam na nova maneira de encarar a divisão de tarefas, no âmbito doméstico. Para Carmen, se a mulher já havia provado a capacidade de desenvolver atividade profissional fora de casa, seria possível, para esses casais jovens de classe média, conversar sobre a participação do marido nas tarefas do lar.

Carmen observava, de maneira abonadora, que os próprios maridos sentiam essa necessidade e já mostravam mais intimidade com as responsabilidades domésticas, queriam participar mais de perto da educação dos filhos. A argumentação, nesse aspecto, encontrou consonância nas

matérias da Revista desse período, embora como já tenhamos visto, Claudia defendesse a presença do pai como forma de reforçar a diferenciação sexual dos filhos, no processo educacional.

"(...) Podemos observar nos casais jovens, estilo 1973, que têm filhos pequenos, um relacionamento muito mais íntimo e positivo entre o pai e a criança; quando só a mãe se ocupava dela, como no passado, o pai levava alguns anos para tomar conhecimento pessoal, humano, da existência dos filhos".

3.2.1 Conflitos de gerações

O sentimento de desamparo, por parte da mulher, não vinha só da relação conflituosa com o marido. O investimento absorvente, na criação dos filhos, também não trazia os resultados esperados para quem julgava ser a "rainha do lar". O cansaço do acompanhamento diário de bebês e crianças menores era substituído, mais adiante, pela relação conflituosa com os adolescentes e jovens ansiosos por liberdade e questionadores dos modelos e valores defendidos pelos pais".

A relação mais intensa com a mãe, responsabilizada unilateralmente pela educação dos filhos, acabava por transformá-la em figura opressora, sobre quem iria desabar a culpa pelas crises e erros cometidos por meninos e meninas. Em suas abordagens sobre a questão, Carmen procurava contemplar os dois lados da questão, abrindo espaço tanto para o tratamento das dúvidas maternas como para as angústias juvenis, no caso, das moças.

Carmen se identificava profundamente com as causas da juventude que, naquele momento, emergiam como força transformadora e renovadora em vários campos. Na esfera política, eram os jovens estudantes que protagonizavam a resistência à ditadura militar, com seu inconformismo e rebeldia, arriscando-se na militância em organizações clandestinas, nas passeatas do movimento estudantil e até mesmo na luta armada.

Eram os jovens os principais responsáveis pela renovação criativa, no campo cultural dentro e fora do circuito universitário, através da MPB, do teatro, cinema e artes plásticas. Admiradora dos ídolos juvenis, Carmen da Silva chegou a entrevistar artistas como Roberto Carlos e a escrever sobre o significado de Chico Buarque para a música brasileira. Queria saber o que

pensavam e como se comportavam esses jovens, capazes de atrair multidões inspirando comportamentos transgressores.

No campo do comportamento, os jovens universitários de classe média, já nos anos 60, constituíram-se em vanguarda crítica aos costumes da sociedade conservadora, hierárquica, acelerando o processo de fragmentação. Os movimentos protagonizados por estudantes de todo o mundo, no ano de 1968, amplificariam esse papel.

Embora os anos 70, no Brasil, tenham começado sob forte repressão às formas de expressão e organização dessa mesma juventude, o afrouxamento das regras de comportamento, com relação à sexualidade, namoro e casamento, já estava em marcha. A contracultura alimentaria o comportamento hedonista, com o incentivo ao “mergulho no mundo interno”, individual, em contraposição aos valores coletivistas do plano político.

Por essa coincidência de linguagens e problemáticas, provavelmente, a obra de Carmen da Silva tenha alcançado tanta repercussão entre os jovens do setor universitário. Era convidada constantemente para falar nos campi brasileiros. Muitos de seus artigos seriam impulsionados por dúvidas surgidas durante bate-papos em conferências ou viriam, simplesmente, por meio de cartas como a que inspirou o seu primeiro artigo sobre os conflitos entre pais e filhos, ou mundo jovem versus mundo adulto.

Em *A geração inquieta*, abril de 1965, Carmen respondeu à carta de uma jovem com o pseudônimo de *Mary*. Suas idéias foram utilizadas como expressão das angústias de sua geração. *Mary* foi definida por Carmen como alguém que não se resignava mais a esperar pelos acontecimentos, mas queria encontrar razão de ser para sua própria existência, inserção na sociedade, mas que, ao mesmo tempo, se sentia desorientada diante da própria insegurança e confusa quando se comparava aos adultos, em seu “aparente” controle e certeza diante do mundo.

Ela começou por aliar-se às angústias juvenis, conferindo positividade às suas incertezas, ao seu desconforto, com os valores apregoados como os mais acertados pelo mundo adulto. A aparente segurança e sabedoria, demonstradas pelos adultos, não passariam de “rigidez de opiniões”, “lentidão” de gestos e “suficiência” afetada. Seu texto estava repleto de idéias

coincidentes com o universo que explodiria com as rebeliões jovens, três anos depois.

“Não é verdade que os adultos tenham mais segurança – segurança real – do que os jovens desorientados. Quando muito aqueles aprenderam a conviver com a insegurança, como quem se acostuma com um leve reumatismo crônico, aceitando-a como elemento cotidiano e daí lhes advindo uma relativa placidez. Isso, no melhor dos casos. Na pior das hipóteses, o que fizeram foi trair os ideais de sua juventude, cair no marasmo, desistir da luta, entorpecer a mente, fechar-se ao desafio do mundo, desatender ao apelo que incita a evoluir constantemente e assentar-se numa falsa estabilidade feita de cegueira, rotina e compromisso”.

O discurso de Carmen tentava situar a origem das angústias e inseguranças dos jovens, mais especificamente das mulheres, sem, no entanto, querer desqualificar os sentimentos percebidos como problemas por quem os vivia. A justificativa, para abordar esses sentimentos, era buscada, por ela, no próprio momento de transição, vivido pelos jovens de classe média, na sociedade brasileira.

Em primeiro lugar, a ampliação do acesso à universidade conferia, aos jovens, a responsabilidade pela construção da própria carreira, o que antes estava a cargo dos pais. O ingresso, no mercado de trabalho, traria para esses jovens a necessidade de qualificação e o enfrentamento do cotidiano de competição. Os namoros também exigiriam mais deles por poderem originar futuros casamentos. Enfim, a série de encargos e responsabilidades lhes eram confiados e exigidos, a todo o momento, o que poderia lhes despertar sentimentos de confusão e dúvida.

O sentimento de segurança, aparentado pelos adultos e invejado por alguns jovens angustiados, segundo Carmen, não existiria. O ser humano teria de aprender a caminhar dentro dos limites de uma microsegurança, baseada em experiências vividas em alguns setores de sua vida. E mesmo essas não poderiam ser esgrimidas como verdades absolutas e generalizadas, aplicáveis a todos.

Esse tipo de intervenção de Carmen mostrava sua identificação com a juventude e a tentativa de valorizar ideais e comportamentos, afinal os jovens, assim como ela, combatiam o conservadorismo e a falta de diálogo, nas relações humanas. A juventude não deveria abdicar de seu inconformismo,

pois ele significava a ausência de distorções, na maneira de ver o mundo, a inocência, a liberdade dos preconceitos.

Os jovens seriam peças fundamentais na reconstrução social, revisando e mesmo derrubando certos valores tradicionais. Para Carmen, nenhuma norma ou valor é válido pelo simples fato de ser antigo. Os critérios, para sua manutenção, seriam, portanto, os benefícios trazidos por eles para o maior número de pessoas possível. Sob esses parâmetros, seria possível aos jovens canalizar racionalmente sua revolta para a transformação social.

Carmen também agia com cautela nesse ponto. Não era favorável à rebeldia em todas as facetas, usada de maneira "irracional", desvinculada de projeto de mudança, nos níveis individual e social. Em outros artigos, em anos posteriores, ela combateria, por exemplo, a vontade de evasão incentivada pela contracultura e movimento hippie, principalmente através das drogas.

Segundo seu ideário, seria preciso o compromisso mais concreto dos jovens com a sociedade e, para isso, eles não poderiam alienar-se da realidade social. A análise sobre o comportamento dos jovens, diante da injustiça, por exemplo, ganhava ares de recomendação:

"(...) Mary desfralda a bandeira de luta contra o mal onde quer que ele se encontre, seja qual for sua extensão ou dimensão. E, sobretudo, promete a si mesma que chegado o momento de influir na sociedade, de fazer sentir o peso de sua participação, ela agirá de forma diferente: não há de aceitar compromissos, componendas, meias-verdades".

A jornalista foi além do elogio e simpatia pela juventude e exigiu que as idéias dos jovens ganhassem peso na sociedade. Reivindicou, para eles, o lugar nas decisões da família e participação social. Combateu a desqualificação de suas opiniões pelos adultos:

"(...) Os mais velhos referem-se aos jovens em tom idílico: ah, são tão puros, tão ardentes e idealistas! – mas não lhes reconhecem o direito de opinar nas questões importantes; e se eles opinam sem pedir licença, seus pontos de vista são imediatamente desqualificados por provirem de "fedelhos que nada sabem"".

Criticava a falta de respeito às suas necessidades e interesses. No campo da sexualidade, por exemplo, os jovens eram impedidos de exercerem a liberdade sexual, mesmo com a comprovação "científica" de que seus corpos já teriam atingido a maturidade. Tinham de adiar o início da vida sexual até o

casamento que, por uma série de razões práticas, não poderia acontecer rapidamente.

A energia sexual era então, segundo Carmen, canalizada para outras atividades, como os esportes, o gosto pelo *rock'n roll*, *twist* e danças "violentas", que além de não solucionarem o problema, ainda eram apontadas pela sociedade como sintomas de histeria e frivolidade. Nesse sentido, sua argumentação mostrava a influência de pensadores como Wilhelm Reich e Herbert Marcuse, bastante lidos, quando problematizava o lugar do sexo nas possibilidades de se construir um mundo novo e denunciava o casamento como forma de controle social, especialmente utilizado no tolhimento de atividades para as mulheres.

"Já sexualmente madura e na plenitude de seu desenvolvimento feminino, Mary tem de esperar um bom número de anos até que o namorado acabe a carreira ou que o noivo tenha posição para casar. Ensinam-lhe, ainda que a obrigação de manter o lar cabe unicamente ao homem, que o candidato incapaz de garantir à sua esposa a tranqüilidade do ócio, em última instância é um pobre diabo. Então Mary aguarda e aguarda, levando em si a força de sua sexualidade como quem carrega um perigoso material explosivo".

Mas, no conflito de gerações, os filhos, ou melhor, as filhas, não eram as únicas a merecer a preocupação da articulista. As dúvidas e angústias das mães das jovens também lhe inspirariam artigos baseados em cartas que recebia. O grande ponto, em comum, entre as mães que escreviam a Carmen era: devemos ou não dar liberdade às nossas filhas?

Esses conflitos se situavam no contexto de mudanças e de permanente tensão entre concepções arcaicas e modernas, na forma de organizar a própria família. Nos anos 50, tínhamos, como modelo predominante, a família hierárquica, baseada em diferenças bem determinadas entre homens e mulheres. O homem ocupava o centro da cena pela situação privilegiada como provedor e detinha o poder determinante sobre a dupla moral sexual, em que a monogamia era regra para as esposas e não para os maridos.

A relação entre pais e filhos também era marcada por essas diferenças. Adultos e crianças tinham espaços bem delimitados. Os primeiros sabiam mais que os segundos e deveriam mostrar, sempre que possível, o poder através do uso legítimo da disciplina que deveria ser obedecida, sem contestação pelos segundos.

No processo de modernização da família, a partir dos anos 60, um novo modelo de relações para a família surgiria, baseado na igualdade entre seus membros. Embora homens e mulheres se percebessem como pessoal e idiossincraticamente diferentes, eles seriam iguais como indivíduos, nas necessidades, direitos e deveres. Os filhos passavam a ser vistos de maneira diferente, também como indivíduos, com direitos e necessidades que precisavam ser observados e atendidos.

Isso não quer dizer que houve a substituição pura e simples desses modelos ou a identificação imediata por parte de pais e filhos, maridos e mulheres. O processo de modernização da família brasileira foi marcado por conflitos e ambigüidades. Segundo FIGUEIRA (1987), esse processo, no Brasil, se deu de forma muito veloz e o que aconteceu foi a identificação das pessoas com novos comportamentos, ligados aos ideais modernizantes, sobrepondo-os às antigas identidades dentro da família, sem alterá-las substancialmente. Por isso o País estaria cheio de situações em que pessoas identificadas como modernas e liberadas apresentariam comportamentos ou assumiriam posições tidas como arcaicas²¹⁶.

Por isso a dúvida e a angústia em saber como agir diante de modelos tão diferentes. Em *Proibido proibir*, fevereiro de 1967, Carmen da Silva parabeniza as mães que, apesar de desorientadas diante da nova situação, buscavam informar-se, consultavam especialistas, liam as mais recentes publicações. Por outro lado, condenava as que não admitiam a mudança, as que baseavam o relacionamento com os filhos exclusivamente na autoridade e rejeitavam o aconselhamento científico na educação destes. Seriam as mães tradicionais, que se baseavam no modelo arcaico de educação e relacionamento familiar, desqualificado por Carmen:

“Preconceitos que já foram descartados há quarenta, cinquenta anos, constituem ainda o fulcro do sistema educativo dessas senhoras – e não como reação semi-inconsciente que só assoma quando o intelecto dorme, mas sim como atitude mental deliberadamente assumida. É aquela velha posição dogmática que tão bem conhecemos: É assim, porque é assim, porque eu acho, porque eu digo e porque eu quero – e pronto”.

²¹⁶ Os psicólogos, psicanalistas e especialistas em família assumiriam um papel fundamental nesse novo momento. A partir de 1970, eles ganhariam significativo espaço na mídia, como nossos ideais modernizadores.

O artigo trazia como preocupação principal, a necessidade de mudança do comportamento entre mães e filhas. Carmen criticou os artifícios usados por essas mães para tolher a liberdade das filhas adolescentes e adultas. Esses iam desde o autoritarismo puro e simples, até o martírio ou chantagem sentimental, chegando ao suborno.

Entre as conseqüências desse tipo de educação, sem liberdade nenhuma, segundo Carmen, estaria a própria descrença das moças, em sua capacidade de julgamento e escolha, embotada diante do fato de que elas foram preparadas somente para obedecer às ordens, sem poder contestá-las. As atitudes de mães autoritárias poderiam incrementar a insegurança comum entre pessoas que estão entrando na fase adulta e alimentar distorções “neuróticas” de personalidade:

“Se a moça se vê submetida à autoridade cega de uma mãe que sempre tem razão mas nunca tem razões; se a atitude materna não lhe permite chegar a discernir o bem e o mal; se, faça o que fizer, ou mesmo sem fazer nada, a mãe sempre desconfia dela; se constantemente lhe joga em rosto sua inexperiência, sem dar-lhe oportunidade de experimentar – como se a inexperiência fosse um defeito insuperável; se o lar impõe normas muito diversas das que vigoram para o respectivo grupo social, fazendo a jovem sentir-se excluída, singular, diferente das outras e, portanto, sem apoio em sua própria geração; se tudo, enfim, contribui para aumentar a desorientação da moça, enquanto que, por outro lado, faltam-lhe as compensações e prazeres normais, pode ocorrer que a pressão interna se torne tão intensa que obrigue a jovem a arbitrar saídas neuróticas”.

O artigo defendia a solidificação da confiança entre mãe e filha como chave para o bom relacionamento, mas esta confiança seria produto de outro fator: a educação. Seria ela que iria permitir aos filhos distinguir entre o bem e o mal, sem necessitar da ajuda dos mais velhos. Ela evitaria que as moças se envolvessem em ciladas armadas pelas circunstâncias ou por suas “fraquezas”. Dentro do ideal igualitário de família, defendido por Carmen, os filhos deveriam ser tratados com respeito e confiança. Mas no lugar de sermões e discursos moralizantes, Carmen defendia o exemplo como forma de evitar comportamentos indesejáveis por parte das filhas:

“Simplesmente pela boa educação. A criança respeitada pelos pais aprende a respeitar-se a si própria. Pequenininha ainda e dependendo de valoração alheia, ela compreenderá que, se os pais a respeitam e a estimam, é porque ela é um ser valioso e digno. À medida que for crescendo, o senso de sua própria valia se robustecerá; saberá

corresponder à confiança que os pais depositam nela. Pelo exemplo que lhe deram, pelo tratamento que lhe dispensaram, ela aprenderá a importância e o valor de um ser humano. E essa noção é a garantia mais eficaz de um comportamento equilibrado”.

Ressalte-se que a preocupação com o início da vida sexual das mulheres, antes do casamento, estava implícita em toda a abordagem de Carmen. Era esta a verdadeira preocupação das mães que vigiavam horários das filhas, as impediam de freqüentar festas sozinhas e de sair com rapazes. Para Carmen, a grande preocupação das mães, em preservar as filhas dessas situações, revelava a frustração com suas próprias vidas. A mãe atribuiria às filhas as intenções que elas mesmas não puderam concretizar: “aproveitar a vida” e ter a satisfação sexual que não conseguiram em seus casamentos. *“Tudo lhe parece pecaminoso, porque sua cabeça está realmente cheia de idéias pecaminosas; para não admitir na consciência ela as projeta na filha, ou talvez em todas as jovens”.*

Para superar os problemas, segundo Carmen, as mães teriam, em primeiro lugar, de reconhecer as insatisfações e empenhar-se para que seus filhos obtivessem mais que elas conseguiram, através da “educação equilibrada, afetuosa e inteligente”. O cerceamento da liberdade das jovens, nesse contexto, não era visto apenas como erro na educação, mas como atitude criminosa.

3.3 – Feminista sim, e daí?

A terceira fase, ou linha de trabalho de Carmen da Silva, foi caracterizada pelo engajamento mais explícito com a causa feminista. Ela admitia estar influenciada por “ventos que vinham soprando de outros continentes”. Esse comportamento foi comum a várias jornalistas, em todo o mundo, segundo MORIN (1986).

Carmen inaugurou nova forma de discutir a situação das mulheres e seus problemas e o fez a partir da crítica política ao sexismo e à dominação masculina. Denunciou a origem cultural da opressão de um gênero sobre outro, demarcando diferença importante com relação à fase anterior, quando trabalhava mais no terreno das relações pessoais e dos conflitos individuais e

familiares. As mulheres passaram a ser tratadas como grupo unido pela mesma condição de opressão.

“Esta seção assumiu uma tônica resmungona, entendendo-se por “resmungo” a denúncia fundada e sistemática das disparidades, injustiças e discriminações, a exploração da mulher, a asfixia de sua personalidade, a manipulação de sua afetividade, a opressão grosseira ou dissimulada sobre ela, a tenaz lavagem cerebral tendente a fixar a idéia da inferioridade natural do sexo feminino”²¹⁷.

Foi o período de maior reação por parte dos homens, segundo os relatos de Carmen da Silva. A posição assumidamente feminista a tornou alvo de cobranças e provocações. Pelo que podemos depreender de seus escritos, assim como de várias outras mulheres engajadas no movimento feminista, teve a sexualidade posta à prova, em nome da desqualificação do ideal de igualdade de direitos, reivindicado por ela²¹⁸.

“(…) Não escapei sequer de algumas indelicadezas flagrantes, a pretexto de que “afinal, agora as mulheres querem ser iguais aos homens...” como se cortesia fosse uma concessão sexual. Cansei de ouvir falar nessa “igualdade” interpretada com má fé. Eles entendem muito bem o conceito constitucional de igualdade como paridade de direitos e oportunidades – e muitos até acham que seria ótimo se isso não ficasse só no papel. Mas tratando-se de mulher, já não entendem nada, confundem igualdade com imitação, imaginam que estamos querendo usar barba, falar grosso e urinar de pé”²¹⁹.

Carmen iniciaria, na década de 70, a escrita militante. Começou por apresentar as principais idéias do movimento. Em julho de 1971, dois meses depois da visita da escritora norte-americana Betty Friedan ao Brasil, ela publicou a resenha do best-seller *Mística Feminina*, principal obra impulsionadora do movimento feminista norte-americano.

Traduziu, para as leitoras, as principais bandeiras da Organização Nacional de Mulheres (NOW), recém-fundada, nos Estados Unidos, por Friedan, relatando o impacto das primeiras passeatas de mulheres. Denunciou a tentativa da imprensa norte-americana e também da brasileira de desqualificar as líderes do movimento, através do questionamento de aspectos

²¹⁷ Extraído do artigo-síntese *O que seria do mundo sem nós, mulheres?*, *Claudia*, dezembro de 1979.

²¹⁸ A escritora feminista Rose Marie Muraro também registrou queixas sobre a especulação em torno de sua opção sexual na biografia *Memórias de uma mulher impossível* (1999). Segundo relatou, o colunista social Ibrahim Sued publicou um artigo em 1971 afirmando que não casaria com ela por ela ser “feia e lésbica”.

²¹⁹ *O que seria do mundo sem nós, mulheres?*, *Claudia*, dezembro de 1979.

como a sexualidade e beleza. Sobre a passagem da escritora pelo Brasil, ela registraria em *O que é uma mulher livre* (julho de 1971):

“Durante essa visita verifiquei por mim mesma, que nem sempre se pode dar crédito ao noticiário. Friedan dizia uma coisa e os meios de comunicação “reproduziam” outra completamente diferente. Cansei de ouvi-la expressar com mediana clareza idéias que logo apareciam truncadas e deformadas; vi como lhe foram atribuídos, sem cerimônia e contraditados com a maior suficiência, conceitos que ela jamais emitiu. Isso, sem falar nas perguntas primaríssimas que foram dirigidas a uma mulher com formação universitária, nos grosseiros ataques contra uma hóspede cortês e nas suposições gratuitas sobre sua vida íntima”.

A resenha publicada em *A Arte de Ser Mulher* teria como objetivo divulgar os pontos de vista de Friedan, distorcidos pela mídia brasileira. Procurou contextualizar a sociedade norte-americana e a situação das mulheres nos Estados Unidos. A recomendação do livro foi enfatizada expressamente por Carmen da Silva²²⁰.

A tentativa de desnaturalizar as “diferenças de gênero”, termo usado por Carmen, a partir de 1979, seria uma das preocupações da jornalista nessa terceira fase. O combate à idéia de que a realização feminina se resumiria ao cumprimento das funções biológicas seria tema de vários artigos, a partir da visita de Friedan, o que pode ser apontado como influência da norte-americana em seus escritos.

A crítica aos estereótipos fundados na biologia, antes baseada na necessidade da atividade extra-lar, no trabalho remunerado que realizaria pessoalmente, a mulher, seria agora conectada aos anseios do movimento de mulheres e ganharia dimensão política. É o que podemos depreender do artigo mais enfático sobre essa questão, no ano de 1971: *Vamos quebrar uma velha imagem*, escrito em outubro.

O texto afirmava que estereótipos, como o da esposa e mãe perfeitas, só beneficiariam os homens, mantendo as mulheres em situação de submissão e opressão. Estariam castradas no uso das potencialidades e criatividade e viveriam também, por conta do sexismo, a sexualidade reprimida, sem

²²⁰ A visita de Friedan, segundo MURARO (1999), encontraria apoio em basicamente duas jornalistas no Brasil: Carmen da Silva, em Claudia, e Heloneida Studart na Revista Manchete.

satisfação, limitada à rotina do casamento. O mesmo não acontecia com o homem, favorecido pela dupla moral sexual:

"(...) O homem, entre outras coisas, também tem sexo e pode fazer dele o uso, abuso ou desuso que quiser. A mulher, por sua vez só tem sexo; o sexo resume e esgota sua individualidade, sua história, sua razão de ser – enfim, ela é sexo. As "outras coisas" – inteligência, criatividade, ânsia de liberdade, impulso de afirmar-se mediante realizações próprias, capacidade de planejar seu futuro e, em certa medida, o da sociedade, compromisso com o mundo – nela constituem bagagem supérflua: ou não existem, é uma exceção, uma anomalia suscetível de causar escândalo ou riso".

Carmen afirmou que, ao contrário do que os meios de comunicação divulgavam, o "movimento de libertação feminina" não queria estabelecer guerra entre os sexos ou simplesmente inverter os papéis entre homens e mulheres, ou seja, entre dominadores e dominados. Ela não se referia ao movimento como "feminista" nesse momento:

"O que as mulheres querem é existir também como indivíduos, além de sua condição sexual, ser reconhecidas como pessoas completas em si mesmas, sujeitos de seu próprio destino, que também podem (e desejam) ser objetos de sexualidade e amor. Trata-se de abolir a falácia de que o mundo se resume numa consciência masculina, de que Eu significa Homem e "o resto" – isto é, as mulheres – é algo que está aí como complemento. Pretende-se uma humanidade em que cada um reconheça ao outro o direito de chamar-se Eu, de existir por conta própria".

A crítica aos meios de comunicação não se restringia aos estereótipos usados para desqualificar as feministas, mas também ao cultivo da imagem da mulher como objeto sexual. A mulher considerada sexy pela mídia e pela moda é a que proporciona mais lucros à sociedade de consumo. Mas era a imagem que, segundo Carmen, mais prejudicava a mulher, por sufocar sua individualidade, por enquadrá-la em padrão que deveria ser perseguido constantemente. A satisfação do "narcisismo corporal" para a mulher não correspondia à atitude de realização, no campo da sexualidade:

"(...) É certo que a palavra sexy não exprime necessariamente o reflexo visível ou sensível de uma atitude íntima de abertura afetiva, de receptividade erótica; hoje em dia, ela traduz sobretudo características físicas obtidas pela sábia dosagem de ingredientes e artifícios ditados pela moda. Seja como for, as pessoas gostam de ser sexy e a sociedade de consumo só tem a lucrar com isso".

Carmen falava sobre o assunto no momento em que o corpo ganhava, no Brasil, nova dimensão, a de consumidor, tomado em diferentes partes que

deveriam ser individualizadas e cuidadas. Crescia a produção de xampus, hidratantes, esmaltes, sabonetes cremosos e desodorantes. As imagens publicitárias refletiam-se no comportamento do público feminino, seu principal alvo.

Mas o aparato para vendas e divulgação do marketing, através da publicidade, se deu principalmente através das publicações femininas. A revista Nova, criada pelo grupo Abril, em 1969, seria o veículo, por excelência, na divulgação da representação da mulher ideal, transformada em objeto sexual, sempre pronta a seduzir os homens. Carmen da Silva condenou esse padrão, pois ele provocaria angústia nas mulheres e reforçaria condição de submissão em relação aos homens:

“Para atrair, a mulher deve ajustar-se aos padrões estéticos vigentes, em fraca contradição com o tipo médio, o que requer um arsenal de recursos: cirurgia plástica, fisioterapia, cosméticos, cuidados profissionais de beleza, roupas que atraem a atenção, artifícios que embelezam e tornam sexy – caros e inacessíveis à maioria. Às vezes, os prolongados martírios ajudam a corrigir certos senões, mas algumas características anatômicas são irreversíveis (estatura, pernas curtas), para desespero das menos favorecidas”.

A seção assinada por Carmen intensificaria, a partir daí, a convivência tensa entre seus escritos e a imagem feminina representada pelas revistas do grupo empresarial para o qual trabalhava. Os artigos contrários à padronização da beleza e ao seu enaltecimento como valor feminino essencial, além do combate ao preconceito contra a mulher mais velha, seriam publicados em páginas circundadas por anúncios de cremes anti-rugas, com promessas de eterna juventude, cintas modeladoras e fluidos de beleza para o combate de sinais de idade.

Para Carmen, a busca por ajustar-se aos padrões reverenciados pela “literatura barata” e pela publicidade só mostrava o quanto o ideal sexy correspondia ao comportamento de submissão e repressão sexual para as mulheres. A revolução sexual e as atitudes liberadas tão comentadas, no período, estavam restritas a grupos sociais minoritários, situados em classes sociais mais abastadas, numericamente insignificantes, com relação ao conjunto da população. A repressão sexual sobre a mulher solteira ainda era um fato, assim como a valorização da virgindade e pureza femininas. As transgressões, nesse campo, eram arriscadas e punidas de forma penosa.

Para as mulheres casadas para quem a sexualidade, teoricamente, se apresentaria como terreno aberto, sem restrições, as situações de repressão e insatisfação não seriam muito diferentes. Carmen traçou o painel da condição da mulher de classe média brasileira tradicional, que ainda se define exclusivamente por funções biológicas.

Para a jornalista, ela tinha vida infeliz e insatisfatória. Forçada a anos de recato, acabava por idealizar o sexo ou a relacioná-lo com algo sujo, pecaminoso. Não conseguia sentir nem dar prazer ao companheiro, criando, muitas vezes, aversão pelo ato sexual. Sentindo-se frustrada e incapaz, admitia a existência de amantes para o marido e refugiava-se na criação dos filhos que, em breve, a abandonariam ou demonstrariam interesses por outras pessoas e atividades. O envelhecimento a angustiava e ela acabava por sucumbir à vida de resignação e rotina, solitária.

A imagem da mulher, como ser eminentemente biológico, não traria, pois, a realização prometida. A permanecer nesse ideal, a mulher estaria condenada à vida incompleta e infeliz, vivendo o que Betty Friedan chamou de “mal sem nome”, sentido, mas incompreendido pelas mulheres nessa situação:

“Chegamos assim à conclusão de que a mulher não tem destino fora da sexualidade – mas dentro dela tem um destino tristíssimo. A verdade é que, em teoria, a mulher foi feita para o sexo; na prática ela foi feita é para o casamento, o que parece mais difícil de justificar em termos biológicos, pois a biologia é anterior às instruções. Resta o fato de que condicionada a viver por e para o homem, até o momento de assinar a seu lado no registro civil, ela deve mais é manter-se a uma prudente distância dele”.

Nos anos seguintes, os artigos de Carmen continuariam a divulgar as lutas e organização das mulheres brasileiras. Utilizaria a seção para colaborar na realização dos primeiros congressos e encontros organizados por elas. Em abril de 1972, no artigo *Igualdade, justiça e participação*, convocaria as leitoras para participarem do Congresso Nacional, iniciativa do Conselho Nacional de Mulheres, realizado no final daquele mesmo mês, no Hotel Glória, no Rio de Janeiro.

Com o lema “Igualdade sem privilégios, justiça sem paternalismo, participação sem luta de sexos”, o evento pretendia discutir os problemas da mulher brasileira e os caminhos para solucioná-los. Os temas agendados para as mesas redondas e palestras mostravam as várias frentes de discussão, em

torno das quais começava a se pensar uma questão da mulher, no Brasil da década de 70: a noção de homem e mulher na sociedade patriarcal, a mulher operária e a cultura de massas, o comportamento político da mulher brasileira, injustiças na legislação trabalhista, a fecundidade e a escolha dos filhos e até mesmo o patriarcalismo na música brasileira.

Segundo Carmen escreveu, aquele “conclave pioneiro” poderia se transformar em “marco histórico”, dependendo da filosofia que predominasse no evento. O artigo trazia informações sobre inscrição e organização do encontro e conclamava todas as mulheres do “grupo Claudia” para que comparecessem “em massa”, se estivessem no Rio.

A presença das leitoras era legitimada pela participação da própria revista no Congresso. A aproximação da publicação com as lutas emergentes das mulheres era feita através do espaço de Carmen. Não sabemos, ao certo, se essa era a estratégia da própria direção de Claudia para poupar a revista da tomada de posição explícita sobre o tema, ou se essa era a atitude adiantada por Carmen da Silva, assumindo as conseqüências de sua abordagem. O fato é que ela o fazia de maneira cautelosa.

“Claudia, por sua vez, irá como simples observadora, presente para ouvir, examinar, tirar suas próprias conclusões e, sobretudo, para informar as leitoras. Justamente pelo compromisso assumido com elas, que implica uma total independência de opiniões, não apresentaremos teses nem tomaremos parte ativa nos debates”.

O texto trazia ainda o histórico do Congresso e as justificativas de sua realização. A jornalista enfatizava que a organização do encontro era conseqüência das movimentações ocorridas, no ano de 1971, no Brasil. A visita da escritora norte-americana Betty Friedan foi tratada como marco para a discussão da situação da mulher.

A presença e a divulgação de suas idéias teriam proporcionado um clima de efervescência, traduzido em acontecimentos concretos, como a discussão das reivindicações femininas em pauta e o aumento de pessoas interessadas em estudar a situação da mulher no Brasil. *“As universidades estão cheias de moças e rapazes fazendo mestrado ou doutorado em problemas que dizem respeito à mulher brasileira”*, comemorava.

Carmen da Silva lembrava que, apesar da importância das discussões fomentadas por Friedan, em mesas redondas, conferências e entrevistas, ela

havia sido alvo de "maliciosa campanha de imprensa" que procurou desqualificá-la. Advertia as leitoras de que o mesmo poderia acontecer com relação ao Congresso:

"(...) É bom as leitoras estarem desde já advertidas contra as distorções inevitáveis do noticiário dirigido: segundo parece, "assuntos de mulher" são para tratar pelo lado ridículo- inventando-o se for o caso. Seja como for, tudo isso significou agitação sadia, colocação e atualização dos problemas".

Legitimar as discussões do movimento de mulheres que tentavam se organizar tornou-se, então, uma das missões do trabalho de Carmen da Silva nessa fase. A preocupação em ressaltar a seriedade e o alto nível das propostas discutidas, em congressos, estavam sempre presentes em seus artigos. Em dezembro de 1972, ela comentaria em *Com a palavra, nós, as mulheres*, as teses apresentadas dois meses antes, no I Conselho Nacional de Mulheres, ocorrido no então estado da Guanabara (Rio de Janeiro), reunindo mulheres de vários pontos do País.

A legitimidade se construía, principalmente, através de argumentos que enfatizavam o aspecto científico das discussões. Ela dizia que, apesar daqueles que esperavam reunião de mulheres agitadas e raivosas, o que se viu foi uma reunião "séria", unindo estudos e pesquisas estatísticas, baseados em bibliografia "pertinente".

Até mesmo os gestos que pudessem ser percebidos como alterações por parte das participantes do encontro, durante os debates, eram justificados por Carmen.

"O debate, mesmo quando se acalorava, jamais desceu de um nível de total dignidade. Se houve alguns momentos de digressões ociosas, convém lembrar que isso faz parte da idiosincrasia latino-americana, independente de sexo. Posso atestá-lo por excelência, já tendo trabalhado como tradutora em grande número de congressos de organismos internacionais: Nações Unidas, OEA, Fundo Monetário Internacional e muitos outros: onde há um latino-americano, sempre há um pouco de retórica . . .".

Havia a extrema preocupação de sua parte em construir a imagem das feministas, de forma diferenciada do que então faziam os meios de comunicação. Para Carmen, elas seriam mulheres estudiosas, sérias, equilibradas, maduras, bem informadas, que fazem da vida uma luta. Esse comportamento revela a necessidade da jornalista, a exemplo de outras

militantes feministas, de se contrapor à imagem feminina, típica da sociedade patriarcal, o que, muitas vezes, acabava criando novos estereótipos para as mulheres²²¹, pelo menos para aquelas engajadas na luta pela transformação da condição de oprimidas. Carmen usava os escritos, ainda, para comentar teses apresentadas pelas congressistas, destacando as propostas concretas e divulgando os resultados dos encontros.

Em paralelo à construção da imagem positiva das líderes e estudiosas da questão da mulher, ela continuava insistindo na constituição de nova identidade para a mulher brasileira. Queria fazê-las enxergar a condição de objetos sexuais e mulheres amorosas e abnegadas, vivas em função de um só objetivo: amar. Um amor que, no entanto, não as preencheria, não as realizaria, só as manteria na condição de marginalidade frente ao homem e à sociedade.

O amor que escraviza foi o tema de *As santas prisioneiras do amor*, artigo de janeiro de 1974. Carmen reforçaria que esse amor teria um único destinatário: o homem, na condição de marido, noivo, namorado. Seriam os interesses masculinos que perpetuariam esse ideal de amor, baseado na ternura, abnegação e dedicação. Mas, para adaptar-se a essa imagem, a mulher teria de renunciar à realização integral de suas capacidades como ser humano.

"Essa imagem inclui matizes de burrice, futilidade e imaturidade, pois sem essas condições a mulher não seria passiva, dependente, crédula e maleável –ou seja –, tão submetida à vontade do homem. Temerosa de incorrer no desagrado masculino e ver-se condenada à solidão, a mulher procura desesperadamente adaptar-se a esse tipo pré-fabricado, mesmo que isso implique sacrificar sua personalidade".

Para encaixar-se no ideal de amor masculino, a mulher abdicaria de sua curiosidade intelectual, de sua felicidade no casamento e da própria condição de ser amada. Esse amor-mito, segundo Carmen, a responsabilizaria inteiramente pelo sucesso da relação com o marido e os filhos e justificaria inclusive, o empenho nas tarefas do lar.

²²¹ Essa visão contrária a valores femininos típicos como beleza e doçura foi expresso por diversas feministas dentro e fora da grande imprensa, em jornais de organizações feministas (*Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*) e em livros de escritoras egressas da Academia como MURARO, Rose Marie. *Libertação sexual da mulher*. Petrópolis, Vozes, 1971.

O amor real, verdadeiro, defendido por Carmen, era aquele que envolveria duas pessoas em intercâmbio. O sujeito do amor não coisificaria o outro, ele o reconheceria como um ser independente, com consciência autônoma. Nessa relação, ninguém usaria ninguém, ninguém seria tripudiado. Seria partindo dessa premissa que se poderia pensar em relacionamento entre iguais, baseado no respeito.

Mas por que então, esse modelo tradicional de amor se estabeleceria como o mais acertado, por que não seria ele o amor sonhado e desejado pelas mulheres? Foi aí que Carmen começou a analisar a ideologia sexista dominante em nossa sociedade, favorável ao homem e suas formas de perpetuação. Era assim porque a maior parte das formas de produção e disseminação de discursos sobre o amor estavam sob o controle masculino, os maiores interessados no ideal tradicional.

“Quando os homens opinam alguma coisa, certa ou errada, eles não se limitam a falar delas em rodinhas de amigos. Eles são os donos das empresas de divulgação de idéias: editoras, difusoras, emissoras. Eles são os escritores, os editorialistas, os redatores, os publicistas, os artistas, os professores, os conselheiros, os doutores em psicologia, sociologia, relações humanas, comunicações e o mais que der e vier. Em todos os setores eles dominam o mercado, têm os meios e veículos à sua disposição”.

A repetição dos temas, as formas de falar sobre o amor, o melhor ângulo, a escolha do melhor enfoque seriam alguns dos instrumentos de convencimento dos meios dominados por homens. Eles se aliariam a outras formas de convencimento, como a educação familiar, também orientada por eles e dirigida para moldar as mulheres, convencê-las a acatar o mito do amor-abnegação. O artigo de Carmen se colocava como forma de alerta às leitoras:

“(...) Nosso pensamento é dirigido, é manejado, manipulado, fabricado. Então, a gente ouve o que eles dizem: um dia, dois, um ano, vinte, quarenta. A gente se cria numa sociedade onde todo o mundo ouviu, assimilou e repete com total credulidade; a tecnologia está aí para isso, para bater e rebater na mesma tecla até eliminar as possíveis dúvidas. A gente é educada por uma família que toda a vida ouviu, acreditou e pôs em prática, tornando-se o porta-voz do sistema. Em suma, a gente é moldada dia a dia para aceitar o mito”.

As mulheres estariam envolvidas por verdadeira “conspiração ideológica” da qual seria difícil fugir, pois ela deixaria poucas “brechas”. Ainda por cima, os movimentos de reação seriam ridicularizados pela mídia. É

partindo dessa constatação que Carmen inicia, nessa fase, o trabalho mais engajado de defesa e divulgação do movimento feminista.

Essa atitude marca a posição de maior autonomia com relação a Claudia e denota também para nós a ocorrência de mudanças, na linha editorial da própria revista. Os onze anos de trabalho ininterruptos, em sua seção, a cautela na abordagem dos temas, o trabalho de Claudia para ser percebida como revista moderna e a própria pressão social para o tratamento dessas questões são fatores que podem explicar o novo momento em *A Arte de Ser Mulher*.

O primeiro passo, nesse processo, consistiu em mostrar às leitoras brasileiras que toda a argumentação, sobre a condição inferior da mulher, na sociedade, a discriminação e normatização de seu gênero, o tolhimento de suas identidades e necessidades como ser humano, não diziam respeito apenas às brasileiras. Financiada por Claudia, que tinha como hábito realizar pautas de moda e culinária em outros países, Carmen teve a oportunidade de visitar a Europa, a partir de 1974, para conhecer a situação das mulheres e relatá-la às suas leitoras. A série foi chamada de *Os problemas da mulher no mundo*.

Os artigos ganharam ares de reportagem. Em pauta, as condições de trabalho, com ênfase especial para as mulheres de classes sociais mais baixas, os avanços na legislação, o acesso à educação, a situação das migrantes. Interrogando mulheres nas ruas, bares, locais de trabalho, Carmen procurou captar a síntese do pensamento de portuguesas, francesas, italianas, pelo menos das moradoras da capital de cada país²²².

Em todos os artigos estava a história da organização dos movimentos de mulheres em cada lugar. Os progressos da condição feminina, em países onde a luta seria mais organizada e combativa, foram assinalados com destaque por Carmen, assim como as principais reivindicações das mulheres dos lugares por onde passou. Ela também não esqueceu de mencionar as campanhas de difamação e ridicularização sofridas pelas feministas européias.

De volta ao Brasil, Carmen encampou a luta contra a discriminação do movimento de mulheres. Ela lembraria, em seus escritos, a inexistência,

²²² Entre os artigos a que se refere o texto estão *A mulher e o trabalho em Portugal* (maio de 1974) e *A francesa: eficiente e muito organizada* (outubro de 1974).

naquele momento, do movimento feminista constituído no Brasil, mas mostrava a incompreensão à rejeição e repúdio das brasileiras ao assunto. Suas considerações foram expressas no artigo *Afinal, o que é o movimento feminista?* (novembro de 1974).

Esse texto reveste-se de significativa importância no conjunto da obra de Carmen, porque é onde, pela primeira vez, percebemos a substituição da expressão "movimento de mulheres" por "movimento feminista". O que poderia parecer simples questão de nomenclatura ou adequação de termos representa, na verdade, o início de novo momento para Carmen da Silva, em seu trabalho: o engajamento político explícito na causa feminista.

Outro signo dessa mudança pode ser apreendido das imagens usadas nas ilustrações que acompanham o texto. Até então eram utilizadas basicamente fotos produzidas em estúdio, com modelos representando donas de casa sofridas, noivas, mães. O artigo, em questão, foi acompanhado por fotos de feministas famosas naquele momento e legendas sobre sua obra. Assim às leitoras de *Claudia* eram apresentadas a editora americana, Gloria Steinem, a escritoras como Germaine Greer²²³, Simone de Beauvoir e líderes feministas portuguesas. As principais líderes e teóricas feministas encontrariam tradução e acolhimento nas páginas sob sua responsabilidade.

A influência da questão feminista, no restante do material editorial da revista, podia ser aferida, ainda, em algumas matérias sobre comportamento sexual e direitos jurídicos das mulheres, mas o tratamento das bandeiras políticas do feminismo, no entanto, continuava restrito aos escritos de *A Arte de Ser Mulher*. Carmen da Silva funcionava como uma espécie de especialista da revista sobre essas questões, o que acabava por isentar a publicação da abordagem do tema em seus outros espaços.

A partir daquele momento, a jornalista ficou, nitidamente, mais à vontade para defender suas posições, com menos receio de perder as leitoras. Inicia o texto criticando as brasileiras pela "sabotagem" ao feminismo:

²²³ Germaine Greer foi uma das principais líderes feministas norte-americanas, autora de *A mulher Eunuco* (1970) que vendeu milhões de exemplares no mundo inteiro. A obra incitava as mulheres a lutarem contra a opressão. Gloria Steinem é escritora, jornalista e militante feminista americana. Publicou uma série de ensaios e artigos intitulados *Ato escandaloso e rebeldias cotidianas* (1983), *A biografia de Marilyn* (1986) e *A revolução interior* (1991), uma análise no contexto do movimento feminista.

"(...) Parece estranha essa atitude: nossas mulheres procuram sabotar um movimento mundial que visa precisamente a liberá-las das discriminações que sofrem e das formas tradicionais de servidão a que estão submetidas. Alegar que não existe tal discriminação e servidão é fechar completamente os olhos à realidade; uma breve síntese da situação feminina entre nós basta para demonstrar o contrário".

A servidão, a que se refere Carmen, dizia respeito aos tabus sexuais a que ainda estava presa a mulher brasileira. A liberdade sexual e de costumes estaria restrita a grupos da elite econômica e intelectual do país, a "geração desbunde" e grupos *underground*, seguidores do amor livre. Mesmo nessas esferas, as mulheres não estariam livres de conflitos e problemas.

A dupla moral sexual para homens e mulheres era a realidade fortemente reafirmada pela educação familiar. A virgindade ainda era tomada como prova de caráter para as mulheres. Para as esposas, o quadro não era mais animador. Resignavam-se à uma vida de insatisfação sexual, tendo de ignorar relacionamentos extraconjugais do marido. As que se rebelassem contra essa situação e optassem pelo desquite, teriam de manter a conduta sexual inatacável, a fim de não perder a guarda dos filhos.

As leis discriminavam a mulher. O pátrio-poder colocava, nas mãos masculinas, o direito de dirigir a família e, muitas mulheres, ainda, eram proibidas de trabalhar pelos maridos. As que conseguiam um lugar, no mercado de trabalho, eram pior remuneradas e discriminadas quando grávidas. Não contavam com estrutura de apoio, como creches, e a divisão de tarefas dentro do lar ainda era realidade distante.

Carmen queria mostrar que as mulheres brasileiras viviam, ainda, em condição de escravidão a preconceitos milenares. Eram tratadas como seres humanos de segunda categoria e, por isso, deveriam apoiar e não repudiar o movimento feminista que tinha, por objetivo, mudar essa situação. Definia assim o principal objetivo do feminismo:

"Trata-se de superar tabus, desbloqueando os instintos e as emoções, de modo a permitir entre homem e mulher um relacionamento livre, espontâneo, igualitário, onde não caiba a astúcia, a hipocrisia, a agressão subterrânea, a desconfiança, o domínio de um sobre o outro, a asfixia da personalidade de um pelo outro".

Entre as bandeiras feministas citadas por Carmen, estavam a conquista de condições eqüitativas no mercado de trabalho para as mulheres, a divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres, a reivindicação de infra-estrutura de creches e escolas e a coletivização dos serviços domésticos, a preços acessíveis. Para Carmen, assim como para muitas feministas, o trabalho doméstico deveria ser feito por pessoas especializadas e remuneradas, a fim de que a mulher pudesse ficar liberada para o trabalho "produtivo" e o aprimoramento cultural.

Diante de reivindicações aparentemente tão justas e positivas para as mulheres, por que as brasileiras se colocavam de maneira preconceituosa, com relação ao feminismo? Um dos motivos principais apontados por Carmen é a desinformação sobre os objetivos do movimento:

"Os meios de divulgação tratam bastante mal o feminismo, deturpam – às vezes grosseiramente – seus postulados e objetivos, empenham-se em pô-lo em ridículo, destacando ao extremo algumas atitudes exageradas de pequenos grupos radicais, que nunca faltam em qualquer movimento. Sim, é certo que a queima de sutiãs em praça pública, mesmo como ato simbólico, parece injustificada e tola; mas a Inquisição durou séculos, queimou muita gente - e nem por isso bastou para desqualificar o cristianismo: só desqualificou mesmo os inquisidores".

As mulheres deveriam, por isso, buscar informar-se melhor sobre o movimento feminista através de fontes "sérias" e "imparciais", pois a desinformação geraria medo e insegurança e emperraria a luta feminista. Algumas mulheres desconsiderariam o movimento feminista por não perceberem sua condição de opressão. Estariam alienadas de sua situação subalterna.

"(...) Não concebe sequer a idéia de um objetivo próprio na vida, de tomar uma decisão, fazer algo por si mesma, sentir-se gente. Suas aspirações se resumem em depender, ser dirigida, protegida, dizer amém; e quando consegue realizá-las, refocila-se num contentamento bovino".

Carmen não omitiu, no texto, a preocupação com o discurso de liberação feminina utilizado por alguns grupos como forma de desconsiderar o movimento feminista. Para ela, não se poderia tomar comportamentos restritos às elites como o retrato fiel da sociedade brasileira. A crítica classista,

expressão de seu alinhamento ao pensamento socialista, marcou a terceira fase do trabalho da jornalista.

"(...) Os preconceitos não são os mesmos nas diferentes categorias econômicas: as elites têm seus próprios códigos, assim como a classe média e a operária têm, cada uma os seus. (...) Essas mulheres "liberadas", na realidade não superaram coisa nenhuma: elas jamais sofreram o peso dos preconceitos que oprimem a classe média e simplesmente se comportam segundo as normas liberais de seu próprio meio. Outros problemas, como a discriminação salarial, contra a mulher e a escravidão do trabalho doméstico, também não as afetam, dado seu padrão econômico. Portanto, as componentes desse grupo absolutamente minoritário não me parecem porta-vozes adequados da condição feminina em geral".

A crítica ao feminismo, no entanto, não partiria apenas de mulheres "liberadas" de elite, mas também de outro grupo minoritário, as mulheres de classe média que conseguiram furar o bloqueio masculino, atingindo posições de destaque no mercado de trabalho. Para Carmen, ao desprezar o movimento feminista como algo supérfluo, estas passariam a idéia de que teriam endurecido e se amargurado no processo de conquista de que tanto se orgulhavam. Faltaria a elas a qualidade fundamental nesse momento: a solidariedade para com suas "companheiras de sexo".

Foi como grupo que partilha a mesma condição de opressão – e que só encontraria a transformação dessa realidade se unindo em luta comum – que as mulheres passaram a ser vistas, nessa etapa do trabalho de Carmen. A argumentação ganhou força, a partir de 1975, escolhido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como Ano Internacional da Mulher.

Carmen, assim como outras feministas, encarou, de maneira crítica, essa escolha. No seu entendimento, a ONU não estaria preocupada com a condição de inferioridade das mulheres na sociedade, mas sim interessada em empreender a campanha para incorporá-las ao mercado de trabalho, integrando-as como consumidoras e produtoras. A discussão dos estereótipos e da opressão teria um só motivo: a revisão dos ideais tradicionais que impediam as mulheres de exercer atividade remunerada.

Apesar de levantar essa questão em entrevistas a jornais alternativos, Carmen da Silva reconhecia conseqüências positivas no trabalho orientado pela ONU, principalmente para a realidade das mulheres brasileiras. Na trilha de eventos e simpósios mundiais, organizados para debater a situação da

mulher, foi possível às feministas brasileiras romper o cerco da repressão ditatorial, no Brasil, e organizar a pauta de eventos significativa. A “Semana de Pesquisa sobre o Papel e o Comportamento da Mulher na Realidade Brasileira”, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a fundação do Centro da Mulher Brasileira (CMB) foram frutos dessa época.

Para o trabalho desenvolvido por Carmen, em Claudia, o Ano Internacional da Mulher também trouxe novas oportunidades, colaborando com as mudanças já verificadas em sua relação com o movimento feminista:

“Para mim foi particularmente importante porque meu trabalho na Claudia pôde ser um pouco modificado. Tive oportunidade de ampliar meu trabalho, deixando de lado um pouco o aspecto psicológico que eu utilizava nos meus artigos e me dedicar a aspectos da libertação feminina em termos mais gerais, inserindo a mulher num contexto social mais abrangente que o seu lar, marido e filhos”²²⁴.

Foi um ano basicamente dedicado à denúncia aberta das desigualdades enfrentadas pelas mulheres, em suas relações com os homens, não só no Brasil, mas em todo o mundo. Houve a preocupação manifesta de Carmen sobre a situação das mulheres pobres, migrantes e imigrantes, negras, uma vez que estariam mais expostas à opressão, por carregarem consigo outros estigmas que não apenas o gênero inferiorizado. As propostas da ONU, para a solução do problema, como o estímulo ao trabalho feminino, foram recorrentemente debatidos nos artigos.

Apesar de defender os grupos minoritários e, muitas vezes, criticar o comportamento de mulheres das classes dominantes, em nenhum momento, Carmen teve a pretensão de colocar um grupo contra o outro. Sua preocupação em trazer para as brasileiras o painel da condição feminina, em outros países, ilustrava o desejo de unir as mulheres no que elas possuíam em comum: o estigma sobre o sexo. Fundava, assim, em seu trabalho, o espaço de solidariedade entre mulheres das mais variadas classes e setores.

Homem é homem . . . Mulher é mulher, de outubro de 1975, sintetiza bem a atuação de Carmen durante esse período. O texto documenta os debates mais recentes, ocorridos em encontros promovidos pela ONU, no México, e pelas feministas brasileiras, na ABI. A denúncia da naturalização da

²²⁴Extraído de entrevista concedida por Carmen da Silva ao alternativo *Opinião*, publicado em 05/03/76.

fragilidade e da inferioridade feminina, com base em dados biológicos, era a das marcas do discurso integrador.

"Homens e mulheres têm alguns órgãos internos e externos diferentes, algumas funções fisiológicas diversas: esse é o dado natural. A partir dele, utilizando-o como pretexto, a cultura criou estereótipos, modelos fixos, imagens estratificadas – e falsas – do que seria "masculino" e "feminino". "

O condicionamento cultural seria reforçado pela escola e família, responsáveis por estabelecer papéis sexuais de forma rígida, mediante idéias como as de que "homem não chora", "menina não diz palavrão" e "homem não brinca de bonecas". A publicidade reforça esse discurso.

"O homem aparece ao volante do carro mais moderno, da motocicleta mais possante, da lancha mais veloz; a mulher empunha o aspirador, o frasco de detergente ou o pote de creme e o batom. Ele realiza os grandes negócios, as operações audazes, os investimentos vantajosos; ela lhe agradece com um beijo o aumento da prosperidade familiar (mais aspiradores, mais batedeiras). Enquanto ele pensa no futuro dos seus (projeção e transcendência), ela se ocupa do imediato: o talharim para o almoço, que marido e filhos devoram num minuto, premiando-a com elogios".

O homem foi criticado de maneira mais incisiva, como responsável direto da opressão feminina. Era ele quem assediava a mulher, como forma de afirmar-se, a ela caberia defender-se e ser virtuosa. Era ele, com sua impaciência, incompreensão, falta de ternura, e opressão, um dos maiores responsáveis pela frigidez feminina. Para conquistá-lo, a mulher reprimiria o desejo sexual, mantendo-se casta e respeitosa até o casamento. A ela seria ensinado que o sexo é coisa suja, função de meretrizes. O sexo para a mulher deveria ser encarado como meio de constituir família, razão de sua existência.

Temendo o esfriamento nos debates, no fim do ano de 1975, Carmen resolveu dar sua contribuição, autorizada pela revista, instituindo o *Ano da Mulher em Claudia*, em 1976. É necessário frisar que a "autorização" de Claudia ocorreu no contexto em que a questão feminina se legitima, através do impacto das discussões sobre a mulher. Os meios de comunicação, segundo NEHRING (1981), absorveram rapidamente as mudanças sociais. Foram criados programas sobre o tema em rádios, TVs e na imprensa, incluindo as revistas femininas. Para Claudia, que já contava com o trabalho de Carmen da Silva, foi mais fácil introduzir novos temas e abordagens sobre questões como

sexo, aborto, educação dos filhos. A revista daria prova de que estaria acompanhando o tempo. Nada revolucionário, porém.

A jornalista revelaria a necessidade de dar continuidade às discussões referendadas pela ONU, em 1975. Seria preciso continuar discutindo, sem tempo marcado, e não seria possível cruzar os braços depois de toda a movimentação do ano anterior. Em pauta, os velhos mitos sobre a feminilidade, o condicionamento feminino, a mulher objeto, o direito da mulher de ser gente em completude e a situação do homem diante de todas as mudanças protagonizadas pelo "sexo frágil".

Era um dado novo. Acostumada a falar dos homens e do machismo para as mulheres, Carmen mudou a estratégia e decidiu dedicar um de seus artigos aos homens, em especial aos maridos, noivos e namorados de suas leitoras. O artigo *Carta aberta aos homens* foi publicado em setembro de 1976.

Não é por acaso que Carmen decide abordar a condição masculina nesse momento. Aos movimentos contraculturais e de liberalização dos costumes, do final da década de 60, vieram somar-se, nos anos 70, a contestação feminista e, posteriormente, o movimento gay. Em comum entre todos esses movimentos, estava a prática discursiva questionadora e desconstrutora do machismo e das formas tradicionais de representação e vivência do masculino e feminino.

O questionamento da masculinidade tradicional e a contestação do modelo de sociedade patriarcal provocariam mudanças profundas, na representação do gênero masculino que, dali por diante, perderia o estatuto de universal e abrangente, para ser, cada vez mais, objeto de discurso e problematizações.

Nos EUA, a partir dos anos 70, os próprios homens começaram a se questionar acerca das origens do comportamento violento, suposta marca de virilidade, relacionando-o à violência com que foram educados na infância, com o tolhimento de suas sensibilidades. Perceberam que idéias como as de que homem não sente medo, não chora, não pode se sentir inseguro, os impediriam de reavaliar a forma de inserção na vida (NOLASCO, 1995).

Procuraram se "humanizar" através da constituição de grupos de discussão em que expunham as histórias de vida, à semelhança do que ocorreu com muitas mulheres dos grupos de autoconsciência. O número de

livros e publicações sobre a condição masculina teve aumentos consideráveis, nessa década, nos EUA, e em países como Canadá, Inglaterra e França.

No Brasil, as experiências dos grupos de discussão ganharam lugar apenas na década de 80. Mas o processo de mudança de comportamento dos homens, principalmente dos jovens de classe média, na década de 70, foi notório. Influenciados por personalidades como Caetano Veloso e Gilberto Gil, líderes do movimento tropicalista, muitos aderiram a novos termos para definir o “novo homem”, mais sensível, afetivo e sensual, em contraposição ao modelo tradicional. Admitiam a “porção mulher”, abrindo lugar para sentimentos como medo, fragilidade, emoção²²⁵.

Somado a essa transformação gradual, nas mentalidades, o contexto de recessão pós-milagre econômico, no Brasil, e a influência das idéias do movimento feminista levaram muitas mulheres a assumirem dupla jornada de trabalho. Muitos homens tiveram de encarregar-se de algumas obrigações tradicionalmente femininas. O cuidado, com as coisas do lar, ainda que permeado por resistências e recusas, e a maior aproximação com os filhos podem ser considerados fatores que influenciaram o redimensionamento do “homem novo”.

O homem não conseguiria mais distinguir-se da mulher pelas características tradicionais. A crise masculina foi detonada pela constatação de que o homem não era ser superior, uma vez que as mulheres tornavam-se a cada dia, mais iguais a eles, em atividades como o trabalho e o estudo. O espaço público deixou de ser exclusividade e a convivência, no espaço privado, tornou-se realidade. Isso não significa que os homens abriram mão da posição de dominação, mas as identidades²²⁶ masculinas e femininas passaram a ser redimensionadas, a partir dali.

²²⁵ A música *Super-homem (A canção)*, composta por Gilberto Gil, em 1979, expressa a composição do perfil desse novo homem. O poeta fala da porção mulher que lhe aflora na consciência, sem referir-se a uma efeminação masculina, propondo aos homens assumirem o lado feminino presente na natureza do homem, negando sua imagem de força bruta.

²²⁶ Entre os principais fatores apontados por HALL (1997) como responsáveis pelo deslocamento das identidades do sujeito moderno, na modernidade tardia, está o feminismo. O que teria começado como movimento dirigido à contestação da posição social das mulheres, teria se expandido para incluir a formação das identidades sexuais e de gênero. Nesse contexto, conceitos tradicionais sobre as identidades femininas e masculinas são revistos e transformados,

Partindo do pressuposto de que o discurso constrói e reforça práticas culturais, o que tantas vezes foi reafirmado por Carmen, em suas críticas aos meios de comunicação, a iniciativa de falar aos homens, através do espaço destinado às mulheres, ganhava contornos de estratégia política. Ela tinha a convicção de que as mulheres não conseguiriam mudar a condição, se os homens também não mudassem, abandonando velhos preconceitos.

Carmen, mulher, disse ao homem, criado na ideologia em que a virilidade e a repressão aos sentimentos são elementos de formação de sua sexualidade, que ele não precisaria ser forte, o tempo inteiro, que poderia falhar e deveria abdicar de seu autoritarismo. Convidou-o para conversa amistosa e, de antemão, pediu-lhe que deixasse de lado qualquer prevenção contra ela, feminista assumida²²⁷.

A aproximação de Carmen e a demonstração explícita da contrariedade à guerra dos sexos, demonstravam a consciência de que a sociedade patriarcal trazia malefícios não só para as mulheres, mas também para os homens e que as mudanças teriam de partir também deles. Seu comportamento contraria a tese de NOLASCO (1995) de que não haveria, na base das reflexões feministas produzidas, no século XX, a preocupação com os tipos de opressão a que estavam submetidos os homens.

(...) Não sou inimiga de nenhum homem pelo fato de ele ser homem (aliás, nem tenho inimigos pessoais de qualquer sexo e sim apenas antagonismos de ordem intelectual e ideológica). Sou contra o machismo, isto sim, o que é uma forma de ser a favor do homem, pois implica querer liberá-lo de uma das tantas modalidades de alienação que lhe são impostas. Naturalmente, não por pura e desinteressada generosidade: o machismo não oprime apenas você: ele também oprime a mim e a todas nós mulheres – e como!”

Carmen chamou de alienação²²⁸ o fato de a cultura impor, ao gênero masculino, o enquadramento em rótulos que reforçariam os papéis sexuais

²²⁷ Desvincular o feminismo da idéia de guerra entre os sexos foi preocupação também de outras feministas. ROWBOTAM (1981) afirmava que o feminismo não poderia ser compreendido como uma questão de seres biológicos que se humilham entre si, mas como um movimento de reivindicação dos interesses da mulher enquanto sexo. Seria uma forma de liberar e comunicar as compreensões que a submissão mantém refeedas.

²²⁸ NOLASCO (1995) também discute a alienação masculina. Ele considera que para que o sistema patriarcal e a sociedade machistas se perpetuem é necessário que seja mantida uma certa dose de desconhecimento dos homens sobre si mesmos. A visão que os homens têm das mulheres, caso este conceito esteja correto, é muito mais fruto dessa alienação e de fantasias repressivas do que da experiência proveniente de trocas, contatos e descobertas.

esperados pela sociedade, mas, ao mesmo tempo, tolheriam a autenticidade e espontaneidade. Entre os rótulos citados por Carmen estão o autoritarismo, a força constante e inabalável, a agressividade, a dureza de sentimentos.

Essas exigências só fariam mal ao homem por mantê-lo sempre em busca de ideal inatingível. O modelo tradicional não formaria homens, mas super-homens, incapazes de erro, de falha. Carmen definiria assim o dilema dos homens naquele momento, diagnosticando o que muitos estudiosos vão chamar de “crise da masculinidade”²²⁹:

“Na realidade, nenhum indivíduo normal está à altura dos padrões exorbitantes ditados pelo machismo: ninguém é assim tão forte, superior, invulnerável, sobre-humano. Isso obriga cada homem a correr de língua de fora atrás de uma auto-imagem ideal, obviamente inatingível, e acaba por fazer dele um simulador ansioso, sempre cômico de estar tentando aparentar mais do que é e do que pode – e sempre com medo de ser descoberto e perder a face”.

Essa crise manifestava-se, por exemplo, através dos desajustamentos sexuais, do crescimento dos casos de impotência, mencionados por Carmen, com base em pesquisas da época. A argumentação queria fazer contraponto aos especialistas da área de comportamento que responsabilizam a emancipação feminina e conquista da liberdade sexual da mulher por esse fenômeno. A mulher, segundo essas teorias, seria a culpada pelo sentimento de fracasso masculino.

Para Carmen, o homem foi educado para exercer a sexualidade de forma predatória, seja através da força ou do convencimento. A finalidade da conquista, no modelo tradicional masculino, não seria a satisfação sexual dele e da parceira, mas a demonstração de poderio sobre a mulher. Essa forma de vivenciar a sexualidade entraria em choque com os novos parâmetros femininos. A mulher moderna encararia a sexualidade de forma diferente de suas mães e avós.

“(…) Não já como o “mal necessário”, a indispensável concessão à “bestialidade masculina” (assim pensavam nossas avós), mas sim como um instinto humano altamente positivo enquanto propicia maior aproximação e intimidade entre os sexos. Elas estão começando a assumir seus próprios desejos, querem obter gratificação sexual, libertam-se pouco a pouco dos tabus, aprendem a dizer “sim” em

²²⁹ Não é apenas em Cláudia que a discussão sobre a crise masculina vai estar presente. MONTEIRO (2000) analisou a temática nas reportagens e artigos da revista *Ele Ela*, entre os anos de 1969-1972.

circunstâncias em que a antiga hipocrisia reclamava um recatado e indignado "não". A mulher de hoje já não estaria disposta a submeter-se ao sexo: ela o aceita ou recusa conforme sua própria escolha".

Os homens, segundo Carmen, desejariam mudar de comportamento, encontrar atitude de receptividade e união ao lado da companheira, mas assim como as mulheres, eles estariam profundamente condicionados pela educação a que foram submetidos, se comportando como "machões". Alguns homens, que não conseguiam renunciar à sua sensibilidade, intuição artística e senso estético, encontrariam, como único caminho para a realização da vocação, a renúncia à sua masculinidade. A homossexualidade masculina ganharia, no discurso de Carmen, ares de compensação pelas perdas afetivas masculinas.

Ela argumentava que seria possível ao homem encontrar a saída, sem precisar renunciar à sua masculinidade. Entre as proposições apontadas, estava a desconstrução de preconceitos contra comportamentos considerados pejorativamente da esfera feminina. Os homens foram chamados a compartilhar as responsabilidades domésticas cotidianamente, afinal a objetividade reivindicada por eles se esvaziaria diante da incapacidade de resolver problemas práticos, exigidos pelo lar.

A educação dos filhos também foi ponto fundamental na construção do "novo homem". A presença do pai seria tão importante na formação da personalidade dos filhos quanto a da mãe. O que ocorria é que os homens costumavam deixar tudo a cargo das mulheres, envolvendo-se apenas em situações-limite, em que a autoridade paterna era reclamada.

Carmen provocava os leitores ao questionar a ambigüidade dos comportamentos, com relação às mulheres, mães, irmãs. Se eles respeitavam essas mulheres, como costumavam declarar, por que então depositavam sobre elas deveres considerados tão inferiores?

"(...) Você se desvaloriza na medida em que as desvaloriza; se você tem uma associação íntima e profunda com uma pessoa que "só serve" para cuidar da casa e dos filhos e não merece respeito e admiração a nenhum outro título, automaticamente está se revelando à altura dela: diga-me com quem anda, etc... Você foi parido, criado e educado por essa mãe, ou escolheu como esposa essa mulher cujos méritos começam e acabam na domesticidade: como é que você fica, então, que espécie de homem você é?"

A desestruturação de conceitos e a provocação aberta aos homens, através dos textos, eram prova da conquista de legitimidade de Carmen como pessoa autorizada a fazer esse tipo de crítica. Cercada de toda bagagem, adquirida em 13 anos de militância e em meio à movimentação de companheiras brasileiras, na construção do movimento feminista, Carmen assumiu posturas que não arriscaria em outros momentos do trabalho. Resolveu escrever sobre as razões da opção pelo feminismo como bandeira de luta e engajamento.

Por que sou feminista (outubro de 1976) é mais um dos artigos comemorativos de Carmen. O balanço do trabalho revelou a satisfação da jornalista em constatar que as idéias acerca da emancipação feminina, com as quais havia iniciado a seção, em 1963, estavam agora em pauta em todos os meios de comunicação do Brasil.

Ela afirmava que os resultados do trabalho podiam ser aferidos pelas manifestações das leitoras. Através de cartas, elas agradeciam pela orientação e atribuíam à leitura dos artigos as mudanças de comportamento empreendidas por elas, na busca por mais liberdade e independência. Reconhecia, em muitas das iniciantes líderes feministas brasileiras, leitoras assíduas de *A arte de ser mulher*.

Carmen demonstrava consciência das conquistas das mulheres, em vários setores, como na educação e no mercado de trabalho, mas acreditava que a discriminação, com base em fatores culturais, ainda era bastante forte no País. Mesmo em mulheres conscientizadas, a passagem da consciência à ação ainda não havia se dado com sucesso entre as brasileiras. A submissão feminina e a opressão masculina ainda eram constantes nos relacionamentos.

A constatação de que as pautas do movimento feminista viraram moda demonstra a preocupação de Carmen de que os meios de comunicação pudessem neutralizar as reivindicações das mulheres. Para ela, a única maneira de combater essa possibilidade seria a atitude das mulheres de se assumirem como feministas como ela também já havia feito, afinal os homens poderiam até incorporar o discurso de igualitarismo feminino, mas não moveriam um dedo para que essa realidade se concretizasse.

"Já é hora de assumirmos aberta e francamente a definição: Eu sou feminista. Assim como o são todas vocês que me escrevem,

queixando-se de injustiças, discriminações, iniquidades, sejam elas de ordem geral ou referidas a tal ou qual situação específica. Por exemplo, abusos de autoridade paterna ou manifestações de tirania marital; atitudes de ciúme, possessividade, formas grosseiras ou sutis de opressão – e o senso de insuficiência e insegurança que eles provocam na mulher, imposições de conduta “moral”, válidas só para um sexo; restrições à sexualidade da solteira, submissão sexual obrigatória (e conseqüente insatisfação) da casada; desigualdade de oportunidades educativas, laborais e outras; barreiras que o mercado de trabalho opõe à mulher, mesmo bem qualificada, exigências descabidas (juventude, beleza, disposições para as chamadas “concessões eróticas”).”

Carmen tentava assim mostrar, ao maior número de mulheres, que as insatisfações, muitas vezes encaradas como problemas de ordem estritamente individual, estavam relacionadas com a opressão de que eram vítimas, na sociedade patriarcal. E todas as mulheres que desejassem mudar o estado de coisas seriam feministas, mesmo que não admitissem o fato.

O final da terceira fase do trabalho de Carmen da Silva foi marcado pelo debate sobre a maternidade. Esse tema, de alguma forma, esteve presente em vários momentos em *A Arte de Ser Mulher*, na abordagem sobre a educação de crianças e jovens e na discussão sobre a divisão de tarefas, no lar, por exemplo. A partir de 1977, no entanto, o enfoque dado à questão foi outro. O que se queria era discutir o direito da mulher de decidir se queria ou não ter filhos e de que maneira.

A preocupação de Carmen se dava no contexto de valorização do discurso médico como regulador das políticas de natalidade e do desenvolvimento da engenharia genética. Em julho de 1978, o mundo assistiria ao nascimento, em Londres, da menina Louise Brown, o primeiro bebê de proveta de nossa história.

Fruto de dez anos de pesquisa do ginecologista Patrick Steptoe e do fisiologista Robert Edwards, pioneiros da nova técnica, o nascimento de Louise causou grande polêmica dentro e fora do meio médico. Os veículos de comunicação exploraram, a fundo, a questão, de maneira sensacionalista, muitas vezes, levantando a questão da perda do privilégio da mulher sobre a geração da vida humana.

Carmen da Silva repudiou veementemente essa abordagem do caso no artigo *Bebê de proveta? Coisíssima nenhuma!*, publicado alguns meses

depois do nascimento de Louise, em novembro de 1978, ainda no auge da polêmica. A jornalista se mostrava preocupada com a tentativa de esvaziamento da função da mãe do bebê, a jovem inglesa Leslie Brown.

Ela não admitia a comparação entre o ventre materno e a proveta, utilizada pelos cientistas na experiência. Para defender a maternidade como privilégio feminino, Carmen chegou a utilizar elementos do discurso idealizador da função biológica da mulher.

"Ventre materno não é apenas uma conveniente "proveta visceral": mais do que isso, é uma receptividade, um complexo e delicado sistema de relações que vai muito além do intercâmbio físico. Sabe-se, aliás, que a rejeição psíquica da maternidade pode por si só provocar infertilidade ou aborto, sem concorrência de quaisquer causas orgânicas".

A argumentação era centrada na valorização da participação materna, no processo específico. Para Carmen, não se poderia encarar a mãe apenas como fornecedora de óvulos, afinal a maternidade compreenderia não só o processo de fecundação, mas os sentimentos e expectativas envolvidos na gravidez e criação do filho.

"Leslie Brown desejava o filho. Durante nove meses menos dois dias e meio – exatamente sessenta horas -, ela o carregou no ventre, com orgulho, com alegria, com profunda gratificação, atenta a seus movimentos, tecendo sapatinhos e esperanças, ansiosa por recebê-lo em seus braços. Com a criança que nasceu, com o adulto que ele será, Mrs. Brown conscientemente empenhou seu futuro num compromisso de responsabilidade e amor, até o fim de seus dias".

Estas idéias, em nada, se parecem com as expressas por Carmen na autobiografia, escrita pouco tempo depois deste artigo. Ao relatar as memórias, ela fala da maternidade quase como o martírio ao qual não teria, com orgulho, se "submetido".

No ideário defendido por Carmen, nas páginas de Claudia, mãe era aquela com quem o filho teve o vínculo carnal e emocional durante a gravidez. Assim, nem os cientistas, nem somente a doadora de óvulos poderiam reivindicar, para si, a responsabilidade sobre a maternidade da criança. A figura da mãe de aluguel, considerada absurda para a época, foi renegada pela jornalista. Segundo ela, mesmo que alugasse o seu útero para gestar o embrião de outra mulher, a mãe de aluguel seria a "verdadeira" mãe.

"A idéia de que uma mulher "empreste" durante nove meses seu corpo e suas emoções a um feto, que dê a luz um bebê moral e

juridicamente alheio é uma absurda tentativa de abstrair o vínculo carnal. Só poderia ter saído de uma mente masculina – a mesma mente, aliás, que se arroga o direito de legislar sobre a maternidade sem ouvir nenhum representante da metade do gênero humano diretamente envolvida na questão”.

Ao mesmo tempo em que se utilizou de elementos comuns ao discurso idealizador da mãe, na sociedade patriarcal, para defender a maternidade, Carmen nos lembrou que esta mesma sociedade se utilizava desse mito para tolher oportunidades de desenvolvimento social e intelectual das mulheres.

A exaltação da condição da mulher como mãe tentaria justificar a imposição de papéis sociais subalternos, a responsabilidade exclusiva pelos cuidados domésticos e educação dos filhos e, até mesmo, o preconceito contra a capacidade intelectual. A mulher, por gerar bebês, teria a inteligência diferenciada, voltada para dentro, mais próxima da intuição.

Os condicionamentos apontados como naturais para a mulher teriam, segundo Carmen, caráter de artifícios culturais. A própria evolução da ciência já teria conferido mais autonomia à mulher, ao criar métodos anticoncepcionais, modificando o vínculo entre sexo e procriação.

As tentativas da sociedade patriarcal, tanto de aprisionar a mulher em sua função biológica como de esvaziar o mito materno, a partir do caso de Leslie Brown, teriam, segundo Carmen, origens no sentimento masculino da inveja do ventre fecundo. Este sentimento que estaria presente em várias sociedades e épocas históricas, através dos mitos, rituais e cerimônias religiosas, manifestar-se-ia também nas sociedades modernas, através de várias formas.

“ (...) Nos códigos que permitem ao homem controlar o ventre feminino e apropriar-se de seus frutos (vide a legislação sobre o aborto e o pátrio poder, a impunidade dos abusos médicos contra o corpo da mulher); na barganha que o sistema patriarcal lhe impõe, cobrando-lhe o dom de procriar (repetir o já existente) ao preço de negar-lhe a capacidade de criar (suscitar o novo). A fantasia do bebê artificial, mitigando a frustração anatômica dos homens, arrancou-lhes um suspiro de alívio: “Final, mulher não é assim tão onipotente e temível: o que ela faz, qualquer profeta pode fazer”.”

A ingerência de governos, cientistas e dos próprios companheiros ou parceiros sobre o corpo feminino foi um dos eixos da discussão sobre a maternidade, proposta por Carmen da Silva. O controle demográfico e suas

imposições às mulheres eram a preocupação observada em alguns textos, a partir da segunda metade da década de 70. O apanhado de suas idéias sobre o assunto está presente no artigo *Maternidade não é uma obrigação. É escolha*, publicado em maio de 1979.

A opção pelo assunto foi a forma de denunciar, entre outras coisas, a crescente campanha de contracepção no Brasil, naquele momento, iniciativa intimamente ligada às políticas de ajuda exterior, oficializadas no âmbito da ONU, a partir de suas conferências sobre população. Em 1974, foi realizada a primeira conferência, em Bucareste (Romênia), onde foram expostas as idéias dos países desenvolvidos sobre crescimento populacional e desenvolvimento para o terceiro mundo.

A preocupação com a demografia deu o tom da reunião. Como saída para países em desenvolvimento, como o Brasil, foi apresentada a distribuição de anticoncepcionais, pois se considerava que a transição demográfica produziria o desenvolvimento social. Para BARZELATTO (1998) era muito mais barato e cômodo, para os países desenvolvidos, distribuírem anticoncepcionais que ajudar os países pobres com recursos.

Como alvo das ações de contracepção, estavam as mulheres pobres, sem instrução, induzidas a tomar pílulas anticoncepcionais pelo Governo e entidades médicas, sem terem o devido esclarecimento e acompanhamento sobre os malefícios para sua saúde.

Carmen da Silva, no seu artigo, expõe a realidade de manipulação dessas mulheres. Muitas eram esterilizadas à revelia, ou tinham Dispositivos Intra-Uterinos (DIUS), instalados nos ventres, durante consultas ginecológicas, descobrindo a intervenção somente quando não bem aceita pelo organismo.

Outras formas de intervenção do Estado sobre o corpo da mulher, criticadas pelo texto, dizem respeito às legislações sobre maternidade, anticoncepção e aborto, discutidas e aprovadas sem a consulta às maiores interessadas no assunto²³⁰. Carmen defendia a obrigação da sociedade em dar

²³⁰ Analisando a história da criminalização das práticas de aborto e infanticídio podemos perceber sua inserção em políticas de controle da natalidade e principalmente do corpo feminino. A análise dos códigos penais brasileiros nos mostra ainda como as mudanças na legislação se deram de forma a intervir e controlar o corpo feminino. Para aprofundar este assunto, ver PEDRO (1999) e (2000). Estudos realizados na década de 70, na América Latina, demonstram que, em nível individual, as mulheres motivadas a controlar a fertilidade recorrerão tanto ao aborto como à contracepção como forma de evitar filhos. No Brasil a

condições às mulheres para a escolha consciente sobre as formas de evitar filhos, se isto for de sua vontade:

“Claro que é direito inalienável das mulheres não quererem mais filhos, ou nenhum filho. O papel de uma sociedade que se pretende civilizada consiste em proporcionar-lhes, à sua escolha, recursos de anticoncepção eficazes e inócuos para a saúde e o equilíbrio psíquico. O contrário, explorar sua ignorância (de que a sociedade, aliás, é a principal responsável), passar por cima de sua vontade, manipular seu corpo como território colonizado – constitui uma inominável violência, cometida com a cumplicidade passiva – mas não menos culposa – dos indiferentes, dos comodistas, dos que dão de ombros, alegando “de momento, não se poder fazer outra coisa”.”

A questão central, no debate suscitado, em *A arte de ser mulher*, foi o direito inalienável de a mulher dispor sobre o próprio corpo, sem interferência do Estado, da medicina ou da sociedade, aí incluídos maridos ou parceiros. Os estudos, campanhas, pregação ideológica, programas de controle da natalidade, oficiais ou não, estariam equivocados ao passarem por cima de decisões e interesses das mulheres. Nesse contexto, a mulher representaria apenas “um ventre a serviço do Estado”.

A maternidade, na construção do pensamento feminista de Carmen da Silva, era, antes de tudo, produto de escolha única e consciente da mulher. Para isso, ela deveria ter, à sua disposição, a base cultural disponibilizada através da educação e informação atualizada, o conhecimento sobre métodos anticoncepcionais eficazes e livres de efeitos colaterais, além de acesso econômico a eles.

“Quero ser mãe ou não quero: maternidade é escolha e não obrigação (muitas vocações maternas são mera influência cultural). Sendo uma decisão que envolve minha personalidade total – a consciência e o inconsciente, o instinto e a razão, as emoções e o corpo, o projeto pessoal de existência e o desempenho social – a opção tem de ser minha”.

A escolha da mulher não deveria se dar por meio de pressões ou pelo autoritarismo masculino. O homem era chamado a compartilhar com ela essa decisão, com a condição de que se mostre comprometido com a paternidade. O Estado teria o papel apenas de garantir serviços sociais necessários à

queda nas taxas de fecundidade é observada a partir de 1960. Na década de 70, essa queda atinge todas as classes sociais, chegando a 25%. Um dos períodos de queda extrema está localizados entre os anos de 1970 e 1975, correspondente a momento de alta concentração de renda e deterioração da qualidade de vida da maioria, principalmente dos mais pobres. Ver SIMÕES e OLIVEIRA (1988).

criação dos filhos para que a mulher não precisasse se sacrificar ou renunciar ao projeto profissional em nome da maternidade. As mulheres não poderiam mais submeter os corpos à lógica de políticas demográficas ou a necessidades do mercado de trabalho.

“Recuso, enfim, a coletivização do meu ventre. Não aceito que o Estado se omita no que é seu dever constitucional – prestar assistência social concreta à maternidade e à infância –, ao mesmo tempo que se intromete onde não é chamado, tentando ditar-me decisões que pertencem a meu foro íntimo”.

3.4 – Feminizar o mundo

A quarta e última fase do trabalho de Carmen da Silva se iniciou, no ano de 1979 e coincidiu com a revisão de alguns pressupostos do próprio movimento feminista internacional. A autocrítica referia-se à necessidade de preservação de certas características e valores, culturalmente femininos, renegados, durante a luta das mulheres, para se afirmarem no espaço público. O movimento de valorização da diferença reconhecia a ambigüidade gerada no comportamento das mulheres pela adaptação às regras e critérios masculinos, no mercado de trabalho, na política, no campo educacional, entre outros.

O dado mais importante foi a positividade conferida a valores que, nos primeiros momentos da luta feminista, foram criticados por serem identificados com o âmbito doméstico. Segundo OLIVEIRA (1993), uma das feministas brasileiras a defender a diferença²³¹, essa autocrítica revelaria o estágio de maturidade do movimento de mulheres.

Outras teóricas feministas, como a americana BADINTER (1986), previam o apagamento das diferenças entre homens e mulheres, pela aproximação das experiências de ambos os sexos e anunciavam o advento do indivíduo andrógino, criatura dual, feita de masculino e feminino. Este momento marcaria o estágio superior da convivência humana.

O pensamento de Carmen da Silva pode ser visto como contribuição brasileira à construção desse novo paradigma, denominado pós-feminista.

²³¹ Rosiska Darcy de Oliveira e sua irmã Mariska Ribeiro tinham Carmen da Silva como referência na militância feminista. No livro escrito por Rosiska há muitos momentos de confluência com o pensamento da jornalista de Claudia, na última fase de seu trabalho. As três escreveram um livro juntas: *Oh! Linda Imagem de Mulher*, publicado em 1982, pela

Antes mesmo de anunciar a nova fase de seu trabalho, ela, por vezes, demonstrou preocupação com o desgaste físico e psíquico das mulheres em sua tentativa de se mostrarem capazes e competentes.

Reconheceria, posteriormente, a contribuição da ambigüidade dos papéis sociais protagonizados por elas, à formação de nova identidade feminina, mais flexível. Assim, ela expôs, no artigo-síntese *O que seria do mundo sem nós, mulheres?* (dezembro de 1979):

" (...) Essa visão patriarcal, ao mesmo tempo que desvaloriza o sexo feminino, dá-lhe uma ampla margem de flexibilidade, adaptabilidade, jogo de cintura. E é isso que lhe permite – mediante uma tomada de consciência – pular fora dos enquadramentos tradicionais, experimentar novas atitudes e formas de relação, descartar ou incluir, rejeitar ou assumir – enfim, entrar num processo dinâmico de autocriação".

As características originadas da experiência feminina, tanto cultural como biológica, que haviam sido alvo de discriminação ou argumentos para a opressão masculina, eram valorizadas como elementos, na construção da utopia do mundo mais justo, mais humano. As mulheres foram descobertas por Carmen como "criaturas maravilhosas", "sal da terra", "esperança de fraternidade".

Sentimentos como a solidariedade e a valorização da vida eram considerados por ela como intrinsecamente femininos, em contraposição ao mundo masculino, marcado pela agressividade, violência, competitividade, egoísmo e eficiência. As posições ficaram explícitas, no que podemos considerar o marco inaugural desta fase, o artigo *Nós, as maravilhosas e eternas crianças deste mundo*, publicado em outubro de 1979.

" (...) Sem dúvida é uma sorte para o mundo que sejamos assim: ligadas aos seres, à carne, ao que pulsa e vibra e está vivo. Pensem na desgraça que seria este mundo – já bastante intolerável tal como se encontra – se ainda por cima lhe faltasse o chamado toque feminino. Que não é, em absoluto, mero requinte ou frescura e sim uma forma particular de demonstrar a afetividade, de afirmar através da cordialidade e da beleza a continuidade vital".

Procurando defender as mulheres das acusações de futilidade, fragilidade e emotividade excessivas, Carmen construiu o discurso entusiasmado que generalizou comportamentos femininos como bons e

masculinos como maus. Os exemplos são diversos. Ao estigma da mulher fofoqueira, ela contrapôs a pessoa interessada em manter vínculos e relacionar-se em profundidade:

"(...) A engenheira que lida com equações complicadíssimas, a física que maneja abstrações sabem a idade e a cor dos olhos do boy do escritório, sua situação familiar e o que ele faz nas horas livres. Já um diretor de relações públicas não se "relaciona" com seus empregados no plano humano: sabe de seu rendimento profissional e isto lhe basta".

A mulher seria sempre a mais preocupada em preservar a vida, diante do perigo ou da miséria. Teria ela o senso de justiça e solidariedade mais apurado, só compreendido, na integridade, por outras mulheres.

"Enquanto o homem trata de averiguar se o carro ficou muito estragado e estava no seguro, o que primeiro a mulher quer saber é se alguém ficou ferido. Enquanto ele faz discursos, esgrime argumentos e estatísticas para provar que a miséria é uma fatalidade ou a guerra é inevitável, mulher sacode teimosamente a cabeça dizendo não, não e não, meu filho come e as outras crianças também precisam comer, quero meus filhos vivos e todas as outras mães também querem".

Contraditoriamente com outros momentos de seus escritos, as opiniões de Carmen, expressas nesse texto, chegam a essencializar e naturalizar características que a própria jornalista teria apontado como expressões culturais, em outros momentos da militância. Até mesmo a resolução para os problemas sociais e políticos foi encarada sob o ponto de vista diferenciado, fundamentado na exaltação dos valores femininos. O conflito de classes, presente em toda a obra de Carmen, foi substituído pelo conflito entre culturas feminina e masculina :

"Juntemos as duas coisas: o contato com a realidade e o envolvimento com o humano e compreenderemos que uma mente feminina jamais conceberia certas idéias esdrúxulas, teorias funestas sobre superioridade racial, teses expansionistas, doutrinas que justificam a opressão e o domínio, propostas paranóides de "almoçá-los antes que eles nos jantem". Racismo, imperialismo, tirania, por mais que possam obter o apoio das mulheres alienadas que repetem a voz- de- seu -amo, são uma criação exclusivamente masculina".

Os valores formadores da cultura feminina, portanto, deveriam ser motivo de orgulho para as mulheres, elementos na constituição de laços de

irmandade²³² entre elas, sua maior contribuição à civilização, à preservação da vida, à humanização do mundo.

De sombras tênues a protagonistas no centro do palco. Os novos estudos históricos nos forneceram instrumentos importantes no luta contra a discriminação das mulheres; até pouco tempo ausentes das páginas de nossas pesquisas. A história das mulheres, em particular, deu dimensão e importância a espaços até então menosprezados como a esfera privada e o cotidiano, problematizando e mesmo historicizando esses conceitos.

As mulheres, em movimento, foram buscadas em meio a novas fontes, também constituídas a partir da mudança de enfoque no fazer historiográfico. Saíram nossas personagens famosas e quizes em meio a diários, cartas, livros de memórias, autobiografias, um velho baú de fofoca. Seus relatos chegam do barulho diário das ruas, de entrevistas concedidas, ainda, de forma acanhada diante dos maridos, mas vêm em profusão.

Em meio às novas pesquisas, a análise de discursos e práticas que as mantiveram e mantêm em opressão ganhou destaque. Mas longe de petrificá-las na condição de vítimas ou cotidianas, buscou-se perceber como as mulheres engendraram formas de resistência, subvertendo relações de dominação.

Em texto sobre diferenças sexuais e dominação simbólica, CHARTIER (1983) chamou a atenção para o fato de que, na maior parte das vezes, as fissuras à dominação masculina, por parte das mulheres, não assumem formas de ruptura espaciais, nem se expressam sempre em discurso de recusa ou rejeição. Nasce, via de regra, no interior do consentimento, incorporando a linguagem da dominação e reapropriando-a para marcar a resistência.

²³² A metáfora da irmandade, produto direto da concepção neofeminista de que o privado é político, procurou legitimar experiências e valores atribuídos às mulheres como politicamente mais compatíveis com uma mudança social profunda. Diz, por exemplo, que a competitividade, o individualismo e a hierarquia da política dos homens devem ser substituídas pelo igualitarismo não competitivo que as feministas acreditam caracterizar uma política desenvolvida por mulheres. A metáfora acabou estendendo-se às relações subjetivas e visões das feministas sobre si mesmas e as outras mulheres. É muito comum encontrar, nos relatos de feministas, teóricas ou não, essa solidariedade explícita às suas companheiras, fortalecida no dia-a-dia dos grupos de reflexão ou até mesmo na organização de suas memórias e relatos autobiográficos. "Esses próprios grupos forjaram uma prática de irmandade ao proporcionarem um espaço psicológico, no qual as mulheres podiam conhecer melhor a si mesmas através do conhecimento uma das outras". FOX-GENOVESE, Elizabeth. *Para além da irmandade*. Estudos Feministas. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/ UFRJ. V.0 nº 0/1992, p-34.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De sombras tênues a protagonistas no centro do palco. Os novos estudos históricos nos forneceram instrumentos importantes na luta contra a discriminação das mulheres, até pouco tempo ausentes das páginas de nossas pesquisas. A história das mulheres, em particular, deu nova dimensão e importância a espaços até então menosprezados como a esfera privada e o cotidiano, problematizando e mesmo historicizando esses conceitos.

As mulheres, em movimento, foram buscadas em meio a novas fontes, também constituídas a partir da mudança de enfoque no fazer historiográfico. Saltam nossas personagens teimosas e atuantes em meio a diários, cartas, livros de memória, autobiografias, um velho baú de fotos. Seus relatos chegam do barulho ritmado das ruas, da entrevista concedida, ainda, de forma acanhada diante dos maridos, mas vêm em profusão.

Em meio às novas pesquisas, a análise de discursos e práticas que as mantiveram e mantém em opressão ganhou destaque. Mas longe de petrificá-las na condição de vítimas ou coitadinhas, buscou-se perceber como as mulheres engendraram formas de resistência, subvertendo relações de dominação.

Em texto sobre diferenças sexuais e dominação simbólica, CHARTIER (1993) chamou a atenção para o fato de que, na maior parte das vezes, as fissuras à dominação masculina, por parte das mulheres, não assumem formas de ruptura espetaculares, nem se expressam sempre em discurso de recusa ou rejeição. Nascem, via de regra, no interior do consentimento, incorporando a linguagem da dominação e reempregando-a para marcar a resistência.

Partindo dessa premissa, resolvi me dedicar à análise da vida e da obra da jornalista Carmen da Silva, em sua trajetória como feminista atuante na imprensa brasileira. Trabalhando em veículo de comunicação em que as representações sobre o gênero feminino guardavam muito de tradição, a revista *Claudia*, ela desenvolveu o trabalho de crítica comportamental, através de discurso marcado pela psicanálise, e contribuiu para a formação do feminismo como movimento social no Brasil.

A emergência e consolidação de seu trabalho na seção mensal *A Arte de Ser Mulher*, se tornaram possíveis diante do processo de mudanças fundamentais, nas esferas do comportamento e das relações de gênero que marcaram as décadas de 1960 e 1970, no País. O crescimento da participação da mulher, no mercado de trabalho e na vida escolar, o surgimento de novos modelos de comportamento mais liberais, o aparecimento da pílula anticoncepcional, a influência dos movimentos feministas já organizados, em outros países, foram alguns dos fatores que alimentaram essas mudanças.

As revistas femininas sofreram o impacto das transformações e se viram obrigadas a incorporar discursos mais compatíveis ou, pelo menos, mais abertos aos novos questionamentos, sob pena de distanciar-se das leitoras. Procurei compreender as especificidades trazidas por Claudia. Percebi que, se os discursos não eram neutros, também não formavam um conjunto homogêneo. Claudia configurava-se como o veículo bastante característico do ideal de modernização conservadora que permitia pequenos avanços para as mulheres, desde que elas não rompessem com o modelo tradicional

Foi com a preocupação em modernizar-se, interagir com as expectativas de suas leitoras, que Claudia resolveu criar o espaço diferenciado de expressão, dentro de suas páginas. Em meio à maioria de discursos que reafirmavam os papéis tradicionais da mulher como esposa, mãe e dona de casa, Carmen da Silva representava o “moderno”, o “novo”, o “arejado”.

A jornalista trazia consigo dois elementos importantes: um texto contundente, mas de fácil compreensão e um novo instrumental analítico que tomava como base a psicanálise. Seu trabalho representou a negação da forma tradicional de se tratar os problemas e angústias femininas. O consultório sentimental cedeu lugar ao “consultório de orientação psicológica em nível sociológico”. Saiu o lugar comum, entrou o argumento científico, um dos principais instrumentos legitimadores da modernização.

Às respostas prontas, às indicações claras de caminhos a seguir preconizadas em conselhos simplórios, escritos, na maior parte das vezes, pelos próprios editores de Claudia, Carmen contrapôs questionamentos sobre convicções já arraigadas no comportamento feminino. Seu discurso, antes de orientar, pretendia desestabilizar as próprias leitoras para que assumissem a busca por saídas mais compatíveis com os problemas pessoais.

O trabalho de Carmen passou por diversas fases como ela mesma fez questão de registrar, em seus artigos comemorativos, demonstrando forte preocupação em preservar a obra e ampliar o público leitor. Longe de funcionar simplesmente como organização didática para a compreensão do que escreveu, a divisão em fases, demonstrou a consciência de Carmen das mudanças presentes, nos escritos, nos mais diversos momentos.

No caminho percorrido, ao longo de 22 anos, Carmen precisou utilizar-se de estratégias de negociação para não se afastar de suas leitoras - em maior parte, mulheres de classe média conservadora - e também para preservar o espaço na própria revista. Evitou abordagens consideradas "avançadas" e esquivou-se de temas que ela considerava machistas.

Nos primeiros escritos, os problemas femininos eram tratados sob o âmbito individual, pois, nesse momento, Carmen ainda percebia as diferenças entre os sexos como fruto da acomodação feminina, o que poderia ser resolvido através da tomada de atitude pessoal. O trabalho e a independência econômica davam o mote para textos que falavam da necessidade de as mulheres exercerem o papel social, para além das funções de reprodutora da espécie.

A abordagem sobre relações familiares e temas como casamento também eram feitos dentro do diferencial que criticava a abnegação e submissão feminina, prevendo a divisão de responsabilidades entre homens e mulheres. Essas idéias, na maior parte das vezes, chocavam-se com os conteúdos presentes em outros espaços de Claudia. Para a revista, a mulher continuava sendo a responsável pelo sucesso do casamento e harmonia doméstica.

A visão das mulheres, como grupo unido pela mesma condição de opressão, aparece nos escritos de Carmen, na medida em que esta se envolve mais diretamente com o movimento feminista, já no início da década de 70, o que ela chamou de terceira fase do trabalho. O espaço conquistado pela questão da mulher, em outros meios de comunicação, e o acolhimento da questão pela ONU, no Ano Internacional da Mulher, facilitaram a recepção de suas idéias. Além disso, Carmen já contava com uma certa legitimidade e autonomia que lhe permitiam tratar mais abertamente de questões como

divórcio, crise no casamento, desajustes sexuais, entre homens e mulheres, e maternidade.

A seção se colocou à disposição da causa das mulheres, divulgando as bandeiras feministas e colaborando com a organização do movimento feminista no Brasil. As diferenças entre os sexos ganharam ares de politização e a campanha de meios de comunicação contra o feminismo foi denunciada sistematicamente por Carmen. O pensamento das principais líderes e escritoras feministas ganhou espaço e tradução em seus escritos, de forma, muitas vezes, idealizada. Na última fase de seu trabalho, iniciada no ano de 1979, Carmen da Silva se mostrou profundamente envolvida com a defesa da cultura feminina, considerada superior e capaz de humanizar o mundo.

O que Carmen escreveu e defendeu, nas páginas de Claudia, só pôde ser compreendido, no entanto, quando levamos em consideração as experiências e opções que lhe permitiram a construção de projeto diferenciado de existência.

Nas trilhas compostas pela análise da memória, encontrei a mulher que lutou contra os limites impostos pela cultura de submissão e convenções sociais. Como outras mulheres nascidas e criadas em lares burgueses, na década de 1920, no Brasil, optou pela construção do projeto de autonomia em que vivesse mais que a condição de boa esposa e mãe zelosa.

No trabalho de diferenciar-se do padrão feminino da época, a leitura apaixonada e ávida e a escrita tomaram lugar como elementos significativos. Mas foi principalmente o desejo de escrever que a moveu, na sua trajetória. Foi a escrita quem a introduziu em círculos sociais diferenciados daqueles vividos na pequena Rio Grande (RS), terra natal, e possibilitou a conquista da tribuna, em Claudia.

Acredito que o estudo, marcado pela reflexão, sobre a escrita e a construção da memória de Carmen da Silva, possa contribuir para a compreensão da história das mulheres e das vivências do movimento feminista no Brasil. Se é que podemos falar apenas em "feminismo" e não em "feminismos", percebidos e vivenciados das formas mais diferenciadas por mulheres em diferentes épocas.

A pesquisa se deu para mim de maneira prazerosa. Carrego comigo, hoje, não só melhor entendimento sobre a personagem, em particular, mas o

desejo de saber mais sobre a atuação das mulheres na imprensa brasileira. Uma série de questionamentos e curiosidades começa a se delinear como caminhos possíveis de serem seguidos, em minha próxima fase de estudos, na pós-graduação.

O diálogo entre diversas escritas jornalísticas de mulheres, no período estudado, ou a análise da recepção ao trabalho de Carmen da Silva, fazendo-me deslocar o foco para as leitoras, através de suas cartas, parecem-me idéias estimulantes a serem examinadas.

Durante a pesquisa, nos arquivos de Claudia, pude tomar contato com diversos fragmentos dessas correspondências, através das seções destinadas especialmente a elas na revista. Funcionavam como termômetro para aferir a recepção da publicação, alimentavam polêmicas, promoviam ou derrubavam pautas, mudavam rumos na construção das matérias. Exerciam, afinal, o papel muito importante, no período em que a eficiência de departamentos de pesquisa e marketing só começava a se delinear, e a velocidade de intervenção, através da informática, ainda era realidade distante. São muitas as possibilidades, enfim, e, desde já, me coloco aberta a explorá-las.

Claudia, Ano V, nº 48, São Paulo, setembro de 1965.

Claudia, Ano V, nº 50, São Paulo, novembro de 1965.

Claudia, Ano VI, nº 54, São Paulo, março de 1966.

Claudia, Ano VI, nº 56, São Paulo, maio de 1966.

Claudia, Ano VII, nº 65, São Paulo, fevereiro de 1967.

Claudia, Ano VIII, nº 77, São Paulo, fevereiro de 1968.

Claudia, Ano VIII, nº 81, São Paulo, junho de 1968.

Claudia, Ano X, nº 106, São Paulo, julho de 1970.

Claudia, Ano XI, nº 119, São Paulo, julho de 1971.

Claudia, Ano XII, nº 127, São Paulo, abril de 1972.

Claudia, Ano XII, nº 128, São Paulo, maio de 1972.

Claudia, Ano XII, nº 135, dezembro de 1972.

Claudia, Ano XIII, nº 137, São Paulo, fevereiro de 1973.

Claudia, Ano XIV, nº 146, São Paulo, janeiro de 1974.

Claudia, Ano XIV, nº 152, São Paulo, maio de 1974.

Claudia, Ano XIV, nº 157, São Paulo, outubro de 1974.

FONTES E BIBLIOGRAFIA**Fontes****Revistas**

Realidade, São Paulo, janeiro de 1967.

Claudia, Ano I, nº 1, São Paulo, outubro de 1961.

Claudia, Ano III, nº 16, São Paulo, janeiro de 1963.

Claudia, Ano III, nº 17, São Paulo, fevereiro de 1963.

Claudia, Ano III, nº 19, São Paulo, abril de 1963.

Claudia, Ano III, nº 24, São Paulo, setembro de 1963.

Claudia, Ano IV, nº 28, São Paulo, janeiro de 1964.

Claudia, Ano IV, nº 29, São Paulo, fevereiro de 1964.

Claudia, Ano IV, nº 33, São Paulo, junho de 1964.

Claudia, Ano IV, nº 36, São Paulo, setembro de 1964.

Claudia, Ano IV, nº 37, São Paulo, outubro de 1964.

Claudia, Ano V, nº 43, São Paulo, abril de 1965.

Claudia, Ano V, nº 48, São Paulo, setembro de 1965.

Claudia, Ano V, nº 50, São Paulo, novembro de 1965.

Claudia, Ano VI, nº 54, São Paulo, março de 1966.

Claudia, Ano VI, nº 56, São Paulo, maio de 1966.

Claudia, Ano VII, nº 65, São Paulo, fevereiro de 1967.

Claudia, Ano VIII, nº 77, São Paulo, fevereiro de 1968.

Claudia, Ano VIII, nº 81, São Paulo, junho de 1968.

Claudia, Ano X, nº 106, São Paulo, julho de 1970.

Claudia, Ano XI, nº 118, São Paulo, julho de 1971.

Claudia, Ano XII, nº 127, São Paulo, abril de 1972.

Claudia, Ano XII, nº 128, São Paulo, maio de 1972.

Claudia, Ano XII, nº 135, dezembro de 1972.

Claudia, Ano XIII, nº 137, São Paulo, fevereiro de 1973.

Claudia, Ano XIV, nº 148, São Paulo, janeiro de 1974.

Claudia, Ano XIV, nº 152, São Paulo, maio de 1974.

Claudia, Ano XIV, nº 157, São Paulo, outubro de 1974.

Entrevista com Maria Tereza Toscano, 01/02/2001. Rio de Janeiro. Arquivo pessoal.

Claudia, Ano XIV, nº 158, São Paulo, novembro de 1974.

Claudia, Ano XV, nº 166, São Paulo, julho de 1975.

Claudia, Ano XV, nº 169, São Paulo, outubro de 1975.

Claudia, Ano XVI, nº 180. São Paulo, setembro de 1976.

Claudia, Ano XVI, nº 181, São Paulo, outubro de 1976.

Claudia, Ano XVII, nº 199, São Paulo, abril de 1978.

Claudia, Ano XVII, nº 205, São Paulo, outubro de 1978.

Claudia, Ano XVII, nº 206, São Paulo, novembro de 1978.

Claudia, Ano XVIII, nº 208, São Paulo, janeiro de 1979.

Claudia, Ano XVIII, nº 212, São Paulo, maio de 1979.

Claudia, Ano XVIII, nº 217, São Paulo, outubro de 1979.

Claudia, Ano XVIII, nº 219, São Paulo, dezembro de 1979.

Claudia, Ano XXIII, nº 274, São Paulo, julho de 1984.

Claudia, Ano XXIV, nº 285, São Paulo, junho de 1985.

Claudia, Ano XXVI, nº 308, São Paulo, maio de 1987.

Claudia, Ano XXXIII, nº 373, São Paulo, outubro de 1994.

Jornais

Correio da Manhã, 05/05/1968.

Correio da Manhã, 18/01/ 1968.

Opinião, 05/03/1976

Movimento, 19 a 25/01/1981.

Movimento, 18 a 24/05/ 1981.

Jornal do Brasil, 11/05/1984.

Correio Braziliense, 02/07/ 1984.

Depoimento escrito

Mariska Ribeiro, setembro de 1998. Arquivo pessoal.

Fontes orais

Entrevista Rose Marie Muraro, 21/10/2000, Fortaleza. Arquivo pessoal.

Entrevista Thomaz Souto Corrêa, 26/01/2001. São Paulo. Arquivo pessoal.

Entrevista Heloneida Studart, 29/01/ 2001, Rio de Janeiro. Arquivo pessoal.

Entrevista Jaqueline Pitanguy, 31/01/2001. Rio de Janeiro. Arquivo pessoal.

Entrevista Moema Toscano, 01/02/2001. Rio de Janeiro. Arquivo pessoal.

Entrevista Rachel Gutiérrez, 02/02/2001. Rio de Janeiro. Arquivo pessoal.

Biografias, romances e coletâneas

CIVITA, Laura (org). *O Melhor de Carmen da Silva*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

SILVA, Carmen da. *Histórias híbridas de uma senhora de respeito*. 2º ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

_____ *O mundo de Luísa*. IN: *A prostituição é necessária?* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

_____ *O Homem e a mulher no mundo moderno*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1969.

_____ *Sangue sem dono*. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.

Arquivos consultados

Departamento de Documentação Editora Abril – DEDOC, São Paulo (SP).

Biblioteca Municipal Mário de Andrade – Setor de Periódicos, São Paulo (SP).

Biblioteca Bastos Tigre, Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Rio de Janeiro (RJ).

Banco de Dados Jornal O POVO, Fortaleza-CE.

BIBLIOGRAFIA

- A REVISTA no Brasil. São Paulo: Editora Abril, 2000.
- ALAMBERT, Zuleika. *Feminismo – o ponto de vista marxista*. São Paulo: Nobel, 1986.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de e WEIS, Luiz. Carro-zero e pau de arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In Schwarcz, Lília Moritz (org). *História da Vida Privada no Brasil IV: contrastes da intimidade contemporânea*. P. 319 a 409. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- AMORIM, Sônia Maria. *Em Busca de um Tempo Perdido*. Edusp: São Paulo, 1999.
- ARTIÈRES, Philippe. *Arquivar a própria vida*. Estudos Históricos, v.11, nº 21, Rio de Janeiro, 1998.
- BADINTER, Elisabeth. *L'un est l'autre*. Paris: Jacob, 1986.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- BARZELATTO, José. Desde el control de natalidad hacia la salud sexual y reproductiva: la evolución de un concepto. IN: BILAC, Elisabete Dória e ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (orgs). *Saúde reprodutiva na América Latina e no Caribe – temas e problemas*. Campinas: PROLAP, ABEP, NEPO/UNICAMP/ São Paulo: Editora 34, 1998.
- BASSANEZI, Carla Beozzo. *Virando as páginas, revendo as mulheres*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. O diário de Cecília de Assis Brasil (1916-1928) – práticas de leitura de uma moça gaúcha. IN: *Refúgios do eu – educação, história, escrita autobiográfica*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.
- BÉJIN, André. O casamento extraconjugal nos dias de hoje. IN: *Sexualidades Ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BLAY, Eva. *Mulher, escola e profissão*. São Paulo: Ceru, FFLCH/USP, 1981.
- BORGES, Dulcina Tereza Bonati. A sedução da psicanálise nas revistas femininas. In *Caderno Espaço Feminino – Revista do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher*. Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Uberlândia. Vol 6. Nº 6. Ano VI, 1999.

- BOSI, Ecléa. *Memórias e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70 – mais pra eba que pra oba*. Brasília: Editora UnB, 1991.
- BRUSCHINI, Cristina. *Mulher, casa e família*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Vértice, 1990.
- BRUSCHINI, Cristina e ROSEMBERG, Fúlvia. *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas: Brasiliense, 1982.
- BUITONI, Dulcília. *Imprensa feminina*. 1º ed. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- _____. *Mulheres de papel: representação de mulheres pela imprensa feminina*. São Paulo, Loyola, 1981.
- BURGOS, Martine. *Historias de vida. Narrativa y la búsqueda del yo*. IN: LOZANO, Jorge Aceves. *Historia oral*. Mexico: Instituto Mora – Universidad Autonoma Metropolitana: 1993.
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena*. Campinas (SP): Papyrus, 1998.
- CARDOSO, Irede. *Mulher e trabalho*. São Paulo: Cortez Editora, 1980.
- CASTRO, Mayra Corrêa e. *Feminismo prêt-à-porter – significação da aparência na imprensa feminina e feminista no Brasil*. IN: *Mulher, História e Feminismo – Cadernos Arquivo Edgar Leuenroth*. n° 3 e 4. Campinas (1995-1996).
- CHARTIER, Roger. *A história cultural – entre práticas e representações*. Lisboa: Difel: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- _____. *Différences entre les sexes et domination symbolique (note critique)*. Annales ESC, n° 4, 1993.
- COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- COSTA, Jurandi Freire. *Sobre a geração A1-5: violência e narcisismo*. IN: *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- DROSDOFF, Daniel. *Linha dura no Brasil: o governo Médici*. São Paulo: Global, 1986.

- ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980. IN: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (orgs). *História das mulheres no ocidente - o século XX*. Vol 5. Porto: Edições Afrontamento, 1991.
- FARIA, Lia. *Ideologia e utopia nos anos 60 – um olhar feminino*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1997.
- FAUSTO NETO, Antônio. A deflagração do sentido. Estratégias de produção e de captura da recepção. IN: SOUSA, Mauro Wilton de (org). *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- FENTRESS, James e CHRIS, Wicklan. *Memória social – novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa, Editora Teorema, 1992.
- FIGUEIRA, Sérvulo A. (org). *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOX-GENOVESE, Elizabeth. *Para além da irmandade*. Estudos Feministas. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/ UFRJ. V.0 nº 0/1992.
- FRIEDAN, Betty. *Mística feminina*. Petrópolis: Editora Vozes, 1971.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade – sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. 2º ed. São Paulo: Edusp, 1993.
- GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (mestrado).
- _____. *Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político*. IN: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, nº 28: Rio de Janeiro: ANPOCS: Vértice, 2º semestre de 1989.
- GOLDENBERG, Mirian. *Ser homem, ser mulher dentro e fora do casamento*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1991.
- GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. IN: CHARTIER, Roger (org). *Práticas da leitura*. São Paulo, Estação Liberdade, 1996.
- HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850-1937)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. Edusp: São Paulo, 1985.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de Viagem (CPC, Vanguarda e Desbunde: 1960/70)*. 3º ed. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1992.
- KERBER, Linda. *Separate spheres, female worlds, woman's place: the rhetoric of women history*. *The Journal of American History*, nº 1, june 1988.
- KOFES, Suely e PISCITELLI, Adriana. *Memória de "histórias femininas, memórias e experiências"*. *Cadernos Pagu*. Campinas. nº 8/9, 1997.
- KOHLI, Martin. *Biografia: relato, texto, método*. IN: MARINAS, José Miguel e SANTAMARINA, Cristina (orgs). *La historia oral: métodos y experiencias*. Madri: Editora Debate, 1993.
- KOSHIYAMA, Alice Mitika. *Mulheres jornalistas na imprensa brasileira*. XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, INTERCOM, 2001. Campo Grande: (mimeo).
- KUCINSKY, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.
- LACERDA, Lílian Maria de. *Lendo vidas: a memória como escrita autobiográfica*. IN: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio; BASTOS, Maria Helena Câmara e CUNHA, Maria Teresa Santos (orgs). *Refúgios do eu – educação, história, escrita autobiográfica*. 1º ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.
- LAJOLO, Marisa. *Eça de Queiroz e suas leitoras mal comportadas*. São Paulo: Anais do III Encontro Internacional Queiroziano, 1995 (mimeo).
- LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. *História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta*. IN: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *(Re)introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo, FFLCC/História – USP, 1996.
- LEITE, Míriam Lifchitz Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo, Editora Ática, 1984.
- LEJEUNE, Philippe. *L'autobiographie en France*. 10º édition. Paris: Armand Colin, 1998.
- LOBO, Beth. *A vida como obra*. *Cadernos Pagu*. Campinas, nº 12, 1999.

- LOBO, Elisabeth Souza. O trabalho como linguagem: o gênero no trabalho. IN: *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, nº 31. Rio de Janeiro: ANPOCS: Vértice, 1º semestre de 1991.
- LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e antiprendas*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1987.
- MACHADO, J.A. Pinheiro. *Opinião X Censura – momentos da luta de um jornal pela liberdade*. Porto Alegre: L&PM, 1978.
- MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.
- MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa alternativa (1968-1978)*. 2º ed. São Paulo: Global Editora, 1980.
- MARCUSE, Herbert. *Contra-revolução e revolta*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- MARTINS, Ana Luíza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de república, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Edusp: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- MATOS, Marlise. *Reinvenções do vínculo amoroso*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.
- MATTOS, Olgaria C. F. *Paris 1968: as barricadas do desejo*. 3º ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- MELLO, João Manuel Cardoso e NOVAIS, Fernando A. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. IN: Schwarcz, Lilia Moritz (org). *História da Vida Privada no Brasil IV: contrastes da intimidade contemporânea*. P. 560 a 658. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MIGUEL, Sônia Malheiros. *Um olhar para dentro: o movimento feminista no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado, Florianópolis: UFSC, 1987.
- MITCHELL, Juliet. *Mulheres: a revolução mais longa*. Revista Civilização Brasileira, nº 14, ano III: Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.
- MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX*. Vol.2. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1986.
- MONTEIRO, Marko. *Tenham piedade dos homens!: masculinidades em mudança*. Juiz de Fora: Edições Feme, 2000.
- MURARO, Rose Marie. *Memórias de uma mulher impossível*. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos, 1999.

- NEHRING, Maria Lígia Quartim de Moraes. *Família e feminismo – reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres*. São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) USP, 1981.
- _____. *Marcelo. Em busca do povo brasileiro. A experiência feminista dos anos setenta*. Textos. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Sociologia, 1990.
- NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. 2º ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- NORA, Pierre. *Entre memória e história – a problemática dos lugares*. IN: Projeto História, nº. 10. São Paulo. PUC-SP. Dezembro de 1993.
- OLIVEIRA, Rosiska Darcy. *Elogio da diferença*. 3º ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. 5ºed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- PAIVA, Aparecida. *A leitura censurada*. IN: ABREU, Márcia. *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 2000.
- PARK, Margareth Brandini. *Histórias e leituras de almanaques no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.
- PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas – uma questão de classe*. 2º ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.
- _____. *A criminalização de práticas abortivas*. IN: *Falas de gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.
- _____. *A publicidade da intimidade: punição e controle*. IN: *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.
- PENA, Maria Valéria Junho. *A mulher na força de trabalho*. IN: *O que se deve ler em Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez: ANPOCS, 1986.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- POMPOUGNAC, Jean-Claude. *Representações e imagens da leitura*. São Paulo: Editora Ática, 1997.
- PRIORE, Mary Del. *Corpo a corpo com a mulher*. São Paulo: Editora Senac, 2000.
- QUEIROZ, Rachel de. *Tantos anos*. São Paulo: Siciliano, 1998.

- REIS FILHO, Daniel Aarão. *1968: o curto ano de todos os desejos*. IN: Revista de Sociologia da USP - Tempo Social. Vol 10 – nº 2, outubro de 1998. P 25-35.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro – artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ROWBOTHAM, Sheila; SEGAL, Lynne e WAINWRIGHT, Hilary. *Além dos fragmentos – o feminismo e a construção do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes – mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- _____. *Feminismos e seus frutos no Brasil*. IN: *Movimentos Sociais na Transição Democrática*. São Paulo: Cortez Editora, 1987.
- _____. *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- SANTOS, Tânia Coelho dos. *A difusão da psicanálise na família: um estudo de seus efeitos sobre a mulher*. Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado. Departamento de Psicologia, PUC-Rio, 1982.
- _____. *De Dona Letícia a Carmen da Silva: as revistas femininas e a modificação do comportamento da mulher*. IN: FIGUEIRA, Sérvulo (org). *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.
- SARTI, Cynthia e MORAES, Maria Quartim de. *Aí a porca torce o rabo*. IN: BRUSCHINI, Cristina e ROSEMBERG, Fúlvia (orgs). *Vivência - história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora Brasiliense, 1980.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*, trad. Christine Rufino Dabat, Recife, 1991, (mimeo).
- SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família – as mulheres no Golpe de 64*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- SIMÕES, CCS e OLIVEIRA, LAP. *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil: a situação da fecundidade; determinantes gerais e características de transição recente*. Rio de Janeiro, IBGE, 1988.

- SOIHET, Rachel. Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas. IN: MATOS, Maria Izilda. *Gênero em Debate: trajetórias e perspectivas da historiografia contemporânea*. São Paulo, PUC, 1997.
- _____. Sutileza, ironia e zombaria: instrumentos no descrédito das lutas das mulheres pela emancipação. IN: *Mulher, gênero e sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado – história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TORRESINI, Elisabeth Rochadel. *Editora Globo – uma aventura editorial nos anos 30 e 40*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.
- TOSCANO, Moema e GOLDEMBERG, Mirian. *A revolução das mulheres*. 1º ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1992.
- VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e plurais – identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- VENTURA, Zuenir. *1968, o ano que não terminou*. 25º ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.
- VIANA, Maria José Motta. *Do sótão à vitrine – memórias de mulheres*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.
- WOLF, Naomi. *O mito da beleza – como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. 1º ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

ANEXOS





Entre livros e gatos. Era entre suas companhias prediletas que Carmen gostava de produzir os artigos para Claudia.

Anexos

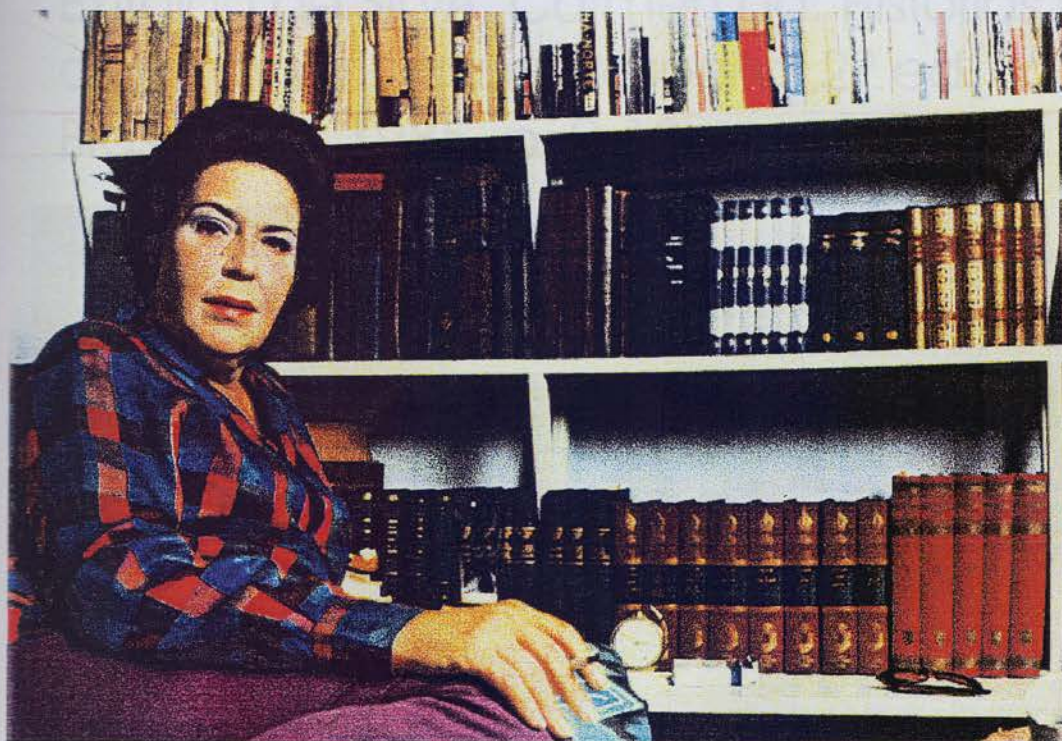


O trabalho, em Claudia, popularizou o nome de Carmen da Silva. Tornou-se "mulheróloga". Era convidada para dar palestras, participar de debates e programas de rádio e TV, em todo o País.





Claudia deu a Carmen uma tribuna que ela soube aproveitar. A jornalista cumpriu o papel de "modernizar" o conteúdo da revista, acompanhando as mudanças ocorridas no comportamento nas décadas de 1960 e 1970.

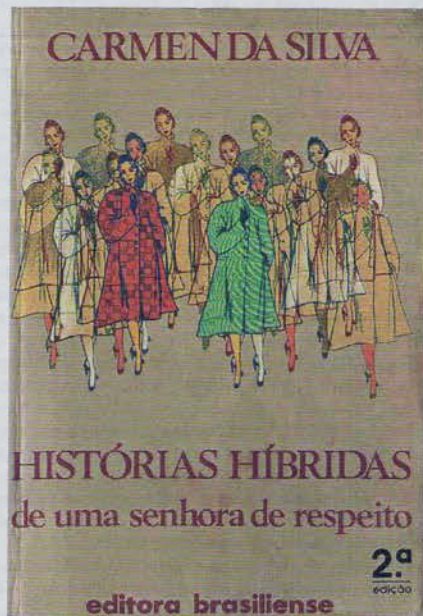


Os livros alimentaram o desejo de Carmen de se tornar escritora. A escrita foi elemento importante na construção de seu projeto de autonomia.



FRAGMENTOS DE UMA AUTOBIOGRAFIA

Extraído de SILVA, Carmen da. *Histórias Híbridas de uma senhora de respeito*. 2^o ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 9-18



1

Nasci mulher. Sem a "petite différence". Já de saída, o enfoque falocrático: mulher não nasce com tais ou quais características próprias, tendo isso e aquilo — vagina, ovários, útero, seios, glândulas mamárias e o resto da parafernália, que não é pouca nem de escassa utilidade. Ela nasce *sem*. Seu sexo não é uma característica, é uma carência.

Filha mais ou menos temporária, a quinta da série, a quarta menina-alvíssaras!

Ou não?

Como todo mundo, nasci encarquilhada e roxa. Fui recolhida por mãos capazes, pendurada de cabeça para baixo e levei a clássica palmada que, segundo a ciência já provou, não traz nenhum benefício ao bebê. Serve, isto sim, para que um homem despeitado desabafe agressão contra o fruto que não é de seu ventre. Serve para que, em nome da solidariedade masculina, um homem castigue um alguemzinho que virá usurpar a outro homem — o pai oficial — uma parte do tempo, do afeto e do interesse da mulher que ele considera como sua propriedade exclusiva. Um bebê recém-nascido e um adulto disputando a supremacia dentro de casa, ambos querendo mamar da mesma mãe, costumam dar muita alteração.

Não é à toa que o Dr. Leboyer, ao tomar a si a tarefa de organizar uma recepção menos traumática para os recém-nascidos, encontrou a mais ferrenha oposição entre os médicos tradicionais,

10

CARMEN DA SILVA

que o acusavam de querer "politizar" o parto. Daí surgem algumas interrogações que me deixam bem perplexa. Parto "apolítico", então, seria aquele sobre o qual o médico, em representação da sociedade, exerce um controle absoluto: ele dirige a concepção ou a anti-concepção, proíbe o aborto (e lucra com ele debaixo do pano), fixa a data do nascimento de acordo com as conveniências de sua agenda, induz o processo, faz as cesarianas necessárias e supérfluas e, de quebra, dá seus bons safanões no pequeno intruso: uma criança a mais num mundo já tão cheio. Parto "apolítico", sempre segundo esse critério, seria aquele que garante ao Estado total domínio sobre o cidadão. Porque, na verdade, que docilidade se pode esperar de um folgado que vem ao mundo sem sequer receber um sopapo para baixar-lhe a crista e ensinar-lhe o que é bom? Como poderá a sociedade manipular a seu arbítrio indivíduos que não engoliram, junto com o primeiríssimo hausto de ar, uma lição de humildade, a noção de que esta terra é mesmo um vale de lágrimas? É de pequenino que se torce o pepino, ensina o ditado. Gente não dobrada e pepino não torcido dão a maior subversão. Na salada ou na Ordem Constituída, conforme o caso.

De qualquer modo, estou misturando datas e antecipando fatos. Nada de método Leboyer quando nasci. Ainda não se conhecia o parto indolor, nem para a mãe nem para o filho: nasci há tanto tempo, ai de mim, naquela época não havia coisíssima nenhuma. Assim, fui parida como Deus é servido, recebi todo o tratamento sádico a que tinha direito: puxão, palmada, sacudida — antes de me vestirem a camisinha e os sapatinhos cor-de-rosa, símbolo da fragilidade e delicadeza de meu sexo. E desde então, bem ou mal, venho durando até hoje. Como tantos milhões de frágeis e delicadas criaturas tratadas aos tabeões e safanões que andam por aí.

Talvez seja pomposo demais dizer que vim ao mundo: ele tão grande e eu uma coisinha tão insignificante. Vim simplesmente a uma pequena cidade do sul brasileiro. Não das piores, longe de ser das melhores.

Situada abaixo do nível do mar, espalhada, sem relevo, Rio Grande se abre a rijos ventos que espalham aos quatro cantos o cheiro de peixe e cebola, orgulho da produção regional, armazenados nos entrepostos do cais.

Parece nada mas não se iludam. Cheiro de cebola está longe de ser coisa inocua. Na "Colméia" de José Camilo Cela, um personagem passa anos fungando o ar e queixando-se de que "cheira a cebola". Até o momento em que não agüenta mais e resolve suici-

HISTÓRIAS HÍBRIDAS DE UMA SENHORA DE RESPEITO

11

dar-se por puro sofrimento olfativo. Tudo tem seu ponto de saturação.

No Rio Grande, que eu saiba, até hoje ninguém chegou a tais extremos. Nem mesmo nos dias de umidade pegajosa, quando os aflitivos odores portuários se entranhavam nos muros, nas pedras da rua, nas vestes, na alma. Lá as pessoas morriam de outras mortes. De tédio provinciano, de falta de perspectivas, dos eternos passeios dominicais em torno da praça depois da missa. Ou assassinadas pelos preconceitos: ficavam "faladas", eram empurradas ao ostracismo, à aridez, à solidão.

Ser mulher nunca foi fácil para ninguém em nenhum lugar. Ser mulher numa cidade pequena nas décadas dos 30 e 40 era mais do que difícil, era dramático: havia que escolher entre a fuga, o martírio e o heroísmo. Confesso que escolhi a fuga. Meu próprio ponto de saturação chegou no início de 1944. Não me pendurei numa forca feito o personagem de Cela: quem se mata aos vinte e três anos, estalando de saúde, com as bochechas rosadas e lustrosas que nem maçãs? Mas plagiei seu bilhete de despedida: "Cheira a cebola, não posso mais." Enfim: aproximadamente. E me mandei.

Penso que é graças a essa atitude covarde que ainda estou aqui. Nem Joana d'Arc nem Anita Garibaldi: uma mulher como as outras, sem pena nem glória, mas viva e relativamente inteira. Outras permaneceram e conseguiram sobreviver, só elas sabem a que custo: a gaúcha é, antes de tudo, uma forte. Mas também houve as que ficaram e foram esmagadas. Como piolhos, como baratas.

Lembro em particular o caso da moça que tinha o belo nome de Veneza, aliado a um sobrenome lusitano bem comum. A combinação soava insólita e harmoniosa, fascinante para mim que sempre fui sensível à música das palavras.

Morena clara de olhos amendoados, bonitinha mas sem nada de especial, Veneza era balconista de livraria. Em termos da estratificação social da época, sua situação podia traduzir-se por: "Moça trabalhadora, boazinha, mas não de nosso nível — claro!" "Nosso": a burguesia média com fumos de elite provinciana, os que moravam de certo modo, ostentavam determinados padrões e frequentavam certos clubes: minha família e as famílias amigas, profissionais liberais, um ou outro alto funcionário — de preferência de origem local e não desses que vinham transferidos do Rio, paraquedistas dos quais se dizia: "Sabe-se lá quem são, de onde vêm, se são mesmo casados." Eram tempos de andar com a certidão de casamento no bolso. Não porque abundassem as transgressões: ao con-

trário, eram raríssimas e arriscadas. Mas o Rio Grande zelava pelos *mores*, fiscalizava as origens, o curriculum e a legitimidade das pessoas que acolhia ou deixava de acolher em seu seio.

Essas distinções sociais eram pétreas: ninguém as discutia nem achava necessário explicitá-las: o óbvio, lê-com-lê, cré-com-crê, a panela de ferro e a panela de barro — enfim, a sinistra suficiência dos pequenos círculos plantados em suas Certezas Incontestáveis.

Pela livraria, uma das poucas existentes na cidade, desfilavam todos os que liam, os que compravam lápis, canetas, cadernos, mapas. Veneza atendia bem, era educada, gentil: respeitadas as Diferenças Sociais, as pessoas de *nosso* meio gostavam dela, sorriam para ela, tratavam-na com afabilidade paternalista.

E um belo dia a cidade desperta com uma onda — que digo: uma verdadeira tromba d'água, um maremoto de zunzuns.

Havia o grupinho dos play-cafajeste-boys. Tinham apelidos como os marginais — Catraia, Saltão, Bruder — este, de origem alemã e irmão de alguém aparentemente mais importante do que ele —, mas em geral vinham de famílias conhecidas e desempenhavam-se bem na vida em profissões honestas e rendosas. Poderiam até ser "bons partidos", não fossem celibatários convictos, com fama ciosamente cultivada de farristas. Fugiam de compromissos, não se envolviam com moças de família, freqüentavam "mulheres da vida" (até hoje estou para saber se as outras são chamadas "mulheres da morte"). Os pais de jovens casadouras recebiam-nos com cordialidade talvez algo invejosa: no clube, no café, no escritório, em qualquer lugar de homens sós, mas preferiam mantê-los o mais longe possível de seu lar: ninguém estava a fim de riscos. As senhoras, por sua vez, temiam a influência e os exemplos nocivos que aqueles devassos podiam dar a seus maridos. E não quero nem supor que alguma fantasia pecaminosa passasse por suas honestas cabecinhas burguesas. Já as moças tinham uma vaga atração por esses homens beirando a maturidade, com fama de inconquistáveis, nimbados de um turvo prestígio de gozadores — de quê? De prazeres que as jovens daquele tempo não tinham sequer o direito de imaginar. "Coisas do arco da velha", dizíamos entre nós, insinuando uma sabedoria mudana que estávamos a anos-luz de possuir.

Seria talvez um anticlímax dizer que, mais tarde, todos eles se casaram, tiveram filhos, engordaram, careceram, depois tiveram netos, curtiram netos. *Quod erat demonstrandum* ... Mas não nos precipitemos, voltemos à década dos 30.

preciso muito mais maturidade do que a que eu tinha para desmascarar a hipocrisia das Verdades Absolutas. Eu era apenas uma adolescente avoadada, considerada meio moleque, meio sem modos, em contraste com a distinção dos meus, mas, no fundo, uma boa garota de família.

De qualquer modo, a figura de Veneza me comoveu e me fez pensar. Anos e anos de comportamento discreto, de usar vestidos sem graça, lavados e reformados sabe Deus quantas vezes. De levantar-se cada manhã no desconforto — que eu nem sequer imaginava — de uma casinhola dos cafundós, onde moravam os mais humildes, de pegar um bonde, assinar o ponto, passar o dia inteiro de pé atrás do balcão. Aquela boa vontade de distinguir as pessoas, de conhecer seus gostos, saber a quem oferecer o Proust, o Dely, o Manual de Estatística. Anos e anos a vidinha: seis dias por semana de arrasadora monotonia, depois o domingo: arrumar cabelo e unhas, lavar e passar roupa, limpar a casa, ordenar gavetas. Veneza morava sozinha? Tinha família? Pai esperando aposentadoria, mãe sonhando com um bom casamento para a filha, irmãos menores esperando seu salário cada fim de mês para um guaraná extra, uma pipoca, um cinema de bairro, um par de sapatos para substituir os de sola furada? Ninguém sabia, ninguém se preocupava até então com sua existência. Jamais uma moça de família convidara Veneza para um piquenique, uma excursão de fim de semana, um domingo aconchego de uma casa da burguesia média: rádio, café, bolinhos, uma criada para servir o lanche. Relegada a seu subúrbio, a seus recursos — ou melhor, à sua falta de recursos —, ela se virava como bem podia e ninguém se preocupava com isso.

Até a Queda. Caída, envilecida, Veneza começava enfim a existir para o Rio Grande.

• • •

Mas nem todas as decaídas aceitavam tão passivamente seu destino: algumas recorriam ao "jus esperneandi". Embora mulher, na sua situação, pouco possa espernear, a não ser num sentido grosseiramente literal — mas, por favor, não vamos baixar o nível.

Uma delas, também pensionista da Mangacha (essa senhora de nome impronunciável em bocas de respeito era uma instituição na cidade), esperneava mediante o humor. Era sabidamente a "petite amie" de um cavalheiro da nata, freqüentador da Associação Comercial, dos melhores clubes, das reuniões da paróquia e das

Aquele dia, uma explosão sacudiu a cidade: comentários que chegavam muito fragmentados e sibilinos a meus ouvidos adolescentes, que era preciso preservar, davam conta de que Veneza participara de uma farra (exatamente como fora, ninguém sabia ao certo) com os alegres rapazes no famoso cabaré/bordel da Mangacha, o único existente nos arredores da cidade.

Na livraria, Veneza foi rápida e discretamente substituída. Aliás, nenhum mérito da firma nessa discrição, pois os fregueses simplesmente não perguntavam por ela. Seu nome só era pronunciado aos cochichos nas esquinas de fococa, nas rodinhas de mexericos.

Dias mais tarde, eis que me cruzo com ela na rua — e não acredito no que vejo.

Era uma transformação de letra de tango: "Estercita, que hoy la llaman milonguita." As roupas modestas e apagadas da moça que "gambeteaba a pobreza" tinham sido substituídas por um vestido curto e justíssimo que, naquela época, nenhuma mulher "decente" usaria. Enviesada nos ombros, uma estola de falsa raposa que os entendidos chamavam de "renard gambé". Uma grossa camada de maquiagem berrante alterava-lhe a fisionomia: a beleza anódina de antes dera lugar a um esplendor canalha. Caminhava sobre saltos altíssimos, rebolando o traseiro numa provocação vulgar. Enfim: a caracterização mais completa, acabada e teatral da prostituta. Só faltava o cartaz na testa: "É isso aí, gente, emputeçi."

Viu-me, disfarçou, desviou o rosto. A moça que me vendera *Os Buddenbrook* e o controvérsito *Fronteira Agreste*, que me chamava quando eu passava distraída pela rua para oferecer-me o último Huxley ou o Pirandello que a Editora Globo acabava de lançar, perdera daí por diante o direito de olhar nos olhos e cumprimentar qualquer moça de família, senhora casada ou senhor de respeito da mui nobre e digna sociedade riograndina. Mesmo os senhores de respeito que, à sorrelfa, haviam passado a engrossar seu círculo de relações depois da queda.

A queda! Foi meu primeiro vislumbre da condição feminina como algo infúquo. Os alegres rapazes podiam divertir-se todas as noites na Mangacha sem perder nada: para eles, tudo continuava igual. Veneza não. Ela se divertira — eu não sabia como — uma só noite e isso bastara para precipitá-la na abjeção. Uma abjeção ostensiva, agressiva, gritante.

Não que eu tivesse, àquelas alturas, uma consciência muito clara das coisas. Numa época em que nada se questionava, teria sido

sessões da maçonaria: um pouco de sincretismo não faz mal a ninguém. Cidadão bem-pensante e bem-visto: a sociedade riograndina jamais recriminou a seus honestos membros uma "petite amie", mesmo estável, mesmo pensionista da Mangacha, sempre e quando o cidadão não ofendesse as famílias exibindo-se em público ao lado dela. Coisa que nem os play-cafajeste-boys, transgressores oficiais dos bons costumes, se atreviam a fazer, quanto mais um correto chefe de família.

Apesar de condenada ao ostracismo social, a "petite amie" achou meios e modos de ocupar um constante primeiro plano nos mexericos da cidade, mediante o simples e engenhoso recurso de copiar tintim por tintim as roupas e chapéus da esposa legítima. Dona Z estreava um costume cinzento, discreto como convinha a uma senhora de sua condição, e lá vinha a "rapariga", com a designavam as famílias, passear pelo centro de *tailleur* cor de cinza. Mais curto, é claro, bem mais apertado, revelando joelhos bemfeitos, formas em pleno esplendor, mas de cor e feito inequivocamente iguais ao de dona Z. Com isso, acentuavam-se as diferenças a favor da ilegítima: quinze anos e vários quilos menos, a flexibilidade de um corpo não-sujeito aos rígidos espartilhos físicos e morais obrigatórios para dona Z e todas as damas burguesas da época.

E além do costume, o chapéu — que ainda se usava, embora já não fosse considerado indispensável. Ponha-se um feltro preto numa cabeça entupida de princípios e ele vai parecer austero que nem mitra episcopal. Ponha-se o mesmo feltro meio de banda, a aba levantada num ângulo provocante, encimando um rostinho muito maquiado e de expressão safada, e o efeito será completamente outro. O fato é que dona Z não tinha direito à exclusividade de seus chapéus, seus *tailleurs* cinzentos, seu vestido de seda preto, seu estampadinho de verão; o que quer que ela pusesse em cima, lá vinha a outra mostrando que aquelas roupas sentavam muito melhor numa mulher mais jovem, mais esguia, mais bonita e com infinitamente mais jogo de cintura. Dizia-se até que ela mandava olheiros às festas e à missa dominical das dez para copiar os modelos assim que saíssem à luz.

Seria possível e caridoso ter pena de Dona Z se ela não se mostrasse tão segura de que as potências celestiais estavam de seu lado, tão plantada em sua santimônia: é difícil simpatizar com a virtude cheia de si. Dona Z nunca enfrentou, nunca lutou, nunca se deu por aludida: dignidade ou covardia? Limitou-se a encomendar à costureira mais costumes cinza, marrom e azul-marinho. E houve

uma "rapariga" da Mangacha que, sem usar as cores e os feitos chamativos característicos de sua assumida profissão, conseguiu vestir as roupas mais comentadas da mui nobre e leal cidade do Rio Grande de São Pedro.

* * *

Falei na queda. Não passou muito tempo, tive oportunidade de testemunhar o processo oposto: em vez da Queda, a Ascensão. Em vez da pecadora expulsa do paraíso, a garota meio desmiolada subitamente guindada ao pedestal da máxima respeitabilidade burguesa. Guindada é modo de dizer: na realidade, ela se encarapitou aí meio sem querer, empurrada à força por um formidável pontapé no traseiro.

Luiza e eu freqüentávamos o mesmo educandário, só que ela estava um ou dois anos mais atrasada. Era uma menina de 15 ou 16 anos, alta, espigada, de boa família: o bairro certo, o colégio certo, as relações certas — e um namorado certo.

Namorar, no Rio Grande daquela época, era uma operação complicadíssima. As moças casavam, sim: aliás, era o único que tinham a fazer. Mas as etapas prévias — conhecer-se, simpatizar, conversar em qualquer lado fora dos raríssimos bailes nos pouquíssimos clubes, trocar alguns carinhos — não estavam previstas no programa. Em todas as fases que normalmente precedem o casamento, mesmo nas atitudes mais inocentes, as famílias farejavam sem-vergonhice, dificultando ao máximo, quando não proibindo taxativamente, o encontro, o colóquio, a matinée no Carlos Gomes de mãozinhas dadas. Uma geração empanturrada de romantismo cinematográfico, nutrida de "Stardust", "Violinos ciganos" e mocinho-e-mocinha-dançando-cheek-to-cheek-num-terraço-enluarado, na prática era condenada à mais árida privação sentimental. Quando muito, havia os namoros autorizados pela família: algumas dosadas visitas domiciliares, sempre sob a vigilância do pai, da mãe, dos avós, irmãos, tios e quem mais calhasse estar presente: qualquer reforço de olhos era bem-vindo para derrotar a astúcia dos jovens. Também eram permitidos os passeios em redor da Praça Marechal Floriano, nos domingos após a missa. Uma belo dia, o parzinho que já dera centenas, talvez milhares de voltas à praça, exibia-se de braços dados e aí era o cochicho generalizado: "Olha, trataram casamento!" Só noivos oficiais, de aliança no dedo, andavam de braços enlaçados. Era mais ou menos como um ritual de iniciação.

Tantas restrições obrigavam os namorados a verdadeiras acrobacias para conseguirem alguns minutos de intimidade; tanto mais que, como se o controle familiar não bastasse, a cidade inteira era um imenso olho fiscalizador: todo o mundo conhecia todo o mundo, todo o mundo era aliado das famílias, todo o mundo dedo-durava as moças. E isso às vezes provocava situações um pouco sórdidas: as escapadas, os encontros furtivos em lugares suspeitos, a alcovitagem.

Bem, Luiza e o namorado foram surpreendidos num dos tais lugares suspeitos — ou seria em atitude suspeita em lugar normal? A família pôs a boca no trombone e a cidade começou a fervilhar de comentários: "Sabe, dizem que... parece que... o que me contaram foi que...".

Nuza fiquei sabendo exatamente o que aconteceu: naquela cidade, moça de minha geração só tinha direito de saber fatos edificantes, coisas das quais se pudesse extrair uma boa lição de moral, de preferência com matizes de terrorismo, do tipo: "Veja o que acontece com quem faz o que não deve." Fora disso, ninguém me explicava coisíssima nenhuma: crime sem castigo não se contava às moças. Assim, eu só soube o que até as pedras da rua sabiam: o namorado de Luiza fora posto entre a espada e a parede: ou casava para "reparar a falta" ou...

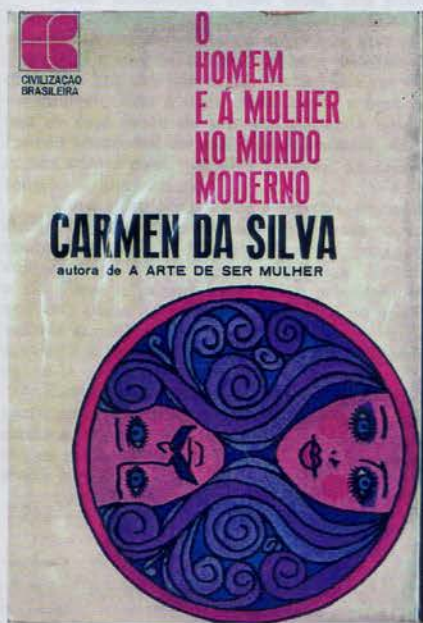
Não sei se ele queria mesmo casar: às vezes, o escândalo era o único meio que os namorados encontravam para vencer a oposição familiar. Ou talvez ele não quisesse, mas a alternativa fosse demasiado drástica: marginalização, cadeia, sangue. O fato é que, rapidamente, eles casaram.

E alguns dias mais tarde vejo Luiza na rua ao lado do marido e quase caio para trás de susto: a colegial adolescente vinha conscienciosamente fantasiada de matrona. Antes usava sandálias baixas, meias curtas, as saias pregueadas do uniforme escolar acima dos joelhos, o cabelo solto e natural. Uma guria, como se dizia no Rio Grande. Ei-la agora com uns grotescos sapatos abotinados de salto alto, um horroroso vestido escuro que lhe batia na panturrilha, o penteado puxado para trás numa espécie de coque, delatando o que até então ninguém notara: um par de orelhas em abano. Caminhava imitando o andar das mulheres sérias: pernas apertadas, passos duros e miudinhos que transmitiam uma trepidação aos ombros, mas virtuosamente evitavam o rebolar das cadeiras. Com os braços colados ao corpo e os olhos postos no chão, era a própria ilustração do manual da correta senhora, segundo os ideais riograndinos.

Não sei se por ingenuidade minha ou se por conhecer muito bem os exageros dramáticos dos adultos com relação à moral das moças, sempre imaginei que o casamento apressado de Luiza não se devia a graves transgressões sexuais: talvez apenas alguns beijos, um pouco de bolina: as jovens da minha geração viviam intimidadas demais para tentarem grandes audácias. De qualquer forma, isso bastara para precipitá-la numa forçada e precoce maturidade. Os senhores conhecidos da família, que antes a cumprimentavam com um risonho "olá", abanando a mão, passaram a tirar o chapéu, dando grandes barretadas para Luiza. Senhora: realmente, ela se instalara num pedestal de respeitabilidade.

Tive a impressão de que, em certo modo, uma jovem fora assassinada.

Extraído de SILVA, Carmen. O homem e a mulher no mundo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969, p-249-261/ Publicado em Março de 1966, em Claudia



23

Mais Trabalho e Menos Conversa

CADA VEZ MAIS esta seção se aproxima do que sempre desejamos que fosse: uma espécie de fórum de debates, ponto de encontro entre *Claudia* e o pensamento da mulher brasileira. Uma copiosíssima correspondência, trazendo-nos os comentários mais variados, as razões mais contraditórias a cada tese que apresentamos, nos permite comprovar que não estamos apenas monologando. E as cartas nos dão um índice valioso sobre quais os assuntos de mais palpitante atualidade, que provocam mais intensas e profundas repercussões. São os interesses, os entusiasmos, os protestos e as vacilações das leitoras que nos ditam os temas a abordar.

Desta vez, o que vamos fazer é uma verdadeira "mesa-redonda". Tantas e tão diversas foram as respostas ao artigo relativo ao trabalho da mulher — mais especificamente, da

249

mulher casada — que não podemos fugir à incitação de voltar ao assunto. Salta à vista que essa é uma questão que, no presente momento, está fermentando nas consciências: focalizá-la é malhar em ferro quente. E é isso justamente o que nos propomos.

Inicialmente, entretanto, queremos registrar um fato auspicioso: a mulher começa a sacudir a atitude de fatalismo e passividade com relação ao seu próprio destino. Se discrepa de nossos pontos de vista, já não se limita a um mero encoller de ombros: toma da pena, escreve, argumenta, rebate. Se concorda, não se contenta com a satisfação íntima de constatar o acórdio: escreve, aplaude, acrescenta suas próprias contribuições. E se hesita no umbral de uma tomada de posição, manifesta-nos suas incertezas e contradições, procurando os elementos de juízo necessários para chegar o quanto antes a uma definição. De um modo ou de outro, com maior ou menor relutância, resistências, titubeios, sente-se a mulher chamada a refletir, decidir, escolher.

Nada mais estimulante para nós do que observarmos essa reação. Não pretendemos convencer ninguém, não queremos dar a ninguém noções pré-fabricadas sobre o bem e o mal, sobre os deveres do indivíduo para consigo mesmo e para com a sociedade. Ao analisarmos e elucidarmos vários problemas da mulher como ser humano inserido no mundo, nossa intenção é *fazer pensar*: suscitar a especulação, a dúvida, o debate, a reavaliação crítica de certas idéias e opiniões até agora aceitas como pontos pacíficos — e que talvez não o sejam. A partir dessa reformulação, cada uma estará melhor equipada para escolher com mais lucidez e consciência o seu caminho.

Apesar de nossa imensa boa-vontade, não podemos responder uma por uma a todas as cartas que recebemos a respeito do artigo "Resposta a um Mito". Ao tratá-las em conjunto, teremos de passar por alto os argumentos muito pessoais ou singulares; esta nota, destinada a todas as leitoras, deve abordar apenas as opiniões comuns à maioria delas. Não será difícil, pois as principais objeções se repetem, com escassas variantes, em quase todas as missivas.

250

À RESPONSABILIDADE E SEUS ALCANCES

A principal delas é a que se refere ao problema da responsabilidade. Criar e educar os filhos, ocupar-se do conforto doméstico, formar um ambiente agradável para a família, atender às necessidades do lar, na opinião de grande número de leitoras, é A Responsabilidade — assim, com maiúscula — da mulher. Fora dessas funções, ela só deve assumir outras se forçada por circunstâncias inescapáveis.

Algumas chegam mesmo a afirmar que a mulher casada e mãe que, sem necessidade econômica, aceita outras tarefas, é porque procura nelas uma sorte de evasão: o mundo representaria uma fuga do lar, dos deveres conjugais, maternos e domésticos.

Vejo aqui uma grande confusão de conceitos sobre a palavra "responsabilidade". A responsabilidade não consiste apenas em *fazer coisas* — e nem sequer em fazê-las bem feitas. Consiste, isto sim, em termos plena consciência de nosso papel no mundo. Em percebermos que nenhum de nós é um ser isolado, agindo em função de seus próprios interesses, necessidades e sentimentos — ainda que estes sejam os mais elevados e nobres. Em compreender que fazemos parte do gênero humano em geral e, em particular, de uma coletividade determinada. E que, como membros da humanidade e de um grupo nacional e social específico, temos compromissos definidos e inarredáveis com o destino do mundo, com o progresso, com a evolução. Não se trata simplesmente de manter e aumentar a espécie: é preciso mantê-la e aumentá-la tendo em vista certos valores básicos; nós não queremos apenas que o homem continue existindo sobre a Terra, seja em que condições for, pelo mero fato de existir: o que nós queremos é que ele possa habitar a Terra nas melhores condições possíveis, dentro de padrões ótimos.

O ponto de partida é sentir que cada *eu* é, acima de tudo e antes que nada, uma parte integrante do *nós* — do vasto *nós* universal. Uma vez aceita essa premissa, cabe-nos optar entre duas atitudes: ou assumir essa qualidade que nos é inerente e participar ativa, consciente e voluntariamente, do corpo ao qual pertencemos — o *nós*, o mundo — ou marginalizarmo-nos. A primeira escolha — e só ela — significa

251

responsabilidade. A segunda implica em desligamento, indiferença, alienação — irresponsabilidade.

Muitas mulheres acreditam que o *nós* próximo e imediato — o lar, os filhos, as pessoas que amamos — substitui o *nós* universal. É um engano. O amor é uma projeção do eu em outro ser; mas o eu que está marginalizado com relação ao mundo é um eu incompleto, mutilado — e suas projeções, os sentimentos que dele nascem, os vínculos que ele estabelece com outros são igualmente — e necessariamente — incompletos e mutilados. Dito em termos mais simples: quem se isola do mundo, quem não se liga a ele no plano de uma constante e equilibrado dar e receber, fica a tal ponto limitado e empobrecido que, conscientemente ou não, procura no amor algo que lhe falta, a possibilidade de preencher sua solidão íntima, sua carência interior. Pouco tem a dar ao amado, pois pouco possui em si — e muito a pedir-lhe. Não há amor menos generoso que o seu.

Como educadoras, como mães, tais pessoas estão também condicionadas por essa deficiência básica. Os filhos devem preencher as zonas de vazio que elas têm dentro de si, completar o que nelas é incompleto. Justificá-las *ante* o mundo, pôsto que elas não se sentem justificadas no mundo, *dentro* do mundo. Não é lícito pedir tanto a uma criança: que ela nos dê uma razão de ser, um sentido à nossa existência. A função primordial da mãe é, precisamente, dar aos filhos condições ideais para que *eles* possam, ao crescer, encontrar o sentido de sua vida.

Aliás, salta à vista que a missão educativa não pode ser cumprida de modo satisfatório por essas mulheres. Educar é muito mais do que ensinar normas de conduta: é transmitir valores morais, é dar segurança afetiva. Segurança afetiva só a dá quem a possui — e ela é privilégio exclusivo do eu que está plena e totalmente integrado no *nós*. Por sua vez os valores morais são o resultado de uma escolha que só pode ser feita a partir de uma visão global do mundo — e como vai tê-la quem está à margem do mundo?

Responsabilidade é, pois, uma opção, uma integração, uma participação. Implica numa atitude interna livre e conscientemente assumida e que se traduz num fazer, num realizar. No lar, na sociedade, no universo — em todos os terrenos da existência humana.

252

negras que se diria que o trabalho é maldição que pesa sobre um pequeno grupo de condenados.

Ora, essa é a realidade que enfrentam cotidianamente alguns bilhões de pessoas. Inclusive o marido muito amado, cujo conforto tanto nos preocupa, para o qual preparamos carinhosamente um ambiente doméstico agradável, o marido que alegremente recebemos quando ele volta no fim do dia. Quando ele volta de onde? Precisamente, do trabalho. De suportar sem lamúrias os horários, a condução, as refeições apressadas ao meio-dia, os problemas vinculados ao serviço, às relações com o patrão. Não parece um pouquinho egoísta achar intolerável para nós o que é bom para ele — e para tantíssimas pessoas mais? Não há certo desamor em fazer pesar integralmente sobre os ombros de um só a carga que, dividida entre dois, seria mais leve para ambos?

Aliás, todas as leitoras concordam em que devem trabalhar as mulheres que precisam fazê-lo por necessidade econômica. Com isso, implicitamente, reconhecem no ócio o privilégio de um grupo minoritário. O que defendem, com argumentos às vezes altissonantes sobre a sublimidade da dedicação ao lar e da função materna, é justamente isso: um privilégio.

É óbvio que se todas as pessoas economicamente improdutivas passassem a trabalhar, a comunidade se veria enriquecida em consequência dessa contribuição. E a maior riqueza coletiva traria como resultado a atenuação dos inconvenientes materiais do trabalho: teríamos horários mais reduzidos, melhores meios de transporte, mais comodidade para todos. Sabemos que nos países escandinavos a maior "preocupação" — e ponho-a entre aspas porque, realmente, ela não parece muito grave! — dos governos não é aumentar a produção mais sim proporcionar ao povo distrações para encher as horas de ócio, que são muitas justamente porque a produtividade é alta; essas nações chegaram ao ponto em que é mais importante socialmente construir um parque de diversões, um campo de desportos ou um teatro do que uma usina ou uma fábrica. Mas sabemos também que nenhuma mulher escandinava aceitaria viver na inatividade só porque o marido ganha bem e ela não precisa trabalhar: o trabalho é para ela uma questão de dignidade pessoal, de dever para com a sociedade. Interessante coincidência, que me limito a anotar sem pretender tirar

Torna-se claro, pois, que a responsabilidade é indivisível. Não se pode ser *pessoa* responsável se não se é responsável como dona de casa. Inversamente, não se pode ser dona de casa e mãe responsável se não se é, ao mesmo tempo, responsável como ente social.

É certo que cada um tem seu campo de ação específico. Não me cabe, por exemplo, a responsabilidade de calçar a rua em que moro, por mais que me sinta integrada à vida de meu bairro: há gente especialmente dedicada a essa tarefa. Gente que também tem lar, família, filhos. Isto é, gente que tem responsabilidades sociais (de trabalho) e afetivas — pois não há a mínima oposição entre elas. Mas se essa tarefa social não cabe a mim é porque desempenho outras. O que não posso — o que ninguém pode — é alegar que no campo social, no campo da produção de bens e serviços, não me cabe *nenhuma* tarefa pela simples razão de que assumi minha missão biológica, meus deveres nascidos de imposições afetivas. É certo que, na medida em que sou capaz de colocar genuíno amor na realização das funções afetivo-biológicas, serei capaz também de cumprir com amor minha missão social. E inversamente, na medida em que sei desempenhar bem minha responsabilidade social, darei uma dimensão social ao meu trabalho de dona de casa, esposa e mãe. A família só é verdadeiramente uma célula da sociedade quando está integrada num âmbito mais vasto que ela própria: do contrário, transforma-se num entrosamento de egoísmos individuais — às vezes sob o disfarce da abnegação, do sacrifício, do altruísmo.

O TRABALHO VISTO EM NEGATIVO

Outro ponto no qual a maioria das missivistas se detém longamente são as facetas desagradáveis do trabalho fora do lar. Os horários estritos. O desconforto da condução. A obrigação de sair com qualquer tempo. Os deveres, às vezes rotineiros e cacetés. O fato de depender de um patrão — que eu preferiria definir como interdependência, pois o patrão também precisa de quem trabalhe para ele. Os pequenos inconvenientes diários, as preocupações, as miúdas irritações da jornada, o cansaço. Algumas pintam o quadro com cores tão

253

nenhuma conclusão definitiva: foi num país escandinavo que nasceu, viveu e produziu o dramaturgo Henrik Johann Ibsen, considerado o pioneiro da emancipação feminina, por toda sua obra, principalmente a famosa peça *Casa de Bonecas*.

Creio, entretanto, que nem vale a pena recorrer a argumentos dessa natureza para desqualificar as objeções baseadas nos incômodos que o trabalho acarreta. Se só suportássemos o desconforto quando premidos por absoluta necessidade vital, quem passaria uma hora sob o secador no cabeleireiro? Quem se submeteria às tinturas que deixam o couro cabeludo em fogo? Quem agüentaria uma depilação à cera, uma operação plástica? Nunca observei que as mulheres protestassem com demasiada energia contra esses inconvenientes.

O PROBLEMA DA AUTO-REALIZAÇÃO

As mulheres discutem se o trabalho contribui ou não para a felicidade e a auto-realização pessoal. Algumas já chegaram além da discussão: declaram categoricamente que os cuidados do lar, a atenção ao marido e a educação dos filhos lhes proporcionam tudo o que elas podem desejar da vida. E não sou eu quem vai incentivá-las a desejarem mais.

Não insistirei longamente sobre o que já afirmei inúmeras vezes através destas páginas: a personalidade humana é muitíssimo rica e complexa e só o pleno exercício de *todas* suas faculdades, *todas* suas potencialidades e facetas pode trazer um autêntico senso de auto-realização. Sem dúvida, há um tipo de tranquilidade baseada na repressão das necessidades psíquicas mais profundas, na negação de partes de si mesmo, na superficialidade das emoções e sentimentos. Muita gente a confunde com paz, senso de plenitude. Não ter consciência dos problemas, deixá-los transcorrer num segundo plano da mente, pode trazer-nos certa calma fictícia e, sobretudo, precária. Mas essa vivência negativa é muito diversa de genuína auto-realização.

O que me chama a atenção, entretanto, é o fato de que as leitoras coloquem a questão em termos puramente individuais: não querem saber se a sociedade necessita da contribuição que elas possam dar, não dedicam um só pensamento ao bem-estar coletivo: limitam-se a perguntar se o trabalho as

fará mais ou menos felizes. A maioria delas, inclusive, alega que enche agradavelmente os intervalos que as tarefas domésticas lhes deixam livres: leituras, música, teatros, um bate-papo com os amigos.

Longe de mim a idéia de desvalorizar semelhantes distrações. Mas é preciso chamar as coisas pelos seus nomes: elas são, mesmo, distrações. A leitura só é trabalho para o crítico, o professor, o erudito, o especialista em literatura; a música, para os compositores, executantes e críticos; o teatro, para os autores, atores, críticos, cenaristas, figurinistas, iluminadores e outros auxiliares. Para as outras pessoas, nada disso é *atividade*: é prazer, deleite intelectual ou estético, uma forma agradabilíssima e altamente recomendável de ocupar... os ócios. Um bom livro é prêmio que se ganha após a jornada de trabalho — e ao dizer "trabalho", refiro-me ao social e ao doméstico. Realizadas nossas obrigações com o mundo, com o lar, com a família, podemos dedicar-nos a ler o livro que alguém escreveu, alguém revisou, alguém compôs tipograficamente, alguém editou, alguém distribuiu, alguém vendeu, alguém criticou. Já cumprimos a parte que nos cabia; temos, pois, o direito de desfrutar dos resultados dessa Monumental tarefa de equipe realizada pelos outros: um livro.

PRESENÇA DA MÃE NO LAR

Outro ponto ao qual se apega a maioria das leitoras é a necessidade da presença da mãe junto aos filhos. Concorro — mas discrepo dos exageros.

A mãe — uma boa mãe — é insubstituível junto aos filhos. As avós mimam demais, as babás podem ser ótimas — mas também podem ser indignas de confiança.

Algumas leitoras, inclusive, detalham problemas dessa ordem — necessidade de acompanhar os filhos — às vezes impossíveis de solucionar satisfatoriamente. Devo fazer um esclarecimento importante: há questões práticas que tornam desaconselhável, temporariamente, o trabalho da mãe fora do lar. Quando afirmo que toda mulher, mesmo dona de casa e mãe, deve trabalhar, não estou passando por alto os inconvenientes materiais que acaso se suscitem. E não vejo nada de

reprovável em que uma mulher com filhos pequenos e sem ninguém a quem confiá-los com inteira tranqüilidade, passe algum tempo dedicada exclusivamente a eles. Seis meses ou seis anos sem trabalhar — conforme as circunstâncias, conforme o número de filhos — não bastam para conferir a uma mulher o rótulo de ociosa. Jamais eu incorreria no exagero de afirmar que a mulher — ou mesmo o homem — deve trabalhar sempre, sem interrupções: o bom senso determina os limites razoáveis. O problema consiste em compreender que viver um período de recesso é completamente diferente de aceitar a inatividade social como norma. Há uma enorme, uma infinita distância entre um "temporariamente não posso trabalhar" e um "não admito que deva trabalhar".

Ainda a propósito das objeções de índole prática, convém esclarecer que a expressão "trabalho fora do lar" é aplicada às tarefas que transcendem o âmbito do lar — e não unicamente às que são realizadas *fora* de casa. Quem dá aulas particulares, faz traduções ou correções de provas, desenha modas, tece pulôveres ou arma bolsas para serem vendidas nas boutiques, pode dizer que "trabalha fora", embora não saia de casa. Há, também, muitíssimas profissões que consomem poucas horas: a profissional liberal, a locutora, a funcionária, a professora, cumprem, em geral, um horário bastante cômodo. Observamos, entretanto, um detalhe curioso: as leitoras nos escrevem protestando contra a perspectiva de vir a exercer funções de datilógrafas ou arquivistas num escritório como se não houvesse alternativa. Entre as que assim se exprimem, muitas dizem ter formação universitária — o que reduz à irrisão seu argumento: quem estudou biologia, letras, odontologia ou direito deveria, logicamente, pensar em exercer a profissão para a qual se preparou — e não outras.

PODE HAVER "MÃE DEMAIS"?

Acabamos de afirmar que a boa mãe é insubstituível junto aos filhos. Mas nem nós nem qualquer educador moderno e apoiado em princípios científicos, afirmaria que a presença da mãe deve ser constante. Gradualmente, toda criança deve aprender duas lições indispensáveis para sua formação moral e seu equilíbrio psíquico: 1) a existência de um fator chamado

"realidade", que impõe certos limites às suas exigências afetivas, inicialmente desmedidas; 2) que, além da presença física, há outro tipo de presença imaterial, configurada pela segurança íntima do carinho e da solicitude materna. Todos conhecemos mulheres ansiosas que só acreditam no amor do marido quando o têm ao lado: se ausente, logo o supõem metido em aventuras; mães que vivem temendo pela vida ou pela saúde dos filhos quando não os têm pegados às suas saias; maridos que ficam zangados (isto é, angustiados) se telefonam e não encontram a esposa em casa: pessoas de qualquer sexo que entram em pânico ao receber um telegrama, pensando logo em notícias fatais. Trata-se, em quase todos os casos, de gente que foi criada num clima de excessivo apego materno, permanentemente junto à mãe: só podem, portanto, conceber o amor, os vínculos humanos, em termos de proximidade física, de presença palpável, tangível, imediata. O "excesso de mãe" privou essas pessoas da possibilidade de adquirir a genuína segurança afetiva que não depende de forma concreta, do contato.

As crianças de poucos meses adoram o brinquedo de "aparecer e desaparecer": a mãe se esconde atrás de um móvel, ou simplesmente oculta o rosto nas mãos e logo reaparece ante a vista do pequeno, que dá grandes mostras de satisfação. A brincadeira pode se prolongar durante horas sem que a criança se aborreça. Qual o motivo desse prazer? O pequeno está fazendo uma descoberta fundamental: a mãe "vai embora" mas volta, a ausência não é uma coisa definitiva, o fim de tudo. Essa é uma aprendizagem básica: sem ela, ninguém seria capaz de pensar além do presente imediato, de admitir um "após", um "amanhã"; de tolerar a mínima frustração passageira; de se ligar afetivamente a outro ser, através do sentimento e não do mero contato físico; enfim, de conceber as abstrações: o tempo, os afetos. Destinada a viver num mundo onde se alternam prazer e trabalho, os deleites do amor e as imposições da realidade, é bom que a criança aprenda desde cedo a aceitar todos esses fatores, integrá-los em sua existência, adaptar-se a eles.

As mães nos escrevem referindo em palavras idílicas a satisfação de acompanhar passo a passo a evolução infantil; de ocupar-se dos filhos, brincar com eles, presenciar suas graças, ouvir sua meia língua, distrair-se com suas artes, observar

seus progressos. Acredito que não haja nada mais apaixonante. Porém, acredito igualmente que a melhor mãe é a que se preocupa mais com as necessidades dos filhos do que com suas próprias satisfações. Por gratíssima que seja essa intimidade de todas as horas, se ela vai converter nossos bebês em "filhinhos da mamãe", mimados, caprichosos e dependentes, será melhor dosificar a presença materna. Boa mãe não é a que segue cegamente seus impulsos amorosos, mas sim a que se impõe o sacrifício das expansões prejudiciais à disciplina, à educação, à adaptação, ao equilíbrio psíquico dos filhos. Uma razoável alternância entre a presença e a ausência materna é indispensável para o desenvolvimento normal da criança como ser independente e seguro de si.

O PAI, ESSE DESCONHECIDO

Na organização social tradicional, cabe ao pai manter a família; e só quando o produto de seu trabalho é insuficiente, a mãe colabora economicamente com ele. Incidentalmente, quando isso acontece, o homem sente-se humilhado: em certa forma é como se ele estivesse dando uma pública demonstração de incapacidade.

Admitindo, porém, que o trabalho dele baste para cobrir as necessidades familiares, o quinhão masculino é, de todos os modos, a insegurança: que será dos seus se ele adoecer, se sofrer um acidente, se morrer, se perder o emprego? Qualquer imprevisto deixaria sua família em total desamparo.

Essa preocupação se reduziria consideravelmente se o homem soubesse que a esposa é igualmente capaz de garantir a subsistência própria e dos filhos.

Quando as mulheres falam no cansaço, na irritabilidade, no eventual mal-humor produzidos pelo trabalho, esquecem esse aspecto: na maioria dos casos, não é o trabalho em si o que fatiga e irrita o pai de família: é a inquietação constante que ele sofre pelos seus. A esposa está disposta a mostrar seu afeto e dedicação ao marido mediante certos cuidados e requintes: um ambiente doméstico agradável, flores nos vasos, um bom disco na vitrola, um jantar gostoso e aí acaba sua solidariedade. Se além disso fossem capazes de colaborar com o companheiro, compartilhar seus esforços e problemas, dar-

lhe mais apoio no terreno existencial, ele estaria menos inseguro, menos tenso, mais tranqüilo e desfrutaria melhor das veladas domésticas — mesmo que as flôres não estivessem muito frescas e a vitrola permanecesse muda.

Carregando sôzinho o ônus da manutenção dos seus, com tudo o que isso implica quanto a dispêndio de tempo e energia, o homem participa cada vez menos da vida familiar. Para um imenso número de crianças, o pai é apenas um estranho, uma presença um tanto constringedora que surge em casa nos domingos. A um "excesso de mãe" corresponde uma "carência de pai". Não insistamos na injustiça — aliás evidente — que se faz ao homem. Vejamos apenas as aparências dessa situação sôbre os filhos.

Todo o mundo admite que a separação dos pais tem repercussões profundas e nocivas sôbre a psique dos filhos. Mas dificilmente se reconhece que nos lares onde o pai arca sôzinho com tôda a responsabilidade material e social, sua presença é quase tão escassa como se o casal estivesse separado. Falta, é certo, o elemento de frustração, amargura e ressentimento que geralmente acompanha uma separação real; mas o pai se transforma numa espécie de abstração, de existência teórica.

E essa carência de pai faz que nossas crianças sejam educadas até a adolescência, num mundo quase que exclusivamente feminino. O que é mau para os filhos de ambos os sexos.

É na relação com o pai que a menina aprende a amar um homem; é na relação com o pai que o menino aprende a ser um homem; é vendo a intimidade, a harmonia, a cooperação entre os pais que meninos e meninas recebem uma lição viva, eficaz e direta sôbre as funções e finalidades do par humano. Faltando qualquer desses elementos, o esforço educativo, mesmo o melhor intencionado, corre o risco de frustrar-se. Não é por mero acaso que a homossexualidade é muito mais freqüente nos meios burgueses do que nos ambientes operários, onde as crianças dificilmente dispõem da presença e dos mimos constantes da mãe. Não é por mero acaso que o número de desquites registra índices cada vez mais altos nos setores da classe média para cima, onde a mulher permanece o dia todo em casa e o homem apenas aparece como uma presença fugaz nos fins de semana.

A ESCOLHA E O PRETEXTO

Creio que, em resposta às principais objeções das leitoras, deixei bem claro vários aspectos relacionados com o trabalho da mulher. Naturalmente no que diz respeito à participação social, cada uma tem o direito de escolher entre inserir-se na sociedade ou permanecer à margem. Mas no que tange ao pretexto mais freqüentemente esgrimido — a necessidade da mãe dedicar-se unicamente aos filhos — já vemos que ele não é objetivo. Aliás, é fácil de compreender-se que se educamos nossos filhos para que eles vivam numa sociedade onde existem homens e mulheres, não seria adequado dar-lhes desde pequenos uma visão unissexual do mundo. Tudo o que proporciona à criança uma imagem deformada ou parcial da realidade é prejudicial ao processo educativo. Partindo dessa premissa, cada mãe pode concluir, por si só, se é lícito criar seus rebentos no interior duma bela e tibia tórre de marfim.

O MELHOR DE CARMEN DA SILVA

Coletânea de artigos
publicados ao longo
de quase 22 anos
na revista (I.M.M.)

ORGANIZAÇÃO
Laura Tavei Civita
SELEÇÃO DE TEXTOS
Julia Favares



PORQUE SOU FEMINISTA

Em julho de 1963, tendo a revista *Claudia* apenas dois aninhos, nascia esta seção "A Arte de Ser Mulher". Do primeiro artigo, intitulado "A Protagonista", transcrevo um parágrafo:

"Não é necessária muita perspicácia para perceber sintomas de insatisfação nas mulheres de hoje. Casadas e solteiras, ociosas e trabalhadoras, estudantes e profissionais, artistas e donas-de-casa, todas elas em algum momento deixam transparecer resquícios de frustração, um desejo ora nostálgico, ora invejoso, de outra existência diferente, outro caminho distinto do que escolheram — como se a felicidade estivesse lá. Parecia que lá — o lado oposto, o inatingível — se encontrasse tudo o que é belo e desejável, tudo o que nos proporcionaria um verdadeiro senso de realização."

Em linhas gerais, eu apontava as causas da insatisfação: as mulheres não eram donas da sua vida, não tinham objetivos e projetos pessoais, limitando-se a secundar os objetivos e projetos de seus homens; não possuíam uma tarefa ou um ideal próprio, algo que as entusiasmava e lhes permitisse expandir-se e transcender a miudeza do ramerrão cotidiano. Não eram donas do dinheiro, dependendo para sua subsistência do papai ou do marido — e mesmo as que ganhavam um salário sentiam-se obrigadas a prestar contas ao chefe da família, o cabeça-do-casal, que decidia seu uso. Não detinham a menor parcela de poder: sem ouvi-las, sem consultá-las, os homens faziam as leis que geriam seus direitos, seu comportamento, suas relações familiares, seu próprio ventre, o destino dos filhos que elas tinham gestado, parido, amamentado, criado. Não eram donas de seu corpo e de sua sexualidade: a legislação vigente e a rígida moral impunham normas, limites, repressões, tabus de toda ordem. Não eram donas sequer de seus sonhos e expectativas:

73

já nasciam com uma existência traçada, com um papel prefixado a desempenhar, com a lista de "aspirações" previamente confeccionada: tinham de querer isso ou aquilo, cultivar tal ou qual vocação — o casamento, o lar, a maternidade, a domesticidade — sob pena de serem rotuladas de anormais, estranhas, neuróticas. Não tinham direito a uma personalidade própria, a quaisquer veleidades de autoafirmação, a um modo espontâneo de ser: deviam ajustar-se a uma imagem imposta de fora, a um padrão estabelecido de "feminilidade", para serem bem-vistas, aceitas pela sociedade e amadas pelos homens. Em suma, mulher não era nada nem mesmo chegava a possuir nada: via de empréstimo e por delegação, habitava o mundo sem contar nele com um espaço próprio — estava no ar.

Mais ou menos nessa época, Betty Friedan publicava nos Estados Unidos um livro, *A Mística Feminina*, que se ocupava extensamente e a fundo do mesmo problema. Baseado num inquérito de âmbito nacional, em pacientes e exaustivas pesquisas, denunciava a existência entre elas de um "mal sem nome", uma insatisfação generalizada, um desconforto, um vazio que a autora diagnosticou como "crise de identidade". Também lá as mulheres sentiam-se no ar: frustradas, inseguras, tateando no escuro à procura de si mesmas, de um centro de gravidade que as resgatasse da angustiada sensação de não serem nada nem ninguém.

Já naquele primeiro artigo eu esboçava o que me parecia — e continua parecendo — o único caminho de saída: a mulher devia sacudir a passividade e o marasmo, desprender-se dos falsos rótulos e das imagens pré-fabricadas, avaliar suas próprias potencialidades, cultivá-las e realizá-las através da ação: definir-se, assumir-se, deixar de ser barquinho à deriva e, em última análise, tornar-se a protagonista de sua própria vida.

Essa foi — continua sendo — a tônica de meu trabalho ao longo desses 13 anos. Sempre com tal objetivo em vista, procurei incitar as leitoras a tomarem consciência de si mesmas e de suas próprias contradições, a enfrentarem com lucidez e decisão seus problemas, quer os de natureza emocional, quer os vinculados a sua participação no mundo como seres sociais. A partir de um ângulo tendente à desalienação, abordei os mais diversos assuntos: casamento, celibato, viuvez, relações amorosas, conjugais, materno-filiais; sexualidade adulta e adolescente, conjugal ou não, homossexualidade; ciúme, solidão, timidez, sadomasoquismo; maternidade, educação; trabalho doméstico, carreira, atividade vocacional, integração na coletividade. E como tema recorrente, a luta

74

contra os preconceitos, a tradição, os medos e a rotina mental, o empenho em atingir a autonomia de pensamento e de ação, o esforço por conquistar uma autêntica liberdade.

Ao fazer neste momento o balanço desses 13 anos de atividades eu mesma me surpreendo: quantos milhares de páginas, que diversidade de questões! Olho as marcas do ofício em minhas mãos: um calo no dedo de segurar a caneta, as unhas gastas pelo teclado. E todas as conferências, palestras, debates, seminários, mesas-redondas, entrevistas, declarações...

E aqui eu me formulo a pergunta: valeu a pena?

Sim, fora de dúvida, enfaticamente sim. As "Belas Adormecidas" começaram a despertar. Aqueles temas cujo enfoque, a princípio, provocou tantas resistências e me valeu tantos xingamentos e descomposturas, hoje estão na ordem do dia em todos os veículos de comunicação. Recebo inúmeros testemunhos de mulheres que vêm tomando uma consciência cada vez mais clara de seus direitos e responsabilidades, enquanto lutam por desalienar-se, crescer, emancipar-se. Multíssimas já conseguiram imprimir a sua vida — pessoal, social, profissional — uma orientação mais rica, plena e satisfatória. Algumas que eram adolescentes ou novíssimas naquela época, estão agora empenhadas numa atuação profícua, inclusive em termos de liderança; por ocasião do Ano Internacional da Mulher, muitas promotoras e participantes das respectivas comemorações (seminários, grupos de estudo, ciclos de conferências e debates) me confiaram que fora através de *Claudia* que haviam começado a abrir os olhos aos problemas da condição feminina.

Tudo isso é muito positivo e importante, mas falta ainda fazer a pergunta crucial: ao longo desses 13 anos mudou, objetivamente, a situação da mulher brasileira?

Aqui a resposta já é bem menos otimista. Uma correta aferição de si mesma, as possibilidades de desenvolver-se e realizar, as condições de trabalho no lar ou fora dele, o clima de relacionamento interpessoal e com o mundo, a assunção ou a repressão da própria sexualidade e, inclusive, problemas específicos tais como o senso de inferioridade, o medo, a solidão — tudo isso está indissolúvelmente ligado ao contexto social, tudo se vincula a atitudes, expectativas e limitações determinadas pelo fator cultural.

Nos Estados Unidos, o livro de Betty Friedan pôs as mulheres em polvorosa, ao definir seu "mal sem nome", dando-lhes consciência de sua própria revolta longamente reprimida e apontando-lhes perspectivas para sair do pântano. As americanas sentiram-se atingidas, sobretudo as de classe média; aquelas mulheres bonitas,

75

cuidadas, bem vestidas, donas-de-casa perfeitas, orgulhosas de seus filhos saudáveis, seus pudins caseiros e suas gramas bem aparadas; aquelas consumidoras vorazes, sempre estimulando a ambição dos maridos, empurrando-os à conquista de mais prestígio, mais sucesso, mais dinheiro e mais *gadgets*, de repente caíram em si e passaram-se a questionar sua própria imagem idealizada, a descobrir a formidável manipulação de que eram vítimas e a reagir contra ela. O movimento cresceu, alastrou-se a outros grupos sociais e a diferentes faixas etárias, ganhou as ruas, chegou às manchetes (com as infalíveis distorções, às vezes bem grosseiras), ultrapassou as fronteiras e foi de encontro às reivindicações das europeias — não tão vitaminadas e embonecadas, mas igualmente manipuladas e dispostas a recusar a coisificação. E eis que o feminismo, já com uma vasta história atrás de si, feita de surtos e vaivéns, períodos de expansão e de retração, ruidosas batalhas e recuos táticos, voltou à ordem do dia com força total, apoiado nas contradições cada vez mais gritantes da sociedade moderna, respaldado pelo (duramente conquistado) maior acesso da mulher à cultura e pela tecnologia da comunicação, que difunde aos quatro cantos do mundo as ideias e os acontecimentos dignos de nota. O impulso que tomou, o crescente número de suas adeptas em todos os setores, inclusive de figuras exponenciais; a seriedade dos estudos e pesquisas que vem realizando, a amplitude de suas colocações, tudo indica que desta vez o feminismo veio para ficar: sem recessos nem concessões.

Bem, nos Estados Unidos, na Europa, mas... e entre nós?

Também aqui a condição feminina está sendo objeto de pesquisas, cursos de extensão universitária, teses — tudo iniciativa de mulheres. As brasileiras estão se conscientizando. Estão inclusive reunindo-se e formando grupos feministas propriamente ditos (e não meros "grupos femininos", isto é, associações de mulheres com vista a tal ou qual escopo limitado). O Ano Internacional da Mulher foi uma primeira oportunidade de encontro, aferição da necessidade e coincidências, esboço de organização. A partir daí, surgiram algumas realizações concretas: no Rio de Janeiro, o Centro da Mulher Brasileira, e, em muitas outras cidades, agremiações similares, com um amplo programa de atividades que inclui grupos de estudo e de reflexão, debates, conferências, atos públicos, participação na imprensa.

Sim, as brasileiras, em grande número, estão alertas. Mas na hora de transformar consciência em ação, evolução interior em liberdades concretas, tudo em torno delas se erige em espinhos e puas, em barreiras e dificuldades. As modificações reais durante esses

13 anos foram muito poucas e praticamente restritas aos círculos de boa capacidade econômica e/ou sofisticação cultural dos grandes centros urbanos. Nota-se, por exemplo, relativa liberalização dos costumes (mas acompanhada, não raro, de conflitos e traumas); já não se marginaliza a desquitada, e os casamentos "de fato" são bem aceitos (mas o divórcio ainda não veio); encara-se com mais realismo o trabalho da mulher casada fora do lar (mas não melhoraram suas condições efetivas de trabalho nem foram aliviadas suas cargas domésticas); observa-se maior interesse feminino pelo estudo (mas, também aqui, sem melhoria das condições concretas). Em realidade, as escassas mudanças nos foram trazidas nas asas dos ventos libertários que sopram em outros países; os meios de comunicação entreabriram nossas fronteiras à entrada desses ventos, mas eles foram perdendo força no caminho e aqui chegaram transformados em leve brisa, um sopro que apenas agita as folhas.

É certo que está havendo no Brasil — e não só no seio dos grupos feministas — uma tímida, incipiente reavaliação conceitual do papel feminino, da imagem da mulher na sociedade. Escreve-se e fala-se muitíssimo a respeito (é tema de atualidade e "dá Ibope"), com uma linguagem que já não é a de antes: exceto em alguns setores mais reacionários e caretas, já não se usa, pelo menos em público, o antigo tom de anátema ou desdém, embora muitos ainda não consigam fugir à tentação de deturpar ou ironizar. Por outro lado, o machão clássico, com seu estereótipo, suas poses características, sua rigidez, só mantém ainda uns restos de prestígio nos ambientes mais primários; fora deles, já se tornou uma figura decididamente caricata.

Em síntese: mulher passou a ser tema cotidiano de debate; mas é isso e nada mais que isso o que se lhe dá: palavras, palavras, palavras. Com a clara intenção de explorar a "moda" do feminismo e transformá-lo em apenas mais um artigo de consumo, absorvê-lo e "industrializá-lo" para melhor chegar a sua neutralização: é o método mais moderno para acabar com contestações e protestos.

Já é hora de assumirmos aberta e francamente a definição: Eu sou feminista. Assim como o são todas vocês que me escrevem, queixando-se de injustiças, discriminações, iniquidades, sejam elas de ordem geral ou referidas a tal ou qual situação específica. Por exemplo: abusos de autoridade paterna ou manifestações de tirania marital; atitudes de ciúme, possessividade, formas grosseiras ou sutis de opressão — e o senso de insuficiência e insegurança que elas provocam na mulher, imposições de conduta "moral", vândas

só para um sexo; restrições à sexualidade da solteira, submissão sexual obrigatória (e consequente insatisfação) da casada; desigualdade de oportunidades educativas, laborais e outras; barreiras que o mercado de trabalho opõe à mulher, mesmo bem qualificada, exigências descabidas (juventude, beleza, disposição para as chamadas "concessões eróticas") e chocantes diferenças salariais; ônus total das tarefas domésticas sobre a mulher que trabalha o mesmo número de horas, ou talvez mais, que seu marido; falta de real cooperação do pai na educação das crianças; dificuldades de estabelecer genuíno diálogo e um clima de confiança entre os sexos; enfim, a lista poderia prolongar-se indefinidamente e cada leitora está em condições de completá-la por sua própria conta.

E também vocês, as que não me escrevem, seja por timidez, indecisão, falta de tempo ou de hábito de escrever, ou mesmo por não se sentirem pessoalmente afetadas por nenhum dos problemas acima (embora isso me pareça bastante difícil de acontecer sem que se submetam a uma boa dose de auto-engano), mas que de qualquer maneira me lêem, acompanham e aprovam meu trabalho, acham que "em tese é isso mesmo", talvez com um ou outro ajuste, modificando este ou aquele pormenor.

Bem, também vocês são feministas. Mesmo que não o saibam, mesmo que vacilem em colocar-se esse rótulo que assusta tanta gente. Aliás, eu seria a última em recriminá-las por falta de coragem: as reservas, os temores, a insegurança foram inculcadas em todas nós como parte do sistema de manipulação que a mulher vem sofrendo há milênios.

Qual é o método esgrimido para intimidar-nos?

O clamor feminino, como já disse antes, tornou-se amplo e sério demais para ser ignorado. Mas os veículos de comunicação ainda são em sua grande maioria manejados pelos homens — e estes continuam ciosos da "superioridade masculina" e empenhados em manter os privilégios (supostos ou reais) que ela lhes outorga. O que, aliás, é normal: ninguém abre mão de sua herança porque sim.

Desse modo, o bombardeio de mensagem a que nos submetem cada dia tende, por todos os meios, a solapar as reivindicações feministas. Muitas vezes simulando encampá-las, mas de forma a reduzir sua extensão e amesquinhar seu alcance: "As mulheres querem mais creches: muito justo! As mulheres querem maior participação nos postos elevados: muito justo!" E basta, ponto final, assunto encerrado: aqui começa e acaba seu compromisso com a causa feminina; já ostentaram bastante largueza de espírito, oferecere-

ram-nos simpatia e compreensão (em contadas migalhas) e, no fim de contas, as creches não são eles que vão construir, os cargos não são eles que distribuem: pouco lhes custa mostrar-se generosos.

Alguns utilizam a lisonja mais ou menos disfarçada. Por exemplo, a condição feminina (isto é, a situação concreta da mulher) é transformada em algo abstrato, belo, sutil, misterioso; já não em termos daquela antiga literatura sobre a "mãe sublime" e sim num contexto que se pretende mais moderno: "Está muito bem que a mulher queira ver seus direitos reconhecidos e proteste contra algumas injustiças de que é vítima; mas é essencial que ela não perca a feminilidade, que é justamente sua maior força e seu maior encanto". Demais será dizer que os padrões de "feminilidade" foram criados pelos homens e — coincidência nada curiosa — incluem tudo o que serve para reforçar a supremacia deles.

Outra forma de lisonja é a insidiosa supervalorização de certas qualidades consideradas "femininas": intuição, sensibilidade, percepção íntima; qualidades que eles arbitrariamente opõem à inteligência, à lógica, ao senso crítico, à faculdade de abstração, como se houvesse antagonismo entre aquelas e estas. Enfeitam com uma auréola de magia os dons psíquicos, que parecem ser só nossos, enquanto reservam para si os dotes intelectuais, que "valem" mais porque dão acesso às profissões científicas e técnicas, mais prestigiadas e melhor remuneradas.

Veja por outra eles não reconhecem algum valor intelectual, algum mérito como seres empreendedores e criativos: "As mulheres já provaram amplamente sua capacidade em vários terrenos, já galgaram os mais elevados postos", e aqui vem uma pequena lista de mulheres álibi, de Marie Curie a algumas dirigentes (ou ex) da atualidade; enfim, a exceção elevada a norma. Mas logo surge a restrição: "Aqueles que não conquistam posições de destaque é por falta de vontade ou de aptidão pessoal e não por qualquer obstáculo criado pela sociedade; assim, pois, as queixas e protestos femininos não têm razão de ser". Pois sim. Vamos fechá-las em casa, manjé-las a ponto de sabotar sua segurança, condicioná-las a um destino de esposas e mães, treiná-las para serem administradoras do lar, educadoras e babás — e depois alegar que se não voam mais alto é porque nasceram de asas curtas!

O método mais usado, entretanto, continua sendo o ridículo; e a mulher ainda tão insegura, tão dependente da opinião e da aprovação alheias, é especialmente sensível a essa arma. Claro, os mais espertos não ridicularizam o feminismo em si, dizem "respeitar" o princípio, a doutrina, mas reduzem à irrisão qualquer de suas mani-

festações concretas. Procuram apresentar as feministas como mal-amadas neuróticas e ressentidas, como áspers sargentonas virilóides ou como burguesas ociosas que empregariam melhor seu tempo se fossem mais bonitas e solicitadas. Atrás do ridículo, porém, o que se esconde é a ameaça do desamor, do ostracismo, da solidão: "Fiquem berrando seu feminismo sozinhas e à noite chorem no travesseiro, enquanto as outras mulheres — as belas, submissas, dóceis, femininas — se refugiam nos braços amantes e protetores de seus homens". Antes de aceitar a intimidação, perguntemos às "belas, dóceis e submissas" se elas estão contentes ou se estão frustradas.

Quando um grupo de radicais americanas queimou sutiãs em praça pública (um modo talvez meio mal inspirado de simbolizar seu protesto contra as opressões tradicionais), não houve veículo de comunicação que se abstivesse de comentar e satirizar. Mas quando vinte mulheres portuguesas saíram às ruas para lançar as primeiras reivindicações feministas naquele país, levando seus filhos — 12 crianças — num carro aberto, o que foi incendiado não foram peças de indumentária íntima: foi o carro que conduzia as crianças, assaltado por uma horda de homens enfurecidos. E as mulheres foram insultadas, agredidas a socos e pontapés, despidas, apalçadas, jogadas na sarjeta. Pois bem, aí a grande imprensa silenciou: só ficamos sabendo do fato através de uma publicação feminista de tiragem restrita, a revista *Nosotras*, editada em Paris pelas militantes de língua portuguesa e espanhola, que transcreveu as denúncias das vítimas (entre as quais algumas escritoras de renome internacional).

O negócio é esse mesmo: deixar que o "mal sem nome" permaneça inominado para que as mulheres continuem dóceis, produzindo e disciplinando força de trabalho intelectual e braçal para a sociedade; aceitando sem protesto a situação de mão-de-obra de reserva, a ser convocada e explorada quando convém; consumindo, conforme sua classe social, mais tranqüilizantes, mais hóstias ou o próprio corpo, imolado no trabalho duro e nas sucessivas gestações; resignando-se ao permanente holocausto de si mesma, de suas aspirações, sua personalidade, suas faculdades, seu ser — em favor de quê? Da manutenção de um sistema que nem sequer beneficia os homens como um todo e sim apenas um punhado de privilegiados.

Por que temos de ser feministas? Por que considero tão importante que as brasileiras passem da concordância tibia e incomprometida a uma adesão participante e ativa?

80

Porque nenhuma de nós, se for honesta consigo mesma, quer continuar em situação subalterna ante a lei, os costumes, o relacionamento humano, o trabalho, as oportunidades em geral. Porque muitíssimos de nossos problemas, inclusive os que nos parecem de cunho estritamente pessoal, derivam de nossa posição secundária na sociedade e ante os homens; não que estes sejam, cada um de *per se*, tirânicos, grosseiros, cruéis ou desconsiderados, mas simplesmente porque o sistema patriarcal lhes inculuiu arbitrariedade e arrogância, pelo simples fato de terem nascido homens. E se desejamos modificar esse panorama, não podemos ignorar que até hoje nenhum grupo humano conseguiu alterar real e concretamente sua situação, a não ser pelo próprio esforço.

Cada um sabe onde lhe aperta o sapato. Por isso, nem o mais inteligente, o mais aberto, o menos preconceituoso e mais colaborador dos homens conhece, como vivência na própria carne, as formas de opressão que experimentamos dia a dia. Perguntem, por exemplo, a Jean-Paul Sartre (já é tarde para perguntar também a Einstein) se alguma vez ouviu dizer: "Você pensa assim porque é feio". Perguntem ao belo Alain Delon se já escutou — talvez acompanhada de uma insultante apalpada — a frase: "Ora, um rapaz com sua cara e seu corpo não precisa procurar trabalho..." Perguntem ao homem assaltado na rua e que perdeu o dinheiro e o relógio se ele também foi violentado e voltou para casa com a angústia de talvez trazer no ventre um filho do assaltante. Perguntem a um casado ativo e talentoso se teve de renunciar a sua carreira ou vocação porque "a mulher não quer que ele trabalhe" (ou pinte, cante, toque tal ou qual instrumento), ou simplesmente porque teve de se ocupar da casa e de criar os filhos. Perguntem ao operário que executa as tarefas mais duras, se no fim da jornada ele ainda tem de cozinhar, esfregar, lavar, remendar, atender às crianças. Perguntem ao caixa-alta se ele concordaria em se embelezar, embonecar, providenciar uma excelente ceia e se caceteir a noite inteira conversando com gente que não lhe interessa, só porque são os maridos das colegas de sua mulher. Perguntem ao homem do interior, talvez um fazendeiro ricoço, se ele tem de implorar à mulher o dinheiro para os gastos da casa ou para um par de sapatos destinados a um dos filhos; aliás, perguntem também se ele costuma *apanhar* dela. Perguntem ao marido que se diverte por aí, embora "adorando" a mulher, se ela teria o direito de agir do mesmo modo. Perguntem ao homem maduro que conquista mocinhas o que ele acharia da mulher madura que conquistasse mocinhos. Pergunte ao barrigudo careca se mulher tem direito de engordar e encanecer; per-

81

guntem ao quarentão sedutor se acha sedutoras as quarentonas; pergunte...

Basta. A esta altura já é hora de vocês fazerem as perguntas a si mesmas: escolheram isso? Sentem-se felizes e realizadas, seguras e plenas de auto-estima? Quereriam para suas filhas o mesmo destino, o mesmo tipo de vida que vocês estão vivendo?

Não se precipitem a responder: meditem antes. E se não desejam que dentro de cinquenta ou cem anos a mulher continue exatamente na situação de hoje... bem, vocês têm de começar a lutar agora mesmo.

LIBERTE-SE DESTE FALSO DILEMA: FEMININA OU FEMINISTA

Os dois conceitos se confundem, complementam-se ou se opõem, um excluindo o outro? É o que muitas mulheres se perguntam hoje em dia. E não é de estranhar que estejam desorientadas, sobretudo ante a insistência com que o machismo vem tentando fazer nossa cabeça no sentido de exaltar a feminilidade tradicional (isto é, o que os homens entendem por feminilidade) e ridicularizar o feminismo, dando-lhe conotação pejorativa que transforma as feministas em figuras de paródia, machonas briguentas e mal-amadas.

Esse trabalho de persuasão, que se vem intensificando à medida que o feminismo cresce e se consolida, encerra uma gravíssima ameaça capaz de intimidar qualquer um: "Ou vocês, mulheres, se ajustam ao modelo criado pelos homens e são exatamente o que nós queremos, ou ficarão solitárias e sem amor". Ora, ninguém, seja qual for seu sexo, está disposto a incorrer em semelhante castigo, ninguém se resigna a viver sem amor. E para nós, mulheres, essa ameaça traz uma tremenda força de coação, porque toda a vida, ao

82

Extraído de CIVITA, Laura (org). O melhor de Carmen da Silva. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.
P-73-82 / Publicado em Outubro de 1976, em Claudia

BH/UFC

